UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDER AHMAD CHARAF EDDINE

A PSICOLOGIA, A EDUCAÇÃO E AS HOMOSSEXUALIDADES: o normal e o patológico nas produções discursivas das revistas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa* nas décadas de 1970 e 1980

SÃO PAULO
2018

EDER AHMAD CHARAF EDDINE

Versão Corrigida

A PSICOLOGIA, A EDUCAÇÃO E AS HOMOSSEXUALIDADES: o normal e o patológico nas produções discursivas das revistas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa* nas décadas de 1970 e 1980

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Psicologia e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza

SÃO PAULO
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.047 Eddine, Eder Ahmad Charaf
E21p A psicologia, a educação e as homossexualidades: o normal e o patológico nas produções discursivas das revistas Boletim de Psicologia, Revista Brasileira de Psicanálise e Cadernos de Pesquisa nas décadas de 1970 e 1980 / Eder Ahmad Charaf Eddine; orientação Marilia Cecília Cortez Christiano de Souza. São Paulo: s.n., 2018.
254 p.; apêndice

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Homossexualidade 2. Revistas científicas 3. Discurso 4. Diversidade sexual 5. Testes (aplicação) I. Souza, Maria Cecília Cortez Christiano de, orient.

Elaborado por Nicolly Leite – CRB-8/8204

EDDINE, Eder Ahmad Charaf. **A PSICOLOGIA, A EDUCAÇÃO E AS HOMOSSEXUALIDADES: o normal e o patológico nas produções discursivas das revistas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa* nas décadas de 1970 e 1980**. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha mãe, Cleusa Aparecida Sampaio (*in memoriam*).
A todas e todos que são resistências em momentos sombrios.

Agradecimentos

Meu agradecimento especial à minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, por todo carinho, paciência e dedicação.

Às professoras Dra. Flávia Inês Schilling, Dra. Lilian Rose Margotto, Dra. Ângela Fátima Soligo e Dra. Juliana Regina Basilio, pela participação, discussão e contribuição na banca examinadora.

Ao grupo de estudo “Por uma educação antirracista”.

Aos meus companheiros Luciano de Jesus Gonçalves e Patrick Anderson Matias de Araújo, pela paciência e auxílio nesses anos de curso.

Aos amigos que sofreram junto comigo, seja pela minha ausência ou pelas horas dedicadas a escutar sobre esta pesquisa. Agradecimento especial para Lidiane Kasiorowski Borges, Jakeline de Souza Costa, Célia Regina do Carmo, Walter Pereira Veras Júnior, Me. Lícia Mara Pinheiro Rodrigues, Me. Débora Assumpção e Lima, Me. Rita de Cassia Domingues, Me. Juliana Chioca Ipolito, Me. Zélia Vieira de Quevedo Bakargi, Me. Elaine Aparecida Toricelli Cleto, Me. Sônia Maria Lemos, Dra. Ana Cristina Fagundes Schirmer, Dra. Sônia da Cunha Urt, Dra. Rita de Cássia Guimarães Melo, Dra. Joelci Mora Silva, Dr. Marcelo de Souza Cleto, Dr. Celso Francisco Tondin, Dra. Juliana Ricarte Ferraro.

Ao Colegiado de História pelo apoio e pela autorização de afastamento para cursar o doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), pela bolsa concedida pelo Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001

O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo. (FOUCAULT, 2014a, p. 28)

Resumo

EDDINE, Eder Ahmad Charaf. **A PSICOLOGIA, A EDUCAÇÃO E AS HOMOSSEXUALIDADES: o normal e o patológico nas produções discursivas das revistas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa* nas décadas de 1970 e 1980**. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Os preconceitos e julgamentos morais relativos à sexualidade humana, especialmente quando esta foge à norma social, não deixam de ter repercussões nas investigações científicas, principalmente naquelas localizadas na interface entre a Psicologia e a Educação. A presente tese tem como objetivo compreender como as questões relativas à normalidade e à patologia estiveram imbricadas na maneira pela qual as homossexualidades foram trabalhadas por essas áreas do conhecimento nas décadas de 1970 e 1980, tendo como base empírica a leitura de revistas científicas paulistanas editadas nesse período. A escolha dessas décadas deveu-se aos conceitos foucaultianos de proveniência e emergência histórica. Dito de outra forma, por se considerar esses anos como o momento de virada, em que as homossexualidades deixaram de ter para a Medicina e a Psiquiatria, por exemplo, a concepção de sexualidade desviante, patológica, para tornarem-se uma possibilidade de identidade. Essa virada, por força do movimento social gay, tem como marcos a retirada da homossexualidade do rol dos transtornos mentais pela Associação Americana de Psquiatria, em 1973; pela Associação Americana de Psicologia, em 1975; e, finalmente, pela Organização Mundial da Saúde, em 1990. No Brasil, a despatologização foi feita, em 1985, pelo Conselho Federal de Medicina. O *Boletim de Psicologia,* publicado pela Associação de Psicologia de São Paulo, e a *Revista Brasileira de Psicanálise*, publicada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, foram integrados ao *corpus* da pesquisa pela importância que exerceram no campo da psicologia brasileira. Dado seu prestígio e sua capacidade de impacto, o periódico *Caderno de Pesquisa*, publicado pela Fundação Carlos Chagas, foi tomado como contraponto no campo educacional. No recolhimento do material, foram encontrados 414 exemplares dessas revistas, totalizando 3822 artigos. Destes, 27 (0,6%) apresentam conteúdos sobre a temática investigada, sendo 18 (0,4%) da área de Psicologia e 9 (0,2%) da área de Educação; 13 (0,3%) fazem parte do *Boletim de Psicologia*, 5 (0,1%) da *Revista Brasileira de Psicanálise*, e 9 (0,2%) dos *Cadernos de Pesquisa*. As análises dos discursos científicos foram realizadas por meio de teorias que os compreendem como formulações sociais e historicamente localizadas. Para tanto, utilizou-se como referencial a perspectiva foucaultiana, particularmente no que se refere à relação poder-saber-sexualidade, como também a teoria *Queer*. Os resultados sinalizam o relativo silêncio dessas revistas sobre um assunto debatido socialmente e com referências antigas no campo da Psicologia e da Educação. Apesar do movimento de retirada da homossexualidade do rol dos distúrbios patológicos, observada nos catálogos médicos, psiquiátricos e psicológicos, e dos avanços do movimento gay a partir da década de 1970, os discursos presentes nessas revistas científicas são elaborados, em sua maioria, principalmente no *Boletim de Psicologia* e na *Revista Brasileira de Psicanálise*, no sentido de patologizar as homossexualidades, apontando para sua identificação através de casos clínicos e também de testes psicológicos e, por conseguinte, para a suposta cura e prevenção.

Num sentido alternativo, foram encontrados, nos *Cadernos de Pesquisa*, discursos que vão no sentido liberalizante das sexualidades, mesmo não abordando de modo direto a homossexualidade. Os artigos analisados estão na contramão dos ganhos sociais, científicos e políticos do homossexual, uns permanecendo no sentido patologizador e outros não abordando diretamente o assunto. Com isso, mesmo estando em um período considerado repressor para as sexualidades dissidentes, os discursos reafirmam a dominação sobre as mentes e os corpos, o que se inscreve na crítica da hipótese repressiva de Foucault.

Palavras-chave: Homossexualidades. Revistas científicas. Discurso. Diversidade sexual. Testes (aplicação).

Abstract

EDDINE, Eder Ahmad Charaf. **The PSYCHOLOGY, THE EDUCATION AND THE HOMOSEXUALITIES: the normal and the pathological in the discursive Productions of the journals *Boletim de Psicologia, Revista Brasileira de Psicanálise e Cadernos de Pesquisa* from 1970 e 1980**. 2018, 254 f. Thesis (Doctorate in Education) – Education College, University of São Paulo, São Paulo, 2018).

The prejudices and moral judgments concerning human sexuality, especially when it escapes the social norm, do not go without repercussions in the scientific investigations, especially those located in the intersection between Psychology and Education. The following thesis has as its goal understand how the issue related to normality and pathology were joined in the way which the homosexualities were worked out by this knowledge fields in the 1970s and 1980s decades, having an empirical basis the reading of scientific journals published in this period from São Paulo. These decades were picked by the Foucauldian concepts of provenance and historical emergence. Putting in another way, considering these years as the turning point, in which homosexuality no longer has for Medicine and Psychiatry, for instance, the conception of deviant, pathological, to become a possibility of identity. This turning point, by pressure of the gay social movement, has as milestones the withdrawal of homosexuality from the list of mental disorders by the American Association of Psychiatry, in 1973; by American Association of Psychology, in 1975; and finally, by the World Health Organization, in 1990. In Brazil the depathologization occurred in 1985 by the Federal Board of Medicine. The *Boletim de Psicologia*, published by the Psychology Association of São Paulo, and the *Revista Brasileira de Psicanálise,* published by the Brazilian Society of Psychoanalysis of São Paulo, were integrated into the corpus of the research for the importance they exercised in the field of Brazilian psychology. Given its prestigie and impact capacity the journal *Caderno de Pesquisa*, published by the Carlos Chagas Foundation, was taken as a counterpoint in the educational field. Gathering the data, was found 414 copies of these journals, resulting a total of 3822 articles. 27 (0.6%) of the amount of articles present contents on the subject under investigation, of which 18 (0.4%) are in Psychology area and 9 (0.2%) of the Education area; 13 (0.3%) are part of the Psychology Bulletin, 5 (0.1%) of the Brazilian Journal of Psychoanalysis, and 9 (0.2%) of the Research Papers. The analyzes of the scientific discourses were carried out through theories that understand them as social formulations and historically localized. For that, the Foucaultian perspective was used as reference, particularly with regard to the power-knowledge-sexuality relation, as well as the Queer theory. The outcome indicates the relative silence of these journals on a socially debated subject and with previous references in the field of Psychology and Education. Despite the movement to remove homosexuality from the list of pathological disorders, observed in the medical, psychiatric and psychological catalogs and the advances of the gay movement since the 1970s, the discourses present in these scientific journals are mostly elaborated mainly in the Bulletin of Psychology and in the Brazilian Journal of Psychoanalysis, in the sense of pathologizing homosexuality, pointing to their identification through clinical cases and also of psychological tests and, therefore, for the supposed cure and prevention. In an alternative sense, in the *Cadernos de Pesquisa*, discourses have

been found that go in the liberalizing direction of sexualities, even though they do not directly address homosexuality. The analyzed articles are against the social, scientific and political gains of the homosexual, some remaining in the sense pathologizing and others not directly addressing the subject. Thus, even in a period considered repressive for dissident sexualities, discourses reaffirm domination over minds and bodies, which is inscribed in Foucault's critical repressive hypothesis.

Keywords: Homosexualities. Scientific Journals. Discourse. Sexual diversity. Tests (application).

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Capa da primeira edição da *Revista Brasileira de Psicanálise* de 1928 44
Figura 2 – Revista Brasileira de Psicanálise, volume 1, número 1, de 1967 45
Figura 3 – Capa do *Boletim de Psicologia*, ano 1, n. 1 47
Figura 3 – Sinais de homossexualidade no Z-teste 110
Figura 4 – Traços da personalidade homossexual 111
Figura 5 – Evolução patológica da homossexualidade 120
Figura 6 – Fases e níveis da prevenção da homossexualidade 125
Figura 7 – Lista de assuntos de Educação Sexual 140
Figura 8 – Contracapa do volume XXXV, n. 84, do *Boletim de Psicologia*, 1985 174
Figura 9 – Contracapa do volume XXXVI, n. 85, do *Boletim de Psicologia*, 1986 174

Lista de Quadros

Quadro 1 – Revistas de Psicologia e Educação pesquisadas 11
Quadro 2 – A homossexualidade no *Boletim de Psicologia* 60
Quadro 3 – A homossexualidade na *Revista Brasileira de Psicanálise* 62
Quadro 4 – A questão da diversidade sexual na revista *Cadernos de Pesquisa* 65
Quadro 5 – Artigos selecionados da revista *Boletim de Psicologia* 69
Quadro 6 – Artigos selecionados da *Revista Brasileira de Psicanálise* 74
Quadro 7 – Artigos selecionados da revista *Cadernos de Pesquisa* 76
Quadro 8 – Quadro com os autores, formação, instituição e artigos publicados 81
Quadro 9 – Autores mais citados nas revistas 155
Quadro 10 – Autores mais citados separados por área de Psicologia e de Educação 156
Quadro 11 – Títulos mais citados nas revistas 156
Quadro 12 – Títulos mais citados na revista de Educação 157
Quadro 13 – Títulos mais citados nas revistas de Psicologia 157
Quadro 14 – Quantidade de títulos por grupo discursivo 168

Lista de abreviaturas e siglas

APA	*American Psychiatric Association*
ASPSP	Associação de Psicologia de São Paulo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cescem	Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas
CID	Código Internacional de Doenças
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Fundação Carlos Chagas
Febrapsi	Federação Brasileira de Psicanálise
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Gepes	Ginásios Pluricurriculares Experimentais
GLBT	Lésbica, Gay, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
IPA	Associação Internacional de Psicanálise
Isop	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e Intersex
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PUC-Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPSP	Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
SciELO	*Scientific Electronic Library Online*
TAT	Teste de Apercepção Temática

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução **5**

1 Breve história das sexualidades ocidentais **18**

1.1 Breve percurso histórico das sexualidades ocidentais 18

1.2 As sexualidades ocidentais no século XX 32

2 A Psicologia e a Educação e suas principais revistas paulistanas: os discursos científicos sobre as homossexualidades **40**

2.1 Caracterização e gênese das revistas científicas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa* 40

2.2 Os estudos sobre as diferenças sexuais nas pesquisas brasileiras 49

3 "A homossexualidade é": os discursos científicos psicológicos e educacionais **59**

3.1 Apresentação dos artigos encontrados 59

3.2 As regularidades discursivas sobre a homossexualidade na produção científica paulistana das décadas de 1970 e 1980 67

3.2.1 "É a homossexualidade uma doença?": o patológico no discurso científico da Psicologia paulistana *85*

3.2.2 "Quantos sinais devem ser necessários para concluir que existe homossexualidade?": classificação e identificação do homossexual *103*

3.2.3 "Houve curas 'rápidas' bem como curas 'lentas'": tratamento e prevenção da homossexualidade *113*

3.2.4 "Progenitores tornam-se indutores da homossexualidade no filho": a família como consequência da homossexualidade *129*

3.3 "Qual o papel da escola na manutenção ou eliminação das desigualdades?": a Educação e seus discursos sobre as sexualidades 134

3.4 "Partindo das pesquisas citadas": uma análise das bibliografias 154

Considerações finais **176**

Referências **182**

Fontes Pesquisadas **200**

Apêndice **203**

Apêndice A – Compilação das referências bibliográficas 204

Introdução

Nos últimos anos, vem crescendo o número de pesquisas que tratam da homossexualidade sob vários aspectos, ou seja, abordando a formação de famílias homoafetivas e a violência contra as diversidades sexuais e aprofundando questões sobre a história da homossexualidade e do movimento homossexual, entre outros. Contudo, trata-se ainda de um tema bastante polêmico e de difícil acesso devido aos preconceitos existentes.

Não é fácil falar sobre a diversidade em uma sociedade na qual o ideal (inclusive educacional) é ter como padrão ser homem, heterossexual e branco. Nascimento et. al. (2015, p. 549) apontam que "[...] ainda são escassos os estudos que elegem os denominados arranjos entre pessoas do mesmo sexo como relevantes para ampliar a compreensão científica acerca dos relacionamentos amorosos".[1]

Ainda que tais dificuldades existam, acreditamos que pesquisas sobre as homossexualidades são por isso mesmo relevantes, pois percebemos avanços políticos, jurídicos, científicos e sociais importantes nas últimas décadas em torno desse tema. Mesmo assim, é notório que, nos últimos anos, temos assistido, nos debates políticos e religiosos, ao recrudescimento da onda conservadora que estigmatiza pessoas gays e lésbicas em razão da condenação moralista e do caráter religioso que cerca algumas percepções tradicionalistas. Em alguns meios e em algumas igrejas, essas pessoas são tratadas como pecadoras e desviantes, algumas vezes com respaldos, ou falsos respaldos, das ciências biológicas, antropológicas e psicológicas.

A temática sempre foi muito cara para mim, pois desde a infância sofri na pele os preconceitos e os estigmas que caem sobre os sujeitos homossexuais. Já fui chamado na rua, na família e nas escolas de "bichinha", "viadinho", "mulherzinha", entre outras coisas, e apanhei algumas vezes por não me portar como "homem de verdade". No final da minha graduação em Psicologia, na monografia, investiguei o que uma revista da área, direcionada ao grande público, relatava sobre a homossexualidade. Percebi que, mesmo a publicação sendo chamada para o debate, a partir das cartas dos leitores, ainda havia uma escassez de artigos sobre o tema e,

[1] Necessário destacar que na Grécia Antiga, a relação pedagógica era basicamente uma relação homoafetiva entre um cidadão mais velho e um jovem. Temos como exemplo o celebrado *Banquete*, de Platão, que trata sobre o amor, basicamente o amor homoafetivo.

quando tratado, ainda estava muito aquém de um debate profícuo e desistigmatizante. (LIMA; EDDINE, 2015).

Fry e MacRae (1983) apontam que não existe uma única homossexualidade e, ao responderem “o que é homossexualidade?”, relatam que:

> Esta pergunta tem como pressuposto que a homossexualidade é alguma coisa. O problema é que a homossexualidade é uma infinita variação sobre o mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas. Assim, ela é uma coisa na Grécia Antiga, outra coisa na Europa do fim do século XIX, outra coisa ainda entre nos índios Guaiaqui do Paraguai. Com este mesmo raciocínio, a homossexualidade pode ser uma coisa para um camponês do Mato Grosso, outra coisa para um candidato a governador do Estado de São Paulo em 1982 e, de fato, tantas coisas quanto os diversos segmentos sociais da sociedade brasileira contemporânea. (p. 7).

Assim, podemos falar em homossexualidades, no plural, pois existem diversas formas de compreender, de ser e de existir homossexual. São proposições históricas e sociais dos sujeitos que vivenciam suas sexualidades e seus modos de ser no mundo.

Alguns estudiosos relatam que a expressão homossexual foi usada pela primeira vez em 1869, contudo outras nomenclaturas foram e são usadas, de maneira pejorativa ou não, para se referir aos sujeitos que vivenciam sua sexualidade com pessoas do mesmo sexo, tais como: pederasta, uranista, sodomita, lésbica, gay, invertido, homoerótico, entre outras.

Todas essas nomenclaturas foram discutidas pelos grupos militantes, pela academia e por órgãos governamentais e se constituem como campos identitários e políticos, com disputas e lutas por reconhecimento e direitos. Desse modo, outra questão a ser considerada são as siglas que estão associadas ao movimento homossexual, tais como: Movimento Gay, GLS (Gay, Lésbica e Simpatizantes), GLBT (Gay, Lésbica, Bissexuais, Transexuais), LGBT (Lésbica, Gay, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros) e LGBTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e Intersex).

As siglas e os termos foram se alterando com o tempo, num importante passo para a inclusão de diversas sexualidades não hegemônicas, e também como expressão de luta pela visibilidade lésbica – inserindo o L como a primeira letra da sigla – e pela despatologização, que procura retirar as homossexualidades do rol das doenças médico-psiquiátricas, em 1973, pela Associação Americana de Psiquiatria. Com isso, a expressão homossexualismo também entrou em discussão pelo movimento LGBT, que considera o sufixo “ismo” como doença.

A Psicologia, ciência do comportamento humano, também foi chamada para auxiliar na busca da compreensão, identificação e classificação da homossexualidade. Desde Durkheim (1858-1917) há um consenso de que a Psicologia é uma ciência capaz de contribuir, juntamente com a Sociologia, com questões ligadas à Educação. Como mais tarde analizará Foucault, falando sobre a gênese das ciências humanas, para Durkheim a Psicologia e, em especial, a Psicologia infantil teria um papel a desempenhar na constituição dos métodos educacionais. “Como nenhum método pode ser aplicado da mesma maneira nas diferentes crianças, é mais uma vez a Psicologia que deve nos ajudar a nos situar em meio à diversidade das inteligências e carateres” (DURKHEIM, 2014, p. 115).

Assim, os aportes teóricos da Psicologia marcariam, desde o início do século XX, a compreensão dos fenômenos educativos, o entendimento do desenvolvimento, a aprendizagem, a própria noção de metodologias de ensino, de criança, de escola etc. A partir de então, Psicologia e Educação manteriam estreitas relações, configurando-se, nas suas formulações extremas, naquilo que foi chamado, nas décadas de 1970 e 1980, pejorativamente, de psicologismo na Educação. (ALVITE, 1987; FREITAS, 1995).

Foi a partir dessas áreas de conhecimento – Psicologia e Educação – que formulamos as questões iniciais que impulsionaram esta pesquisa: os discursos científicos sobre a homossexualidade veiculados nas revistas de Psicologia e de Educação foram trabalhados a partir da perspectiva do normal e do patológico? Como esses discursos sobre normalidade e patologia aparecem quando as questões sobre as sexualidades são trabalhadas nos artigos científicos? Há um silenciamento sobre o tema da homossexualidade nos periódicos de Psicologia e de Educação nas décadas de 1970 e 1980?

Assim, o presente trabalho busca responder se as questões sobre as homossexualidades foram trabalhadas pela Psicologia e pela Educação na chave do normal e do patológico, como também descrever e compreender, no período elencado, como se elaborou o discurso científico psicológico e educacional no sentido de perceber essa relação no que se refere às homossexualidades. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: (a) Analisar o normal e o patológico nos discursos científicos sobre as homossexualidades em revistas de Psicologia e de Educação; (b) Descrever como as questões de normalidade e patologia foram trabalhadas nos discursos sobre as homossexualidades nas revistas científicas de

Psicologia e de Educação; e (c) Comparar os discursos sobre as homossexualidades na produção científica psicológica e educacional brasileira entre as décadas de 1970 e 1980.

A construção do *corpus* para análise foi realizada a partir do recorte das décadas de 1970 e 1980, escolhido após a fase de leitura atenta dos artigos encontrados e também por esse período ser considerado como de transição, uma vez que a homossexualidade, a partir desse momento, passou não mais a ser vista como um fator patológico e desviante para ser aceita como uma das identidades possíveis, ou forma possível de identidade. Ainda, trata-se de uma época em que se encontra maior produção da temática nas revistas, processo denominado por Foucault (2015) de proveniência (*Herkunft*) e de emergência (*Entestehung*), ou seja, o período no qual se destaca a maior quantidade e a proliferação dessa temática; a origem ou o princípio, o que salta aos olhos quando surge a ruptura, o descontínuo.

Para o autor, "[...] a proveniência permite também reencontrar, sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graça aos quais, contra os quais) eles se formaram" (2015, p. 62). É na proveniência que se demarcam os acidentes, os ínfimos desvios e/ou as inversões completas.

> A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. [...] Enfim, a proveniência diz respeito ao corpo. Ela se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo. Má alimentação, má respiração, corpo débil e vergado daqueles cujos ancestrais cometeram erros; que os pais tomem os efeitos por causas, acreditem na realidade do além, ou coloquem o valor eterno, é o corpo das crianças que sofrerá com isso. (FOUCAULT, 2015, p. 63-64).

Por emergência, o autor entende que é o ponto de surgimento, é "o princípio e a lei singular de um aparecimento" (2015, p. 65). A emergência é a entrada em cena das forças, é a interrupção, "[...] o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude". (FOUCAULT, 2015, p. 67).

Desse modo, a partir da análise da proveniência e da emergência do material levantado, escolhemos para a pesquisa as décadas de 1970 e 1980, período que corresponde, também, às lutas pelos diretos civis do pós-1960 e se insere nos anos da ditadura civil e militar brasileira (1964-1985). Não por acaso, foi a época que se destacou tanto pelas violências dirigidas contra pessoas homossexuais, como também pelas ações de resistências. (GREEN; QUINALHA, 2014). Dessa maneira, a

hipótese do trabalho é de que as produções elencadas são formulações de resistência ou de construção classificatória e de tratamento, pois as sexualidades ditas desviantes estão nelas permeadas pelos discursos científicos que também as colocam como doenças. Esses discursos foram estabelecidos pelo poder médico e um ramo desse poder, a Psicologia, ligada à Biologia, legisla sobre a Educação, construindo testes para identificar e separar.

Nessa direção, criam-se compreensões normais e patológicas da sexualidade, conceitos esses que usaremos em neste trabalho, pois, para Canguilhem (2009), o conceito de normal não é estático ou pacífico, nem sequer estatístico, mas sim determinantemente normativo, impondo regras aos discursos e aos sujeitos. Sendo assim, o normal é social e culturalmente definido e, dessa forma, se estabelece automaticamente o anormal como campo negativo da norma. Segundo o teórico:

> Definir o anormal por meio do que é de mais ou de menos é reconhecer o caráter normativo do estado dito normal. Esse estado normal ou fisiológico deixa de ser apenas uma disposição detectável e explicável como um fato, para ser a manifestação do apego a algum valor. (CANGUILHEM, 2009, p. 20).

O indivíduo anormal é aquele que não estaria inserido nas normas dos discursos estabelecidos. Para Foucault (2010):

> O indivíduo “anormal”, que é considerado desde o final do século XIX por tantas instituições, discursos e saberes, deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do monstro das multidões, dos incorrigíveis, detidos pelos aparelhos de adestramento, e do universal secreto das sexualidades infantis. (FOUCAULT, 2010, p. 288).

Assim, as sexualidades desviantes das normas do poder médico colocariam o sujeito na categoria de anormal, com suas patologias sexuais. A Psicologia surge, então, como Psicologia da análise do anormal, do patológico, do conflituoso (FOUCAULT, 2014f).

Para tal intento, escolhemos analisar o normal e o patológico nos discursos sobre as homossexualidades nas revistas de Psicologia, *Boletim de Psicologia* e *Revista Brasileira de Psicanálise*, e na considerada a principal revista de científica e acadêmica Educação de São Paulo, os *Cadernos de Pesquisa* nas décadas de 1970 e 1980.

As revistas de Psicologia foram escolhidas após levantamento prévio das primeiras produções brasileiras dessa área nas bibliotecas do Instituto de Psicologia

e da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)[2]. Foram encontrados, então, os seguintes títulos: *Boletim de Psicologia* (BP)*; Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP)*; Revista de Psicologia Normal e Patológica* (RPNP) *e Arquivos Brasileiros de Psicologia* (ABP).[3]

No campo educacional, utilizaremos como fonte a revista *Cadernos de Pesquisas* (CP) da Fundação Carlos Chagas (FCC). A revista é considerada a mais importante e a mais influente na área da Educação e, publicada desde 1971, tem como objetivo divulgar a produção acadêmica relacionada à Educação de maneira ampla. A escolha dessa revista para a presente pesquisa se faz por ser uma produção paulistana com repercussão e abrangência nacionais.

Realizamos a leitura atenta dos títulos e a leitura flutuante dos artigos desde o primeiro exemplar dessas publicações, ou seja, os anos de 1949 para BP; de 1967 para RBP; e de 1971 para CP, totalizando 3.822 artigos analisados[4] e, após leitura atenta, selecionamos as décadas de 1970 e 1980 por ter sido o período de maior produção sobre a temática, sendo os anos de emergência e proveniência, respectivamente, ou seja, aqueles em que é possível observar os discursos anteriores e posteriores à retirada da homossexualidade da categoria de doença e à ampliação do movimento gay. Foram encontrados 21 artigos que abordam direta ou indiretamente a temática e que constituem o *corpus* deste trabalho, sendo 18 da área de Psicologia e 9 da área de Educação.

O quadro 1 mostra a quantidade de volumes que encontramos no *Boletim de Psicologia*, na *Revista Brasileira de Psicanálise* e nos *Cadernos de Pesquisa*, e a quantidade de artigos selecionados para análise:

---

[2] As bibliotecas foram escolhidas após levantamento realizado nos sistemas de bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de São Paulo (USP), ambas as instituições contêm os mesmos títulos de revistas, mas as bibliotecas da USP estão com o acervo mais completo.

[3] Durante a seleção, descartamos a *Revista de Psicologia Normal e Patológica* porque, nessa publicação, encontramos somente um artigo que aborda a homossexualidade e ele já aparece no *Boletim de Psicologia*. Também excluímos os *Arquivos Brasileiros de Psicologia* por conterem somente três artigos sobre a temática, sendo um já publicado no *Boletim de Psicologia*. Sobrando, assim, somente as publicações paulistanas.

[4] Fotografamos as capas, os sumários e os artigos de interesse, totalizando 3.664 imagens, as quais foram agrupadas com a descrição da revista de origem e por ordem de data de publicação. Posteriormente, realizamos a impressão dos artigos que abordam o tema da homossexualidade para análise.

Quadro 1 – Revistas de Psicologia e Educação pesquisadas

Título do periódico	Quantidade de revistas encontradas	Quantidade de artigos nas revistas	Quantidade de artigos que abordam a temática
Boletim de Psicologia	90	754	13
Revista Brasileira de Psicanálise	174	1.769	5
Cadernos de Pesquisa	150	1.299	9
Total	414	3.822	27

Fonte: EDDINE, 2016.

Para realizarmos as análises dos discursos científicos encontrados, partimos do pressuposto de que esses discursos são sociais e historicamente formulados, ou seja, são produtos sócio-históricos e culturais. Tais discursos estão na inter-relação entre conhecimento, poder, saber e sexualidade. Por esse motivo, estamos inseridos no âmbito de discursos datados e que partem de formulações que surgiram e foram transformadas ao longo da história. Ou seja, analisaremos os ditos e os não ditos, que, para Foucault (2015), são os aspetos do dispositivo, que é, resumidamente, um conjunto heterogêneo de elementos que comporta os discursos, as instituições, as leis, as proposições morais, os enunciados científicos, o dito e o não dito etc. Ou seja, uma rede de práxis, de saberes, de medidas, de instituições em que os objetivos podem ser os de administrar, de governar, de controlar e o de orientar e que se inscreve nos gestos e nos pensamentos dos sujeitos, ou seja, tem uma função concreta e estratégica de relação de poder.

Agamben (2005, p. 13) amplia o conceito foucaultiano de dispositivo e diz que pode ser "[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes". O dispositivo prolifera e implica um processo de subjetivação e, por estarmos em uma sociedade disciplinar, ele visa a uma série de práticas, de discursos e de saberes que produzem corpos dóceis. Já Fischer (2003) relata que as análises discursivas foucaultianas originam-se das lutas e práticas muito concretas, dentro do campo complexo em que elas se articulam e se efetivam como práticas discursivas e não discursivas:

> Não se trata, portanto, de um real revelado pela linguagem, mas de discursos que nascem igualmente sob um fundo de discursos, discursos em relação, a partir de cuja análise podemos desenhar figuras próprias de uma certa época e não objetos eternos que vão tomando novas formas "através dos tempos".

> Vale repetir: a análise desses discursos terá que dar conta, necessariamente, de uma história e a história está diretamente relacionada a práticas sociais e institucionais muito específicas. (FISCHER, 2003, p. 384).

Foucault (2014d) aponta que em toda sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, "[...] que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". (p. 9).

O autor esclarece que, em uma sociedade como a nossa, existem procedimentos de exclusão e que o mais evidente e familiar é a interdição. Não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância e qualquer um não pode falar de qualquer coisa. E, assim, os três tipos de interdições que se cruzam – o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito – formam uma grade complexa que não cessa de se modificar.

Os maiores tabus são, segundo o autor, as regiões da sexualidade e as da política. Nessas regiões, o discurso está longe de ser transparente ou neutro, pois, se assim fosse, a sexualidade se desarmaria e a política se pacificaria. E, por esse motivo, são os lugares onde se exercem alguns de seus mais temíveis poderes.

No discurso sobre a sexualidade, mesmo que ele aparentemente possua conteúdo escasso, as interdições revelam sua ligação com o desejo e com o poder:

> Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014d, p. 9-10).

Como Foucault, pensamos que a história da sexualidade deve ser feita, antes de qualquer coisa, do ponto de vista de uma história dos discursos, os quais estão em estreita relação entre poder, saber e sexualidade. Para o autor, o poder está em toda parte; não porque engloba tudo, mas porque provém de todos os lugares:

> O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Em seguida, que o poder prescreve ao sexo uma "ordem" que funciona, ao mesmo tempo, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei. (FOUCAULT, 2014a, p. 64).

Dentro dessa linha, segundo o teórico, o poder não é algo que se adquire, arrebate, compartilhe, guarde ou deixe escapar. Ele se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis.

As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, como os processos econômicos, as trocas de conhecimentos, as relações sexuais, mas lhes são imanentes, ou seja, são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nessas relações e, reciprocamente, são as condições internas dessas diferenciações. Pensando dessa forma, as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução, mas possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor. (FOUCAULT, 2014a).

O poder, dessa forma, vem de todos os lados e não como matriz geral entre dominadores e dominados, ou seja, não somente de cima para baixo; sendo assim, não se constitui como oposição binária. As relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas, mas isso não necessariamente resulta de escolhas ou das decisões dos sujeitos, individualmente.

Deve-se pensar que existem pontos de resistência que estão presentes em toda a rede de poder. Dessa forma, não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, um discurso contraposto. Para Foucault (2014a), os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força: “[...] podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas” (p. 80).

Portanto, não se trata de perguntar aos discursos sobre o sexo de quais teorias implícitas derivam ou quais divisões morais introduzem, ou se eles representam a ideologia dominante ou dominada. Ao contrário, cumpre interrogar nos dois níveis: o de sua produtividade tática, ou seja, que efeitos recíprocos, de poder e saber, proporcionam; e o de sua integração estratégica, nesse caso, qual conjuntura e que correlação de forças tornam necessária sua utilização em determinados episódios dos diversos confrontos produzidos. (FOUCAULT, 2014a).

O autor esclarece que os discursos, como os silêncios, não são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele; e também é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder e ainda obstáculo, escora, ponto de resistência ou de partida de uma estratégia oposta.

Portanto, para o autor, o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o abala, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão refúgio ao poder, fixam suas interdições, mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 2014a).

A análise foucaultiana das inter-relações do conhecimento, poder e sexualidade foi o mais importante catalisador intelectual da Teoria *Queer* (SPARGO, 2004). Essa perspectiva teórica nasce com as reflexões críticas advindas do movimento de liberação gay e do feminismo lésbico. Esses movimentos, em suas análises, possibilitaram o rompimento com os modelos que buscavam definir e legitimar uma única identidade homossexual:

> A política da identidade, desenvolvida até então, passou a ser criticada pela perspectiva *queer*, ao passo que essa deixa de fora certos sujeitos que não faziam parte de um pretenso modelo identitário de homossexualidade, então hegemônico, construído pelo movimento gay lésbico. Por exemplo, travestis, *drag queens*, sadomasoquistas, além de não possuírem um mesmo *status* de reconhecimento identitário, eram também vítimas de preconceito e exclusão dentro do próprio movimento homossexual. (FURLANI, 2011, p. 35).

A Teoria *Queer* irá questionar, além do caráter fixo de uma identidade homossexual, os seus limites e suas fronteiras. Segundo Furlani (2011), nessa visão, substitui-se a noção de uma identidade fixa e única por uma política da diferença, que é o conceito central também dentro do pós-estruturalismo foucaultiano, caracterizando um novo momento: uma política pós-identitária.

As origens históricas do *queer*, na década de 1980, se inserem em um cenário propiciado pelos novos movimentos sociais surgidos quase três décadas antes, sobretudo pelos movimentos em prol dos direitos civis nos Estados Unidos. É, portanto, na época da contracultura que os movimentos feministas e gays ganham força e visibilidade. Segundo a formulação de Miskolci, “[...] costumam ser associados à emergência de novos sujeitos históricos que passam a demandar direitos e também a influenciar na produção do conhecimento.” (MISKOLCI, 2015, p. 13).

Para o autor, nossa sociedade se assenta no que denominou de heterossexualidade compulsória.

> A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade. (MISKOLCI, 2015, p. 15).

Por isso, os casos de violências, que atualmente são chamadas de homofobia, não se dirigem igualmente a todos os sujeitos homossexuais, mas, inicial e mais frequentemente, a quem não segue o padrão heterossexual. Nesse sentido, heterossexuais e homossexuais podem ser normalizados e preconceituosos com aquele que vive, se comporta ou pensa diferente e, nesse sentido, muitos homossexuais ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade.

Partindo da perspectiva *queer*, podemos afirmar que as identidades socialmente prescritas são uma forma de disciplinamento social, de controle e de normalização. Essa perspectiva pensa a sexualidade e outras diferenças como culturais e políticas e como parte da vida cotidiana, não afetando as pessoas apenas como assunto de saúde pública.

A Teoria *Queer* ganha força e se estabelece historicamente em virtude do surgimento da epidemia da Aids, que gerou um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos, associado, principalmente nos Estados Unidos, a uma recusa estatal em reconhecer a emergência de saúde pública.

> A partir da experiência histórica recente do Aids, a abjeção ganhou maior relevância na forma como passamos a pensar as relações sociais. Em nossa sociedade, o desejo por pessoas do mesmo sexo tende a ser visto como algo abjeto, e esse triste fato ajudou a caracterizar a eclosão da epidemia de HIV/Aids na década de oitenta como um pânico sexual, uma reação contra a homossexualidade, entendida como uma espécie de ameaça coletiva. Se isso já se passava antes, a partir da epidemia essa noção foi reforçada e disseminada, de maneira que, até hoje, ser chamado de homossexual quase sempre equivale a ser xingado, um chamado a se autocompreender e, ao mesmo tempo, a constatar a condenação social do que se é. (MISKOLCI, 2015, p. 44).

Furlani (2011), Miskolci (2015) e Louro (2008) lembram que *queer* é um xingamento, é uma palavra de baixo calão em inglês e que a ideia por trás do *Queer Nation* era a de denúncia de que parte da nação foi rejeitada, humilhada e considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo de contaminação. “É assim que surge o queer, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela Aids.” (MISKOLCI, 2015, p. 24).

Diante dessas questões, há uma nova forma de movimento, pois enquanto o movimento homossexual vigente no período apontava para adaptar os homossexuais às demandas sociais, para incorporá-los socialmente, os *queer* preferiam enfrentar o desafio de mudar a sociedade da maneira como ela lhes seja aceitável. Assim, o

movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos: os *queer* criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma.

> Em resumo, o antigo movimento homossexual denunciava a heterossexualidade como sendo compulsória, o que podia ser também compreendido como uma defesa da homossexualidade. O novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo. (MISKOLCI, 2015, p. 25).

A Teoria *Queer* não é, portanto, uma defesa da homossexualidade; é, antes de tudo, a recusa dos valores morais violentos que instituem e criam os sujeitos abjetos, criticando essa fronteira rígida que divide as pessoas entre as que são socialmente aceitas e as que são relegadas à humilhação e ao desprezo coletivo.

Para Miskolci (2015), o *queer* está relacionado a tudo que é socialmente chamado de estranho, anormal e, sobretudo, abjeto. A abjeção pode ser expressa de diversas formas, uma delas, que o autor cita como exemplo, é a fronteira que divide os seres humanos entre brancos e negros, relegando aos negros o papel subalternizado e de sujeitos com menos direitos e carentes de reconhecimento. Como a abjeção costuma lidar com o que há de mais íntimo em nós, é compreensível que ela passe muito pela sexualidade: “O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante” (p. 43).

O referencial foucaultiano juntamente com a Teoria *Queer* embasarão as análises dos discursos científicos dos artigos deste trabalho. No primeiro capítulo, realizaremos um esboço histórico sobre as sexualidades ocidentais. Dividido em dois momentos, o primeiro faz um breve relato da história das sexualidades ocidentais até o século XIX, a partir de pesquisadores e historiadores que trazem essa temática numa perspectiva foucaultiana. No segundo momento, trazemos as visões medicalizantes, jurídicas e sociais sobre a sexualidade e as ações repressivas ocorridas no século XX e, também, as formas de resistências e manifestações liberalizantes que aconteceram a partir da segunda metade desse século.

Já no capítulo 2, caracterizamos e descrevemos as revistas de Psicologia e de Educação paulistanas que são objeto desta pesquisa, o *Boletim de Psicologia*, a *Revista Brasileira de Psicanálise* e, finalmente, os *Cadernos de Pesquisa,*

contextualizando-as dentro da história da Psicologia e da Educação. Tais caracterizações são necessárias para estabelecermos a origem e o lugar do discurso desses periódicos. Em seguida, traremos um levantamento de algumas pesquisas brasileiras que se empenharam em analisar a homossexualidade nas áreas da Psicologia e da Educação.

Por fim, no capítulo 3, organizamos e descrevemos os artigos pesquisados para realizarmos as análises dos discursos científicos sobre a homossexualidade. Assim, apresentaremos os artigos encontrados, a partir dos títulos, autores e localização nas revistas, depois traremos um quadro contendo o resumo dos conteúdos desses artigos, uma pequena biografia de seus autores e uma seleção das principais formulações encontradas sobre as homossexualidades. Na segunda parte do capítulo, descreveremos e analisaremos os discursos científicos encontrados.

1 Breve história das sexualidades ocidentais

> Precisamos *verdadeiramente* de um *verdadeiro sexo?* (FOUCAULT, 1982, p. 1).

Neste capítulo, faremos dois esboços: o primeiro trará um breve relato da história das sexualidades ocidentais, até o final do século XIX, a partir de teóricos que discutem essa temática, mais precisamente por meio das pesquisas foucaultianas. No segundo momento, nos ateremos aos desdobramentos das compreensões anteriores, as ações que essas visões medicalizantes, jurídicas e sociais ocasionaram e as consequências causadas no século XX, assim como as resistências e manifestações a partir da segunda metade do século passado.

1.1 Breve percurso histórico das sexualidades ocidentais

Para melhor compreender as raízes das concepções sobre sexualidade, torna-se necessário um breve percurso pela história da sexualidade ocidental. Mesmo tendo recortado um tempo histórico em que serão analisadas as questões referentes à homossexualidade, uma breve história da questão desde a Antiguidade será necessária para que os problemas levantados na atualidade sejam entendidos.

Na sociedade ocidental, não somente as questões sobre a homossexualidade, mas a sexualidade de modo geral – como a sexualidade infantil, a feminina, a bissexualidade, entre outras formas pelas quais o sujeito vivencia essa questão –, vêm sendo alvo dos discursos médico, jurídico e científico. O padrão que serve de modelo é representado pelo casal heterossexual forjado pelos discursos científicos e sociais do século XVIII e pelo discurso religioso, ambos presentes até os dias atuais.

Dessa forma, quem dita a lei sobre a sexualidade é o casal formado por um homem e uma mulher, procriador e legítimo, regulado para a geração e a procriação. Ou seja, é esse tipo de casal que “Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo”. (FOUCAULT, 2014a, p. 7). Dessa forma, o que foge a esse modelo é tido como errado, pecado, expulso, negado e reduzido ao silêncio.

A conduta sexual, desde o início do cristianismo medieval, se vincula à castidade e ao pecado da carne. Até o Concílio de Latrão, a castidade era um ideal cristão a ser atingido, porém alcançado por poucos, uma vez que as práticas de sexo

pré-conjugais eram toleradas e a sexualidade da criança era reconhecida, pois não existia o conceito atual de infância e nem a necessidade de protegê-las do conhecimento da sexualidade, do nascimento e da morte.

Com o estabelecimento do Concílio de Latrão, em 1215, a confissão dos pecados torna-se obrigatória e anual, e tudo o que transgride os mandamentos e prescrições da Igreja deve ser dito e confessado, incluindo a sexualidade (FOUCAULT, 2014a). Mesmo com o estabelecimento dos ditos obrigatórios e dentro da ótica do pecado, da culpa, da confissão, da penitência e do perdão, as práticas sexuais ilícitas não condenavam o pecador, pois os interditos recaíam sobre o pecado, não sobre aquele que o praticava, o qual era passível de salvação. Para tanto, bastava a confissão e o perdão.

A partir de então, segundo Foucault (2014a), o Ocidente se tornou uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na Justiça, na Medicina, na Pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes.

> [...] confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. (p. 46).

A confissão ultrapassa séculos e permanece até os nossos dias. Confessar a sexualidade tornou-se algo obrigatório aos pais, à escola, ao médico, à justiça. Desde a instituição da penitência cristã até os nossos dias, o sexo tem sido a matéria privilegiada de confissão.

Souza (1977) aponta que, durante o Renascimento, a literatura médica, enquanto guardiã de uma severidade, é escassa sobre a sexualidade e, quando o tema aparece, está cercado por um tom moralizante. No início do século XVIII, assiste-se a uma proliferação dessa literatura, oscilando entre o tom complacente do século anterior e o de ameaça que anuncia o século seguinte.

O homossexual, que é estigmatizado a partir do século XVIII pela ciência médica como uma espécie de monstruosidade, de hermafrodita interior, era visto na Idade Média como um pecador renitente, mas passível ainda de salvação eterna. Como dissemos anteriormente, essa visão foi iniciada no século XVIII pelo discurso médico que associava a sexualidade humana à animal, relegando a experiência

sexual humana apenas para a reprodução, assim o desvio era estigmatizado e criminalizado.

> Práticas como a masturbação, a bestialidade ou zooerastia, a homossexualidade e o lesbianismo foram sucessivamente ignoradas, toleradas ou reprimidas ao longo de todo o Antigo Regime. A religião e os poderes seculares mobilizaram-se periodicamente para reformar um corpo social culpado de pecados "contra a natureza", enquanto que a medicalização da sexualidade – em expansão desde a segunda metade do século XVII – visava antes de tudo cuidar dos corpos individuais afligidos pelos efeitos deletérios de práticas consideradas doentias. (MATTHEWS-GRIECO, 2012, p. 275).

Foucault (2014a) esclarece que, por volta do século XVIII, a fala do sexo está ligada a uma incitação política, econômica e técnica. "E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais." (p. 17). O sexo se torna questão de polícia, mas, segundo o autor, no sentido pleno e forte que se atribuía então a essa palavra; não como repressão da desordem, mas sim como majoração ordenada das forças coletivas e individuais.

Ordenar então o problema econômico e político da população e, dessa forma, o sexo, torna-se o meio pelo qual se analisa a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas:

> Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. (FOUCAULT, 2014a, p. 20).

No que diz respeito às questões do sexo na infância, afirma-se, segundo Foucault (2014a), que a época clássica o submeteu a uma ocultação da qual só se liberou com os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade,* de Sigmund Freud (1996), e que, na Idade Média não existia mais a antiga antiga linguagem livre entre crianças e adultos e alunos e professores, para o autor:

> Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. (FOUCAULT, 2014a, p. 21).

O sexo passa a ser assunto de Estado, que começa a se preocupar com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem, como também com o fato de que cada um seja capaz de controlar sua prática, um dos processos que Foucault denominou de “biopolítica”, ou seja, práticas e saberes que atuam sobre a vida e o corpo. Segundo Miskolci (2013, p. 42), biopolítica se refere “[...] à emergência e expansão histórica de um conjunto de saberes e práticas que atuam sobre a vida dos corpos e das populações”.

Para Foucault (2014a), as concepções sobre o corpo constroem poderes sobre ele e, ao se formular o conceito de corpo como máquina, elaboram-se procedimentos disciplinares para seu adestramento e docilidade. A partir do século XVIII, ao concentrar-se no corpo-espécie, no processo biológico, há o controle regulador, ou seja, a biopolítica da população. “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (p. 150).

Para o autor, o homem ocidental aprende como é ser uma espécie viva em um mundo vivo, ou seja, como é ter um corpo, como controlar e modificar suas condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e espaço de partilha social.

> [...] o biológico reflete no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e da sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 2014a, p. 154).

Heller e Fehér (1995) esclarecem que a biopolítica encontra-se em todos os âmbitos da vida e todas as tendências dinâmicas da modernidade foram contrárias ao corpo. Historicamente, o objetivo principal do processo civilizador é higiênico e ético, e isso cria biopolíticas de regulamentação do corpo. Contudo, mais recentemente, a democracia foi obrigada a aceitar os valores supremos de liberdade e de vida, o que representou a liberdade e a vida do corpo, fazendo surgir movimentos biopolíticos de posições contrárias. Segundo os autores, o exemplo mais veemente em relação a isso, em nossa época, é o tema do aborto, em torno do qual existem dois tipos de movimentos biopolíticos: o de pró-decisão e o de pró-vida, e ambos querem legislar sobre o corpo.

Desse modo, percebemos como o sexo, que é parte fundamental da sociedade, é regulado, disciplinado, e constitui-se como disputa política, ou seja, é parte da biopolítica:

> É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. (FOUCAULT, 2014a, p. 157).

Fazemos parte de uma sociedade da sexualidade em que os mecanismos de poder conduzem ao corpo, à vida, ao que propaga e reforça a espécie. “Saúde, progenitura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo.” (FOUCAULT, 2014a, p. 160).

A Medicina e a Psiquiatria constituem outros campos conceituais que, a partir do século XVIII ou do século XIX, entraram em atividade para suscitar os discursos sobre o sexo. Segundo Foucault (2015, p. 144), “[...] a medicina é uma estratégia biopolítica”. Há uma ampla literatura sobre as doenças dos nervos, o combate ao onanismo, a etiologia das doenças mentais e o conjunto das perversões sexuais; e o discurso da justiça penal, que, por muito tempo, ocupou-se da sexualidade, sobretudo sob a forma de crimes crapulosos e antinaturais.

Posteriormente, por volta da metade do século XIX, a literatura médica e jurídica se abriu à jurisdição dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância. Enfim, todos esses controles sociais que se desenvolveram desde então e que filtram e normalizam a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo. Cria-se, assim, os especialistas na sexualidade humana,

> [...] tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele. (FOUCAULT, 2014a, p. 23).

A partir daí, os desvios não serão mais tolerados, uma vez que a norma imposta é a da reprodução; os desvios não tolerados são patologias que afetam não só o indivíduo, mas teriam repercussões sobre a descendência. A teoria que entra em vigor é a de que as espécies nascem, crescem e morrem. Assim, essa teoria se preocupa com a degenerescência e, com isso, tudo que culmina na degenerescência não pode ser tolerado, inclusive a homossexualidade, que, como discorreremos mais adiante, passa a ser vista como um sinal inequívoco de degenerescência da espécie.

A importância de Freud (1856-1939) para a descontinuidade dessa teoria da degenerescência é a de dissociar a homossexualidade da hereditariedade e da degenerescência da espécie. Em seus estudos, Freud mostra que: 1. há uma diversidade das manifestações homossexuais; 2. as civilizações no seu auge praticavam o amor homoerótico, como exemplo a Grécia Antiga e a Roma Antiga; 3. muitas pessoas de elevado senso moral, desenvolvimento intelectual e humano, como grandes artistas, a exemplo de Leonardo da Vinci (1452-1519), foram homossexuais; 4. a análise da homossexualidade, a partir da percepção de que a sexualidade determina objetos, foi a base para que e Freud demonstrasse o seu papel fundamental na teoria que desenvolveu sobre o Complexo de Édipo.

Como já dissemos anteriormente, a Idade Média tinha organizado, acerca do tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na Demografia, na Biologia, na Medicina, na Psiquiatria, na Psicologia, na moral e na crítica política. (FOUCAULT, 2014a).

O autor afirma que as sociedades modernas não condenam o sexo a permanecer na obscuridade, mas que é próprio dessa sociedade ter devotado a falar dele sempre, valorizando-o como “o segredo”:

> Pode ser, muito bem, que a intervenção da Igreja na sexualidade conjugal e sua repulsa às "fraudes" contra a procriação tenham perdido, nos últimos 200 anos, muito de sua insistência. Entretanto, a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais "incompletas"; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao "desenvolvimento" e às "perturbações" do instinto; empreendeu a gestão de todos eles. (FOUCAULT, 2014a, p. 32).

Cria-se, assim, uma nova caça às sexualidades periféricas, o que provoca a incorporação das perversões e uma nova especificação dos indivíduos. A sodomia, descrita nos antigos tratados de direitos civis ou canônicos, era um tipo de ato interdito e o autor era tido como réu. Agora, objeto de interesse da Medicina e da Psiquiatria, segundo o teórico (2014a), o homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa.

> É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica

> e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada — o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as "sensações sexuais contrárias" pode servir de data natalícia — menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 2014a, p. 34).

Nesse período, o prazer se difunde através do poder cerceador que fixa o prazer recém-desvendado. Temos, assim, o exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares que podem, como objetivo global e aparente, dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas: contudo, na realidade, segundo o autor, “[...] funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder” (p. 36).

Foucault aponta que as instituições escolares ou psiquiátricas com sua população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres. Essas instituições também indicam regiões de alta saturação sexual com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta. Nelas são solicitadas e implantadas as formas de uma sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica.

Até Freud (1856-1939)[5], o discurso sobre o sexo, tanto o dos cientistas quanto o dos teóricos, não teria feito mais do que ocultar o que dele se dizia. No final do século XIX, a medicina instaura uma forma de falar sobre o sexo, sob o signo da morbidez:

> [...] médicos como Garnier, Pouillet e Ladoucette foram, na França, seus escribas sem glória e Rollinat seu cantor. Mas, além desses dúbios prazeres, reivindicava outros poderes, arvorava-se em instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temas da assepsia, os grandes mitos evolucionistas às modernas instituições da saúde pública, pretendia assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas. Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como "verdade". (FOUCAULT, 2014a, p. 41).

[5] A teoria psicanalítica apresenta uma concepção diferenciada da homossexualidade, pois, desde suas formulações iniciais, as questões sobre o sujeito homossexual sempre estiveram em pauta e, diferindo das teorias médicas e higienistas vigentes no período, sempre considerou a homossexualidade como uma manifestação da sexualidade e não como doença.

Nessa época, ganham espaços os peritos em sexo, os quais detêm a verdade, mesmo que de modo irrealista e moralizante, assim dão força e coadunam com o higienismo racial nascente. Esses discursos difundem-se e ganham adeptos fora do círculo médico e científico:

> [...] pouco a pouco, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundiu-se; foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos. (FOUCAULT, 2014a, p. 50).

Todos começam a falar e as motivações e os efeitos desse discurso se diversificaram, ganhando variadas formas, como interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas e cartas; os discursos são registrados, transcritos, publicados e comentados. Com isso, as intimidades, os prazeres individuais e as confidências são solicitadas a serem ouvidas. Todos falam dos prazeres e do sexo, e todos têm o que falar. Dessa forma, o discurso deixa de ser articulado e ligado ao pecado e à salvação, à eternidade e à morte, agora fala-se do corpo e da vida e torna-se o discurso científico do sexo.

A ciência se apropria da confissão, constituindo-se uma ciência-confissão, transformando e rompendo com as tradições da *ars erotica* para constituir uma *scientia sexualis*. Com isso, segundo Foucault (2014a), "[...] atribuiu-se a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, e isto tentando ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico." (p. 54).

Para o autor (2014a), a sociedade que se desenvolve no século XVIII, a chamada sociedade burguesa, capitalista ou industrial, não reagiu ao sexo com uma recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. "Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada". (p. 55).

Nesse período, as concepções de sexualidade começavam a ser formuladas pela ciência positiva. Buffon (1707-1788) analisava a sexualidade humana colocando-a no mesmo plano da sexualidade animal. Suas concepções influenciaram diversos teóricos e cientistas posteriores, tais como Lamarck (1744-1829) e Darwin (1809-1882). Assim, o aspecto subjetivo da sexualidade começa, então, a ser descartado pela análise científica.

Segundo Cortez (1980), Buffon, ao buscar e analisar a sexualidade humana somente nos princípios da Biologia, coloca-a no mesmo plano da sexualidade animal, considerando-a como fenômeno natural. “Ora, o sexo, enquanto fenômeno da natureza, tem função evidente, qual seja, a propagação da espécie. Logo, o exercício da sexualidade não pode ser desvinculado da função reprodutora.” (p. 12).

Ao aproximar a sexualidade da reprodução e analisá-la sob o aspecto biológico, o discurso médico descartou tudo que a Filosofia e a literatura haviam produzido a respeito da sexualidade e do erotismo. Exemplos dessa produção filosófica, literária e poética são inúmeros: Platão (427 a.C.-347 a.C.), Dante (1265-1321), Petrarca (1304-1374), Chaucer (1343-1400), entre outros. No entanto, aquilo que Foucault (2014a) chamou de *ars erotica* praticamente desapareceu do Ocidente. No entanto, conforme aponta Cortez (1980), mesmo que alguns autores considerem o seu desaparecimento no Ocidente cristão, a *ars erotica* sobreviveu numa vertente cuja origem estaria na “*De arte amandi*”, de Ovídio, e continuaria na arte trovadoresca e também nas obras poéticas de Petrarca e de Dante, como também nas produções dos poetas da corrente dos *Fideli d’Amore*.

A *ars erotica*, para Foucault (2014a), é um saber prático, extraído do próprio fazer, simultaneamente espiritual e físico, encarado como prática e recolhido como experiência cuja forma também pode ser considerada literária e poética. Esse saber deve, ainda, ser reconhecido como prazer e associado a sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração e suas reverberações no corpo e na alma.

Souza (1997), utilizando-se de Foucault, relata que a *ars erotica* não delimita o prazer dentro do permitido ou do proibido, não legaliza qualquer utilidade alheia a ele mesmo, elabora-o a partir das suas investigações interiores e supõe um processo de iniciação, podendo ser via um mestre que detenha os segredos dessa arte e que poderá transmiti-la esotericamente a um discípulo.

> A *ars erotica* confunde-se com o sagrado em muitas culturas. Já em outras, liga-se a formas que envolvem a busca de maior prazer, associadas a experiências de transfiguração mística: são ritos normalmente secretos, pois a crença tradicional é a de que sua divulgação profana destruiria a sua virtude. (SOUZA, 1997, p. 13).

Inúmeros são os exemplos históricos de culturas e religiões que detiveram essas formas de prazer, tais como a sociedade mulçumana antiga, o hinduísmo védico, o taoísmo chinês, a Grécia e Roma clássicas, entre outras. (SOUZA, 1997).

A *ars erotica* e *scientia sexualis*[6] são as duas formas de apropriação do saber sexual, segundo Foucault. Para o autor (2014a), com o processo de constituição da *scientia sexualis*, a *ars erotica* foi perdendo espaço no Ocidente. O teórico entende a *scientia sexualis* como uma forma de saber desenvolvida a partir do século XVIII, significando uma gradual apropriação da sexualidade pelo discurso científico, principalmente o médico.

> Consideremos os grandes marcos históricos: em ruptura com as tradições da *ars erótica*, nossa sociedade constituiu uma *scientia sexualis*. Mais precisamente, atribuiu-se a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, e isto tentando ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. (FOUCAULT, 2014a, p. 51).

Segundo o autor, essa ciência guarda como núcleo o singular rito da confissão, obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade sobre o sexo. Assim, esse período, embora não seja considerado sua origem, seria o ponto crucial para a história das formulações normativas e científicas relativas ao sexo, ou seja, uma indicação de mudança quantitativa e qualitativa em relação ao discurso sobre a sexualidade humana.

Dessa forma, a sexualidade humana é colocada no plano da Biologia, determinando que, na natureza, a sexualidade sirva somente para a reprodução. Com isso, os requisitos necessários para essa reprodução são: 1. ato sexual entendido como contato entre os órgãos sexuais; 2. maturidade do aparelho reprodutor; e 3. contato entre homem e mulher. Portanto, ao determinar o campo positivo da sexualidade humana, se estabelece, automaticamente, o campo negativo, ou seja, tudo que não esteja ligado à reprodução não é natural e deve ser combatido e rejeitado. Com isso, remete-se à patologia do instinto, como exemplo, a sexualidade solitária ou onanismo, a sexualidade na infância e na velhice e, o que aqui nos interessa, o homossexualismo.

Com isso, para que a espécie possa continuar, a natureza deve assegurar, de maneira estável em cada indivíduo, um instinto sexual:

---

[6] "Segundo Bronislaw Baczko, a palavra 'sexualidade' só aparece em 1859 – talvez em 1845. Ela designa então apenas o(s) caráter(es) do que é sexuado. Antes da elaboração de nossa *scientia sexualis*, fala-se de "amor" e "paixão amorosa", de "desejos" e "instinto genesíaco", de "atos carnais" e "atos venéreos"; os médicos, de copulação e de coito. [...] Dissociada da paixão, a sexualidade, identificada como uma força necessária à reprodução da espécie, adquire um *status* inferior que permite a desenvoltura em relação a todas as formas degradantes de relação amorosa." (CORBIN, 2009, p. 493-494).

> A ausência do instinto ou presença de sua manifestação, numa modalidade que não visasse à reprodução, colocaria em perigo a espécie. Esses desvios foram então considerados antinaturais, como uma doença ou aberração da natureza. Começando uma longa tradição na história ocidental, iniciou-se a partir daí um discurso científico e médico que prescrevia sobre a sexualidade humana, ditando a normalidade, apontando seus desvios e denunciando sinais de anormalidade. (SOUZA, 1997, p. 15).

Se existem desvios do instinto dentro da norma reprodutiva – para a Biologia – eles só podem ser devido à hereditariedade. Cria-se, assim, uma teoria de que as espécies nascem, crescem e morrem. Essa é a teoria da degenerescência para a qual os desvios sexuais, inclusive o homossexualismo, seriam um sinal de que a espécie estaria em processo de degenerescência, isto é, em decadência, fadada a desaparecer. A partir de então, o homossexual passa a ser visto como característica genética, representando essa degenerescência na espécie.

Nos desdobramentos do pensamento que se preocupava com a questão da degenerescência, é impossível dissociar a produção médica da produção cultural, já que a condenação da sexualidade foi incorporada rapidamente aos costumes, particularmente na Inglaterra, onde se destacou uma mudança da mentalidade a partir dos tempos da juventude da rainha Vitória. Essas mudanças foram resultado de um conjunto de fatores: as postulações médicas, a moral burguesa que condenava simultaneamente os vícios da aristocracia e da plebe, as seitas protestantes marcadas pelo puritanismo, ou seja:

> O que se percebe, por meio da literatura, é que a negação da sexualidade é antes uma questão de decoro, de elegância, de assepsia de conduta, de ideal de virtude: a literatura médica ou paramédica, neste particular, configura apenas um fenômeno reflexo. É necessário vê-la distanciada, até certo ponto, tanto da aristocracia inglesa, de quem a burguesia sempre reprovou os costumes, quanto da plebe urbana, para cuja promiscuidade os higienistas sempre chamaram a atenção. (CORTEZ, 1980, p. 16).

Um exemplo, dentre muitos, é o caso da masturbação, que era considerada como origem e/ou como sinal de uma doença mental. Nesse período, havia várias associações entre distúrbios sexuais e doenças mentais. Assim, para os principais teóricos da degenerescência, as sexualidades desviantes, ou aberrantes, assim como as loucuras, eram resultantes do processo de degeneração oriundo da decadência moral das camadas pobres e da ociosidade e indolência das camadas ricas.

Relacionar a loucura e as aberrações sexuais à decadência dos costumes está vinculado ao pensamento greco-latino, que se repete em determinados tempos, propagando a ideia de que as novas gerações não preservam a pureza e a sabedoria

de gerações antigas. “Este é evidente um dos temas mais tradicionais da cultura greco-latina: a ideia de que os filhos não têm mais o mesmo valor dos pais e esta nostalgia por uma antiga sabedoria cujos segredos se perdem na loucura dos contemporâneos.” (FOUCAULT, 2014e, p. 372).

Segundo Cortez (1980), a partir da segunda metade do século XIX, o tema da degenerescência ganhará contornos de cunho evolucionista, principalmente nas obras de Morel, Moebius e Lombroso. Para a autora, Morel empresta o termo degenerescência da anatomia patológica e remete-o à hereditariedade e à evolução. Ou seja, a degenerescência é resultado de um processo retroativo ou de um processo involutivo da espécie, o que supõe que ela sofra um envelhecimento análogo ao envelhecimento individual.

Com isso, segundo Morel, a espécie desapareceria por causas de ordem constitucional, quando esgotasse seu próprio ciclo de vida, e causas acidentais, quando fatores do meio ambiente estivessem em desacordo com a natureza da espécie, o que alteraria seu comportamento e seu patrimônio genético ao mesmo tempo.

O processo de degenerescência seria, então, fruto das condições desmoralizadoras que a miséria exerce, da falta de instrução, do abuso de bebidas alcoólicas, dos excessos venéreos, da alimentação insuficiente, ou seja, para Morel, essas circunstâncias modificam “[...] de maneira desfavorável os temperamentos das classes pobres”. (MOREL, 1857 *apud* CORTEZ, 1980, p. 17).

> Daí por diante, será constante a associação entre perversões sexuais, hereditariedade e degenerescência. As aberrações sexuais serão uma espécie entre várias espécies de sintoma de um mal mais geral. O indivíduo perverso é, portanto, portador e ao mesmo tempo transmissor do processo de degenerescência. (CORTEZ, 1980, p. 18).

Com isso, a sexualidade, no século XIX, se configurou no quadro das experiências médicas e disciplinares de controle dos desejos e da reprodução. Inicia o diagnóstico dos desvios sexuais, aplicam-se métodos de controle e assepsia. A homossexualidade estaria no rol dessas perversões sexuais e, segundo Foucault (2015, p. 350), “[...] por volta de 1870 [...] os psiquiatras começam a constituí-la como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos”. Tem início, nessa época, o internamento dos homossexuais nos asilos e a determinação de curá-los.

> Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes fogo, ainda no século XVIII – mas que eram inevitavelmente raras). A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global como loucos, como doentes do instinto sexual. (FOUCAULT, 2015, p. 350).

Assim, a homossexualidade começa a ser dita e recriada, aparecendo, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência, na literatura e em uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade como inversão, pederastia e hermafroditismo psíquico. Segundo o autor, com esses discursos, há um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de perversidade e isso também possibilitou a constituição de um discurso reativo: "[...] a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua 'naturalidade' e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico." (FOUCAULT, 2014a, p. 80).

Esse discurso reativo vai aparecer com mais frequência no final do século XIX e início do XX, com os homossexuais falando da homossexualidade, ou seja, há nesse período uma literatura homossexual, diferente das narrativas libertinas, representada por escritores renomados, tais como Oscar Wilde, Radclyffe Hall, James Baldwin, Marcel Proust, Thomas Mann, André Gide, entre outros. É o que Foucault (2015, p. 351) vai denominar de "inversão estratégica de uma 'mesma' vontade de verdade".

Em resumo, podemos dizer que a homossexualidade era assunto dúbio na Antiguidade grega e romana, porque, por um lado, era livre e tolerada quando o cidadão penetrava o escravo e entre o cidadão jovem e seu tutor e, por outro, era considerada contra a natureza quando existia a passividade em adultos livres. (VEYNE, 1985). Passa a ser um discurso sobre o pecado e relativamente dessacralizado na Idade Média até chegar ao discurso intolerante e medicalizante na modernidade, com o tom de doença e ilegalidade. Nota-se que, no início do século XX, Freud (1996), mesmo dentro de um período nosológico das sexualidades, formula questões que fogem à regra, estabelecendo o funcionamento humano ligado ao sexo e tentando não moralizar as condutas sexuais e não traçar o homossexual como perverso e doente.

> Enfim, psiquiatrização do prazer perverso: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias. (FOUCAULT, 2014a, p. 82).

As sexualidades desviantes, assim, deveriam ser corrigidas e tratadas, uma concepção científica médico-higienista que prolifera rapidamente e que tenta combater as prostitutas, os loucos, os mundanos, os celibatários, os histéricos, os negros, os homossexuais, os libertinos e os adúlteros. Como já dissemos anteriormente, essa perspectiva surge de proposições naturalistas da sexualidade humana e ganha corpo na sociedade.

Sobre as palavras homossexualismo, homossexual e homossexualidade, Molina (2011) relata que elas foram utilizadas pela primeira vez em 1869 pelo jornalista austro-húngaro Karl Maria Kertbeny (1824-1882) e, juntamente com essas palavras, o advogado e historiador alemão Karl Heiring Urichs (1825-1895), em 1860, utilizou a expressão "uranista", remetendo à musa Urânia, cuja "[...] teoria de que um homem que sentisse atração sexual por outro homem era, na verdade, 'uma mulher presa no corpo de um homem' (o 'terceiro sexo')." (GREEN, 2000, p. 87).

Inicia-se, assim, no campo social, médico e jurídico, a busca pelo desvio e sua repreensão e criminalização. No Brasil, no plano jurídico, na nascente Psiquiatria forense, os médicos eram chamados para dar pareceres em processos criminais. Surgem, dessa forma, no contexto brasileiro, os termos homossexualismo e invertido, utilizados, em 1894, na publicação do livro *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instincto sexual,* escrito pelo professor de Direito criminal Francisco José Viveiros de Castro. Segundo Green (2000), nessa obra existe "[...] um capítulo sobre pederastia, que aborda as atividades homossexuais entre adultos." (p. 85).

Sobre o referido capítulo, o autor aponta que:

> Embora não oferecesse contribuições teóricas originais ao estudo da homossexualidade, sem dúvida o jurista brasileiro estava em dia com as idéias mais recentes importadas da Europa a respeito dos "invertidos", chegando a utilizar esse termo, que acabara de ser popularizado na França. (GREEN, 2000, p. 85).

Green (2000) relata que, em 1906, o médico carioca José Ricardo Pires de Almeida publicou uma extensa monografia sobre a homossexualidade no Rio de Janeiro, intitulada *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões do instinto genital*.

> Embora tanto Viveiros de Castro quanto Adolfo Caminha, dez anos antes, tiveram empregado esporadicamente o termo homossexualismo para se referir ao comportamento homoerótico, agora a palavra parecia estar sendo usada mais amplamente pelos profissionais de saúde como sinônimo de uranista. No entanto, "pederasta" permanecia ainda a expressão mais usada

> para designar as atividades homossexuais entre adultos. (GREEN, 2000, p. 88, grifos no original).

Nesse período e, posteriormente, até meados do século XX, a questão da homossexualidade estava vinculada ao projeto higienista e associado a uma subcultura noturna urbana que tentava escapar das prisões, como descreveremos na seção seguinte.

1.2 As sexualidades ocidentais no século XX

Como vimos anteriormente, as sexualidades desviantes começam a ser perseguidas, tratadas, aprisionadas e malditas. Essas concepções chegam ao Brasil pela medicina psiquiátrica com seu projeto higienista, predominando uma visão biológica da sociedade. Temos, então, na sociedade brasileira, o mesmo que acontece em vários outros países ocidentais: um processo de procura e criminalização dos desvios sexuais, de classificações das chamadas patologias sexuais e sociais, e da busca pela cura das sexualidades desviantes.

Essas percepções não acabam por completo e, durante o século XX, elas se manifestam em constantes vaivéns, principalmente na literatura científica. Temos também, ao mesmo tempo, os ditos, as resistências, as vidas que sobreviviam nos guetos e as culturas urbanas noturnas.

Green (2000) aponta que, no Rio de Janeiro, na região central, um majestoso agrupamento de edifícios e a praça Floriano Peixoto, no bairro Cinelândia, era o novo território para um mundo menos visível: “[...] em meio à agitação do centro da cidade, os homens atraídos por outros homens flertavam, fofocavam, socializavam-se e desfrutavam juntos das atividades culturais sem atrair muita atenção”. (p. 122).

Foi o cenário perfeito para todas as classes sociais, origens raciais e étnicas, encontrarem parceiros sexuais e fazerem novas amizades, contudo, ainda na clandestinidade.

> Os migrantes recentes na cidade, mediante o contato com outros que compartilhavam seus desejos, eram integrados num novo mundo social que lhes permitia familiarizar-se rapidamente com a topografia sexual do Rio. Cinemas, estações de trem e determinadas ruas estavam entre os múltiplos locais onde podiam encontrar outros homens, e no entanto deveriam manter-se cautelosos para evitar as prisões. (GREEN, 2000, p. 124).

Nesse período, na Lapa, surge a figura de Madame Satã, sujeito famoso por sua irreverência e ousadia em enfrentar a polícia, vestir-se de mulher no dia a dia, fazer shows e desfilar no Carnaval com saias curtas e com fantasias femininas e ser um boêmio malandro da noite carioca.

> Para quem não sabe, madame Satã foi o malandro valente/homossexual mais conhecido da antiga Lapa, e até hoje correm muitas lendas a seu respeito: que era homem por uns dias da semana e mulher noutros, que tinha 2 metros de altura e batia em vinte homens de uma vez, que era toxicômano e especialista no golpe do suadouro. [...] Foi, inclusive, o primeiro travesti do Brasil. (DURST, 2005, p. 18).

A importância de Madame Satã para o período é por ele se destacar em um momento em que havia muitas perseguições aos homossexuais e aos negros e "Satã era um prato cheio para a polícia: homossexual, preto, malandro e, ainda por cima, vivia batendo em policiais. Além disso, prender ou dar uma surra em Madame Satã significava criar fama e fazer carreira. (DURST, 2005, p. 26).

Ele é parte da cena urbana noturna e das transformações econômicas e sociais da primeira metade do século XX. Segundo Green (2000), a urbanização e as transformações econômicas, políticas e culturais brasileiras, entre 1920 e 1945, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, foram campos de batalha para ideias conflitantes em torno da identidade nacional, proporcionando visões divergentes quanto ao futuro político e econômico do país.

> Os acontecimentos que tiveram lugar nesse período e as construções ideológicas e sociais controvertidas sobre nação, raça, identidade, cultura e gênero moldaram tanto uma subcultura homossexual urbana nascente quanto um discurso médico-legal sobre ela. (p. 125).

Com isso, há uma crescente visibilidade da homossexualidade masculina e um aumento dos trabalhos escritos sobre esse tema por médicos, criminologistas e juristas. Essas mudanças econômicas e sociais também estão atreladas ao processo de urbanização e de industrialização após a Primeira Guerra, como também aos constantes movimentos migratórios do período. Dessa forma, há uma mudança na vida urbana brasileira, uma vez que o aumento populacional fez com que médicos, juristas e criminologistas interviessem nas questões sociais e educacionais, importando, principalmente dos Estados Unidos e da Europa, as discussões de higienistas e de eugenistas preocupados com questões relacionadas à degenerescência e raça, problemas ligados ao gênero e a sexualidade da população brasileira.

As barbáries provenientes das duas grandes guerras geraram um sentimento de revolta e inconformismo, provocando apelo às nações em busca de políticas de paz e de criação de instrumentos de garantia de direitos. Nesse sentido, pode ser citada a constituição, em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU) que, por sua vez, promulgou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Segundo Aldeman (2016), esse sentimento de revolta e inconformismo é percebido desde os anos da depressão econômica de 1929, dos impactos sociais pós-Segunda Guerra e da "Guerra Fria". Esses eventos fizeram com que se modificassem a paisagem socio-cultural da segunda metade so século XX, constituindo um palco onde:

> [...] os participantes eram grupos sociais cada vez mais diversos, que interagiam e reivindicavam serem ouvidos, e onde despontava a nova centralidade adquirida pelos processos de elaboração cultural e simbólica, envolvendo complexas trocas internacionais com profundos efeitos sociais e políticos. (p. 24).

Assim, surgiram novas formas de se fazer política, pois a década de 1950 estava marcada por um tempo cinzento e conformista, principalmente nos Estados Unidos, criando uma forma de vida familiar, pacata e marcada por mudanças significativas no consumo e na existência, ou seja, permeada pelo sonho de uma vida melhor e pelo que seria o ideal de uma existência obediente e longe do sofrimento das guerras e da pobreza.

As vidas pacatas e ordenadas das famílias dos subúrbios norte-americanos eram prova da existência de uma sociedade que já não estava mais sofrendo com a pobreza da depressão de 1929. É esse modo de viver que a chamada *Geração Beat* vai criticar. O *American way of life* era uma crítica ao sonho americano da casa confortável, do consumo vazio e da vida domesticada dos subúrbios:

> Os *beats* articulavam, através da sua arte e suas vidas, uma crítica social que inspiraria às próximas gerações uma contribuição considerável num contexto da sociedade norte-americana que não só carecia de tradições anarquistas, socialistas, comunistas ou "esquerdistas" fortes, tais como as que existiam na Europa, mas que também estava sob a vigilância cruel do período macartista. (ADELMAN, 2016, p. 30).

As obras de Tennessee Williams (1911-1983) retratam essas mudanças, principalmente em seus textos teatrais *Gata em teto de zinco quente* (1955) e *Um bonde chamado desejo* (1947). Período em que também foram apresentados no cinema, principalmente em *Juventude transviada* (1955), *O homem que não estava lá*

(2002), *Histórias cruzadas* (2011), *Suburbicon* (2017) e os filmes baseados nas obras do dramaturgo norte-americano.

Assim, nas décadas de 50 e 60 do século XX, o estilo de se vestir, viver e expressar-se dos *beats* antecipam outro elemento fundamental dos jovens: "[...] a adoção de aspectos da cultura negra norte-americana e dos jovens da classe trabalhadora branca." (ADELMAN, 2016, p. 32).

Esses jovens iniciaram um questionamento acerca da ideologia dominante até esse momento, utilizando a sigla WASP, que em inglês significa "vespa", porém fazendo alusão ao acrônimo de *White, Anglo-Saxon, Protestant*, uma referência direta ao grupo racial, étnico e religioso que sempre dominou econômica e culturalmente a sociedade, principalmente a norte-americana. Ou seja, há historicamente a imposição de uma hegemonia cultural burguesa, branca, heterossexual e cristã normalizante. Assim, esses grupos, formados por jovens de todas as classes sociais, dentro dos EUA, começaram a demonstrar sinais de descontentamento ou inconformação com o *status quo*. Adelman (2016) relata que:

> Nas cidades, muitos jovens e adolescentes se desindentificavam com o modelo de vida que suas famílias, escolas e comunidades tentavam transmitir para eles. [...] É importante assinalar que, na música, na dança e até nas formas de vestir e falar, o estilo dos negros foi apropriado e transformado pelos jovens brancos urbanos (sendo o exemplo mais claro e conhecido o estilo encarnado na figura e na música do jovem astro dos anos 50, Elvis Presley). (p. 32-33).

Essas trocas culturais se espalharam pelo mundo e constituíram um dos traços fundamentais que caracterizou toda a década de 1960. Esse processo propiciou os grandes movimentos pelos direitos civis de negros e pelos direitos feministas. Este último denominado de "segunda onda feminista", surgida no final dos anos 1960 e tendo iniciado sua luta no seio do movimento pelos direitos civis dos negros, e estendia-se às discussões acerca das formas de opressão que aprisionavam as mulheres e as relegavam à categoria de cidadãs de segunda classe.

Assim, a década de 1960 se caracterizou pela elaboração de novas formas de expressão política e novos movimentos sociais espalhados por diversos países e regiões do mundo. Tais movimentos ganharam forças e corpo também entre os estudantes, principalmente os estudantes e professores universitários e os intelectuais, nascendo o movimento que se denominou de contracultura.

> A contracultura incorporou uma série de novas formas de expressão já mencionadas – músicas, dança, vestuário, linguagem – mas não se limitou

> aos desdobramentos espontâneos destes fenômenos, cultivando ainda a visão de que era preciso romper com as regras e códigos morais "falsos" que regiam o cotidiano de uma sociedade opressiva e autoritária. (ADELMAN, 2016, p. 44).

O movimento da contracultura propunha uma verdadeira revolução do cotidiano, colocando o prazer e a imaginação no lugar da ordem e do progresso estabelecidas pelo ideário do positivismo, e da moral e da obediência impostas pela ética protestante.

> As linguagens desenvolvidas pela contracultura surgiram não apenas de uma rejeição dos padrões de vida e comportamento da classe média conformista da época da guerra fria, mas também da aproximação a estilos de vida e formas de expressão de grupos sociais subalternos, reconhecendo nas respostas culturais destas possibilidades de vida e expressão que a vida da classe média anulava. (ADELMAN, 2016, p. 48).

Incorporando, também, elementos da cultura indígena norte-americana, tais como a busca pela natureza, a rejeição do consumo e a adoção da noção de vida em tribo ou comunidades, eram movimentos que criticavam o modelo de família nuclear. Os *hippies* da contracultura foram os mais radicais, "[...] aqueles que foram mais longe na sua crítica do modo de vida arraigado no isolamento, privatismo e consumismo das famílias nucleares." (ADELMAN, 2016, p. 55). Construía-se, assim, espaços alternativos de vivência e buscava-se romper com a propriedade privada e com a sociedade convencional e seus valores.

Ao se espalharem pelo mundo, essas manifestações trouxeram novas críticas sociais e novos protestos em busca de direitos e mudanças, o que culminou em revoltas ocorridas no mundo inteiro. As reivindicações norte-americanas pelos direitos civis levantadas pelo movimento de libertação negra engajaram a participação de uma parcela de estudantes brancos e negros de diversas regiões do país. Também houve a manifestação dos estudantes reivindicando a democratização hierárquica da vida nos *campi* e contra a guerra do Vietnã, que se tornou grande tema e catalizador da emergente onda de protestos estudantis[7].

A busca por direitos e por visibilidade marcou os anos 1960 e, no final dessa década, houve o desenvolvimento fundamental da politização do gênero e da sexualidade, principalmente por meio da difusão do livro *Eros e civilização* (MARCUSE, 2013), livro que colocou em dúvida os pilares e as normas da sociedade,

[7] O período é marcado por vários protestos e reinvindicações tanto nos EUA quanto na Europa, principalmente na França. A revolução estudantil, conhecida como Maio de 1968, foi uma onda de protestos para pedir a reforma no setor educacional francês.

evidenciando o caráter repressivo da cultura e da sexualidade. Difundiu-se, naquela época, uma vulgarização das ideias de Marcuse, como a ideia de que a repressão é um fenômeno histórico e a subjugação efetiva dos instintos mediante os controles repressivos, principalmente os de Eros, não é imposta pela natureza, mas pelo homem. Heller e Fehér (1995) relatam que as práticas de setores importantes dos movimentos da década de 1960, era “uma onda de liberação do corpo” (p. 90).

Com isso, preservando a identidade de cada movimento, podemos destacar que a geração pós-Guerra e o Macarthismo são os alvos principais contra os quais se insurgiram os movimentos feministas, o movimento negro dos direitos civis e o movimento dos homossexuais.

Podemos falar que o movimento gay teve sua visibilidade apurada a partir da Rebelião de Stonewall, ocorrida em 28 de junho de 1969, que levou mais de 2 mil pessoas às ruas, dando início ao que se considera hoje a Parada do Orgulho LGBT, que acontece em diversas partes do mundo, em geral no dia 28 de junho.[8]

Essa revolta iniciou com a clientela do bar Stonewall Inn, considerado um ponto de encontro homossexual em Nova Iorque, reagindo contra o assédio da polícia, que era constate e violento.

> Foi um momento de grande importância histórica e um dos “fatos novos” mais surpreendentes da onda de mobilização surgida nos anos 60 pois, desde o final do século XIX, quando surgiram na sociedade moderna ocidental grupos de pessoas identificadas e *estigmatizadas* por suas práticas ou orientações sexuais, a clandestinidade ou a vida no *closet* têm prevalecido como condições de sobrevivência para gays e lésbicas. (ADELMAN, 2016, p. 62).

MacRae (2011) aponta que essa batalha foi bastante intensa, que durou três noites, tinha entre seus protagonistas homossexuais, travestis e garotos de programa.

> A luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar uma fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem insólitas para época, como: “Poder Gay”; “Sou bicha e me orgulho disso” “Eu gosto de rapazes” etc. (p. 26).

No início da década de 1970, surgiu o *Gay Liberation Front*, nos EUA, advogando uma postura muito mais radical e questionadora da sociedade. Esse

[8] O filme *Orgulho e esperança* (2015), ambientado em 1984, conta a história de ativistas gays que apoiam a Greve do Mineiros, de 1984, em Londres, e relata os percalços e desafios que ambos os movimentos tiveram no período, iniciando uma frutífera relação entre a luta dos trabalhadores e a dos homossexuais. O filme inicia com a Parada do Orgulho Gay de 1984, com poucos adeptos e muitas dificuldades, e termina com a Parada do Orgulho Gay de 1985, com o apoio do Sindicato dos Mineradores. Essa foi considerada a parada mais importante para os direitos civis de pessoas LGBT da Inglaterra.

manifesto, que apareceu após a Rebelião de Stonewall, o movimento hippie, a contracultura, e os eventos de maio de 68 em Paris, caracterizou-se pela ruptura com os métodos tradicionais de militância.

No Brasil, segundo Miskolci (2011), o movimento LGBT surgiu no final da década de 1970 e início de 1980 e foi fruto do processo tímido e gradual de abertura política da ditadura militar.

Assim, a homossexualidade começou a ser relacionada a questões ligadas ao período de redemocratização, pós-ditadura, e o movimento gay foi intensificando os discursos sobre a sexualidade livre e reivindicando um espaço de não preconceito e de não patologização. Com o advento da aids, iniciou-se uma nova forma de dizer a homossexualidade. O "câncer gay" assusta e cria mais preconceitos em relação aos homossexuais, fazendo com que eles lutem por direitos e, agora, pela vida.

A Aids marcou não apenas a estigmatização do sujeito homossexual, mas também possibilitou a visibilidade e o diálogo do movimento gay com o Estado e com a universidade. Com a epidemia, cresceu o incentivo e o financiamento para estudos sobre homossexualidades. Mesmo que não houvesse uma crítica à naturalização da heterossexualidade e os heterossexuais se mantivessem em uma zona conforto, o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids permitiu uma harmonização relativa entre interesses do Estado, pesquisas acadêmicas e organização do movimento social.

> Aos poucos, o movimento cresceu e abarcou novas demandas, tornando-se, já na década de 1990, movimento Gay e Lésbico e, posteriormente, GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis. Em 2008, na primeira Conferência Nacional GLBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas, mudou a ordenação das letras de sua sigla colocando o L à frente. Em suma, a história do movimento tem um enquadramento no qual se desenrolou e explicitá-lo pode ajudar a definir seus dilemas presentes. O relativo sucesso do movimento brasileiro se deu por meio de uma relação privilegiada com o Estado na constituição de políticas públicas – como a já referida na área de saúde – e em um diálogo profícuo com a academia. (MISKOLCI, 2011, p. 41).

Porém, é possível destacar que, um pouco antes, no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), já havia organizações políticas de resistência. Dois exemplos são eloquentes: primeiro, a criação e a circulação do periódico *O lampião da esquina,* entre 1978 e 1981; segundo, a concepção do *Grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, em 1978. Mais adiante, surgiram outras publicações e outros movimentos, todos importantes para o período. Para concluir, é nesse período que se iniciou a luta dos movimentos para que o homossexual deixasse de ser visto como

doente, campanha que obteve sucesso e, em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade do rol de patologias.

No capítulo seguinte, caracterizaremos as revistas selecionadas nesta tese e o levantamento de alguns trabalhos que se debruçaram sobre análises das homossexualidades nas áreas da Psicologia e Educação, no sentido de compreendermos melhor como a ciência vem trabalhando com essa questão, principalmente no Brasil.

2 A Psicologia e a Educação e suas principais revistas paulistanas: os discursos científicos sobre as homossexualidades

> A minha pergunta seria exatamente essa; será que na psicologia contemporânea, há um espaço para o homossexualismo? (AUGRAS, 1982, p. 26).

No presente capítulo, caracterizamos os periódicos selecionados e, em um segundo momento, fazemos um levantamento de pesquisas brasileiras que se debruçaram sobre os discursos acerca das homossexualidades nas áreas da Psicologia e da Educação. A ordem que selecionamos para a apresentação dos periódicos segue a cronologia de sua criação. Assim, iniciamos pelo *Boletim de Psicologia*, depois pela *Revista Brasileira de Psicanálise* e, finalmente, pelos *Cadernos de Pesquisa*.

2.1 Caracterização e gênese das revistas científicas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa*

Cabe lembrar que a Psicologia é uma ciência recente. O primeiro laboratório que pode ser chamado de psicológico surge em 1879, em Leipzig, na Alemanha, quando o professor Wilhelm Wundt (1832-1920) fundou o Laboratório de Psicologia Experimental, dando origem aos primeiros estudos de Psicologia Experimental com métodos e objetos próprios, assumindo sua independência entre as ciências da experiência. (SOARES, 2010).

Prado Filho (2014) relata que a Psicologia em sua origem seria o resultado da junção entre práticas de observação e registro das condutas, o que tornou possível o saber sobre o homem. Para ele, utilizando do pensamento foucaultiano, as técnicas e os conceitos psicológicos, que assumem cada vez mais caráter científico, resultam em práticas de poder, "[...] sugerindo que a ciência psicológica não é resultado de um projeto gerenciado, nem nasce pronta – ela tem um nascimento pequeno, mesquinho, e anda por caminhos nem sempre científicos." (p. 1303).

Esse fato, segundo o teórico, apontaria para o caráter disciplinar da Psicologia:

> [...] para além da problemática da cientificidade – se ela é ou não ciência – todo um corpo de conhecimentos e práticas sobre os sujeitos está se formando neste momento, que é resultado do exercício de uma prática disciplinar ao nível do saber e dos próprios indivíduos, que dá nascimento a um sujeito posto como objeto para uma disciplina do conhecimento. Portanto,

> deslocando o olhar do problema epistemológico da cientificidade, evidenciam-se as relações do discurso psicológico com certa microfísica do poder, com o biopoder e com as biopolíticas modernas. (PRADO FILHO, 2014, p. 1304).

Dessa forma, coloca-se a problemática da relação da disciplina Psicologia com o problema da norma. A Psicologia nascente, com seus saberes e práticas, se preocupou com os problemas de ajustamento dos sujeitos e, se constituindo na fronteira do biológico com o social, serviu de suporte às práticas modernas de ordenamento e regulação social.

Prado Filho (2014) destaca que, para a Psicologia seguir com o propósito regulador do sujeito, ela começou a delimitar estatisticamente faixas de normalidade, a observar as condutas, o que remete cada indivíduo à norma, incluindo-o ou excluindo-o e, assim, marca os normais e os diferentes pelo jogo das identidades: assinala, produz e reifica os desviantes. Com isso, segundo o autor "[...] podemos caracterizar a ciência psicológica como disciplina da norma, no sentido de saber disciplinado e disciplinador, normatizante e normalizante" (p. 1010).

Por estudar o humano em suas dimensões biológicas, sociais e educacionais, logo foi transformada em dispositivo de poder para submeter diversos segmentos da sociedade, espalhando-se rapidamente pelo mundo, chegando ao Brasil, ainda no final do século XIX, por influência do Positivismo.

> Pouco mais de uma década, após o início das atividades de Wundt e seus discípulos, no Rio de Janeiro, começam a aparecer teses de doutoramento em que a envergadura científica é bastante apreciável. Em 1890, *José Estelita Tapajós* defende a tese: *Psicofisologia da Percepção e das Representações.* Veríssimo de Castro, disserta sobre: *Das Emoções*. O interesse elementarístico dos primórdios da Psicologia Científica tem suas ressonâncias características nessas teses. Em 1891, *Odilon Goulart* escreve o primeiro trabalho, no Brasil, de *Psicologia Clínica: Estudo Psicoclínico da Afasia*. Já no campo da memória, o primeiro trabalho brasileiro surge, em 1894, quando Alberto Seabra defende a tese: *A Memória e a Personalidade*. (SOARES, 2010, p. 13).

Em 1890, a Reforma Benjamin Constant introduziu a Psicologia nos currículos das Escolas Normais. Com isso, surgem os primeiros laboratórios brasileiros de Psicologia, e, "[...] em São Paulo, as Escolas Normais têm seu lugar na história da Psicologia Brasileira, quer pelos nomes que as dirigiram, quer pela produção científica delas oriunda". (SOARES, 2010, p. 17). E, em 1922, iniciam-se as atividades da *Liga Brasileira de Higiene Mental*, realizando as *Jornadas Brasileiras de Psicologia*, que

buscavam “[...] despertar interesse pela pesquisa pura e pela pesquisa aplicada”. (SOARES, 2012, p. 15).

A psicanálise desenvolveu-se de forma independente da Psicologia, muito mais ligada à história da Medicina e da Psiquiatria. Freud (1856-1939) começou a desenvolver sua teoria no final do século XIX e início do XX, angariando diversos seguidores. No Brasil, a teoria ganhou a adesão de vários intelectuais que, a partir dos anos 1920, começaram a divulgar a teoria psicanalítica a partir de teses, de livros e da criação das Sociedades de Psicanálise. Mokrejs (1993, p. 15) relata que:

> A partir dos anos vinte, destacaram-se vários nomes das ciências médicas, especialmente psiquiatras, já versados nos temas freudianos. As obras de Freud eram, frequentemente, lidas no original, muito embora escritos sobre a psicanálise, de autores alemãs e franceses principalmente, estivessem presentes na interpretação dos textos originais.

A autora aponta que a divulgação das ideias psicanalíticas era, no primeiro momento, de caráter descritivo e explicativo, ao lado de uma ênfase na terapia e na moral. Em São Paulo, Oswald de Andrade foi um dos nomes que empregou, a partir do Movimento de Antropofagia, os conceitos freudianos no Brasil. Nesse momento, alguns trabalhos sociológicos e antropológicos sobre aspectos da realidade brasileira também ensaiaram explicações sobre questões etnológicas apoiadas nos conceitos psicanalíticos.

> Outros estudos das idéias freudianas expuseram temas que objetivaram apresentar um quadro analítico do homem e da sociedade com ênfase nas prescrições para o viver “bem”, a “felicidade” e a “eugenia”; referiam-se, por vezes, à educação sexual, interpretando-a nos moldes da psicanálise; outras vezes, pontificaram sobre educação moral, cujo fundamento era procurado numa ordem natural, supostamente presente nos textos psicanalíticos, mas que refletia a influência de diferentes correntes do cientismo na formação intelectual dos autores. (MOKREJS, 1993, p. 16).

Cinco estados brasileiros são destaques na disseminação dos ideais freudianos no Brasil: Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses estados criaram as primeiras Sociedades Brasileiras de Psicanálise, mas somente em 1958 a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro conseguiu seu credenciamento junto à Associação Psicanalítica Internacional, antecedendo à da Sociedade Brasileira de Psicanálise, em 1959.

Perestrello (2012) relata que os precursores e pioneiros no Brasil são autodidatas, sem qualquer formação psicanalítica sistematizada, mesmo assim se aprofundaram nas teorias de Freud, divulgando-as e usando a técnica analítica. O

psiquiatra Juliano Moreira (1872-1932), segundo a autora, foi a primeira pessoa no Brasil a fazer referência às ideias de Freud, já em 1899.

Outro pioneiro da psicanálise no Brasil foi Júlio Porto-Carrero (1887-1957), que buscou conhecimento sobre as teorias freudianas em Juliano Moreira. Em 1914, Genserico Aragão de Souza Pinto (1866-1943) conclui sua tese de doutorado intitulada *Da Psicanálise: a sexualidade nas neuroses*, considerada o primeiro estudo psicanalítico em língua portuguesa. (PERESTRELLO, 2012).

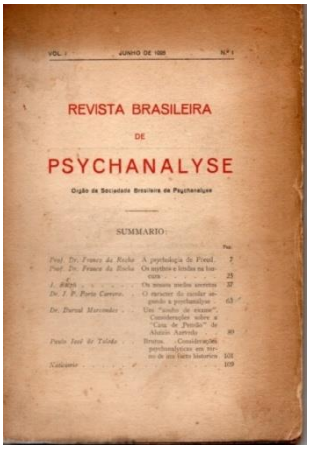
Segundo Soares (2010), a teoria de Sigmund Freud (1856-1939) também foi fonte e objeto de atividade científica nas faculdades de Medicina no Brasil.

> A primeira tese, nelas defendida, foi a dissertação, em 1914, de Genserico de Souza Pinto: *Da Psicanálise: a Sexualidade das neuroses*, no Rio de Janeiro. É o primeiro trabalho, em português, sobre Psicanálise. A difusão, entretanto, das idéias psicanalíticas se processaria em virtude dos trabalhos de Francisco Franco da Rocha, em São Paulo, 1918; e de Júlio Porto Carreiro, no Rio de Janeiro, 1928. Durval Marcondes, Lourenço Filho, Franco da Rocha, entre outros, fundam, em 1927, a Sociedade Brasileira de Psicanálise, que não duraria muito. (SOARES, 2010, p. 15-16).

A Sociedade Brasileira de Psicanálise foi a primeira da América Latina, mas não perdurou por muito tempo, retornando suas atividades como Grupo Psicanalítico de São Paulo, em junho de 1944. Em 1951, tornou-se a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo – SBPSP, credenciada pela Associação Psicanalítica Internacional e presidida por Durval Marcondes nas gestões 1944/1949, 1955/1956 e 1967/1969.

Em 1928, Durval Marcondes, Franco da Rocha e Porto-Carrero publicaram um exemplar da *Revista Brasileira de Psychanalyse* (Figura 1), considerada a primeira revista especializada na área do Brasil e que, assim como a Sociedade, não teve continuidade.

Figura 1 – Capa da primeira edição da *Revista Brasileira de Psicanálise* de 1928


VOL. I JUNHO DE 1928 Nº 1

REVISTA BRASILEIRA

DE

PSYCHANALYSE

Orgão da Sociedade Brasileira de Psychanalyse

SUMMARIO

Pag.

Prof. Dr. Franco da Rocha — A psychologia de Freud. 7

Prof. Dr. Franco da Rocha — Os symbolos e lendas na historia ... 25

J. Kelly ... Os nossos meios soveiros ... 37

Dr. J. P. Porto Carrero. — O caracter do escolar segundo a psychanalyse ... 43

Dr. Durval Marcondes — Um "caso de espera". Considerações sobre a "Cura de Psycho" de Alexius Antredo ... 89

Paulo José de Toledo — Bruxas. Considerações psychanalyticas em torno de um facto historico ... 101

Noticiario ... 109

Segundo Rocha (1989), a Sociedade foi constituída por dois centros de estudos, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro.

> O setor paulista foi criado em novembro de 1927, tendo como presidente Franco da Rocha e, como secretário, Durval Marcondes. O do Rio de Janeiro foi criado em junho de 1928, tendo como presidente Juliano Moreira e, como secretário, Júlio Porto-Carrero. (ROCHA, 1989, p. 52).

Vale (2003) aponta que, apesar dessa primeira tentativa de uma sociedade que não teve continuidade, Durval Marcondes não desistiu e prosseguiu com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e, em 1936, conseguiu promover a vinda de uma psicanalista didata do exterior, Adelheid Lucy Koch (1896-1980)[9], condição para a formação psicanalítica no Brasil e para a sociedade brasileira se filiar à Associação Internacional de Psicanálise (IPA). A filiação e o reconhecimento vieram somente em 1951 e, em 1966, a Sociedade retomou a ideia da revista que tivera início em 1928, A *Revista Brasileira de Psicanálise* foi editada em 1967, a partir dos esforços de Durval Marcondes, juntamente com Virgínia Leone Bicudo, Luís de Almeida Prado Galvão, Laerte Moura Ferrão, Armando Ferrari e Moacyr Costa Corrêa.

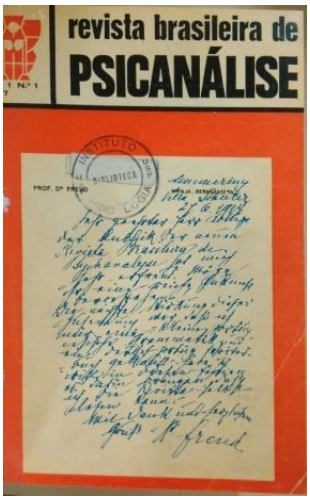
> A *Revista Brasileira de Psicanálise* acabou extrapolando o âmbito da Sociedade Brasileira paulista e se tornou nacional, com ambições internacionais, publicando artigos de analistas estrangeiros e resumos em

[9] Segundo Perestrello (2012), Adelheid Koch iniciou a análise didática de Durval Marcondes, Virgínia Leone Bicudo, Darcy Mendonça Uchôa e Flávio Dias e, posteriormente, de Lygia Amaral, Frank Philips e Henrique Mendes.

> inglês, de acordo com as normas científicas internacionais. (VALE, 2003, p. 103).

A Figura 2, que é a capa dessa edição, consta v. 1, n. 1 de 1967, ou seja, não retornam à numeração da primeira, mostrando que não é uma continuidade.

Figura 2 – Revista Brasileira de Psicanálise, volume 1, número 1, de 1967



Vale (2003) relata que, por motivos de dificuldades financeiras, a SBPSP doou a revista para a Associação Brasileira de Psicanálise, fundada em 1967 e, atualmente, sob o nome de Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi), mantendo a revista até a atualidade. A Revista tem publicação ininterrupta desde 1967, ora com números únicos, ora com vários números em um exemplar.

No Rio de Janeiro, em 1947, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) criou o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), “[...] visando realizar investigações no campo da psicotécnica, promover a formação de pessoal especializado e prestar serviços a instituições e ao público em geral.” (LOPES, 2009, p. 196).

A história da Psicologia educacional em São Paulo tem seu marco fundador na figura de Lourenço Filho (1897-1970), que assumiu a cátedra de Psicologia na Escola Normal Caetano de Campos, em 1925 e, em 1932, convidou Noemy da Silveira Rudolfer (1902-1988), como assistente, para assumir a cátedra e o Laboratório de Psicologia Educacional da escola.

A Escola Normal Caetano de Campos se tornou o Instituto Caetano de Campos, em 1933, e foi incorporado à recém-criada Universidade de São Paulo, em 1934:

> No decreto de fundação da Universidade de São Paulo (n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934), o antigo Instituto "Caetano de Campos" foi incorporado àquele organismo exclusivamente pela Escola de Professores. O Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim da Infância foram anexados e subordinados administrativa e tecnicamente à universidade e destinados à experimentação, prática de ensino e estágio profissional dos alunos. A partir de então, a licença para o magistério secundário seria concedida somente ao candidato que, licenciado em qualquer uma das seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, houvesse concluído também o "curso de formação pedagógica" no Instituto de Educação, que poderia ser cursado durante o 3º ano dos cursos regulares da faculdade. (BONTEMPI JR., 2011, p. 192).

Rudolfer, em 1935, foi nomeada professora de Psicologia do referido Instituto, que foi extinto e de alguma forma incorporado à Universidade de São Paulo como Seção de Educação, em 1938; assim, todos os professores se tornaram professores da Universidade. Bontempi Jr. (2010) comenta que:

> Em 1938, porém, alegando que um dos principais objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era justamente preparar o magistério secundário, o Governo do Estado de São Paulo extinguiu o Instituto de Educação para atribuir a ela a formação pedagógica em nível universitário. [...] Pelo mesmo decreto, o Governo determinou a transferência dos professores efetivos da Escola de Professores para a Seção de Educação (depois, Seção de Pedagogia) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fazendo com que esta passasse a contar, já a partir do segundo semestre de 1938, com novos professores, acompanhados de alguns de seus antigos assistentes. (p. 192).

Rudolfer tornou-se professora e chefe da cadeira de Psicologia Educacional do curso de Pedagogia da Universidade e lá permaneceu até 1954. Ela e outros colaboradores fundaram a Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1945. Posteriormente, essa Sociedade recebeu o nome de Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP) e funciona até os dias atuais, tendo como objetivo colaborar com o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Essa associação publica ininterruptamente, desde 1949, o *Boletim de Psicologia*.

O *Boletim de Psicologia,* da Associação de Psicologia de São Paulo, é uma das mais antigas revistas especializadas na ciência psicológica no Brasil.

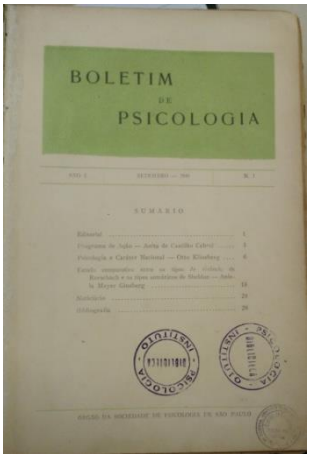
> O *Boletim* da Sociedade de Psicologia apresenta-se agora sob novo aspecto. Reflete, assim, o desenvolvimento que vem ganhando a Sociedade, já no seu quinto ano de existência e com alguns serviços prestados à Psicologia e aos que a cultivam no Brasil. O antigo Boletim, na sua despretensão, já constituía

> um feito, “cujas dificuldades só mesmo quem se viu dêle, encarregado pode bem avaliar”, conforme fez notar a nossa Presidente. Tenta-se, agora, ampliá-lo e dar-lhe melhor feição material. E esperamos continue a ser útil e próspero. (EDITORIAL, 1949, p. 1).

O trecho anterior mostra a ânsia por constituir uma revista científica procurando afirmar que São Paulo seria o centro de divulgação e pesquisa sul-americano mais desenvolvido e promissor, embora não possuísse uma revista de Psicologia.

O primeiro exemplar do *Boletim de Psicologia* apresenta a seguinte divisão: Editorial; Programa de Ação, escrito pela presidente Anita de Castinho Cabral; dois artigos científicos – *Psicologia e Caráter Nacional de Otto Klineberg* e *Estudo comparativo entre os tipos de vivência de Rorschach e os tipos somáticos*, de Sheldon de Aniela Meyer Ginsberg; e ainda as últimas partes: Noticiário e Bibliografia. Nessa última parte, havia os resumos dos livros importantes para a área publicados no período. A Figura 3 mostra o sumário desse primeiro exemplar, que também é a capa da revista.

Figura 3 – Capa do *Boletim de Psicologia*, ano 1, n. 1



No Programa de Ação escrito por Anita Cabral, que são as palavras de pronunciamento por ocasião da posse da diretoria eleita para 1949-1950, é relatado que uma das ações é a publicação do Boletim. Este deveria ser de divulgação mais ampla e de melhor aspecto que o mimeografado que existia. Sobre os recursos para a publicação, a autora diz:

> Os recursos econômicos necessários a um Boletim impresso devemos buscá-los através de três vias, isto é, reexaminando a forma de aplicar os fundos existentes, melhorando o serviço de arrecadação das contribuições sociais e promovendo uma campanha de novos sócios. Bem vedes que, se a primeira via incumbe mais particularmente à diretoria, as duas outras não poderão dispensar a boa vontade de todos vós. É de se esperar que, funcionando as "Divisões" e realizando-se regularmente as sessões ordinárias, será menos difícil obter trabalhos e notícias para alimentar a publicação do Boletim em sua nova e desejada forma. (CABRAL, 1949, p. 4).

Desde a sua primeira publicação, o Boletim se mostrou o meio mais eficaz de divulgação científica do período, com artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Com publicação ininterrupta desde sua criação, ora com números únicos, ora com vários números em um exemplar, desde 2005, ele está disponível integralmente na internet no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC).

Já o periódico *Cadernos de Pesquisa* é uma publicação da Fundação Carlos Chagas (FCC), que é uma instituição criada em 25 de novembro de 1964 para manter o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas (Cescem), que realizava os vestibulares das faculdades de Medicina, Farmácia e Bioquímica, e Medicina Veterinária da USP. (CUNHA, 2007).

A FCC, em 1968, começou a realizar pesquisas no campo da Educação com trabalhos sistemáticos de análises dos resultados dos exames de seleção de sua responsabilidade e investigações baseadas nas informações socioeconômicas a partir da inscrição dos candidatos aos exames do Cescem, ou dos candidatos a concursos públicos e a exame de madureza (APRESENTAÇÃO, 1971). A partir desses projetos, em 1970, criou, em parceria com professores da USP, o Departamento de Pesquisas Educacionais, que incorporou as pesquisas já em desenvolvimento e passou a implementar outros estudos:

> Em sua trajetória histórica ampliou seus interesses agregando temas que, socialmente e no campo da educação, se mostravam relevantes. Além dos estudos em avaliação educacional, foram se constituindo outros eixos de pesquisa: Educação Infantil: políticas e práticas; Políticas e Práticas da Educação Básica e Formação de Professores e Representações Sociais, Subjetividade e Educação; Gênero, Raça/Etnia e Direitos Humanos. As equipes dedicadas a cada eixo formam grupos de pesquisa acreditados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

Com o intuito de divulgação dos resultados das suas investigações e de aprofundamento em temas dos eixos de pesquisa, a FCC criou, em 1971, o periódico *Cadernos de Pesquisa*. O projeto de criação da revista teve como preocupação básica a necessidade de desenvolver um

> [...] sistema de comunicação eficiente entre as instituições, grupos ou pessoas que se dedicam à pesquisa educacional. Êstes CADERNOS DE PESQUISA, que hoje se inauguram, pretendem ajudar a manter essa comunicação. (APRESENTAÇÃO, 1971, p. 3).

A publicação dos *Cadernos de Pesquisa* segue ininterrupta até os dias atuais e seu acervo encontra-se quase que completo no sítio on-line da Fundação Carlos Chagas. Seu objetivo é comunicar as pesquisas da própria Fundação como de diversos pesquisadores sobre o campo educacional. Desde o seu primeiro volume, a revista se preocupa em trazer trabalhos originais de pesquisa e procura "[...] atender às várias áreas prioritárias no campo educacional" (APRESENTAÇÃO, 1971, p. 4).

Para perceber como a questão das diferenças sexuais, mais precisamente da homossexualidade, foi abordada no campo educacional e se sofreu influências da Psicologia, escolhemos a revista *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, considerada uma das mais importantes do Brasil.

Assim, até aqui relatamos um pouco da história, relacionamos o surgimento das revistas com as respectivas instituições que as criaram e a importância que todas têm para o desenvolvimento científico brasileiro. Na seção seguinte, faremos um levantamento das pesquisas sobre a temática da homossexualidade nos principais bancos de dados brasileiros.

2.2 Os estudos sobre as diferenças sexuais nas pesquisas brasileiras

Para auxiliar no entendimento da homossexualidade nos discursos científicos brasileiros, realizamos uma busca nos principais bancos de dados brasileiros[10] para sabermos quais pesquisas já foram realizadas. Utilizamos os termos homossexualidade, homoafetividade, homoerotismo e homossexualismo, buscando pesquisas que empreendessem a associação com a Psicologia e a Educação. Como foram poucos estudos encontrados, ampliamos o foco para pesquisas que fizessem

[10] Os bancos de dados pesquisados foram: Dédalus – Banco de dados bibliográficos da Universidade de São Paulo (http://dedalus.usp.br/); SciELO - Scientific Electronic Library Online (http://www.scielo.org/); Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (http://bvsalud.org/); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (http://bdtd.ibict.br/); Banco de Teses e Dissertações da Capes (http://bancodeteses.capes.gov.br/); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG (http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/); Minerva – Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (http://minerva.ufrj.br/); Biblioteca Digital da Unicamp (http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/).

análises de materiais bibliográficos. Os trabalhos foram lidos a partir dos seus resumos e alguns na sua totalidade para encontrarmos os objetivos, a metodologia e os resultados alcançados.

Comecemos pelos Estados da Arte que abordaram a questão das pesquisas sobre a homossexualidade/homoafetividade tendo por objetivo o levantamento em si mesmo, procurando detectar as lacunas nas investigações em Psicologia. Nascimento et al. (2015) fizeram uma revisão de literatura científica nacional e internacional acerca de relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo sexo nas bases Scielo, Lilacs, Pepsic, Oxford, Wilson, Ovid e Ebsco, entre 2000 e 2013, e encontram vinte artigos. Nestes predominam estudos sobre casamento e o exercício da parentalidade entre casais homossexuais, que investigam as compreensões e ampliações do conceito de família e buscam por uma comparação entre famílias, com ou sem filhos, homoafetivas e heteroafetivas; também há referências às políticas públicas, principalmente as que buscam o direito da população LGBT. Os autores concluem no que parece ser a direção de suas pesquisas: a necessidade de mais investigações com os próprios sujeitos homossexuais e a prioridade a ser dada às particularidades das relações homoafetivas, ao invés das comparações com as heterossexuais.

Na mesma linha de ideias, merece destaque o levantamento bibliográfico em bases de dados do trabalho de Alexandre, Lima e Galvão (2014), autores que constataram, nas suas conclusões, que a produção científica brasileira sobre a homossexualidade está saindo do campo da invisibilidade acadêmica e a Psicologia tem contribuído para a concepção teórica e histórica da temática, como também para a discussão da homofobia e do preconceito, da adoção por casais homoafetivos, dos movimentos sociais, dos repertórios discursivos sobre a homossexualidade e da questão de gênero .

Uma linha de pesquisa, que aborda a questão da família homoafetiva, de alguma forma tangencia a questão da Educação. Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013), por exemplo, enfatizando a perspectiva histórica, estudaram a literatura científica sobre a parentalidade homossexual por meio de revisão sistemática nas bases *MedLine, Scielo, PsycInfo* e *Cinahl*, de 2000 até 2011, encontrando doze artigos sobre o tema. Destacam que, no contexto internacional, predominam estudos que focalizam casais homossexuais e seus filhos e, na literatura nacional, predominam estudos teóricos sobre família homoparental embasados principalmente pela teoria psicanalítica. Ressaltam a necessidade de pesquisas empíricas no contexto brasileiro

e, também, a utilização de outras teorias para fundamentar estudos de famílias e casais do mesmo sexo.

Procurando dar relevo a essa mesma perspectiva histórica, mas tendo como foco o discurso científico sobre a homossexualidade/homoafetividade, Nucci e Russo (2009) analisam no periódico *Archives of Sexual Behavior* como determinadas teorias contemporâneas sobre a homossexualidade se articulam com a teoria do "terceiro sexo", considerada a primeira teoria científica sobre a homossexualidade, a qual foi desenvolvida na metade do século XIX e considerava o homossexual como possuidor de uma alma feminina em um corpo masculino, teoria descartada postiormente, principalmente após os trabalhos freudianos, que criticou essa concepção e apresentou a diversidade da sexualidade humana. Procuraram mostrar como até hoje, nas representações sociais, essa representação ainda é vigente. Encontram 211 artigos sobre homossexualidade entre 1971 e 2006 e concluíram que as teorias estão calcadas na visão de que o homem homossexual se aproxima da mulher heterossexual e a mulher homossexual do homem heterossexual. Afirmam, ainda, que esse tipo de raciocínio possui semelhança com a teoria do terceiro sexo e que as noções, como alma e mente, são substituídas, agora, por noções neurológicas.

A partir da década de 1990 vemos desenhar-se nos levantamentos realizados, representações sociais e repercussões dos movimentos sociais no estudo da questão gay, em pesquisas que enfatizam, por exemplo, a questão da construção da identidade.

A investigação sobre gênero e sexualidade em trabalhos acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação da PUC/Goiás, no período de 1993 a 2008, foi feita por Borges et al. (2013), os quais relatam que as pesquisas levantadas concentram-se nos estudos das identidades e em uma visão normativa, polarizada e patologizada sobre a sexualidades. Levando em conta principalmente a questão da discriminação e preconceito em relação à homossexualidade, o trabalho de Bulamah (2014; 2013) investiga, através de códigos de procedimento, artigos, revistas e depoimentos, a rejeição de candidatos homossexuais masculinos à formação psicanalítica oferecida pelas sociedades filiadas à Associação Psicanalítica Internacional. O autor relata a existência de uma prática histórica de proscrição de homossexuais, desde Freud até a contemporaneidade, baseada na patologização do sujeito.

Ainda temos uma série de trabalhos que realizam pesquisas sobre homossexualide e sua divulgação nas diversas mídias.

Na perspectiva de análise de revistas não científicas e voltadas para públicos específicos, encontramos os trabalhos de Lima e Eddine (2015), Kronka (2000), Kronka (2005), Monteiro (2000) e Lopes (2011). Ao realizarem a investigação do discurso psicológico especializado sobre a homossexualidade na revista *Viver Psicologia*, entre os anos de 2002 e 2004, Lima e Eddine (2015) destacam que são raros os momentos em que o tema é alvo de publicação e, quando aparece, está embasado no discurso psicanalítico.

O funcionamento discursivo da *SuiGeneris*, uma imprensa especializada homossexual, no que se refere à militância do grupo homossexual por visibilidade, foi assunto discutido por Kronka (2000). O autor conclui que a interlocução proposta pela revista não tinha interesses mercadológicos, mas estava ligada à imagem que constrói sobre o leitor de orientação sexual homossexual, destacando que o assumir-se homossexual está relacionado às reivindicações da militância pela visibilidade.

Em outro trabalho, Kronka (2005) analisa os discursos sobre a homossexualidade e discute a construção de corpos em revistas brasileiras de nudez masculina voltadas para o público homossexual. Relata que essa construção da nudez está relacionada com a exibição da genitália desnuda, grande, ereta, potente e, sobretudo, heterossexual.

A instauração de uma hetero-masculinidade valorizada a partir de determinadas características físicas denuncia a necessidade de renegar qualquer possibilidade de aproximação com a homossexualidade, em especial, com a existência do estereótipo mais visível da homossexualidade: o homossexual afeminado. (KRONKA, 2005, p. 9).

Assim, percebemos que em muitas publicações, a homossexualidade é enunciada desde que ela seja encenada nos moldes e a partir dos estereótipos da heterossexualidade.

Três publicações voltadas ao público masculino heterossexual e homossexual: *VIP Exame*, *SuiGeneris* e *Homens* foram analisadas a partir da perspectiva da masculinidade, enfocando as formas de masculinidades. Nas revistas existe o sentido da recontextualização da oposição binária entre homem/mulher, homossexualidade/heterossexualidade e ativo/passivo. Em todas as mensagens dos periódicos, há uma remasculinização, criando uma referência própria ao homem atual,

que deve ser moderno. Segundo o autor (MONTEIRO, 2000), isso representa um machismo rude e a pessoa nunca deve deixar de ser homem e também não deve ser confundido com mulher e homossexual.

Lopes (2011) analisa a revista *Rose*, entre 1979-1983, considerada a primeira revista gay editada no Brasil. Relata que os enunciados das revistas constroem comportamentos de homens gays discretos, marcadamente masculinizados. A discrição é o principal signo da masculinidade e assegura a inteligibilidade social dos homens homossexuais.

Sobre análise de discursos de jornais, encontramos os trabalhos de Melo (2007, 2010), que investigaram os conteúdos sobre a Parada da Diversidade Sexual publicados nos jornais *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, entre 2000 e 2006. O autor concluiu que os gays são apresentados como agentes, ou seja, são atores sociais que exercem atividades sobre outros, o que lhes garante a imagem de autonomia social diante da história de marginalização. Contudo, aponta que essa identidade é limitada, ocorrendo somente quando eles praticam ações sobre os seus próprios contextos de atuação. Relata que os homossexuais vêm obtendo grande visibilidade social nos jornais, no entanto, são representados mais no exercício de papéis ativos e passivos do que em práticas efetivas de atuação social, o que diminui a inclusão social por meio do discurso.

Em outro estudo, Melo (2013) analisa como gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans são representados/as no jornal impresso *Folha de São Paulo*. Novamente o autor constrói o *corpus* a partir de notícias sobre a Parada do Orgulho LGBT entre 1997 até 2012. Como resultado, aponta que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) são representados sem personalidade especificada, o que sugere terem identidades e comportamentos homogêneos, recebendo pouco poder de transformação social. Também são portadores de atributos caricaturais, que os qualificam como constantemente animosos e irrelevantes. O autor conclui que o discurso revela um importante papel da *Folha* na produção de significados que afetam o modo como a sociedade compreende o movimento LGBT, alimentando o tratamento hostil e estigmatizante dirigido a esses atores sociais.

Numa linha que mais se aproxima da presente pesquisa encontramos o trabalho de Magalhães e Ribeiro (2015), que realizaram uma revisão de literatura na base de dados *Science Direct* para compreenderem a homossexualidade. Utilizando a análise do discurso foucautiana, concluíram que os estudos – ao se pautarem na

construção de saberes, no exame do corpo em sua minúcia e ao compararem com outros corpos a ponto de descobrirem uma origem biológica da homossexualidade – acabam por instituir e determinar o homossexual como o que desvia ou foge ao desenvolvimento considerado “normal”: “Essa (re)produção constante do/a homossexual como anormal, um desvio a ser identificado, gera preconceitos, maneiras de definir e perceber esses sujeitos como abjetos a serem corrigidos.” (p. 1553).

No campo da Educação, encontramos alguns trabalhos relevantes que investigam artefatos culturais impressos e discursos de sujeitos. Silva (2012) analisou os conteúdos de livros de Medicina, Psicologia e Educação publicados no Brasil, entre os anos de 1920 e 1970, argumentando que um conjunto de ideias sobre a homossexualidade foi configurado e constituiu-se em saberes médicos pedagogicamente articulados, gerindo os sujeitos categorizados como homossexuais. O autor defende a tese de que esses pensamentos influenciam ainda hoje quem escreve sobre a homossexualidade. Os resultados desse estudo apontam que as ideias e representações sobre a homossexualidade veiculadas nas produções são visões biológico-higienistas, psicologizantes e desconstrucionistas, sendo estas últimas pautadas na contextualização e problematização do tema, apresentando o/a homossexual como uma pessoa que deve ser respeitada, valorizada e percebida como cidadã.

Esperança, Silva e Neves (2015) analisam os significados e sentidos que docentes de licenciaturas de uma Instituição de Educação Superior do estado do Amazonas atribuem à homossexualidade. Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com professores dos cursos de Pedagogia, Letras, História e Educação Física. Os autores relatam que:

> Os dados apontam que os significados e sentidos atribuídos à homossexualidade enquanto vivência da sexualidade humana são partes do enredo construído pelos discursos históricos, culturais, políticos e ideológicos desta sociedade, posto que, se mostram preponderantes em suas construções dialógicas os aspectos essencialistas e naturalizados, aspectos principais que contribuem para incorporação de visões moralizadoras e patológicas junto a esta vivência. (p. 739).

Esse trabalho militante conclui que as práticas pedagógicas relacionadas à temática LGBT apresentam-se distantes do compromisso com a promoção da cidadania dessa população e, com isso, emudecendo os pressupostos educacionais

nacionais da atualidade, que propõe a construção e efetivação de uma educação que observa a diversidade.

Barreto e Araújo (2016) e Barreto (2009) investigaram a questão da homossexualidade e a atitude que teriam frente à violência contra alunos homossexuais oito professoras e um professor de Ciências das escolas municipais de Aracaju-SE, os quais participaram do *Programa Horas de Estudo*, uma formação continuada de professores municipais. Concluem que, embora os professores pesquisados tenham uma visão positiva da homossexualidade, ela ainda está calcada como uma variação desigual do desejo e eles apresentam dificuldades para agir frente às agressões contra seus alunos homossexuais, perpetuando a violência contra as pessoas LGBTs.

A história de vida de professores e professoras que se autoidentificam como gays, travestis e lésbicas foi estudada por Franco (2009), que evidenciou que esses professores, ao exercerem a profissão docente, não se desvinculam das marcas da sexualidade e do gênero inscritas em seu corpo, mesmo que não as anunciem. O autor relata que:

> Apesar de esses sujeitos adotarem em suas práticas pedagógicas os princípios necessários à profissão docente, em alguns momentos de suas histórias de vida profissional o fato de serem docentes não amenizou a exposição à agressão, direta ou indireta, verbal ou não-verbal, manifestadas por alunos/as e/ou colegas de profissão em virtude de suas identidades sexuais e de gênero. (FRANCO, 2009, p. 9).

Num estudo semelhante ao anterior, Madureira (2007) e Madureira e Branco (2015) analisaram as concepções e crenças de 122 professores/as do Ensino Fundamental do Distrito Federal em relação às questões de diversidade sexual e de gênero. Esse trabalho é de cunho militante e busca imprimir e influenciar as diretrizes políticas e educacionais, como também está de acordo com as formulações de pesquisas brasileiras financiadas por órgãos governamentais em relação às investigações sobre Doença Sexualmente Transmissível (DST) e Aids. Como resultado, as autoras destacam que a maioria dos entrevistados acredita que a escola deve realizar um trabalho de educação sexual, porém há uma lacuna no que está previsto nos *Parâmetros Curriculares Nacionais,* pois, quando há um trabalho sobre sexualidade, ele não envolve todos os professores, e fica restrito a trabalhos sobre DST/Aids e utiliza as experiências e opiniões pessoais dos próprios professores.

Também partindo de pesquisa sobre concepção e crenças a respeito da homossexualidade, Jeolás e Paulino (2008) entrevistaram 67 professores/as da rede pública de ensino e concluíram que os professores associam a homossexualidade à concepção inata e/ou adquirida: a primeira como composição biológica e a segunda como aquisição do meio ambiente, da educação familiar e da opção do indivíduo. Em estudo semelhante, Silva Junior, Fernandes e Faustino (2016) analisaram as representações de gênero e sexualidade de professores/as do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Queimados-RJ. Também chegaram à conclusão de que as representações dos professores estão carregadas de preconceitos e ambiguidades, havendo a necessidade de abordar os temas de gênero e diversidade no currículo de formação inicial e continuada dos/as educadores/as.

Outro estudo que analisa representações de professores/as é o de Silva Junior (2010), que investigou docentes do Ensino Médio de duas escolas paulistanas sobre a homossexualidade e a diversidade sexual. Como resultado, aponta que a conexão entre discriminação e homossexualidade funda-se na questão cultural, enraizada em dogmas, crenças e representações construídas socialmente para conservar a hegemonia da heterossexualidade, subalternizando e inferiorizando as orientações sexuais não padrão.

Estudando as representações sociais de profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental sobre a homossexualidade em um contexto de formação de professores, Alexandrino (2009) analisou, a partir de recortes temáticos, a fala de dezoito professores, recreacionistas e inspetores de alunos. Os encontros, dez no total, foram realizados em uma escola municipal de Hortolândia-SP, com apresentação de filmes, textos e discurssões que foram gravadas em áudios. O autor relata que a partir de um processo formativo os participantes podem mudar suas representações sociais e apresentar possibilidades de convivência na diferença.

Em outro trabalho o autor (ALEXANDRINO, 2018) analisa a negação da existência da homossexualidade em processos de formação de professores entre os anos de 2009 a 2017, a partir da compreensão da relação de textos legais produzidos nas esferas federal, estadual (São Paulo) e municipal (Campinas-SP e Hortolândia-SP) e da negação da discussão da questão da homossexualidade no espaço escolar. Ele analisou quarenta textos jurídicos sobre a temática e percebeu que a maior parte das propostas favoráveis à discussão da homossexualidade no currículo não foram aprovadas. Conclui que os ideais conservadores estão ligados a discursos religiosos

cristãos e de grupos de poder que querem manter uma sociedade excludente e sem possibilidade de mudança. O estudioso relata que o projeto Escola sem Partido e os discursos denomindados de Ideologia de Gênero são ferramentas que desconstroem representações sociais que avançam em direção ao respeito da homossexualidade, possibilitando a negação e o apagamento das diferenças, principalmente no ambiente escolar.

Investigando os contornos da política sexual concebida e implementada pela ditadura civil e militar, entre 1964 e 1988, e marcada pela defesa da moral e dos bons costumes, Renan Quinalha (2017) relata que o período autoritário estruturou um aparato repressivo para eliminar dissidentes políticos e também para regular e normalizar os corpos marcados pela orientação e/ou identidade de gênero dissidentes, utilizando-se de diversas agências estatais que integravam as comunidades de informações e segurança em torno da agenda moral comum. O autor analisou documentos produzidos por órgãos encarregados da repressão e fez uma revisão bibliográfica sobre o assunto, concluindo que o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades eram classificados como temas e práticas ameaçadoras da estabilidade política, da segurança nacional, da ordem sexual, da família tradicional e dos valores éticos. Nesse sentido, foram cerceadas as produções culturais e o nascente movimento homossexual foi reprimido e perseguido violentamente.

De forma geral, uma primeira análise do levantamento acima aponta que as questões sobre a homossexualidade vêm sendo discutidas muitas vezes de maneira preconceituosa, moralizadora e patologizante:

> Assunto historicamente moralizado e patologizado, a homossexualidade é percebida de maneira conflituosa com diferentes significados: natural e não natural, moral e imoral, normal e anormal, legítima e ilegítima, primando, ora pela inclusão dos homossexuais, ora por sua exclusão e pelo não reconhecimento de direitos duramente conquistados, requerendo, portanto, projetos de educação e ações permanentes com a finalidade de enfrentar as resistências e contribuir com possíveis avanços no combate à homofobia em nossa sociedade. (JEOLÁS; PAULILO, 2008, p. 284).

A partir do *Estado da Arte* acima, percebemos a importância do tema da nossa tese, pois não encontramos, até aqui, pesquisas que tenham como objeto os discursos científicos em revistas de Psicologia e de Educação sobre a homossexualidade. Não houve movimento crítico da comunidade científica dessas áreas em relação ao que foi produzido sobre as homossexualidades propriamente ditas no sentido de

reparação do mal-estar, de discriminações e dos preconceitos que o próprio discurso científico criou em torno delas. Nessa direção, também percebemos que os discursos científicos são datados, historicamente formulados e compreendidos dentro das relações sociais e culturais e constituem relações estabelecidas na interface entre o poder, o saber e a sexualidade.

O levantamento acima, no qual trouxemos as pesquisas que abordam as homossexualidades em materiais bibliográficos e nos discursos educacionais, auxiliará na construção do entendimento da temática que apresentamos nesta tese. Essa teorização panorâmica ajuda-nos a melhor compreender o problema da pesquisa e constitui-se uma metodologia para a elaboração do *corpus* deste trabalho, como apresentaremos no capítulo seguinte, em que faremos as análises dos artigos encontrados no *Boletim de Psicologia*, na *Revista Brasileira de Psicanálise* e nos *Cadernos de Pesquisa*.

3 “A homossexualidade é”: os discursos científicos psicológicos e educacionais

> É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos. (FOUCAULT, 2014a, p. 79).

No presente capítulo, apresentamos os artigos encontrados, inicialmente com seus títulos, autores e localização, e, posteriormente, trazemos um resumo de seus conteúdos, uma pequena biografia dos autores e a seleção das principais formulações neles encontradas sobre as homossexualidades. Essa primeira parte visa caracterizar e exibir o *corpus* do trabalho. Na sequência, descreveremos e analisaremos os discursos dos artigos encontrados que abordam, de maneira direta ou indireta, os pontos relativos à temática.

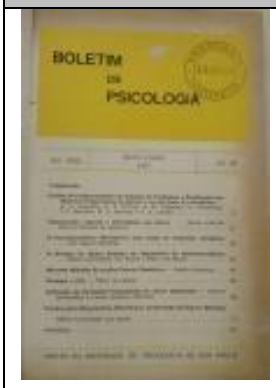
3.1 Apresentação dos artigos encontrados

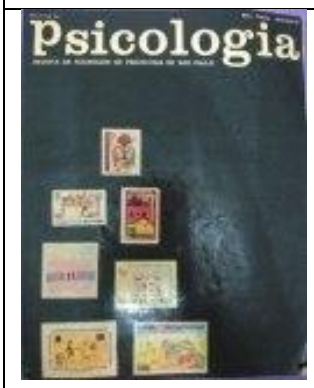
Para compreendermos os discursos sobre o normal e o patológico nas homossexualidades, elegemos três veículos de comunicação científica: *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa*. Os quadros 2, 3 e 4 mostram os artigos sobre a temática que encontramos entre as décadas de 1970 e 1980, período selecionado para análise e que converge, também, com o período analisado das revistas, já que elas começaram a ser publicadas em momentos diferentes.

O quadro 2 mostra os treze artigos encontrados sobre a homossexualidade no *Boletim de Psicologia*. Para chegarmos a esse número de artigos, foram analisados noventa exemplares da revista, no total de 754 artigos. Na *Revista Brasileira de Psicanálise*, foram analisados 174 exemplares, num total 1.769 artigos, e encontrou-se cinco artigos que abordam a homossexualidade, como mostra o quadro 3. Das 150 revistas com 1.299 artigos dos *Cadernos de Pesquisa,* obtivemos nove artigos

(Quadro 4) que abordam a sexualidade. No período selecionado há, então, dezoito artigos de Psicologia e nove artigos de Educação.

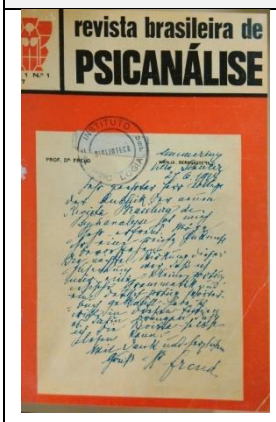
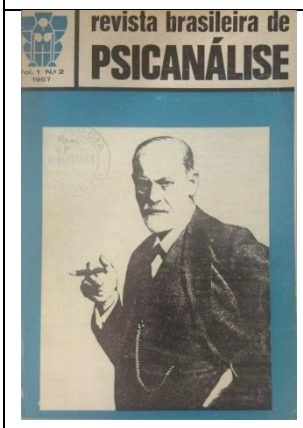
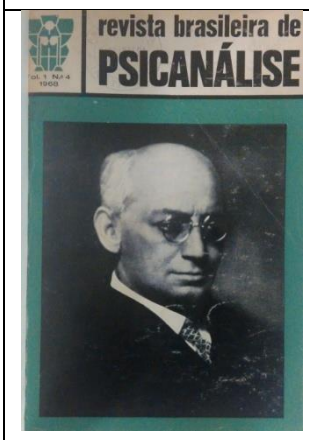
Quadro 2 – A homossexualidade no *Boletim de Psicologia*

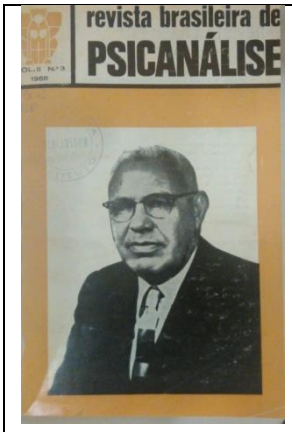
Capa	Identificação do *Boletim*	Título do artigo	Autores	Páginas
	Volume XXIII, janeiro a julho 1971, n. 61	O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo	Odette Lourenção van Kolck e Theo van Kolck	27-51
	Volume XXIV, janeiro a junho 1972, n. 63	Caracterização e gênese da homossexualidade	Odilon de Mello Franco Filho	3-9
		Aspectos genéticos e endócrinos da intersexualidade e da homossexualidade	Dorina Epps	11-17
		Prevenção da homossexualidade masculina	Ryad Simon	19-46
		Implicações morais e religiosas na homossexualidade	Pe. Benedito Eliseu Leite Cintra	47-50
		O conceito da bissexualidade na obra de Freud	Ana Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt	51-58
		Terapia Comportamental e homossexualidade	Geraldina Porto Witter	59-68
		O homossexualismo através dos testes psicológicos em geral	Odete Lourenção van Kolck	69-104

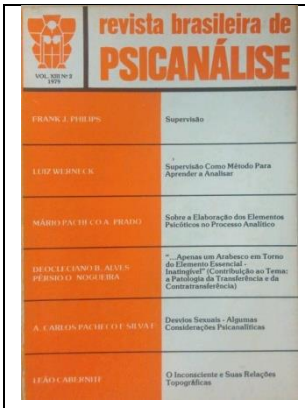
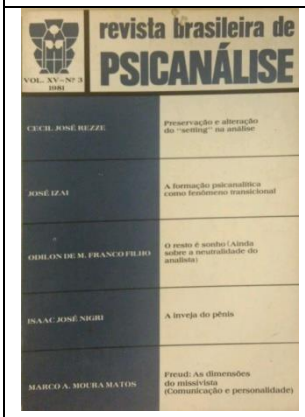
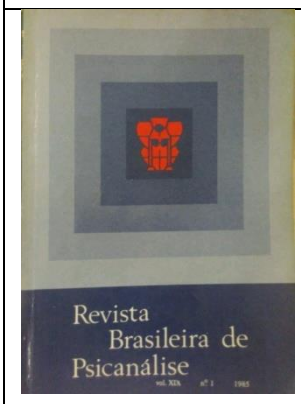
		Avaliação da masculinidade-feminilidade em crianças	Odete Lourenção van Kolck	105-122
		Homossexualidade masculina no Rorschach	Theo van Kolck	123-145
		Homossexualismo e Psicologia da criança	Mathilde Neder	147-155
		75 homossexuais masculinos em tratamento: alguns dados estatísticos	G. J. M. van den Aardweg	155-166
	Volume XXVI, janeiro a dezembro 1974, n. 67	Análise de pesquisas que se propõem a encontrar sinais de homossexualismo no Teste de Apercepção Temática (TAT)	Jussara Falek Brauer	35-39

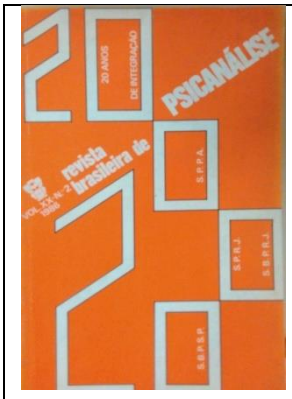
Fonte: EDDINE, 2016.

Quadro 3 – A homossexualidade na *Revista Brasileira de Psicanálise*

Capa	Identificação da *Revista*	Título do artigo	Autores	Páginas
	Volume 1, n. 1, 1967	Homossexualidade e defesas maníacas	Laerte Moura Ferrão	85-93
	Volume 1, n. 2, 1967	“Acting-out”, depressão e homossexualidade	Décio Soares de Souza	204-212
	Volume 1, n. 4, 1968	Identidade de sexo e estrutura do ego	Durval Marcondes	468-475

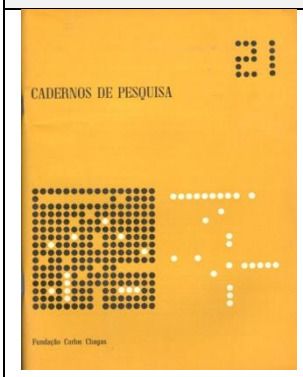
	Volume II, n. 3, 1968	Desvios da sexualidade	Elza Barra	373-386
	Volume III, n. 1-2, 1969	Identidade de sexo e seus distúrbios – aspectos teóricos e clínicos. Considerações especiais sobre alguns aspectos precoces da formação da auto-identidade sexual	Fábio Leite Lôbo Oswaldo Domingues de Moraes	31-48
		Identidade de sexo e seus distúrbios – aspectos teóricos e clínicos	Laerte Moura Ferrão	76-106
	Volume III, n. 3-4, 1969	Problemas do ego face a identificações míticas e identidade de sexo	Américo Rufino; Virgínia Leone Bicudo	267-282

	Volume XIII, n. 2, 1979	Desvios sexuais – algumas considerações psicanalíticas	A. Carlos Pacheco e Silva Fº.	189-203
	Volume XV, n. 3, 1981	A inveja do pênis	Isaac José Nigri	207-224
	Volume XVI, n. 2, 1982	Maternidade, orgasmo e instinto de morte: uma contribuição à psicologia da mulher	Victor Manoel Andrade	223-239
	Volume XIX, n. 1, 1985	Homossexualismo: uma aproximação clínica-teórica	Avelino Ferreira Machado Neto	7-21

	Volume XX, n. 2, 1986	Laio ou a fertilidade impossível	Sonia Curvo de Azambuja	187-206

Fonte: EDDINE, 2016.

Quadro 4 – A questão da diversidade sexual na revista *Cadernos de Pesquisa*

Capa	Identificação do *Cadernos*	Título do artigo	Autores	Páginas
	Número 21, junho 1977	Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família	Marília Graciano; Teresa R. N. da Silva; Elza L. Guarido	15-39
		Diferenças sexuais	Carmen Lúcia de Melo Barroso	47-60
	Número 25, Junho 1978	Aquisição de papéis sexuais na criança	Marília Graciano	29-44
		Percepção de controle e inovação de papéis sexuais	Carmen Barroso; Guiomar N. de Mello; Maria M. M. Campos; Aparecida J. Gouveia	53-94

	Número 26, setembro 1978	Implantação da Educação Sexual no Brasil	Maria José Garcia Werebe	21-28
		Homem-Mulher: por que polarizamos os sexos?	Marília Graciano	93-98
	Número 31, dezembro 1979	Sexualidade infantil e práticas repressivas	Carmen Lúcia de M. Barroso; Maria Cristina A. Bruschini	86-94
	Número 36, fevereiro 1981	Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?	Marilena Chauí; Maria Kehl; Maria José Werebe	99-110
	Número 53, maio 1985	Educação sexual na escola	Fúlvia Rosemberg	11-19

Fonte: EDDINE, 2016

Os quadros anteriores mostram os artigos encontrados, seus autores, suas localizações e datas; na seção seguinte apresentaremos os quadros 5, 6 e 7 que trazem um resumo biográfico do autor e do artigo, além de como as questões sobre a homossexualidade foram abordadas, depois faremos as análises dos discursos das revistas selecionadas.

3.2 As regularidades discursivas sobre a homossexualidade na produção científica paulistana das décadas de 1970 e 1980

As revistas científicas são produções datadas que abordam um determinado momento social, contudo esses discursos são processuais, o que os tornam, muitas vezes, um emaranhado de falas anteriores e prospectivas. Nesse sentido, os discursos não são fixos e acabados e envolvem toda uma relação histórica e social. Para captar os ditos e não ditos, vamos nos ater às regularidades discursivas existentes nos artigos, as quais configuram-se nas relações entre os acontecimentos discursivos. Definir uma regularidade, para Foucault (2016b, p. 47), é mostrar "[...] uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações" e é perceber a *formação discursiva*[11].

Sampaio (2008) relata que as revistas científicas começaram a ser publicadas no século XVII e, até hoje, são o meio mais importante de divulgação e registro dos resultados de pesquisas científicas.

> Esse tipo de publicação é importante por diversas razões, porém uma aparece como determinante da necessidade de se publicar nesse tipo de veículo: a ascensão e êxito de um pesquisador ou profissional dependem, em grande parte, da quantidade de trabalhos por ele publicados e da frequência com que esses trabalhos são citados por outros autores. (SAMPAIO, 2008, p. 455).

[11] O autor relata que utiliza *formação discursiva* para evitar palavras carregadas de condições e consequências inadequadras tais como "ideologia", "teoria" e "dominío de objetividade" e, para ele, as regras de formação "são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursica" (FOUCAULT, 2016b, p. 47).

As primeiras revistas, no Brasil, também tiveram essa intenção: a de publicar relatos científicos e profissionais. Por isso elencamos, neste estudo, os discursos produzidos em tais veículos e selecionamos o referencial foucaultiano de análise que considera o discurso como acontecimento e sua produção como histórica, social e cultural. Foucault (2015a) descreve o caso da loucura para exemplificar como seria metodologicamente uma análise:

> Por exemplo o problema da loucura, do discurso sobre a loucura, e de tudo o que foi dito em certas épocas sobre a loucura. Não creio que o problema seja o de saber quem relatou esse discurso, que maneira de pensar ou mesmo de perceber a loucura penetrou na consciência das pessoas em uma época dada, mas, antes, acho que o problema é o de examinar o discurso sobre a loucura, as instituições que dela se encarregaram, a lei e o sistema jurídico que a regulamentaram, a maneira como os indivíduos se viram excluídos por não ter emprego ou por serem homossexuais. Todos esses elementos pertencem a um sistema de poder, no qual o discurso não é senão um componente religado a outros componentes. Elementos de um conjunto. A análise consiste em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos. (FOUCAULT, 2015a, p. 248).

Com isso, a análise parte de como se estabelecem relações entre os elementos discursivos, os elementos de poder que emergem desses discursos e os acontecimentos discursivos, que, segundo o autor, mantêm relações com outros acontecimentos econômicos, institucionais e políticos. Para ele:

> O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isso é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. (FOUCAULT, 2015a, p. 249-250).

O discurso científico, assim como outros discursos, é um acontecimento que emerge das condições históricas e esses discursos possuem uma ordem, formam subjetividades, normatizam e classificam. Para compreendermos os discursos das revistas precisamos ter uma visão geral dos artigos, como uma biografia resumida dos autores, uma sinopse dos artigos e como a homossexualidade aparece neles. Os quadros 5, 6 e 7 trazem essa visão geral; a partir dela elaboramos uma pequena biografia do autor com base em diversas fontes[12] e realizamos uma síntese dos

[12] Para realizarmos o resumo biográfico do autor, utilizamos seções de homenagens e/ou memoriais em revistas científicas, o livro *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil* (CAMPOS, 2001), sítios de internet e ligações telefônicas para sociedades de Psicologia e Psicanálise.

artigos, pois nem sempre eles continham resumos. Alguns, não apresentavam um resumo que pudesse identificar o real conteúdo do artigo, por isso optamos por elaborar todos os resumos. Também, tendo como base essa nossa leitura, fizemos um resumo das concepções sobre a homossexualidade presentes nos artigos.

Quadro 5 – Artigos selecionados da revista *Boletim de Psicologia*

Boletim de Psicologia	
Título do artigo	O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo
Ano da publicação	1971
Autores	Odette Lourenção van Kolck e Theo van Kolck
Sobre os autores	Odette cursou Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi professora de Psicologia Educacional na mesma instituição e, com a criação do Instituto de Psicologia, em 1970, passou para o Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Casou-se com Theo, psicólogo holandês que veio ao Brasil na década de 1950 e assumiu, a pedido de Enzo Azzi, o departamento de Psicologia da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, também foi professor do Instituto de Psicologia da USP.
Resumo do artigo	Artigo apresenta uma revisão de literatura dos estudos sobre o diagnóstico do homossexualismo a partir do desenho da figura humana. Faz um resumo dos principais pontos a serem analisados nos desenhos e transcreve algumas escalas de homossexualidade masculina no desenho da figura humana com descrições abreviadas dos sinais de homossexualismo.
Questões sobre homossexualidade	Aborda a homossexualidade masculina como concepção binária entre papéis femininos e masculinos e classifica os homossexuais em dois tipos: os mais femininos, que são passivos no relacionamento, e os masculinos, que são os ativos. Descrevem a relação entre masculinidade e feminilidade que auxiliará no diagnóstico de homossexualismo, utilizando o Desenho da Figura Humana.
Título do artigo	Caracterização e gênese da homossexualidade
Ano da publicação	1972
Autor	Odilon de Mello Franco Filho
Sobre o autor	Médico formado pela Faculdade de Medicina de Pinheiros, da Universidade de São Paulo. Em São Paulo foi psicoterapeuta psicanalista, analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.
Resumo do artigo	Caracteriza, a partir da teoria psicanalítica, a homossexualidade e teoriza sobre a sua gênese. Descreve a relação da homossexualidade com o Terceiro Sexo e relata que ela não é mais um sexo e sim um conjunto de sintomas, descrendo-a como defesa. Relata que o homossexual desenvolve uma defesa maníaca do ego, apresentando falta de sensualidade, com atuações de caráter masoquista e o parceiro como perseguidor. Finaliza dizendo que a homossexualidade é um problema de identidade pessoal, fruto da evolução do narcisismo.
Questões sobre homossexualidade	Relata que a homossexualidade é um conjunto de sintomas, uma maneira de o ego se proteger da ansiedade. Relaciona a homossexualidade com paranoia, sadismo, angústia persecutória, masoquismo e sadismo. A homossexualidade é um problema de

	identidade pessoal, relacionado à evolução do narcisismo e da onipotência para autêntica comunicação.
Título do artigo	Aspectos genéticos e endócrinos da intersexualidade e da homossexualidade
Ano da publicação	1972
Autora	Dorina Epps
Sobre a autora	Médica endocrinologista, foi professora da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	O artigo descreve a influência dos fatores genéticos e endócrinos na etiologia da intersexualidade e do homossexualismo. Relata pesquisas sobre a utilização de hormônios em animais e humanos. Descreve experimentos com taxas de hormônios excretados na urina de animais e humanos, e analisa também as características hormonais de homossexuais masculinos e femininos.
Questões sobre homossexualidade	Relata pesquisas que fazem dosagens hormonais para estudos da etiopatogenia da homossexualidade e da transexualidade.
Título do artigo	Prevenção da homossexualidade masculina
Ano da publicação	1972
Autor	Ryad Simon
Sobre o autor	Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutor em Ciências pela Escola Paulista de Medicina. Foi docente titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP.
Resumo do artigo	Apresenta o conceito de história natural da doença e relaciona com o que denomina de história natural da homossexualidade, aproximando os conceitos e descrevendo os períodos da categorização patogênica da homossexualidade, tais como o período pré-patogênico e período patogênico. Descreve as fases de prevenção da patogenia homossexual, como prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. Finaliza expondo a aplicação de medidas preventivas em crianças e adolescentes.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é tratada como uma patologia que tem uma história natural de percurso, a qual vai da pré-patogenia até a patogenia, descrevendo os agentes e hospedeiros. Relata os principais agentes, hospedeiros e ambientes favoráveis ao homossexualismo e as providências para sua prevenção a partir de promoção da saúde, de proteção específica, diagnóstico precoce, limitação da incapacidade e reabilitação. Finaliza caracterizando a história natural da doença homossexual como uma perturbação específica da sexualidade caracterizada como um sadismo contra o pênis paterno, perturbação da personalidade e experiências infantis desfavoráveis que barram o acesso à heterossexualidade. Recomenda a psicoterapia de orientação analítica para os casos clínicos, crônicos e para as prevenções da homossexualidade.
Título do artigo	Implicações morais e religiosas na homossexualidade
Ano da publicação	1972
Autor	Pe. Benedito Eliseu Leite Cintra
Sobre o autor	Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.
Resumo do artigo	O artigo parte do princípio da ética cristã e da teologia moral e relata que o amor é uma existência encarnada e que varia pelo espaço e pelo tempo, sendo culturalmente diversa. Descreve que a tendência sexual encontra sua realização natural apenas no sexo oposto. Relata, também, que a onda de homossexualismo é fruto do egoísmo, sintoma de um narcisismo que impera na sociedade e que é este o sentido das condenações bíblicas.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é um sofrimento da dimensão humana e os homossexuais constituem uma sociedade própria, formulando uma ética homossexual, um conjunto de costumes. Relata que os homossexuais devem manter um relacionamento de amizade e não

	sexual, descobrindo a grandeza da vida e que são os irmãos que sofrem um profundo desajustamento pessoal.
Título do artigo	O conceito da bissexualidade na obra de Freud
Ano da publicação	1972
Autora	Ana Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt
Resumo biográfico da autora	Graduada em Filosofia e mestra em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Terminou o doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Londres, Inglaterra. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	Descreve, a partir da obra de Freud, a bissexualidade e relata que ela constitui os seres humanos. Relata que os aspectos sociais do sexo não coincidem com os biológicos e que a bissexualidade original é um obstáculo à perfeita configuração da identidade sexual, ou seja, a representação mental de si em concordância com o sexo a que pertence biologicamente e a eliminação da parte contrária.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é a não aceitação de uma posição adequada do próprio sexo, que é a reunião dos caracteres sexuais do homem e da mulher, e sua origem é uma intensa fixação na figura feminina, no caso da inversão masculina; e a fixação na figura masculina, no caso da inversão feminina. O homossexual masculino é um narcisista que tem a si próprio como objeto sexual, buscando, nos homens jovens e semelhantes a si mesmo, o objeto amoroso e desejando amar da mesma maneira que eles foram amados por suas mães.
Título do artigo	Terapia Comportamental e homossexualidade
Ano da publicação	1972
Autora	Geraldina Porto Witter
Sobre a autora	Graduada em Pedagogia e doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. Foi professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	Apresenta a terapia comportamental e faz uma revisão dos estudos e pesquisas da sua utilização em casos de modificação de comportamentos de homossexuais.
Questões sobre homossexualidade	Relata a homossexualidade como um desvio sexual e apresenta técnicas que possibilitam sua mudança a partir das terapias aversivas combinadas com outras técnicas comportamentais como o reforço positivo, dessensibilização sistemática e fortalecimento de respostas heterossexuais.
Título do artigo	O homossexualismo através dos testes psicológicos em geral
Ano da publicação	1972
Autora	Odete Lourenção van Kolck
Sobre a autora	Graduada em Pedagogia pela USP; foi professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	Apresenta as medidas de masculino e feminino e de homossexualismo em adolescentes adultos, descrevendo os principais testes que apresentam as escalas para essas medidas. Aborda e apresenta os testes projetivos para avaliação de masculinidade-feminilidade e homossexualismo; também expõe pesquisas que focalizam o assunto da homossexualidade e da masculinidade-feminilidade. Finaliza apresentando a utilidade dos testes para o diagnóstico de homossexualidade.
Questões sobre homossexualidade	Traz o homossexualismo como o envolvimento afetivo e a atração sexual pelo mesmo sexo. Relata que a homossexualidade pode estar ligada à inversão sexual, visto que a inversão se refere à adoção de padrões de comportamento do sexo oposto e que tanto na inversão quanto no homossexualismo o sujeito masculino apresenta alto índice de feminilidade e identificação com o papel sexual feminino, e a mulher tem elevada masculinidade e identificação com o papel sexual masculino. Porém, essa relação não é facilmente aplicada, porque alguns homens homossexuais podem ser altamente masculinos e algumas mulheres homossexuais podem ser altamente femininas,

	casos que podem comprometer as escalas de masculinidade-feminilidade e homossexualidade.
Título do artigo	Avaliação da masculinidade-feminilidade em crianças
Ano da publicação	1972
Autores	Odete Lourenção van Kolck
Sobre a autora	Graduada em Pedagogia pela USP; foi professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	O texto apresenta a avaliação de masculinidade e feminilidade em crianças a partir de escalas de atividades e preferências pelo papel sexual. Faz uma revisão das escalas infantis de masculinidade-feminilidade. Conclui que a avaliação de masculinidade-feminilidade em crianças é feita por constructos que utilizam da preferência pelo papel sexual a várias situações e pela análise da preferência de objetos e atividades características dos papéis sexuais.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é apresentada como a identificação não adequada do papel sexual. Relata que é fácil o reconhecimento, no campo clínico, da relação entre inversão do papel sexual e homossexualidade passiva no homem, e homossexualidade ativa na mulher. Nesses casos, há a identificação com o papel do outro sexo e da percepção psicológica predominantemente como do sexo oposto. Relata que esse raciocínio não se aplica adequadamente na homossexualidade ativa no homem e na passiva na mulher.
Título do artigo	Homossexualidade masculina no Rorschach
Ano da publicação	1972
Autor	Theo van Kolck
Sobre o autor	Graduado em Psicologia; foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.
Resumo do artigo	Descreve as principais pesquisas que avaliam e detectam o homossexualismo masculino a partir do Psicodiagnóstico de Rorschach. Descreve como realizar essa avaliação apresentando os quadros dos sinais de diversas escalas de conteúdos no teste e conclui que o teste auxilia no diagnóstico de homossexualismo e que há necessidade de desenvolvimento de novas pesquisas para melhorar a avaliação da homossexualidade com o Rorschach no meio sociocultural brasileiro.
Questões sobre homossexualidade	Descreve a homossexualidade como reação contra a heterossexualidade, como anormalidade, como um desajustamento psicossexual e como um distúrbio no papel sexual.
Título do artigo	Homossexualismo e psicologia da criança
Ano da publicação	1972
Autora	Mathilde Neder
Sobre a autora	Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo; foi professora do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.
Resumo do artigo	A autora descreve o desenvolvimento afetivo e sexual normal na infância e adolescência e como seriam os casos de desvios de desenvolvimento psicossexual, que culminaria no homossexualismo. Apresenta a necessidade de atuação favorável e adequada junto à criança, desde cedo, de modo construtivo e preventivo para garantir um ajustamento afetivo-sexual normal.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é vista como desenvolvimento anormal, um desvio no desenvolvimento psicossexual na infância e na juventude derivado das dificuldades nas relações paternas e maternas, das perturbações do desenvolvimento da imagem corporal, das dificuldades psicossociais, pela aprendizagem incorreta e incompleta das atitudes e dos valores sexuais.
Título do artigo	75 homossexuais masculinos em tratamento: alguns dados estatísticos
Ano da publicação	1972
Autor	G. J. M. van den Aardweg

Sobre o autor	Graduado e doutor em Psicologia. Foi professor da Universidade Municipal de Amsterdan, Holanda. Escreveu o livro *The battle for normality: self-therapy for homosexual persons*, traduzido para o Brasil como *A batalha pela normalidade sexual e homossexualismo* (AARDWEG, 2000), que oferece diretrizes de tratamento da homossexualidade pela psicoterapia e autoterapia.
Resumo do artigo	O artigo faz uma análise estatística de 75 homossexuais masculinos em tratamento. Os resultados apresentados apontam que primogênitos de famílias grandes têm pouca probabilidade de se tornarem homossexuais; há probabilidade maior do sujeito tornar-se homossexual por conta das indulgências e dos mimos da mãe, pela ausência do pai durante a infância, e pela falta de disciplina paterna. No homossexual, há traços de personalidade menos assertivos, com tendência para se queixar, com uma autoimagem menos ousada, menos esportiva e fraca, o que auxiliaria, desde a infância pré-homossexual, para uma prevenção, menos excesso de atenção e ansiedade da mãe, presença de uma influência máscula e paterna e de atividades físicas e esportivas. Conclui que dos 35 homossexuais que terminaram o tratamento, oito poderiam ser considerados como completamente curados.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é apresentada como anormal e patológica, que necessita de tratamento psicoterápico para sua cura. Há também uma associação da homossexualidade com a pedofilia, instabilidade emocional, irresponsabilidade e neurose obsessiva.
Título do artigo	Análise de pesquisas que se propõem a encontrar sinais de homossexualismo no Teste de Apercepção Temática (TAT)
Ano da publicação	1974
Autora	Jussara Falek Brauer
Sobre a autora	Graduada, mestre e doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Foi professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	A autora faz um levantamento bibliográfico de pesquisas que apontaram sinais de homossexualismo no TAT e que foram publicadas entre 1954 até 1969. Analisou artigos de diferentes países, tais como França, Itália, Estados Unidos, Espanha, Argentina e Brasil. Descreve as pesquisas e relata que há uma disparidade de resultados nelas e diversas interpretações para avaliar a homossexualidade no TAT. Aponta que a avaliação da homossexualidade deve ser feita pensando na cultura, na época e no indivíduo, e não deve ser feita isolada da personalidade do sujeito.
Questões sobre homossexualidade	Relata que não existe uma entidade denominada homossexualidade, que seja homogênea e que possa ser agrupada em características totalitárias. A homossexualidade é apresentada como uma identificação com o sexo oposto e admiração narcísica pelo próprio corpo. Os homossexuais são mais neuróticos que os não homossexuais e é mais fácil de avaliar e diagnosticar a homossexualidade quando o indivíduo não tenta esconder sua anormalidade. Relata que seria preconceito ver a homossexualidade como doença, mas pode ser um desvio do esquema sexual que está dentro do âmbito normal.

Fonte: EDDINE, 2018.

Quadro 6 – Artigos selecionados da *Revista Brasileira de Psicanálise*

Revista Brasileira de Psicanálise	
Título do artigo	Desvios sexuais – algumas considerações psicanalíticas
Ano da publicação	1979
Autor	A. Carlos Pacheco e Silva Fº
Sobre o autor	Médico, doutor em Medicina pela USP. Foi professor do Departamento de Psiquiatria da USP, membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.
Resumo do artigo	Analisa a literatura psicanalítica sobre desvios e perversões sexuais e descreve a psicodinâmica desses desvios, tais como sadomasoquismo, homossexualismo, exibicionismo, voyeurismo e fetichismo. Faz uma análise da relação das perversões com a criminalidade e finaliza dizendo que a psicanálise deveria basear as parafilias sexuais mais em Melanie Klein do que em Freud.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é vista como ansiedade de castração e inveja do pênis, influenciada por fatores pré-genitais sádicos, reativados pela regressão e pela projeção do sadismo oral e anal, que resulta em traços paranoides. A união homossexual não é considerada ideal, mas sim o acoplamento heterossexual.
Título do artigo	A inveja do pênis
Ano da publicação	1981
Autor	Isaac José Nigri
Sobre o autor	Médico psiquiatra e membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.
Resumo do artigo	O autor apresenta o conceito de inveja do pênis proposto por Freud e relata como ele foi configurado ao logo dos trabalhos freudianos. Descreve, também, esse conceito para outros autores psicanalistas e antropólogos e faz uma análise da manifestação da inveja do pênis (complexo de castração feminina), do complexo de masculinidade na mulher e do homossexualismo feminino em três casos clínicos.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade é relatada como ligada à fase oral e ao relacionamento sexual entre mulheres, que se assemelha mais ao modelo mãe-filha do que ao modelo homem-mulher. Também está ligada ao complexo de masculinidade, caracterizado pela mulher viril, em que predominam as tendências ativas e agressivas, a identificação com o pai ou com uma mãe ativa, e ao complexo de castração, que seria a inveja do pênis, em que a menina acusa a mãe por ter sido enganada ou a si própria por ter destruído o seu pênis pela masturbação. Também pode ser pelo temor de que o pênis esteja oculto e espera que se desenvolva posteriormente; assim, não entraria em contato sexual com o objeto invejado para não invejá-lo mais ainda ou assumindo o papel masculino para compensar a ausência do pênis.
Título do artigo	Maternidade, orgasmo e instinto de morte: uma contribuição à psicologia da mulher
Ano da publicação	1982
Autor	Victor Manoel Andrade
Sobre o autor	Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.
Resumo do artigo	Apresenta a psicologia da mulher para a Psicanálise e faz uma revisão quantitativa e qualitativa de casos clínicos apresentados na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, os quais se debruçam sobre o sexo feminino. Descreve algumas teorias biológicas e antropológicas sobre a mulher e finaliza analisando que o orgasmo feminino termina na maternidade. Relata que há uma relação inconsciente entre orgasmo e

	morte, por isso relaciona o orgasmo na mulher como guardião da preservação da espécie e o orgasmo no homem como orgasmo-morte ou o instinto de morte.
Questões sobre homossexualidade	Relata que as mulheres homossexuais têm maior frequência de orgasmos que as mulheres heterossexuais e que são obtidos pela masturbação, e que o homem teria um papel inibidor do orgasmo. Isso despertaria o instinto de morte que afeta a procriação, a família e as relações sexuais, culminando na busca indiscriminada do prazer e do poder, semelhante ao homem.
Título do artigo	Homossexualismo: uma aproximação clínica-teórica
Ano da publicação	1985
Autor	Avelino Ferreira Machado Neto
Sobre o autor	Médico, membro titular e analista didata da Sociedade de Psicanálise de Brasília. Formado em psicanálise pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.
Resumo do artigo	Aborda o tema homossexualismo dentro do tema crescimento mental/emocional, partindo da crença de que esse crescimento é um problema para a prática e para a teoria psicanalítica. Descreve as teorias psicanalíticas de Bion e de Freud, relacionando-as com a homossexualidade e analisa um caso clínico de homossexualismo. Conclui considerando o homossexual em um estado pré-edípico, autoerótico e narcísico.
Questões sobre homossexualidade	Relata que a homossexualidade é um problema de desenvolvimento do indivíduo e apresentado como recurso para preencher o lugar deixado pelo objeto ideal e pela relação ideal com ele. Com isso, a relação sexual e/ou sensual real ou imaginária pode criar o espaço onde acontece a suposta realização de um estado de gratificação absoluta, fazendo desaparecer a incômoda verdade de que o outro é outro. Descreve a homossexualidade como um estado de alucinose, relatando que esse estado mantém o homossexual numa relação idílica com o objeto e reduz as angústias que surgem da fantasia e da dependência de um sujeito amoroso idêntico a ele. Associa a homossexualidade com um estado narcísico, a qual expressa uma persistência prolongada de um estado anárquico, esquizoide e retardador do crescimento mental.
Título do artigo	Laio ou a fertilidade impossível
Ano da publicação	1986
Autora	Sonia Curvo de Azambuja
Sobre a autora	Graduação em Filosofia pela USP. Foi membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.
Resumo do artigo	Apresenta, a partir da Psicanálise, a relação entre sexualidade e fertilidade, orientada pelo Mito de Édipo, principalmente pela posição de Laio. Analisa, além do Mito de Édipo, nove casos clínicos, descrevendo-os e associando-os com as questões do medo e da violência da fertilidade na vida mental e social.
Questões sobre homossexualidade	Associa a homossexualidade como uma renúncia da bissexualidade, da fertilidade biologicamente considerada, e como uma expressão da loucura. Relata que nos homossexuais existe um sentimento de culpa persecutória.

Fonte: EDDINE, 2018.

Quadro 7 – Artigos selecionados da revista *Cadernos de Pesquisa*

Cadernos de Pesquisa	
Título do artigo	Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família
Ano da publicação	1977
Autoras	Marília Graciano; Teresa R. N. da Silva; Elza L. Guarido
Sobre as autoras	Antonieta Marília de Oswald de Andrade ou Marília Graciano graduou-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo, tem mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Teresa Roserley Neubauer da Silva é pedagoga pela Universidade de São Paulo, mestra e doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Universidade de São Paulo. Elza Lauretti Guarido é formada em Psicologia pela Universidade de São Paulo e mestra em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Resumo do artigo	O artigo faz um estudo sobre a percepção social em relação às diferenças sexuais, utilizando o Teste de Percepção Social elaborado pelas autoras com 180 crianças de 5, 7 e 9 anos de idade. Descreve o que seria o papel e a identidade sexual e seu estabelecimento, iniciado e influenciado pela família nuclear. Conclui que a percepção social e o autoconceito das crianças são influenciados pelos estereótipos culturais. Considera as características típicas do papel sexual masculino e feminino e que as meninas, progressivamente, assimilam autoconceito negativo, tais como passividade e fraqueza, assim como os meninos atribuem às figuras femininas as tarefas domésticas e o desejo de ajudar.
Questões sobre homossexualidade	O artigo não relata diretamente a homossexualidade, contudo, ao apresentar o conceito de papel e identidade sexual, acaba por criticar a influência da ideologia dominante na cultura sobre o papel sexual e os estereótipos que afetam esses papéis. As autoras apontam para que a sociedade e a família nuclear busquem nas crianças o desenvolvimento de autoconceitos que permitam a escolha livre por diferentes tipos de papéis sociais e profissionais.
Título do artigo	Diferenças sexuais
Ano da publicação	1977
Autora	Carmen Lúcia de Melo Barroso
Sobre a autora	Possui doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Columbia. Foi professora da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.
Resumo do artigo	O artigo faz uma revisão de literatura sobre as diferenças sexuais. Relata que a maior parte das pesquisas sobre o tema foram realizadas nos Estado Unidos e a maioria delas se restringe a descrever essas diferenças e não tentam explicar suas causas. Conclui apontando que estudar as diferenças sexuais pode auxiliar na mudança das práticas de educadores e psicólogos, contribuindo para diminuir a manutenção de diferenças prejudiciais no oferecimento de igualdade de oportunidades de desenvolvimento e estimular a investigação mais precisa das origens das diferenças, o que leva a uma maior compreensão do comportamento humano.
Questões sobre homossexualidade	O artigo não trata da homossexualidade, mas aborda a aquisição da sexualidade a partir da teoria da aprendizagem social e faz uma critica

	às desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres, questionando se existe uma base científica para determinar os estereótipos a respeito das características femininas e masculinas. Também relata que há formas sutis e variadas que levam o indivíduo a desenvolver os interesses, as aptidões e os traços que são considerados próprios de cada sexo.
Título do artigo	Aquisição de papéis sexuais na criança
Ano da publicação	1978
Autora	Marília Graciano
Sobre a autora	Antonieta Marília de Oswald de Andrade graduou-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo, tem mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.
Resumo do artigo	A autora discute a aquisição de papéis masculinos e femininos, relatando como esses eles são considerados na cultura brasileira. Faz uma discussão sobre o determinismo biológico e cultural do papel sexual e problematiza o que seria a socialização dos papéis sexuais e a escolha de modelos na aquisição deles. Apresenta as principais teorias sobre a aquisição de papéis sexuais, tais como aprendizagem por reforçamento, imitação, identificação e processo cognitivo. Conclui apontando que os pais já demonstram expectativas estereotipadas em relação a meninos e meninas recém-nascidos, criando-os de modos diferentes e limitando suas potencialidades.
Questões sobre homossexualidade	A autora apresenta uma compreensão que critica a naturalização e biologização da sexualidade, mesmo não tratando diretamente da homossexualidade. Problematiza os conceitos que apresentam os comportamentos sexuais como naturais, normais, sadios e certos, apontando que são conceitos moralizantes que criam padrões socialmente aceitos e o que foge desse padrão é considerado anormal.
Título do artigo	Percepção de controle e inovação de papéis sexuais
Ano da publicação	1978
Autoras	Carmen Barroso; Guiomar N. de Mello; Maria M. M. Campos; Aparecida J. Gouveia
Sobre as autoras	Carmen Barroso possui doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi professora da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Guiomar Namo de Mello é formada Pedagogia pela USP, fez mestrado e doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Maria Machado Malta Campos possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas e foi professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de São Paulo. Aparecida Joly Gouveia é bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e doutora em Sociologia pela Universidade de Chicago, Estados Unidos. Foi professora da Universidade de São Paulo.
Resumo do artigo	As autoras fazem uma pesquisa quantitativa sobre a concepção social dos papéis sexuais a partir de entrevistas estruturadas aplicadas a 589 estudantes de pós-graduação da cidade de São Paulo. Apresentam o conceito de papéis sexuais numa abordagem psicossocial, utilizando teóricos da Psicologia Social e descrevem as implicações desse conceito na divisão social do trabalho. Concluem que a desigualdade entre homens e mulheres acontece em áreas como a sexualidade e o trabalho doméstico, principalmente nos cuidados com os filhos. Não

	reconhecem o trabalho doméstico como valor econômico e não se posicionam a favor de mudanças dos papéis sexuais.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade não é relatada no artigo, contudo as autoras apresentam-se favoráveis a uma liberalização e reconhecimento de igualdades de direitos à sexualidade para homens e mulheres, criticando a repressão e a mistificação da sexualidade.
Título do artigo	Implantação da Educação Sexual no Brasil
Ano da publicação	1978
Autora	Maria José Garcia Werebe
Sobre a autora	Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo e doutora em Pedagogia pelo Laboratório de Psicobiologia da Infância, França. Foi professora da Universidade de São Paulo, onde foi perseguida políticamente no período do regime militar tendo que deixar o Brasil indo morar na França, em 1971, e aposentando-se em 1973.
Resumo do artigo	A autora faz um panorama político e histórico da implantação da educação sexual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Analisa os questionários sobre educação sexual que aplicou em 108 participantes do IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, realizado em São Paulo, em 1976. O questionário perguntava se os orientadores educacionais desenvolveram ou estavam desenvolvendo algum trabalho na área de educação sexual e, em caso afirmativo, respondiam um segundo questionário com perguntas sobre esse trabalho. Apenas 41 participantes responderam o segundo questionário. A autora aponta que a maioria dos programas de educação sexual foi elaborado pelos próprios orientadores e em apenas três experiências o programa foi preparado a partir de uma sondagem junto aos alunos. Relata que não se pode saber sobre a orientação impressa aos temas de educação sexual e nem sobre a ideologia sexual subjacente ao trabalho dos educadores. Aponta ainda que vários exercem atividades favoráveis a uma orientação valorativa, segundo suas crenças religiosas. Conclui que não havia no país condições propícias à implantação efetiva de uma educação sexual que contribuísse para o desenvolvimento da criança e do adolescente e que não havia uma preparação adequada dos educadores encarregados dos trabalhos na área.
Questões sobre homossexualidade	A autora relata que um dos temas tratados nos programas de educação sexual era o homossexualismo, mas que não se podia aferir como era tratado esse tema pelos orientadores. A autora destaca que, em 1974, foi aprovado um parecer pelo Conselho Federal de Educação que preconizava que a escola de Segundo Grau poderia acrescentar em suas disciplinas noções de doenças e desvios dos padrões de normalidade.
Título do artigo	Homem-Mulher: por que polarizamos os sexos?
Ano da publicação	1978
Autora	Marília Graciano
Sobre a autora	Antonieta Marília de Oswald de Andrade graduou-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo, tem mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.
Resumo do artigo	A autora faz um levantamento das principais pesquisas sobre as diferenças dos papéis sexuais, analisa as pesquisas sobre a psicologia das diferenças sexuais e critica as abordagens biologizantes que tratam da sexualidade. Conclui que a polarização social entre os sexos é sem sentido e transforma a oposição homem-mulher em uma oposição hierárquica, em que as características masculinas estão associadas a valores positivos e as femininas a valores negativos.
Questões sobre homossexualidade	Relata que os homossexuais são discriminados, seja pela rejeição ou pela condescendência, o que os fazem constituir um grupo marginal,

	que conhece seu lugar e que só terá certa aceitação nesse grupo. A sociedade trata o homossexual como anormal, introduzindo nele um fator de desordem.
Título do artigo	Sexualidade infantil e práticas repressivas
Ano da publicação	1978
Autoras	Carmem Lúcia de M. Barroso; Maria Cristina A. Bruschini
Sobre as autoras	Carmen Barroso possui doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi professora da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Maria Cristina Aranha Bruschini graduou-se em Sociologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, fez mestrado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.
Resumo do artigo	Faz um levantamento histórico das ideias e costumes sobre a sexualidade infantil, analisa as proposições freudianas sobre o assunto, relatando que ela, mesmo sendo inovadora e radical, não fugiu das influências de uma cultura repressiva. Apresenta, a partir da literatura de ficção brasileira, as imagens de sexualidade infantil e, por fim, relata a pesquisa que realizou sobre o tema em famílias de baixa renda em São Paulo. Conclui que as famílias possuem uma prática repressiva formada pelas ideias a respeito da infância.
Questões sobre homossexualidade	Relata, a partir de Kinsey, que 40% dos homens norte-americanos tiveram uma experiência homossexual na infância e que ela vai diminuindo conforme se aproxima da puberdade.
Título do artigo	Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?
Ano da publicação	1981
Autoras	Marilena Chauí; Maria Rita Kehl; Maria José Werebe, Maria Cristina A. Bruschini
Sobre as autoras	Marilena de Souza Chauí possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Foi professora da Universidade de São Paulo. Maria Rita Kehl é formada em Psicologia pela Universidade de São Paulo, mestra em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e doutora em Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi editora do Jornal Movimento e é psicoterapeuta. Maria José Werebe é graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo e doutora em Pedagogia pelo Laboratório de Psicobiologia da Infância, França. Foi professora da Universidade de São Paulo. Maria Cristina Aranha Bruschini graduou-se em Sociologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e realizou mestrado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.
Resumo do artigo	Resulta de uma mesa redonda apresentada na XXXII reunião da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência no Rio de Janeiro em julho de 1980. Bruschini é a mediadora da mesa e inicia fazendo um levantamento sobre a questão da educação sexual em São Paulo, relatando uma pequena história sobre a temática no Brasil. Finaliza dizendo que não é desejável que os programas de educação sexual limitem artificialmente seus objetivos a questões de reprodução e incluam neles questionamentos mais amplos sobre a sexualidade para o indivíduo e para a sociedade. Chauí introduz sua fala fazendo um levantamento histórico e filosófico sobre a sexualidade, principalmente sobre a repressão sexual; faz algumas críticas ao pensamento de Foucault sobre repressão sexual e finaliza dizendo que a educação sexual não pode caminhar sem uma

	análise da ideia de educação, a qual deve ser pautada em uma educação sexual liberada. Kehl debate sobre o conceito de orientação sexual em contraposição ao de educação sexual e relata sobre o impacto da sexualidade no capitalismo, defendendo a ideia de que a sociedade capitalista incentiva o sexo, passando a ser um elemento de consumo e de equilíbrio emocional. Finaliza falando da vinculação entre sexo, amor e moralidade e, também, que se deve pensar no adulto que vai educar a criança nos programas de educação sexual, pois o educador está vinculado moral e filosoficamente em uma determinada forma de entender a sexualidade e, por isso, a educação sexual não seria um instrumento de democracia e de liberação. Werebe aponta que existem duas formas de educação sexual: a formal e a informal. Relata sobre os alcances e limites da educação sexual e sobre a recuperação oficial dela. Aborda o conceito de revolução e de liberdade sexual. Por fim, expõe os perigos que ameaçam a educação sexual, entre os quais o principal deles é a tendência de medicalizar e psiquiatrizar a vida sexual do homem.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade não é tratada diretamente pelas autoras, contudo, ao relatarem a repressão sexual, as questões acerca do consumo do sexo e o moralismo sexual e sobre a medicalização e psiquiatrização da sexualidade, percebe-se que as autoras criticam as formas como as sexualidades são tratadas pela sociedade, resultando em perversões sexuais e impedindo a liberdade sexual.
Título do artigo	Educação sexual na escola
Ano da publicação	1985
Autores	Fúlvia Rosemberg
Sobre o autor	Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Psicobiologia da Infância pela Universidade de Paris, França. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.
Resumo do artigo	O artigo faz um percurso histórico, a partir de publicações em jornais do período entre 1960 e 1980, sobre as propostas de inclusão da disciplina de educação sexual no currículo escolar. Utiliza fontes documentais variadas para desvelar os argumentos favoráveis e contrários à proposta dessa inclusão. A autora conclui que existe uma desvalorização do tema até metade da década de 1970 e que há uma influência grande da igreja católica no debate público sobre a sexualidade na escola.
Questões sobre homossexualidade	A homossexualidade não é tratada no artigo, mas faz um retrato histórico da educação sexual e suas resistências no período entre 1960 e 1980.

Fonte: EDDINE, 2018.

Os quadros acima mostram que, entre os 24 autores dos artigos analisados, apenas três não são do estado de São Paulo ou não tiveram sua formação perpassada por instituições paulistas. Dos 27 artigos encontrados para análise, 12 não têm como objetivo a homossexualidade, mas perpassam pela temática em seu conteúdo, como veremos nas seções seguintes.

Percebemos que os autores da revista *Boletim de Psicologia* são, predominantemente, relacionados à Universidade de São Paulo e, em sua maioria, tiveram formação numa época em que a Psicologia e a Pedagogia partilhavam o mesmo departamento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da universidade. Só em 1970 o Instituto de Psicologia se destacou dos demais departamentos dessa faculdade e, assim, os autores do *Boletim de Psicologia* estão ligados ao Instituto de Psicologia.

Quase todos os autores da *Revista Brasileira de Psicanálise* são, com exceção de uma autora, Sonia Curvo de Azambuja, médicos, demarcando a autoridade do saber médico sobre a Psicanálise e a Psicologia. Já nos *Cadernos de Pesquisa* quase todas as autoras são ligadas à área da Psicologia, seja na graduação ou na pós-graduação, mostrando a ligação estreita entre Educação e Psicologia, e a autoridade deste sobre aquela.

Para uma melhor visualização dos autores e seus artigos, elaboramos um quadro sítese (Quadro 8) com o nome dos autores, formação dos autores, artigos publicados, revistas publicadas e ano da publicação.

Quadro 8 – Quadro com os autores, formação, instituição e artigos publicados

Autores	Formação e instituição	Artigo publicado	Revista	Ano
Antonio Carlos Pacheco e Silva Filho	Graduação em Medicina, professor da USP	Desvios sexuais – algumas considerações psicanalíticas	Revista Brasileira de Psicanálise	1979
Ana Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt	Graduação em filosofia e doutorado em Psicologia Social, professora da USP	O conceito de bissexualidade na obra de Freud	Boletim de Psicologia	1972
Aparecida Joly Gouveia	Graduação em Ciências Políticas e Sociais e doutorado em Sociologia, professora da USP	Percepção de controle e inovação de papéis sexuais	Cadernos de Pesquisa	1978
Avelino Ferreira Machado Neto	Graduação em medicina, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	Homossexualismo: uma aproximação clinica-teórica	Revista Brasileira de Psicanálise	1985
Benedito Eliseu Leite Cintra	Graduação em Filosofia e doutorado em Educação,	Implicações morais e religiosas na homossexualidade	Boletim de Psicologia	1972

	professor da PUC-SP			
Carmen Lúcia de Melo Barroso	Doutorado em Psicologia Social, professora da USP	Diferenças sexuais	Cadernos de Pesquisa	1977
		Percepção de controle e inovação de papéis sexuais	Cadernos de Pesquisa	1978
		Sexualidade infantil e práticas repressivas	Cadernos de Pesquisa	1978
Dorina Epps	Graduação em medicina, professora da USP	Aspectos genéticos e endócrinos da intersexualidade e da homossexualidade	Boletim de Psicologia	1972
Elza Lauretti Guarido	Graduação em Psicologia, mestrado em Psicologia, professora da PUC-Campinas e da FCC	Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família	Cadernos de Pesquisa	1977
Fúlvia Rosemberg	Graduação em Psicologia e doutorado em Psicobiologia da Infância, professora da PUC-SP e da FCC	Educação sexual na escola	Cadernos de Pesquisa	1985
G. J. M. van den Aardweg	Graduação e doutorado em Psicologia, professor da Universidade Municipal de Amsterdan	75 homossexuais masculinos em tratamento: alguns dados estatísticos	Boletim de Psicologia	1972
Geraldina Porto Witter	Graduação em Pedagogia e doutorado em Ciências, professora da USP	Terapia Comportamental e homossexualidade	Boletim de Psicologia	1972
Guiomar Nano de Mello	Graduação em Pedagogia e doutorado em Educação	Percepção de controle e inovação de papéis sexuais	Cadernos de Pesquisa	1978
Isaac José Nigri	Graduação em Medicina, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro	A inveja do pênis	Revista Brasileira de Psicanálise	1981
Jussara Falek Brauer	Graduação e doutorado em Psicologia, professora da USP	Análise de pesquisas que se propõem a encontrar sinais de homossexualismo no Teste de Apercepção Temática (TAT)	Boletim de Psicologia	1974
Maria Cristina Aranha Bruschini	Graduação em Sociologia e doutorado em	Educação sexual: instrumento de	Cadernos de Pesquisa	1981

	Sociologia, pesquisadora da FCC	democratização ou de mais repressão?		
		Sexualidade infantil e práticas repressivas	Cadernos de Pesquisa	1978
Maria José Garcia Werebe	Graduação e doutorado em Pedagogia, professora da USP	Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?	Cadernos de Pesquisa	1981
		Implantação da Educação Sexual no Brasil	Cadernos de Pesquisa	1978
Maria Machado Malta Campos	Graduação em Pedagogia e doutorado em Ciências Sociais, professora da PUC-SP, USP e FCC	Percepção de controle e inovação de papéis sexuais	Cadernos de Pesquisa	1978
Maria Rita Kehl	Graduação em Psicologia e doutorado em Psicanálise, editora do Jornal Movimento e psicoterapeuta	Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?	Cadernos de Pesquisa	1981
Marilena Chauí	Graduação e doutorado em Filosofia, professora da USP	Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?	Cadernos de Pesquisa	1981
Marília Graciano	Graduação em Psicologia e doutorado em Psicologia Social, professora da Unicamp	Homem-mulher: por que polarizamos os sexos?	Cadernos de Pesquisa	1978
		Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família	Cadernos de Pesquisa	1977
		Aquisição de papéis sexuais na criança	Cadernos de Pesquisa	1978
Mathilde Neder	Graduação em Pedagogia, professora da PUC-SP	Homossexualismo e psicologia da criança	Boletim de Psicologia	1972
Odette Lourenção van Kolck	Graduação em Pedagogia, professora da USP	O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo	Boletim de Psicologia	1971
		O homossexualismo através dos testes psicológicos em geral	Boletim de Psicologia	1972
		Avaliação da masculinidade-feminilidade em crianças	Boletim de Psicologia	1972
Odilon de Mello Franco Filho	Graduação em Medicina, membro da Sociedade Brasileira de	Caracterização e gênese da homossexualidade	Boletim de Psicologia	1972

	Psicanálise de São Paulo			
Ryad Simon	Graduação em Filosofia e doutorado em Ciências, professor da USP	Prevenção da homossexualidade masculina	Boletim de Psicologia	1972
Sonia Curvo de Azambuja	Graduação em Filosofia, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	Laio ou a fertilidade impossível	Revista Brasileira de Psicanálise	1986
Teresa Roserley Neubauer da Silva	Graduação em Pedagogia e doutorado em Educação (Psicologia da Educação), professora da USP	Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família	Cadernos de Pesquisa	1977
Theo van Kolck	Graduação em Psicologia, professor da PUC-SP	O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo	Boletim de Psicologia	1971
		Homossexualidade masculina no Rorschach	Boletim de Psicologia	1972
Victor Manoel Andrade	Graduação em Medicina, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro	Maternidade, orgasmo e instinto de morte: uma contribuição à psicologia da mulher	Revista Brasileira de Psicanálise	1982

Fonte: EDDINE, 2018

O quadro anterior apresenta os autores em ordem alfabética e também suas formações, juntamente com os artigos publicados, funcionando como um guia de leitura para as seções seguintes. A partir dele poderemos consultar a formação e a revista que o autor escreveu seu artigo.

Nas seções seguintes vamos realizar as análises dos discursos dos artigos encontrados. Neles levantamos quatro regularidades discursivas: o discurso patológico da homossexualidade; o discurso da identificação e classificação da homossexualidade; o discurso sobre o tratamento e a prevenção da homossexualidade; e o discurso da família como causa e consequência da homossexualidade.

Começaremos as seções com um levantamento geral dos enunciados na tentativa de compreender melhor as formulações históricas que dermacaram os

discursos, depois traremos a análise a a descrição dos discuros dos autores das revistas. No final de cada seção faremos uma teorização sobre tais discursos, mostrando os contrapontos existentes.

3.2.1 "É a homossexualidade uma doença?": o patológico no discurso científico da Psicologia paulistana

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo forte movimento de busca pela despatologização da homossexualidade, destacando-se, nesse período, a atuação do movimento gay, nos Estados Unidos, no início dos anos de 1970, para a retirada do diagnóstico de "homossexualismo" do manual da *American Psychiatric Associatio*n (APA), o que ocorreu em 1973. No Brasil, a homossexualidade deixou de ser considerada como uma patologia apenas em 1985, pelo Conselho Federal de Medicina.

Esse movimento de despatologização das sexualidades não hegemônicas foi seguido e abraçado como causa por diversos países, inclusive no Brasil. Contudo, essa consideração ainda não foi amplamente aceita pelos profissionais da área de Psicologia do período estudado. Augras (1982), em uma mesa redonda que discutiu esse tema, apontou uma tentativa de despatologização da homossexualidade na década de 1950, fato que foi recebido com muita celeuma[13].

A mesa-redonda intitulada "O espaço do homossexualismo na Psicologia contemporânea" ocorreu no III Encontro Nacional de Psicólogos, em 1982, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de Monique Augras, Araguari Chalar da Silva, João Alberto Legey Vizeu e Leila Dupret Machado.

> O que esta mesa propõe examinar é o enfoque atual dado pela psicologia ao problema do homossexual. Vemos proliferar movimentos *gay*. Muitas pesquisas estão sendo realizadas em torno desse tema, mas, na sua esmagadora maioria, são trabalhos feitos por sociólogos. Na psicologia contemporânea, será que se chega a um consenso, a respeito desse assunto? (AUGRAS, 1982, p. 25).

[13] A autora se refere aos estudos de Evelyn Hooker (1907-1996), que, em uma pesquisa comparativa entre homossexuais e heterossexuais, publicada em 1957, concluiu que a homossexualidade não se constitui como doença ou desordem mental.

O movimento gay foi o propulsionador do debate e das pesquisas acerca desse tema. No entanto, é interessante notar que, mesmo após a retirada da homossexualidade como doença, nos Estados Unidos, aqui no Brasil ainda estavam se iniciando os questionamentos se a homossexualidade deveria ser encarada como uma patologia. A autora ainda aponta que:

> Na psicologia clínica, temos o enfoque patológico. Homossexualismo faz parte das perversões. Na teoria freudiana, perverso é o indivíduo que realiza aquilo que o normal apenas imagina sob forma de fantasia, ao passo que o neurótico é aquele que se proíbe até de imaginar. Não se trata, portanto, de classificação condenatória, mas em todo caso a perversão é situada fora dos limites da normalidade. Na perspectiva freudiana, o homossexualismo constitui etapa necessária do desenvolvimento da libido. Anormal é a fixação nessa etapa, fixação essa que, para Freud, não tem remédio, como deixou bem claro em sua célebre "Carta a uma mãe americana". Declara que pode, mediante análise, suavizar os sofrimentos do rapaz, adaptá-lo melhor ao ambiente, mas curá-lo, jamais. (AUGRAS, 1982, p. 25).

Essa visão apontada pela autora é quase que unânime em relação a como a homossexualidade era vista no período. Percebe-se a ambiguidade dessa posição ao lado da frase: "perverso é o indivíduo que realiza o que o **normal** apenas imagina". Em seguida vem a frase em que se retira o valor moralizante "não se trata de classificação condenatória" para em seguida colocar: "em todo o caso a perversão é situada fora dos limites da normalidade". Numa percepção que tem longa história na perspectiva científica da anormalidade, "anormal é uma fixação em etapa evolutiva anterior". E, finalmente, a autora adota um tom pessimista, interpretando como fatalismo médico as ideias contidas na carta de Freud: a psicanálise pode amenizar o sofrimento do homossexual adaptando-o ao ambiente, "mas curá-lo, jamais", conclui a autora com certa dramaticidade. Isto é, a autora acha que Freud refuta a homossexualidade como uma forma de expressão da sexualidade, entendendo-a como uma espécie de doença que tem que ser aceita, porque é incurável. A autora não considera que não exista uma única Psicanálise e que ela sofreu cisões teóricas, práticas e também na forma de compreender a homossexualidade.

A Psicanálise, em diferentes nuances e interpretações, é a teoria que mais se destaca nessas tentativas dos articulistas de explicar a homossexualidade e aceitá-la como caso clínico igual a qualquer outro neurótico, e, ao mesmo tempo, associá-la a um distúrbio psíquico. A ambiguidade apresenta-se em Freud, dando margem a diferentes interpretações. Ele aponta, na carta a uma mãe de um homossexual, um

mote para deixar claro que a homossexualidade não é uma doença. Em sua carta, de 9 de abril de 1935, Freud (1979, p. 738-739) diz que:

> Deduzo de sua carta que seu filho é homossexual. Impressionou-me muito o fato de que a senhora não mencione esse vocábulo em suas informações acerca dele. Posso perguntar-lhe por que a senhora o omite? A homossexualidade não é, certamente, nenhuma vantagem, mas não é nada de que se tenha vergonha; nenhum vício, nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença; nós a consideramos como uma variação da função sexual. Muitos indivíduos altamente respeitáveis, tanto nos tempos antigos quanto nos modernos, têm sido homossexuais, e vários dos maiores dentre eles (Platão, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci etc.). É uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como crime, e é também uma crueldade.

Na mesma carta, Freud relata que não tem como colocar a heterossexualidade no lugar da homossexualidade e que a análise poderá trazer "[...] harmonia, paz de espírito, plena eficiência, continue ele homossexual ou se modifique" (FREUD, 1979, p. 739). Essa visão freudiana é avançada para o período, pois apresenta divergências em relação às considerações, no período, que viam a homossexualidade como patologia.

Roudinesco (2013) ressalta que Freud era um pensador libertário e que teve uma atitude liberal em relação aos homossexuais e recusou classificá-los como seres com anomalias da sexualidade, como faziam os sexólogos da época. Para ela, Freud:

> Não considerou que os homossexuais cometam "atos contra a natureza". Ele também recusou qualquer forma de estigmatização fundamentada na noção de degenerescência. Em outros termos, não separou os homossexuais dos outros seres humanos e considerou que todo sujeito pode ser dessa escolha, devido à existência, em cada um de nós, de uma bissexualidade psíquica. (ROUDINESCO, 2013, p. 107).

Freud era contra a criminalização e a perseguição de homossexuais. Seu pensamento sobre o tema causou celeuma dentro do movimento psicanalítico, como a posição de sua própria filha, Ana Freud, que se mostrou adepta de uma atitude persecutória com respeito à homossexualidade, mostrando-se hostil à ideia de que os homossexuais pudessem praticar a Psicanálise, mesmo sendo ela mesma homossexual. Odiando sua própria condição, mostrava-se "[...] extremamente conservadora em matéria de costumes sexuais". (ROUDINESCO, 2013, p. 109).

Segundo Roudinesco (2013), em 1921, a questão da homomossexualidade dividiu os membros da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) e em discussões entre vienenses e berlinenses, os primeiros mais tolerantes do que os segundos, decidiram, em regra não escrita, pela não permissão de homossexuais como analistas

e, ao longo de mais de 50 anos, com a influência crescente das sociedades psicanalíticas norte-americanas, reforçou essa posição repressiva. Para a autora, a IPA, sob essa influência e,

> [...] após ter-se desviado das posições freudianas quanto ao acesso dos homossexuais à Psicanálise didática, não hesitou, sempre no sentido contrário da clínica freudiana, em qualificar os homossexuais de perversos sexuais e julgá-los ora inaptos ao tratamento psicanalítico, ora passíveis de serem curados, sob a condição de que o tratamento tivesse por objeto orientá-los em direção à heterossexualidade. (ROUDINESCO, 2013, p. 110).

Assim, a visão freudiana sobre a homossexualidade não foi lida como uma das manifestações possíveis da sexualidade; ela foi usada, por muitos analistas, especialmente aqueles encontrados nos periódicos examinados, para legitimar uma posição patologizante e estigmatizante. Por exemplo o discurso Ana Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt (1972), na qualidade de autora de artigo pertencente ao *corpus* desta pesquisa, busca a gênese da homossexualidade usando o próprio Freud:

> No que diz respeito à gênese da inversão sexual no homem, Freud relata que os invertidos estudados por ele, passaram nos primeiros anos de sua infância por uma fase de intensa fixação à figura feminina (a própria mãe na maioria dos casos). Após essa fase heterossexual, identificar-se-iam com as mulheres e passariam a tomar a si próprios como objeto sexual, isto é, buscariam a partir de seu próprio narcisismo, homens jovens e semelhantes a si mesmos como objeto amoroso, os quais desejariam amar da mesma maneira que eles próprios foram amados por suas mães. (NAGELSCHMIDT, 1972, p. 55).

A autora relata que o narcisismo é a fonte da inversão sexual, uma vez que o sujeito teria uma fixação em seu desenvolvimento sexual. Ao estudar a bissexualidade, ela tenta compreender onde há o desvio para a sexualidade que desvia do percurso que levaria à "concordância ao sexo a que pertence" (NAGELSCHMIDT, 1972, p. 52).

> Além disso, na espécie humana, é dado de observação corrente que muitas vezes os aspectos sociais do sexo não coincidem com os biológicos. Possuímos também uma série grande de dados antropológicos, a indicar que realmente não existe nenhuma lei natural e biológica que governe tal congruência. Portanto parece-nos legítimo aventar a hipótese de que a identidade de sexo na espécie humana possa ser dificultada por fatores derivados de uma primitiva disposição sexual. O fato de que, obrigatoriamente, o indivíduo tenha de definir uma representação mental de si mesmo, em concordância com o sexo a que pertence, e subsequente eliminação da parte contrária, parece-nos constituir uma situação cheia de perigos, já que, para que um "Self" seja instituído, o indivíduo tem que definir uma representação mental de si mesmo, em concordância com o sexo a que pertence. **A bissexualidade original dos seres humanos, porém, vem**

> **acarretar uma série de obstáculos à perfeita configuração desta identidade; isto é, à aceitação de uma posição adequada no que respeita o próprio sexo**. (NAGELSCHMIDT, 1972, p. 52, grifos nossos).

É interessante notar que a estudiosa começa dizendo que não há uma ordem biológica da sexualidade, mas que a identidade sexual deve seguir a concordância com o sexo a que pertence. A bissexualidade seria, então, um entrave na busca da perfeita harmonia dessa identidade, já que o sujeito pode não ter um percurso adequado. A linha de raciocínio de que a bissexualidade pode ser a gênese da homossexualidade, associando-a com outros estados patológicos, é relata em outro trecho:

> Para Freud, em pleno inconsciente, todo o indivíduo é capaz de uma escolha homossexual de objeto e a projeção de sentimentos libidinosos sobre pessoas do mesmo sexo representa na vida psíquica normal um papel tão importante quanto a que se dirige a pessoas do sexo contrário, sendo que a gênese de estado patológico, como por exemplo a paranóia, essa importância é ainda maior. Embora tenha reconhecido a importância da bissexualidade constitucional dos seres humanos para a vida psíquica e as dificuldades que poderia ocasionar para uma estruturação harmônica da personalidade, Freud, porém considera que a ênfase exclusiva nesse problema, seria insuficiente para explicar fenômenos tais como a regressão, como tinha sido aventado por Fliess. (NAGELSCHMIDT, 1972, p. 55).

A autora não afirma que a homossexualidade seria uma patologia, contudo, ao definir o campo normal da sexualidade e seu percurso natural e ao associar a homossexualidade como fonte de outros “estados patológicos”, parece orientar uma visão que entende a homossexualidade como uma anormalidade.

Ainda dentro desse conjunto, Odilon de Mello Franco Filho (1972), médico que escreveu no *Boletim de Psicologia*, destaca que a homossexualidade não é uma doença, mas um conjunto de sintomas:

> 2 – Homossexualidade como doença
>
> Na realidade, a homossexualidade não pode ser encarada desse prisma, em que pese seja colocada como comportamento anormal. Ela não é uma *doença* mas um *conjunto de sintomas*. Ou em outras palavras: é uma *defesa*, uma maneira do ego se proteger face a determinadas ansiedades. (FRANCO FILHO, 1972, p. 5, grifos no original).

A condição anormal é destacada pelo autor como comportamento e como condição de defesa. O fato de não considerar a homossexualidade como doença não exclui o caráter nosológico, ou seja, ela seria “um conjunto de sintomas”, uma

anormalidade. Cabe aqui a seguinte pergunta: associar a homossexualidade a um conjunto de sintomas não é considerá-la como doença?

É interessante perceber que associar a homossexualidade com outros estados patológicos, principalmente a paranoia, é uma constante em diversos discursos apresentados nos textos pesquisados:

> Quem mais deu ênfase ao fato da homossexualidade se desenvolver como defesa contra ansiedade do tipo paranoide, foi Melanie Klein. Aliás, Freud no famoso caso Schreber (1911) já estabelecera ligações entre paranóia e a homossexualidade. Posteriormente a Klein, Rosenfeld enquadrou-a no sistema de defesa maníaca. (FRANCO FILHO, 1972, p. 5).

Nesse mesmo sentido, Ryad Simon (1972), doutor pela escola de Medicina da USP, escreve no *Boletim de Psicologia*:

> [...] produz frequentemente uma combinação da paranóia com a homossexualidade. (SIMON, 1972, p. 25).

Lourenção van Kolck (1972), também associa a homossexualidade com estados patológicos:

> [...] os homossexuais se aproximam bastante do perfil dos neuróticos, diferenciando-se porém, em alguns pontos. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972a, p. 75).

> A preferência paranóide pela figura masculina pode ser vista como apoio da hipótese de que paranóia e homossexualismo são aliados. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972a, p. 80)

O único estrageiro não residente no Brasil que publicou nas revistas aqui analisadas foi G. J. M. van den Aardweg (1972), psicólogo holandês que fez carreira pesquisando terapias de cura da homossexualidade. Ele associa, sem maiores problemas, a homossexualidade com a pedofilia e diz que:

> [...] pedófilos homossexuais parecem ser mais frequentemente filhos únicos do que era de se esperar na população geral. É possível que tenhamos descoberto um fator que influencia a idade preferida do objeto sexual. (AARDWEG, 1972, p. 156).

Essa relação entre homossexualidade e pedofilia constitui uma constante nas representações da sociedade brasileira e quase que unicamente pensada na relação homossexual masculina com meninos. Lowenkron (2014, p. 242) aponta que atores sociais no século XX, como alguns religiosos, se esforçam para juntar homossexuais

e pedófilos em um “pacote de imoralidade sexual”, numa tentativa, segundo a autora, de reestigmatização, criminalização e repatologização dos homossexuais.

Voltando ao tema da relação entre patologia e Psicanálise, percebemos que os discursos dos artigos analisados fazem uma associação da homossexualidade com a paranoia e, aqui, vale abrir um parêntese para discutir a questão em Freud e, também, sobre a paranoia. A ligação entre paranoia e homossexualidade foi descrita por Freud (1911) no famoso Caso Schreber, no qual apresenta conclusões e interpretações sobre a origem da paranoia:

> A motivação desta enfermidade foi, portanto, um avanço da libido homossexual orientada, provavelmente desde o início, para o Dr. Flechsing como objeto, e a resistência contra este impulso libidinoso criou o conflito de que surgiram os fenômenos patológicos. (FREUD, 1959, p. 388).

Com esse caso, Freud destaca que, na base da etiologia da paranoia, está a homossexualidade e essa hipótese é gerada pela produção do conflito libidinoso de Schreber, o qual em sua fantasia o associava a uma mulher. Segundo Henriques (2014), Freud já havia estabelecido ligação entre paranoia e homossexualidade três anos antes de escrever o caso Schreber em uma carta, em 1908, a Jung:

> O que ocorre é que Schreber encaixou-se como uma luva à teoria freudiana preexistente. Daí Freud ter ido até as últimas consequências no intuito de confirmar sua tese (isto é, de encaixar a história de Schreber em sua teoria), a ponto de sugerir, inclusive, uma descontextualizada e ultrapassada hipótese biológica fliessiana para desencadeamento de seu surto psicótico. (HENRIQUES, 2014, p. 88).

A interpretação de Henriques (2014) é pertinente por mostrar que Freud utiliza como hipótese uma teoria biologizante, contudo não cremos que seja somente essa interpretação possível para relatar a análise freudiana do caso, pois nela há um embrião do que seria o mecanismo de transferência entre paciente e terapeuta, sendo a homossexualidade relatada uma forma de comentar o conflito libidinal que Schreber teria dispensado em relação a seu médico.

Mesmo o Caso Schreber se tratando de um caso específico e com toda sua singularidade, a interpretação de que a homossexualidade é um sintoma da paranoia foi usada, como vimos, em vários artigos para justificar a homossexualidade como indutora de patologias. Nos nossos dados, conforme atesta a citação abaixo, Ana Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt (1972) relata que a homossexualidade é a gênese de uma impotência psíquica:

> Freud aventa então que estas tendências homossexuais latentes, cuja origem é desconhecida, e que contribuem decisivamente para gênese, por exemplo, da impotência psíquica, podem ser atribuídas a potenciais agressivos que dificultariam a solução de problemas ligados à primitiva disposição bissexual. (NAGELSCHMIDT, 1972, p. 56).

Freud encontrou a homossexualidade como prática sexual em todas as estruturas clínicas, tais como na neurose, na psicose e na perversão. Partindo desse princípio, a prática sexual da homossexualidade não é um sintoma neurótico, uma perversão e nem um indício de loucura; e os neuróticos, os perversos e os psicóticos podem ter práticas homossexuais sem que estas sejam causa, consequência ou sintoma de suas estruturas clínicas, princípio também apontado por Quinet (2013).

Costa (1998, p. 16) destaca que a maioria dos psicanalistas se alinhou às fileiras dos que "[...] definiam o 'homossexualismo' como doença, perversão ou retardamento do desenvolvimento psíquico". Para o autor, essa visão é típica do século XIX e se mistura a um freudismo simplista e caricatural para justificar a volta do patriarcalismo preconceituoso.

Esses argumentos estão claramente representados pelos autores estudados:

> **A homossexualidade como parte de um quadro neurótico geral**, faz o indivíduo reagir e se defender como o neurótico. Sabemos que quanto mais grave a neurose, mais necessidade o sujeito tem de empregar determinados mecanismos de defesa. (VAN KOLCK, 1961, p. 42, grifos nosso).

> Esses dados talvez pareçam contradizerem o que afirmávamos antes como **conduta sádica de alguns homossexuais**, mas não. Não devemos esquecer que sadismo e masoquismo são faces de uma mesma moeda. Nesse caso o sadismo é apenas um mecanismo de defesa. O indivíduo se identifica com o agressor – o Super-Ego tirânico – e passa a fazer com os outros o que ele sofre do seu Super-Ego. (FRANCO FILHO, 1972, p. 7, grifos nossos).

A associação da homossexualidade com outras patologias sempre foi uma forma de justificar o caráter anormal, perverso e patológico da homossexualidade. Pedofilia, doenças venéreas, debilidade mental são alguns exemplos de patologias associadas à homossexualidade no século XIX, fato que justifica, também, associá-la com a degenerescência da espécie. No final do século XIX "[...] o invertido não era apenas um degenerado; podia ser um retardado instintivo" (COSTA, 1995, p. 170), parado no desenvolvimento. Argumentos semelhantes estão presentes nos artigos pesquisados:

> Os jogos sexuais com membros do mesmo sexo – jogo homossexual – são uma forma de investigação sexual. É mais comum do que jogo heterossexual. O jogo homossexual em geral, limita-se a uma exibição dos genitais, a uma

> auto-manipulação ou manipulação mútua dos mesmos e a contatos anais e oraes com os genitais. A criança, em geral, dedica-se a estes jogos com companheiros da sua mesma idade, se bem que a experiência inicial possa ter-se dado com uma criança maior ou um adulto. A maioria dos jogos sexuais acabam ao iniciar a adolescência, nos casos de jovens bem ajustados. Continuando depois dessa idade pode-se considerar como sinal de dificuldades maiores na adaptação. (NEDER, 1972, p. 150).

> Na mente o aspecto homossexual pode ser considerado igualmente pré-edípico, naquilo que se refere a sua índole, a meu ver, mais auto-erótica que narcísica. Considerando o estado narcísico como pertencente a uma fase mais unificada do ego, o auto-erotismo, que o precede, se refere, consequentemente, a um estágio onde a unificação ainda não se deu. Neste estado, bastante primitivo, uma pulsão parcial ligada ao funcionamento de um órgão ou excitação de uma zona erógena, encontra satisfação ali mesmo *sem recorrer a um objeto exterior e sem se referir a uma imagem de corpo unificada ou a um primeiro esboço de ego, como é caraterística do narcisismo.* (MACHADO NETO, 1985, p. 19-20, grifos no original).

A teoria psicanalítica é usada para justificar essa regressão da personalidade, colocar a homossexualidade como uma "doença da personalidade" como descrita por Chavalier em 1893 (COSTA, 1995). Com isso, muda-se a teoria, mas a forma de descrever a homossexualidade é a mesma:

> Persiste grande confusão a respeito de complexo de masculinidade na mulher, homossexualismo feminino e manifestação da inveja do pênis. O homossexualismo, de modo geral, está mais ligado à fase oral e o relacionamento sexual entre mulheres se assemelha mais ao modelo mãe-filho do que ao modelo homem-mulher. A maior dificuldade está em distinguir entre mulher viril (complexo de masculinidade) e inveja do pênis (complexo de castração feminino), dificuldade esta que se torna maior quando alguns autores não falam de inveja somente do pênis, mas dos atributos masculinos. Sem dúvida, são conceitos difíceis de separar, pois podem apresentar pontos em comum. (NIGRI, 1981, p. 214).

> Foi então visto que a relação homossexual seria uma maneira de não entrar em contacto com o pênis, o objeto invejado. (NIGRI, 1981, p. 216).

> A homossexualidade toca a fundo um problema vital para todos nós, que é o da *identidade pessoal*, da procura de nós mesmos, o que somos, o que queremos ser e o que podemos ser. É também o problema da nossa evolução do narcisismo, da onipotência, para a autêntica comunicação – e seu estudo pode nos fornecer importantes caminhos para compreensão desses problemas. (FRANCO FILHO, 1972, p. 8).

Nos artigos por nós pesquisados, a homossexualidade é vista, então, como um problema de personalidade, como uma forma de desajustamento e, até mesmo, como parte de uma personalidade doentia, o homossexual passa a sofrer angústias, causando no sujeito um desequilibrio:

> É comum encontrarmos em homossexuais masculinos uma atitude sádica em relação às mulheres, acompanhada de manifestações de desprêso. Sua atração para outros homens apenas lhes confirma que a mulher não lhes faz falta. Aliás, se já as copiam nos seus gestos, porque precisam delas? Essa

> identificação os protege da profunda dependência e fragilidade perante a imagem feminina (mera representante do primeiro objeto amado – a mãe) que lhes pode provocar **frustração, ciúme, inveja**. (FRANCO FILHO, 1972, p. 5-6).
>
> Nossa proposição é a de que tais comportamentos homossexuais "acidentais" fazem parte da história natural da homossexualidade, são portanto sintomas de um processo patogênico, que pode evoluir para a recuperação espontânea (nenhuma outra experiência posterior), ou evoluir por **surtos e remissões** (recorrência de atos sexuais com indivíduos do mesmo sexo, intercaladas com relações heterossexuais). Corresponderiam, estes últimos, a formas mais ou menos atípicas de evolução da doença. (SIMON, 1972, p. 22).
>
> A **angústia persecutória** levantada pela dependência também nos pode **explicar porque são geralmente tão instáveis os relacionamentos amorosos entre os homossexuais**: há uma tolerância gradativa pelo objeto que se torna importante e necessário. Ele (o objeto) acaba denegrido para que o indivíduo salve sua individualidade. (FRANCO FILHO, 1972, p. 6, grifos nossos).
>
> A ansiedade de castração (ligada à visão genital feminino), seria muito influenciada por fatores pré-genitais sádicos, reativados pela regressão. A projeção do sadismo oral e anal resulta em traços paranoides, característicos dos perversos em geral e não somente dos homossexuais. (SILVA FILHO, 1979, p. 190).

O argumento da angústia que explica a instabilidade dos relacionamentos homossexuais em Odilon de Mello Franco Filho (1972) é semelhante ao argumento de Laupts, em 1896, que diz que os homossexuais, para ele, são instáveis na relação com seus parceiros, pois "[...] não são capazes de amores exclusivos e duráveis, pois buscam sempre uma qualidade determinada. Por exemplo, a virgindade de um garoto; uma vez obtida, cessa o interesse." (LAUPTS *apud* COSTA, 1995, p. 171).

A questão do amor é recorrente nos discursos dos autores analisados, em alguns a libido é usada para compreensão e análise da homossexualidade no sujeito, às vezes como forma super-libidinosa, em outras como ausência da libido e como uma busca autoerótica:

> Obtém-se **maior frequência de orgasmos** pela masturbação do que pela relação sexual com homem. Da mesma forma, as homossexuais têm maior frequência de orgasmos que as heterossexuais. O homem tem um papel inibidor do orgasmo. (ANDRADE, 1982, p. 226, grifos nossos).
>
> a – A falsa sensualidade do homossexual: De fato, submetido a um Super-Ego extremamente rígido e impregnado de instinto de morte, o comportamento do homossexual é geralmente **antilibidinoso**, como acentua Ferrão. A pretensa sensualidade desses indivíduos não lhes propicia um prazer proporcionalmente correspondente. **A fragilidade dos vínculos que conseguem estabelecer com as pessoas, as depressões frequentes** que suportam, um estado comum de frustração por eles mesmos provocado inconscientemente, dão conta dessa tendência muito restritiva no tocante ao prazer. Por esse motivo não cremos que uma maior permissividade da

> sociedade em relação ao homossexual, venha a fazê-lo desfrutar mais livremente de suas ligações amorosas. (FRANCO FILHO, 1972, p. 7, grifos nossos).
>
> b – As atuações de caráter masoquista: Por força desse super-ego **antilibidinoso** citado, o homossexual vê-se, muitas vezes, sob o disfarce de uma procura de prazer, inclinado a condutas nitidamente auto-destrutivas. Dou como exemplo certas atitudes exibicionistas diante do público, que lhes acarretam "gozações", autênticas humilhações através das quais se agridem e se desvalorizam marcadamente. (FRANCO FILHO, 1972, p. 7, grifos nossos).
>
> Assim, uma relação sexual e/ou sensual, real ou imaginária, entre indivíduos do mesmo sexo, pode criar o espaço onde (na mente de um deles ou de ambos) estará acontecendo a suposta realização de um estado de gratificação absoluta, com a suposta vantagem de que as semelhanças físicas atenuam ou fazem desaparecer a incômoda verdade de que o outro é outro, mesmo. Desta maneira, este estado de alucinose não só mantém a crença numa relação idílica com o objeto, como reduz as angústias que surgem da fantasia de dependência absoluta dele que é – em fantasia – praticamente idêntico ao sujeito, dando assim a impressão de se ter alcançado a **auto-suficiência absoluta**. Tal necessidade de dispensa do objeto faz supor que o homossexualismo é, em si mesmo, mais **auto-erótico** que narcísico e expressa a persistência de um estado anárquico, esquizoide e retardador do crescimento mental. (MACHADO NETO, 1985, p. 7).

Como descrito, a libido é usada para descrever uma característica homossexual que pode não condizer com as heterossexuais. Os discursos acima destacam a depressão do sujeito homossexual, condenado não apenas à doença pela sexualidade não heterossexual, mas também a ser infeliz e aconselhando-os a serem discretos para não sofrerem preconceitos, culpando-os das agressões e desvalorizações sociais, embora delas sejam vítimas. Em determinados momentos, a homossexualidade é descrita até mesmo como algo ruim, que leva a riscos, como nos casos abaixo:

> c – O parceiro como um perseguidor: Quando falham todas as defesas já citadas, pode haver um processo de *idealização do objeto* perseguidor. Como consequência, aquilo que é temido passa a ser procurado como bom. Dessa forma o perseguidor se transforma em parceiro, que é procurado. Isso explica o submetimento passivo de muitos homossexuais. Esse submetimento objetivando seduzir e aplacar tem finalidade de *controlar* o objeto, torná-lo menos perigoso. (FRANCO FILHO, 1972, p. 8).
>
> Tivemos oportunidade de conhecer homossexuais desfrutando de boa posição social e ótimo nível cultural que, perambulando pela rua se deixavam abordar por indivíduos de evidente má-índole, quando não marginais, aos quais faziam ou de quem aceitavam propostas de encontros que os colocavam em perigo de escândalo, quando não de risco para a própria integridade física. (FRANCO FILHO, 1972, p. 7).
>
> O aspecto homossexual, como é considerado neste trabalho, *expressa uma necessidade de dispensa de objeto externo*, por temor à dependência absoluta dele, o que corresponde ao modelo ideal de Freud para o auto-erotismo: "lábios que se beijam a si mesmo". Neste sentido, o caráter

> ameaçador do homossexualismo, visível no mito pelo escárnio do povo em relação ao idílio de Laio e Crisipo – escárnio este, como uma expressão de temor – parece ser sua tendência a interferir, negativamente, na manutenção de auto-imagem e a todo possível desenvolvimento mental a partir daí. Em outras palavras o homossexualismo expressa uma persistência prolongada de um estado anárquico, esquizoide, retardador de crescimento. Neste sentido quem "escarnece e amaldiçoa" o homossexualismo é, em princípio, o Narcisismo do indivíduo em desenvolvimento que perde velocidade, fica desacelerado pelo fator auto-erótico persistente, tenaz. (MACHADO NETO, 1985, p. 20).

O escândalo, o hedonismo, a promiscuidade, a ausência de parceiros fixos são termos que sempre estiveram nos discursos médicos-juristas para descrever o homossexual, como forma de associar a homossexualidade à perversão, à patologia, à imoralidade e à infelicidade.

Avelino Ferreira Machado Neto (1985), médico que escreve na *Revista Brasileira de Psicanálise*, descreve um homossexual como uma pessoa que está doente, porque está em constante angústia. Sendo assim, a alucinação é um dos resultados da homossexualidade:

> Desejo deixar claro que o termo homossexualismo, neste trabalho, denomina as funções duma relação sensual e/ou sexual entre indivíduos do mesmo sexo *quando tais funções visam à evasão de angústias*. Não vejo como implícito que todo contato daquele tipo tivesse tais funções evasivas. Podem não ter e serem apenas uma maneira de se obter prazer com o próprio corpo ou outrem; contudo, jamais tive oportunidade de ver, na prática clínica, casos assim, em que a relação homossexual funcionasse apenas como forma de obtenção de prazer sensorial, dissociada de angústias. (MACHADO NETO, 1985, p. 10).

> Minha experiência enfatiza que procuram como par (reais ou imaginários) objetos do mesmo sexo com os quais vivam a suposição de que podem dispensar os objetos e livrarem-se da angustiante lembrança de que a existência do objeto implica na possibilidade de sua falta. A relação idílica à qual me referi no início do trabalho é desta natureza. A impressão de sua perda vem, portanto, acompanhada do temor de se estar perdendo o próprio significado, a própria auto-imagem coesivamente, restando em seu lugar uma emoção turbulenta, por exemplo, um sentimento de desamparo, de depressão, de ódio, de inveja. Um acontecimento mental desta natureza, enquanto não tolerado, é transformado, nos domínios da Alucinose, em impressões sensoriais e, como tais, supostamente descartados da personalidade. **Tem-se assim um círculo vicioso que se caracteriza por supostas gratificações alucinatórias, inadequadas para suprirem demandas narcísicas e, neste quadro, mais alucinações são fornecidas na tentativa do suprimento**. (MACHADO NETO, 1985, p. 13-14, grifos nossos).

> De qualquer modo há um referencial comum a esses pacientes homossexuais com quem tenho trabalhado. **Em todos eles existe um sentimento profundo de culpa persecutória**. É como se sentissem que uma mancha, um infortúnio, foi inoculada em suas vidas, marginalizando-os. Do próprio bojo desse sentimento surge, ao mesmo tempo, a ideia de que se trata de seres predestinados, com qualidades e características especiais. Nesse sentido, quando sou vista como alguém que pode receber a sua

> peculiaridade e até mesmo que sou meio marginal – na medida que meu trabalho não pertence a um sistema comum de produção –, formam comigo uma comunhão imaginária. Porém quando me veem dentro de um sistema heterossexual, fogem de mim como fugiram de suas famílias. (AZAMBUJA, 1986, p. 195, grifos nossos).

Isso demonstra que a personalidade patológica também pode ser uma forma de descrever o estado do homossexual. Discursos semelhantes também foram analisados por Foucault (1968), e ele relata que a "[...] personalidade torna-se, assim, o elemento no qual se desenvolve a doença, e o critério que permite julgá-la; é ao mesmo tempo a realidade e a medida da doença" (p. 10). Nos artigos por nós analisados, a personalidade será usada para identificar o homossexual, como veremos mais adiante, e será motivo de investigação e busca pelos testes que classificarão a homossexualidade. O que vai ser julgado é o sujeito e sua identidade, sua personalidade:

> [...] a homossexualidade toca a fundo o problema da identidade pessoal e diz respeito à *evolução do narcisismo,* da o*nipotência para a autêntica comunicação*. Seu estudo pode fornecer importantes caminhos para a compreensão desses problemas. (FRANCO FILHO, 1972, p. 9, grifos no original).

> b) HOSPEDEIRO: Por esse têrmo designa-se o indivíduo que na história natural irá apresentar a doença – no nosso caso, a homossexualidade. Consideraremos fatôres constitucionais (genéticos), fisiológicos (hormonais) e psicológicos (estrutura da personalidade). (SIMON, 1972, p. 23).

A homossexualidade continua, então, como uma doença da personalidade descrita desde o final do século XIX (COSTA, 1995) e é vista, também, como um mal social, ou seja, como sintomatologia da "sociedade doente", saindo do discurso de que a homossexualidade seria somente uma doença biológica e/ou hereditária, mas também causada por fatores externos:

> Faço uma última consideração, em sintonia com as graves acusações que encontramos na Bíblia (Gen 19; Rom 1) dos comportamentos homossexuais. Não seria a "onda" de homossexualismo dos nossos tempos fruto de certo desenfreado egoísmo, sintoma de um narcisismo estagnador que imperariam na consciência coletiva da sociedade atual? É este o sentido daquelas condenações maiores da Bíblia. (CINTRA, 1972, p. 49).

> Em nossa civilização podemos considerar que o desempenho do papel masculino vai se tornando cada vez mais complexo e pleno de sacrifícios. Muitos jovens **poderiam ficar amedrontados com a enormidade do peso que o papel masculino** representa e fugir a essas responsabilidades e deveres. Haveria razões então para esperar aumento da incidência da homossexualidade. (SIMON, 1972, p. 26).

> A homossexualidade não é livremente escolhida pelo sujeito como uma alternativa casual entre duas posições igualmente atraentes, mas provém do **temor inibitório** que pesa sobre a heterossexualidade. (SIMON, 1972, p. 41).

> Assim, ao pensar em homossexualidade, é importante pensar na cultura, na época, e no **indivíduo**, fatores que compõem um todo, no qual a dissociação parece conduzir inevitavelmente o erro. (BRAUER, 1972, p. 39, grifos no original).

Percebe-se que a causa da homossexualidade deixa de ser somente interna e passa a fazer parte de um conjunto de fatores: "[...] fatôres constitucionais (genéticos), fisiológicos (hormonais) e psicológicos (estrutura da personalidade)" (SIMON, 1972, p. 23); e, agora, mais os fatores externos, sociais, como no caso da fuga e do temor de se tornar heterossexual na sociedade que "explora" o macho.

Tem-se, assim, o conceito de doença como uma realidade objetiva, um sujeito doente de sua personalidade precisa ser tratado, ser analisado, ser enquadrado dentro das categorias nosológicas, com seus sintomas e durabilidade. Como conduz Ryad Simon (1972), utilizando-se do saber médico:

> Cronicidade: A cronicidade seria uma das alternativas na história natural da homossexualidade. Ocorreria quando o tratamento não é eficaz, ou, o que é mais habitual, não há intenção de procurar tratamento, por parte do sujeito, havendo escolha definitiva da forma de gratificação homossexual, com pouco ou nenhum desejo de mudança. (SIMON, 1972, p. 29).

O doente de homossexualismo torna-se crônico quando não "quer" ser tratado, quando escolhe continuar doente. O sujeito vira uma métrica, no sentido de medir e comparar a subjetividade, assim, o sujeito homossexual passa a ser comparado e medido entre os considerados normais, o que foge dessa métrica, como diziam os autores quando se referiam à quantificação de características do sujeito, vira o doente:

> A proporção de 30 homens para apenas um elemento do sexo feminino pode causar estranheza; mas não significa que o problema seja muito mais frequente que no sexo masculino. (VAN KOLCK, 1961, p. 41).

> Procurei ser o mais objetivo possível, apesar de que a experiência clínica nos leva a uma quase impossibilidade de caracterizar e definir "homossexualismo" como um grupo nosológico à parte. Nós o consideramos como um jogo de impulsos e de fases que individualiza o homossexual, dando a cada um seu dinamismo e aspecto próprio, com uma etiologia, direção de impulsos, mecanismos de defesa e adaptação, e intencionalidade diferenciadas. (VAN KOLCK, 1972, p. 123).

> Tudo isso, levado à situação edipiana, se decalca sobre ansiedade de castração, no referente ao sexo masculino e à inveja do pênis, no feminino. Esses dois sentimentos básicos condicionariam em grande parte a necessidade de vias parafílicas para a satisfação sexual, das quais a mais comum é a homossexualidade. (SILVA FILHO, 1979, p. 192).

Paoliello (2013) lembra que as categorias diagnósticas são artifícios construídos "[...] para possibilitar o agrupamento e o estudo dos quadros com características semelhantes, possibilitando maior entendimento da patologia e, a partir desse conhecimento, propor diagnóstico e tratamento." (p. 30). Assim, ao considerar a patologização da homossexualidade, construiu-se o seu diagnóstico, o qual veio com estudos teóricos e práticos, mensurando, classificando, comparando para, assim, considerar a homossexualidade como uma doença da mente, com todas as características para declarar o doente como social e psicologicamente incapaz:

> A sexualidade do homem é muito mais ativa e positiva, mesmo em sua estrutura biológica; sua perturbação é mais facilmente notada e sentida. A ausência de uma direção normal da sexualidade implica para o homem, mais que para a mulher**, numa diminuição em sua afirmação social e profissional**. (VAN KOLCK, 1961, p. 41, grifos nossos).

> Quero concluir testemunhando um merecido louvor por todos os esforços levados avante com tanta seriedade e amor humanos para com esses nossos irmãos que tão agudamente, mais do que todos, **sofrem um tão profundo desajustamento pessoal**. (CINTRA, 1972, p. 49-50, grifos nossos).

Para patologizar, cria-se então o diagnóstico e um dos primeiros foi o de Inversão Sexual, do psiquiatra Karl Westphal (1833-1890), o qual afirmava que as pessoas que demonstravam o "sentimento sexual contrário" apresentavam associações com outras doenças mentais, posicionamento que formalizou a patologização do "invertido sexual": "O termo '*contrary sexual feeling*' foi traduzido para o inglês como '*sexual inversion*' (inversão sexual) e, dessa forma, a homossexualidade e a ideia de que esta era um transtorno congênito permaneceram até o início do século XIX." (PAOLIELLO, 2013, p. 33).

O termo não desapareceu e foi usado nos artigos encontrados para caracterizar etiologicamente a homossexualidade:

> É facilmente reconhecível no campo clínico a relação entre **inversão de papel sexual** e homossexualidade passiva no homem ou homossexualidade ativa na mulher. Em tais casos, a escolha de um membro do mesmo sexo como objeto de amor parece simplesmente ser uma expressão da identificação com o papel do outro sexo; isto é, desde que psicologicamente o homem percebe-se como predominantemente feminino (e como a mulher seria o inverso) ele procura o sexo "oposto" como objeto de amor. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972b, p. 106-107).

> Discute a identificação com papel sexual como crucial na organização e desenvolvimento da personalidade; a identificação com o pai do mesmo sexo resultando em comportamento de papel sexual normal no adulto, enquanto a identificação com o pai do sexo oposto levaria à **inversão do comportamento de papel sexual**. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972b, p. 107).

> [...] enquanto *inversão sexual* se refere à adoção dos padrões básicos de comportamento típicos do sexo oposto, *homossexualismo* diz respeito ao interesse acentuado, envolvimento afetivo e possível atividade sexual entre dois elementos do mesmo sexo. Resumindo essas ideias temos: *um alto índice de feminilidade em um homem, pode ter* implicações com identificação com o papel sexual feminino, a qual *poderá* levar a uma *inversão sexual* e à *uma procura de objeto homossexual*. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972a, p. 70, grifos no original).

Assim, como a inversão sexual, a teoria do terceiro sexo é dita e discutida:

> Fala-se muito frequentemente que a homossexualidade não deveria ser encarada como problema de vez que, ela expressaria simplesmente a existência de uma opção diferente no campo sexual, a ter seu lugar ao sol, em condições de igualdade com as opções heterossexuais. Isso se deveria ao fato de haver ao lado do masculino e do feminino, um "terceiro sexo" que se caracterizaria pela eleição homossexual do objeto. [...] As fantasias e atitudes contidas na homossexualidade expressam a atuação desse mundo onipotente. Nele, o indivíduo, via de regra, não abdica de nenhum dos dois sexos e se julga no poder de desfrutar das prerrogativas de ambos, o que indica seu **caráter narcísico** e **regressivo**. Isto se nota na prática clínica, onde dificilmente encontramos pessoas homossexuais que realmente se disponham a "abrir mão" de um dos sexos. (FRANCO FILHO, 1972, p. 3-5, grifos nossos).

> A nosso ver, ponderando sobre o assunto, verificamos que invariavelmente os homossexuais – masculinos ou femininos – no ato sexual, mas também em seu relacionamento interpessoal, atribuem-se papéis "ativos" e "passivos", "masculinos" e "femininos". Mesmo quando possam trocar de papéis e posições, não saem dessa dicotomia: macho – fêmea. Isto é, não conseguem inovar, não trazem nada de essencialmente original, apenas imitam os dois gêneros já existentes, porque talvez as limitações biológicas não comportem a criação de um "terceiro sexo", com características próprias e exclusivas. Assim sendo, em nossa opinião, aqui estaria um argumento "ontológico" a favor da patologia da orientação homossexual: esta se conforma a imitar o já existente, e não tendo qualidades próprias, justificando uma terceira posição, apenas expressa uma recusa do sujeito a se conformar ao que é material e irremediavelmente determinado pela realidade. (SIMON, 1972, p. 41-42).

A teoria foi elaborada por Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895), um jurista alemão considerado como o primeiro criador da teoria científica da homossexualidade (NUCCI; RUSSO, 2009). Ele foi defensor da não criminalização, por não considerá-la algo monstruoso ou condenável, mas sim uma prática pertencente a um outro sexo, ou seja, um terceiro sexo:

> Ele acreditava que homens atraídos por homens haviam nascido com um espírito de mulher capturado em seus corpos. Ulrichs definiu essa condição como 'ulranismo' e indivíduos que praticavam o amor 'uraniano', eram chamados de 'urnings'. Ele acreditava que 'urnings' constituíam um terceiro sexo, que não era nem masculino nem feminino. (DRESCHER, 2013, p. 48).

O terceiro sexo e as teorias da degeneração estavam entre as maiores discussões científicas da época de Freud e ele discordava de ambas. Para Freud

(1996), a inversão era encontrada em sujeitos que não tinham nenhum outro desvio grave da norma e que apresentavam desenvolvimento intelectual elevado e cultura ética. Acerca do terceiro sexo, ele discordava por considerar que a disposição bissexual está em todos os indivíduos, inclusive nos heterossexuais, por isso todos os sujeitos são capazes de escolha de objeto homossexual.

> A investigação psicanalítica se opõe decididamente à tentativa de separar os homossexuais das outras pessoas, como um grupo especial de seres humanos. Estudando outras excitações sexuais além daquelas manifestadas abertamente, ela sabe que todas as pessoas são capazes de uma escolha homossexual de objeto e que também a fizeram no inconsciente. (FREUD, 1996, p. 86).

Contudo, Simon (1972) e Franco Filho (1972), utilizando da negação da inexistência do terceiro sexo, relatam que o argumento da patologização da homossexualidade estaria no fato de que não existiria uma terceira posição, já que o homossexual imitaria as sexualidades já existentes. Aqui há a utilização dos argumentos de Freud para caracterizar a homossexualidade como patologia.

Ao criar o campo patológico e anormal, cria-se também o campo normal e o que seria considerado normal dentro das sexualidades. Os artigos analisados dizem que "[...] o acoplamento heterossexual se aproxima do ideal" (SILVA FILHO, 1979, p. 191)[14]. O normal e ideal, então, é a heterossexualidade:

> Permanecendo firme que afinal a tendência sexual encontra apenas a sua realização natural (constatável pela própria estrutura corporal) no outro sexo, o que melhor se pode dizer no momento, à espera de novos progressos da ciência médica, é que os homossexuais procurem dar aos relacionamentos que estabelecerem, uma real dimensão de amizade, de uma profunda e verdadeira comunicação humana, que descubram a grandeza da vida na doação e na acolhida, como pessoas. (CINTRA, 1972, p. 49).

A norma é ter a tendência para realização do sexo para com o sexo oposto, mesmo que a pessoa tenha sentimentos para com o mesmo sexo. Como diz Canguilhem (2009): "[...] o próprio conceito de normal é normativo, impõe normas até mesmo ao universo do discurso mítico" (p. 110); assim o sujeito homossexual pensa que é anormal, isto é, que não leva uma vida normal:

[14] Essa visão continua no livro sobre as perversões sexuais de Silva Filho (1987), em que se destaca que a homossexualidade é a parafilia mais difundida e que, mesmo não causando dano físico ou moral, indica certo comprometimento da identidade psicológica e uma tendência maior ao sadomasoquismo, levando os seus praticantes a uma série de consequências funestas. Também relata que, mesmo a APA retirando a homossexualidade da lista de doenças mentais, "[...] não elimina o fato de seus praticantes serem, em geral, pessoas com maior comprometimento da personalidade." (p. 4).

> O Orientando explicou que uma consciência ética rígida o impede de admitir qualquer contato carnal fora da normalidade. Por isso mesmo, veio em busca de auxílio, de vez que está consciente da anormalidade dessa amizade ambígua que lhe provocaram os dois rapazes. (SILVA, 1967, p. 91).

Com isso, o homossexual que tem características heterossexuais é mais normal que outros homossexuais: "O homossexual mais assertivo demostra ser uma personalidade menos perturbada; ele possui mais sentimentos heterossexuais e se comportava mais como menino durante a infância." (AARDWEG, 1972, p. 160).

Como diz Miskolci (2015), o padrão será a heterossexualidade e tudo que foge desse modelo deve ser investigado:

> Heterossexismo é uma pressuposição de que todos são, ou deveriam ser heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher. (p. 45).

A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo das relações amorosas ou sexuais entre pessoas. Ao tentar encontrar a homossexualidade, tais estudos adotam um padrão já estabelecido: o da heterossexualidade como normal.

Tem-se, assim, o que seria o normal e o desvio dessa normalidade é o patológico; dessa forma, temos então o homossexual como um doente. Para Foucault (1968), "a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal" (p. 49). Isso demonstra que a homossexualidade só se constituiu enquanto doença porque há uma cultura que a reconheça como patologia. Inicialmente era vista como pecado, posteriormente como crime, e, depois, como doença, ou seja, o homossexual é concebido com uma personalidade doente, um desajustado ou um desviado.

Com isso, o indivíduo anormal e/ou doente é aquele que vem sendo considerado, a partir do final do século XIX, pelas instituições, por diversos discursos, pelos saberes – que derivam dos discursos religiosos e jurídicos – como alguém que não pode ser corrigido e, desse modo, precisa ser detido pelos aparelhos de adestramento. Passa então a ser classificado e considerado como assunto médico.

Em 1883, o psiquiatra alemão Kraepelin (1856-1926), considerado o criador da Psiquiatria moderna, lançou a primeira edição do *Tratado de Psiquiatria* e colocou a "*konträre sexualempfindung*"[15] entre os "estados de fraqueza psicopatológica". Nas edições seguintes, situa nas categorias nosológicas como "desenvolvimento sexual

[15] Em tradução livre seria "*sensação sexual contrária".*

anormal"; na segunda edição de 1887, e na quinta edição, de 1896, como "insanidade degenerativa", e, na sétima edição, de 1909, como "condição mental de constituição original". (PAOLIELLO, 2013, p. 34).

Bayer (1987) destaca que em 1886 foi fundada, nos Estados Unidos, a Association of Medical Superintendence of American Institution for the Insane, que se transformou, em 1892, na American Medic-Psychological Association, dando origem, em 1921, à American Psychiatric Association (APA). Segundo Paoliello (2013), "[...] desde a fundação, essas associações se preocupam em classificar as doenças mentais, incluindo, logo de início, a homossexualidade como doença sexual." (p. 34).

A APA publicou, em 1952, o primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-I) e incluiu a homossexualidade como desvios sexuais, na categoria de "Perturbações sociopáticas de personalidade", junto com o travestismo, a pedofilia e o sadismo sexual. Em 1968, na segunda edição do DSM-II, mantém a homossexualidade como diagnóstico da categoria de desvios sexuais, diferenciando-a de distúrbio da personalidade, e mantendo-a assim até 1973, quando se inicia o processo de despatologização da homossexualidade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu, na sexta revisão do seu Código Internacional de Doenças (CID), em 1948, a homossexualidade como personalidade patológica em um dos termos de inclusão da subcategoria desvio sexual, mantendo assim até 1965, quando a colocou na subcategoria de desvios e transtornos sexuais. Somente em 17 de maio de 1990, a Assembleia Mundial de Saúde votou para não considerar mais a homossexualidade como transtorno, retirando-a do CID.

Os estudos analisados revelam que a homossexualidade é algo a ser identificado, procurado, diagnosticado. Na seção seguinte, o discurso analisado é o de busca pela identificação, pela classificação.

3.2.2 "Quantos sinais devem ser necessários para concluir que existe homossexualidade?": classificação e identificação do homossexual

Medir a psique para diagnosticar e compreender o sujeito nasce juntamente com a Psicologia científica moderna, no final do século XIX, e, no início do século XX,

Édouard Claparède (1873-1940) procura uma escala universal para medir a inteligência e essas medidas ganham força na Psicologia, quando longos debates que atravessaram a filosofia como "o que é na verdade a inteligência" foram respondidos de maneira simples e circular: "é aquilo que os testes de inteligência medem". Os testes psicológicos modernos surgem para mensurar, classificar, selecionar, diferenciar, comparar e definir os indivíduos[16].

No Brasil não foi diferente, os testes foram utilizados por médicos e educadores a partir de 1910 e, em 1924, Medeiros e Albuquerque publicou a primeira obra dedicada ao assunto e voltada para avaliação de alunos. Em sua obra *Tests: introducção ao estudo dos meios scientificos de julgar a inteligência e a aplicação dos alunos,* o autor relata que Henri Piéron (1881-1964) esteve no Rio de Janeiro para ministrar um curso de "psychotechnica, tratando precisamente da questão dos *tests*". (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1924).

O autor relata que houve uma iniciativa de Antonio Carneiro Leão (1887-1966) para incluir, em 1923, o emprego dos testes no programa das escolas primárias do Distrito Federal, atual Rio de Janeiro, pois havia urgência em se ter um material dedicado ao assunto:

> Por outro lado, em portuguez, que eu saiba, ha apenas uma brochura de 58 paginas, por LUIZA e ANTONIO SERGIO – *Escala de pontos dos níveis mentaes das crianças portuguezas*. Embora tenha como um dos seus auctores, um espirito de admiravel cultura, esse folheto me parece mais próprio para atrapalhar do que para guiar quem delle se servir. Tudo isso me tinha dado a ideia de tentar um livro sobre o assumpto. Estava a escreve-lo vagarosamente, de tempos a tempos, no intervalo de outros trabalhos, quando a iniciativa do Dr. Carneiro Leão, a que acima me referi, tornou urgente que se publicasse alguma cousa acerca da questão. Elle mesmo me incitou a isso. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1924, p. 9).

Com isso, os testes são apregoados como necessários para avaliar as pessoas no comércio, na indústria e na instrução, "[...] porque não é licito admitir indiscriminadamente toda a gente" (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1924, p. 11). Inicia-se, assim, o chamado "movimento dos testes", que introduziu e aperfeiçoou as técnicas de avaliação e diagnósticos com o uso de provas rápidas e objetivas[17].

---

[16] Francis Galton (1822-1911), na Inglaterra, e Alfred Binet (1857-1911), na França, são considerados os precursores dos testes psicológicos modernos no final do século XIX. E, a partir do início do século XX, a mensuração psicológica passa a ser algo importante para selecionar escolares e trabalhadores e, também, serve como instrumento para os diagnósticos de patologias mentais.

[17] "Movimento dos testes" é o nome como ficou conhecido, na década de 1920 e 1930, o início da produção intelectual sobre os testes no Brasil. Monarcha (2005) destaca que vários intelectuais sucederam a Medeiros e Albuquerque com publicações sobre testes: *O movimento dos testes*: *estudo*

Pouco mais de duas décadas depois, em 1947, foi criado, no Rio de Janeiro, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (Isop), na Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o propósito de proporcionar ao comércio, à educação, à administração e à indústria os modernos recursos da Psicologia aplicada. O instituto funcionou principalmente para realizar estudos, pesquisas, traduções e criações de testes psicológicos para uso de seleção de pessoas.

A partir da década de 1950, o uso de testes é recorrente entre os psicólogos com a finalidade de auxiliar no diagnóstico de doenças mentais, inclusive para o diagnóstico de homossexualismo, como vemos em publicações anteriores à década de 1970 de Lourenção van Kolck (1961) e Silva (1967):

> Se por parte da técnica em si nos deparamos com tal dificuldade de interpretação, o outro aspecto do problema que nos atrai a atenção não se apresenta mais fácil. O estudo do homossexualismo é também complexo e difícil e em realidade uma análise minuciosa escaparia dos objetivos do presente trabalho. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 29).

> Embora o material colhido na Entrevista já fôsse suficiente para conclusões, resolvemos pedir o teste de Rorschach e o P.M.K. para maior solidez do diagnóstico. E, a título de pesquisa, deliberamos pedir o TAT e o Koch. Ademais, como é obvio, determinamos a realização dos testes de interêsses e aptidão. [...] TAT: [...] Revela nas fantasias temáticas uma marcante tendência homossexual (identidade absoluta, em 2 gravuras, com figuras femininas, agressividade ao sexo oposto, catexis negativa à vida conjugal), entretanto essa tendência em choque com as suas concepções éticas (superego); daí lhe advém um forte sentimento de culpa e vivências penosas, de que êle procura defender, projetando no exterior seus problemas e dificuldades. Concorreram para sua má formação certos problemas com a figura materna: sente-a pressionadora e autoritária, e dela deseja fugir. (SILVA, 1967, p. 91-92).

A década de 1960 foi marcada pela busca da identificação do homossexual e pela divulgação e estudos de testes que auxiliavam na classificação e no diagnóstico dele. Os autores tentavam conceituar a homossexualidade para depois criar e/ou adaptar seus testes. Eles começam a buscar os traços de homossexualismo para saberem identificar um homossexual, conhecer o que seria uma prática homossexual e como revelá-la nos testes:

---

dos testes em geral e guia para realização do test Binet-Simon-Terman de C. A. Baker, em 1925; *Testes*: *testes mentais, testes de escolaridade, programa de testes* (1925) e *Testes pedagógicos* (1926), ambos de Paulo Maranhão; *Test individual de inteligência*: *fórmula Binet-Simon-Burt adaptada para o Brasil* (1927) e *Os testes e a reorganização escolar* (1930), ambos de Isaias Alves; Manuel Bonfim escreveu *O método testes*: *com aplicação à linguagem no ensino primário*, de 1928; *Tests*: *como medir a inteligência dos escolares* (1930), de Celsina de Faria Bueno de Andrade Rocha; Ulisses Pernambucano e Anita Paes Barreto publicaram *Ensaio de aplicação do test das 100 questões de Ballard* (1930); *Testes* (1930) de José Scarameli; e Manoel Bergström Lourenço Filho publica *Testes ABC*, 1933, entre outras publicações.

> Por homossexualismo vamos considerar a orientação do interêsse para os indivíduos do mesmo sexo; orientação essa que pode levar verdadeiro envolvimento afetivo emocional e consequências ou não de atividades ou atos também chamados "práticas homossexuais"; esta **tendência**, naturalmente admite gradação de intensidade e inclusive, possibilidade de maior ou menor expressão no comportamento individual (homossexualismo latente ou manifesto). Ocorre que aspectos como indefinição do papel sexual e traços de efeminação do homem e masculinização na mulher, estão muito relacionados com o tema em apreço, embora não possam ser reduzidos a êle. São êsses vários aspectos que nos propomos a estudar aqui, baseados em dados de nossa própria experiência. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 29-30).

Ao tratar a homossexualidade como uma tendência, pode-se generalizar as características do que seria um homossexual, já que ela pode ser "latente ou manisfesta", mas sempre estará lá para ser identificada. A suposição é de que entre heterossexuais não haveria nenhuma tendência do tipo, seja latente, seja manifesta. A característica que começa a ser estudada é a "inversão dos papéis", isto é, quais traços masculinos e femininos posso identificar nos testes. Identificar-se com o sexo oposto é o principal traço a ser pesquisado e os testes passam a pontar qual o problema: "Os protocolos do T.A.T. por nós estudados, revelam que o **homossexualismo é um problema de identificação**" (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 42, grifos no original).

O problema torna-se aparente, um "problema de vida":

> Tendo em vista a citada complexidade da interpretação de desenhos e a necessidade do psicólogo não se ater a um detalhe específico apenas, para concluir sôbre problemas fundamentais e delicados e considerando de suma importância **uma revisão de atitudes pessoais frente ao homossexualismo como problema de vida**, buscamos com esta pesquisa trazer algum material para melhor compreensão humana. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 30, grifos nossos).

A homossexualidade é um problema, uma patologia que precisa ser diagnosticada e os testes tornam-se reveladores tanto da homossexualidade quanto da sua causa e manutenção:

> b) outro, também do sexo masculino, de 26 anos, com homossexualismo que o estudo evidenciou tratar-se de influências ambientais cimentadas pelo hábito. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 31-32).

Os testes projetivos passam a elucidar a personalidade, o cotidiano, os conflitos:

> Êste grupo que expressa nestes casos de indefinição sexual, a ausência de imagem segura do próprio papel sexual, se completa com um caso que apresenta os sinais de **pânico homossexual** apontados por Machover:

> transparência das pernas e parte interior do tronco sob as calças masculinas e a saia feminina. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 31).

> Vemos portanto em um grupo de homossexuais vários casos de desenho do outro sexo em primeiro lugar, de indefinição do papel sexual, de **"pânico homossexual**" e recusa a desenhar, ao lado de reduzido número (2 apenas) de desenhos que nada revelariam do problema. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1961, p. 32).

O "pânico homossexual" foi uma síndrome, isto é, um conjunto de sintomas que assim foi chamado por médicos durante a Primeira Guerra Mundial. Paoliello (2013) relata que essa classificação aponta para os conflitos inconsciente da identidade sexual, do desejo e da proibição social:

> Em 1919, o psiquiatra e psicanalista americano Edward Kempf descreveu um quadro resultante de conflito inconsciente, envolvendo a identidade sexual, o desejo e a proibição social. Observou esses sintomas em soldados e marinheiros acompanhados por ele, como médico militar durante a Primeira Guerra Mundial, e nomeou "pânico homossexual". (PAOLIELLO, 2013, p. 38).

A classificação "pânico homossexual" continuou por décadas posteriores e Karen Machover (1902-1996), criadora do teste "desenho da figura humana", destaca esse conflito interno de identificação em seu teste.

Nos discursos dos autores das revistas por nós pesquisados também encontramos essa busca pela identificação e medição da homossexualidade em sujeitos e percebemos que a busca para uma justificativa da patologia homossexual é algo que permaneceu na década de 1970, contudo com mais dificuldades:

> Inúmeras dificuldades se colocam para abordagem deste tema, a começar pela própria caracterização do homossexualismo, que nem sempre aparece clara nos textos e relatos de pesquisa. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 27).

A complexidade da sexualidade começou a ser percebida, principalmente no que diz respeito à homossexualidade:

> Na homossexualidade masculina existem os tipos mais femininos, isto é, homens que assumem o papel feminino no relacionamento homossexual; mas também são encontrados tipos masculinos, isto é, que agem como homem, com outros homens. Enquanto os primeiros são considerados passivos, os segundos são ativos. No caso das mulheres, evidentemente, a equação se inverte. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 27).

A autora relata o papel sexual social da norma, isto é, que o feminino é e se iguala a um papel passivo e o masculino é e representa o papel ativo. Ela não se dá conta da questão normativa por trás dessa proposição e, mesmo entre

heterossexuais, parece supor que toda mulher ativa é homossexual, por exemplo, ou, inversamente, todo homem passivo também o é.

A complexidade das normas sociais dos papéis sexuais e da própria sexualidade começaram a se manifestar nos testes, conforme podemos perceber nas citações abaixo, os quais passam a não dar mais conta de diagnosticar o homossexual:

> Homossexualismo e feminilidade nos homens muitas vêzes coincidem, mas em muitas outras não. Evidentemente esse fato vai afetar o diagnóstico, principalmente quando buscado através do *desenho da figura humana.* (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 27).
>
> [...] deve-se concluir que para o diagnóstico individual do *homossexualismo* com DFH, pouca, ou mesmo nenhuma certeza existe. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 48).
>
> A principal dificuldade se situa no fato de que a maioria dos procedimentos para avaliação da homossexualidade se refere antes à masculinidade-feminilidade, porém muitas vêzes são usados indistintamente pelos pesquisadores como medida do homossexualismo. Mas perguntamos, com bastante estranheza: Medidas de masculinidade-feminilidade são medidas de homossexualismo? (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972a, p. 69).

Mesmo com as dificuldades, a busca pelo diagnóstico a partir da aplicação de testes continua e tem como base a identificação sexual:

> Um dos aspectos mais explorados com relação ao diagnóstico da homossexualidade no DFH tem sido o do *sexo da primeira figura desenhada*. Inúmeros pesquisadores fornecem dados sôbre como o *problema se apresenta com sujeitos normais*. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 28).
>
> [...] adultos normais tendem a desenhar primeiro a figura do próprio sexo [...] (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 29).
>
> [...] pacientes com desvios sexuais explícitos, isto é, homossexualidade e exibicionismos, receberam as melhores classificações da escala [...] (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 38-39).
>
> Uma *escala de homossexualidade masculina* [...] revelou-se eficiente no diagnótico de alcoólatras homossexuais. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 48).

A homossexualidade permanecia como um problema de identificação, o que garantia a aplicabilidade dos testes e sua suposta indefectibilidade. Dessa forma, a busca por dados culturais dessa identificação era a preocupação desse momento:

> *Conceito de Masculino e Feminino na Cultura*: Um menino franzino, com má coordenação motora, não competitivo; ou uma menina assertiva, agressiva, independente, podem ser levados, pelo ambiente a adquirir inconscientemente um auto-conceito do sexo oposto ao daquele a que

> pertence fisicamente. Até mesmo a aptidão para a matemática, quando apresentada pela menina, ou a inclinação para as artes, demostrada pelo menino, poderão predispor à identificação com o sexo contrário, se a cultura os considera atributos ligados ao sexo. (SIMON, 1972, p. 25-26).

De distúrbio de desenvolvimento da personalidade, a identificação de papéis masculinos[18] e femininos constituiu-se como o principal argumento para a validade diagnóstica dos testes. Percebe-se que há um deslocamento progressivo da ênfase dos autores para a área relacionada aos papéis sociais, termo originalmente usado pela sociologia:

> Os procedimentos mais utilizados para avaliação da masculinidade-feminilidade em crianças focalizaram o problema sob ângulo da *identificação* ou da *preferência* pelo papel sexual. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972b, p. 105).
>
> Começando por afirmar que da "correta identificação relativa ao sexo, na infância dependerá, em grande parte, a perfeita afirmação da masculinidade ou feminilidade na fase adulta", essa autora (Adrados, 1969, pg. 81) passou a analisar no processo do desenvolvimento afetivo sexual as condições que favorecem e as que dificultam a boa identificação com o papel sexual do próprio sexo. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972b, p. 105).
>
> [...] pode se esperar que os meninos em relação às meninas mostrem maior preferência pelo papel sexual próprio; mas em termos de identificação, pode se supor que as meninas apresentem um curso de desenvolvimento mais fácil, identificando-se mais cedo e mais completamente com o papel sexual apropriado. (LOURENÇÃO VAN KOLCK, 1972b, p. 106).

Na década de 1970, os testes projetivos eram o principal caminho para classificação da homossexualidade e um dos principais testes projetivos foi o Teste de Rorschach, criado a partir de lâminas com borrões de tinta e concebido pelo psicanalista Hermann Rorschach (1884-1922) para o diagnóstico da personalidade do sujeito. Segundo Theo van Kolck (1972, p. 128), psicólogo holandês radicado no Brasil e que publicou no *Boletim de Psicologia*, "[...] o Rorschach é utilizável para a diagnose individual da homossexualidade".

Para o autor, em procedimento quase de caráter policialesco, o teste permitia identificar não só os "tipos de homossexuais", como também, os homossexuais não assumidos:

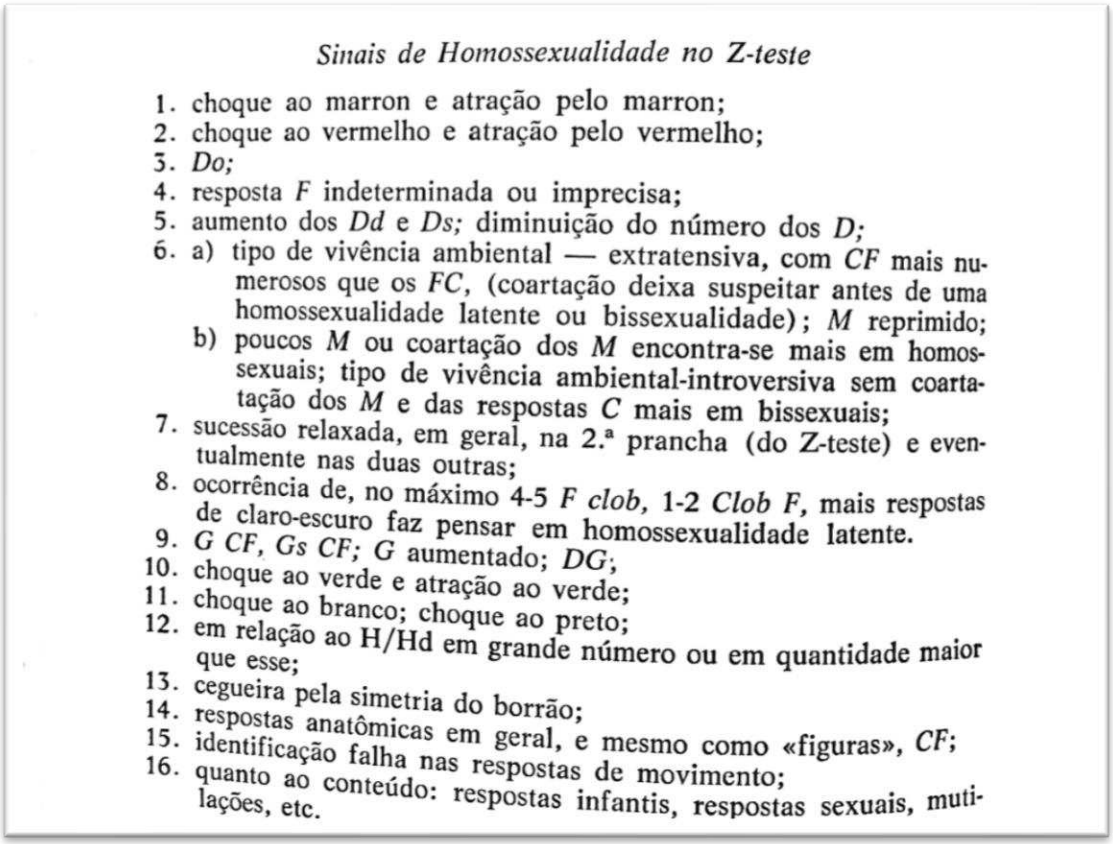
---

[18] Interessante perceber que a avaliação psicológica da masculinidade-feminilidade ainda é vista como benefício nos dias atuais, como no caso do edital do Concurso Público para provimento de vagas para catetes da Polícia Militar do Estado do Paraná que apresentou como critério na avaliação psicológica a "masculinidade", ou seja, o candidato para ser considerado apto deveria apresentar regularidade nas seguintes características: "Masculinidade: capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demostrar interesse em histórias românticas e de amor" (PAVANELI; BARRETO, 2018).

> A nosso ver a abordagem dinâmica dos conteúdos do Rorschach presta-se melhor, no trabalho clínico, a um diagnóstico diferencial dos homossexuais, permitindo inclusive uma discriminação dos tipos de homossexuais. (VAN KOLCK, 1972, p. 129).
>
> Conforme ele, o homossexual se esforça quase sempre por ocultar ao mundo sua verdadeira natureza, e é por isso que podemos esperar nos protocolos deles Ds e um número maior de fusão de figura-fundo, como para "mascarar" a própria genialidade. Parece-me que desta maneira chegamos mais perto da solução do problema. (VAN KOLCK, 1972, p. 131).

A figura 3 apresenta os sinais que devem ser identificados para o diagnóstico de homossexualidade.

Figura 3 – Sinais de homossexualidade no Z-teste[19]



Sinais de Homossexualidade no Z-teste

1. choque ao marron e atração pelo marron;
2. choque ao vermelho e atração pelo vermelho;
3. *Do;*
4. resposta *F* indeterminada ou imprecisa;
5. aumento dos *Dd* e *Ds;* diminuição do número dos *D;*
6. a) tipo de vivência ambiental — extratensiva, com *CF* mais numerosos que os *FC*, (coartação deixa suspeitar antes de uma homossexualidade latente ou bissexualidade); *M* reprimido;
   b) poucos *M* ou coartação dos *M* encontra-se mais em homossexuais; tipo de vivência ambiental-introversiva sem coartatação dos *M* e das respostas *C* mais em bissexuais;
7. sucessão relaxada, em geral, na 2.ª prancha (do Z-teste) e eventualmente nas duas outras;
8. ocorrência de, no máximo 4-5 *F clob,* 1-2 *Clob F,* mais respostas de claro-escuro faz pensar em homossexualidade latente.
9. *G CF, Gs CF; G* aumentado; *DG;*
10. choque ao verde e atração ao verde;
11. choque ao branco; choque ao preto;
12. em relação ao H/Hd em grande número ou em quantidade maior que esse;
13. cegueira pela simetria do borrão;
14. respostas anatômicas em geral, e mesmo como «figuras», *CF;*
15. identificação falha nas respostas de movimento;
16. quanto ao conteúdo: respostas infantis, respostas sexuais, mutilações, etc.

Fonte: VAN KOLCK (1972, p. 132).

[19] O Z-teste ou Técnica de Zulliger é uma variante do Rorscharch, com menos pranchas de tintas, três no total, criado por Hans Zulliger (1893-1965), em 1948. Van Kolch (1972) considera em seu artigo o Z-teste como um Rorschach.

Com os sinais da Figura 3, segundo Van Kolch (1972), é possível o diagnóstico da homossexualidade. Para ele, o Rorschach é um teste que auxilia o diagnóstico, mas deve ser usado com cautela:

> Baseados em nossa própria experiência, temos que concluir ser possível um diagnóstico da homossexualidade através do Rorschach, mas afirmamos também que generalizações não devem ser feitas, sinão com grande cautela. Não podemos fazer abstração da individualidade dentro do homossexualismo e nem esquecer que cada caso é um caso com sua própria etiologia e patogenia. (VAN KOLCK, 1972, p. 133).

A personalidade continuou a ser a chave para a identificação do homossexual. A figura 4 mostra quais eram os traços de personalidade do homossexual em uma pesquisa feita com 72 homossexuais em tratamento por G. J. M. van den Aardweg (1972), pesquisador holandês que foi convidado por Lourenção van Kolck e Theo van Kolck para publicar sua pesquisa no *Boletim de Psicologia*.

Figura 4 – Traços da personalidade homossexual

2. *PERSONALIDADE*

Os pontos mais salientes da personalidade do homossexual, como avaliados por nosso inventário (veja Apêndice) são:

— não assertivo (83%);
— não espontâneo, inibido em expressão emotiva ou pessoal (7%);
— "instável" na vida social ou ocupacional (68%);
— poucos contatos sociais ou tendências para se isolar (69%);
— personalidades queixosas ou dramatizantes (68%);
— submissos (56%);
— inquietos, inconstantes (49%).

Este quadro sugere um tipo não-assertivo de neurótico. É interessante notar que 44% não poderia ser julgado "feminino" de aparência (de acordo com Bieber, 1962).

Fonte: AARDWEG (1972, p. 159).

Os testes projetivos eram os mais usados para avaliação da homossexualidade, por compreendê-la como uma patologia da personalidade. Os

testes, com fundamentos psicanalíticos, acabaram sendo os mais empregados na tentativa de desvendar psicodinamicamente a sexualidade desviante.

Precisamos fazer uma digressão para apontarmos que a utilização dos testes psicológicos, no Brasil, recebeu diversas críticas e que foram feitas desde a sua introdução no país, principalmente por terem sido introduzidos no campo educacional. Investigando jornais do início do século XX, pudemos encotrar inspetores de ensino que já criticavam o uso dos testes, como Pedro Deodato Moraes (1926), que aponta para a precariedade do uso dos testes, relatando a inexistência de gabinetes especiais de experimentação e a ausência de profissionais habilitados na elaboração e aplicação deles. Outra crítica apresentada por ele diz respeito à pressa com que autores como Paulo Maranhão se voltava ao aspecto prático da Psicologia:

> Duas correntes se formaram logo a principio. Uma, baseada em principios psychologicos, achava inoportuna a idéa, quando não possuimos gabinetes especiaes de experimentação e não tinhamos mesmo pessoal habilitado para realizar as pesquizas scientificas. Outra, cem fins exclusivamente pedagógicos, tomava dos programmas primários e com elles procurava orientar, sob um aspecto diverso, o magisterio carioca. [...] Paulo Maranhão esqueceu-se tambem de dizer em seu livro como se organizam os testes. Apresentou, apenas, os seus que, confessa, levaram dous annos a ser feitos e classificados, deixando nos leitores a dificuldade de novas buscas e incertas classificações. (MORAES, 1926, p. 8).

Outro crítico dos testes foi o chefe do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, Waclaw Redecki (1887-1953), que, em 1928, comentou que a onda de aplicação dos testes era um imediatismo prático que degenerava a ciência. (MONARCHA, 2005).

Essa razão psicotécnica, trazida pelo nascente processo de industrialização e pelas esperanças intelectuais brasileiras, depositava na industrialização o signo de progresso e fez com que se tornassem abundantes procedimentos de avaliação, mensuração, normalização e classificação da mão de obra, tornando a Psicologia útil para vários setores empresariais. Além das indústrias, esses processos de medição e classificação adentraram em diversos âmbitos institucionais, tais como escola, forças armadas, serviços públicos e hospitais. Os testes na escola, na medicina e no trabalho serviam para homogeneizar, classificar, diagnosticar, validar e excluir. Essas funções dos testes permanecem vigentes até a atualidade e a principal crítica feita a eles está na sua instrumentalização para validar processos de desigualdade e exclusão social, fornecendo laudos com forte acento moralista de modo a confirmar a “anormalidade pressuposta”. (PATTO, 2000, p. 68).

Como vimos, os testes foram utilizados para a identificação e o diagnóstico da homossexualidade, o que apontou fortemente na indicação de tratamentos e na possibilidade de "cura" e, também, nos processos de discriminação, isto é, eram usados para separar os homossexuais dos heterossexuais. As formas de "curas" da homossexualidade também aparecem nos artigos pesquisados, conforme veremos na seção seguinte.

3.2.3 "Houve curas 'rápidas' bem como curas 'lentas'": tratamento e prevenção da homossexualidade

A homossexualidade foi assunto de sucessivas gerações de médicos durante o século XIX, já que a transformaram numa inadequação médica e psicológica e, consequentemente, numa doença mental. A medicina já estava dominando o discurso das disfunções sexuais, tentando corrigi-las como tentaram fazer com outros "anormais", como destaca Foucault (2010, p. 286):

> O aparecimento do "incorrigível" é contemporâneo do estabelecimento das técnicas de disciplina, a que se assiste durante os séculos XVII e XVIII — no exército, nas escolas, nos ateliês, e depois, um pouco mais tarde, nas próprias famílias. Os novos procedimentos de adestramento do corpo, do comportamento, das aptidões engendram o problema daqueles que escapam dessa normatividade, que não é mais a soberania da lei.

Sobre essa normalidade, Canguilhem (2009) acrescenta que o "[...] ser vivo normal é aquele que é constituído de conformidade com essas normas. Mas será que devemos considerar qualquer desvio como anormal?" (p. 60). Com esse questionamento, ele adentra ao campo de como identificar o que é normal e o que é anormal. Retomando aqui a questão da normalidade, o autor defende que esse campo possui um problema qualitativo *versus* quantitativo e a busca pela métrica é o que faz com que o patológico se transforme em algo superficial:

> E o problema é o seguinte: o conceito de doença será o conceito de uma realidade objetiva acessível ao conhecimento científico quantitativo? A diferença de valor que o ser vivo estabelece entre sua vida normal e sua vida patológica seria uma aparência ilusória que o cientista deveria negar? Se essa anulação de um contraste qualitativo é teoricamente possível, é claro então que é também legítima; e se não é possível, o problema de sua legitimidade é supérfluo. (CANGUILHEM, 2009, p. 28).

A busca pelo tratamento das “anormalidades sexuais” inicia, segundo Spencer (1999), no final do século XIX, principalmente após a publicação do livro de Krafft-Ebing, *Psychopathia sexualis*, em 1886. Krafft-Ebing (2000) descreve em seu livro 238 casos de psicopatias sexuais e, assim, a homossexualidade está na subdivisão da categoria *Parestesia*: “(4) *Parestesia* (perversão do instinto sexual, isto é, excitabilidade das funções sexuais por estímulos inadequados) [...] (d) *sexualidade antipática* é a total ausência de sentimento sexual em relação ao sexo oposto” (p. 7-8); é uma anomalia pertencente às “neuroses cerebrais” que merece atenção porque conduz a atos perversos e criminosos.

O autor destaca que a homossexualidade é uma anomalia puramente psíquica, da ordem do instinto, “[...] pois o instinto sexual não corresponde de forma alguma às características sexuais físicas primárias e secundárias” (p. 8-9). Por considerar, então, a homossexualidade como uma psicopatologia, ele influenciou “[...] um enorme número de médicos que formulavam cada um seu próprio tratamento” (SPENCER, 1999, p. 276). Os tratamentos mais comuns no período eram a hipnose, a castração e o casamento com o sexo oposto[20].

Para o autor, a teoria da “homossexualidade degenerada” levou a ações punitivas e a ideias sobre novas formas de controle social, o que permitiu aos médicos demonstrar poder, declarando que podiam tratar e curar o homossexual, pois este possuía um “distúrbio mental”. Tal ideia perdurou por muito tempo e durante o período entre guerras e na Segunda Guerra Mundial, aumentavam os números de tratamentos experimentais com homossexuais. Choques elétricos, choques convulsivos induzidos por medicamentos, lobotomias e tratamentos com aplicações de hormônios são alguns exemplos de tratamentos feitos no período.

A Psicologia também construiu formas de tratamento da homossexualidade, principalmente com as chamadas “terapias por aversão”, que consistiam na aplicação de choques e medicamentos que causam enjoos enquanto se apresentava vídeos e cenas de sexo ou pessoas do mesmo sexo para retirar o comportamento sexual dito

[20] Spencer (1999) relata um trabalho apresentado durante um congresso em Nova Iorque intitulado “Devem os criminosos insanos ou pervertidos sexuais poder procriar?” em que destaca que o autor, Dr. Daniel, afirma que todas as perversões são transmitidas por hereditariedade e que aparecem com frequência nas classes mais baixas, “especialmente entre os negros” (p. 277). Em 1899, um médico do reformatório de Indiana, Dr. H. C. Sharp, instituiu o primeiro programa de tratamento “[...] que procurava por fim à procriação das classes mais baixas e de desajustados sociais”. (p. 278).

inadequado; em contrapartida, eram apresentadas cenas e pessoas do sexo oposto sem o desprazer dos choques ou remédios para criar o comportamento adequado.

Nos discursos aqui analisados, Geraldina Porto Witter (1972), psicóloga que escreveu no *Boletim de Psicologia*, apresenta a eficácia das terapias comportamentais, uma versão diferente da terapia por aversão, mas com base teórica semelhante:

> Pretendendo-se aqui apenas tecer algumas considerações e sistematizar algumas informações quanto ao emprego da terapia comportamental no tratamento de desvios sexuais, notadamente do homossexualismo. [...] Naturalmente, muitos desvios de comportamento sexual podem ser resultado de problemas orgânicos tais como um mau funcionamento endocrinológico e deficiências anátomo-funcionais dos órgãos reprodutores. Evidentemente, nestes casos a terapia médica é fundamental e as técnicas de modificação do comportamento têm apenas um papel secundário visando facilitar ou acelerar a adaptação do paciente, desenvolvendo nele padrões mais adequados de comportamento. (WITTER, 1972, p. 60).

Os discursos revelam que o tratamento medicamentoso é necessário para desenvolver padrões adequados de comportamento e essa forma de tratamento com hormônios também foi relatada em outro artigo:

> Mas, na corporação militar em que passou a prestar serviço, o Orientando teve outra amizade, e novamente a estranha atração se repetiu. O Orientando foi a um psiquiatra que interpretou o acontecimento com a mesma formulação médica anterior: tudo vinha da ausência do pai que o Orientando não teve; **receitou-lhe hormônios**, mas o uso de remédios não foi devidamente seguido. Um terceiro psiquiatra fêz o Orientando escrever sua vida e aconselhou-o a ter contatos com mulheres e a intensificar a vida social. (SILVA, 1967, p. 91, grifos nossos).

Pracisamos historicizar um pouco a questão do tratamento medicamentoso e com hormônios para cura da homossexualidade, essa forma de saber/poder e controle da Medicina foi realizado desde a Segunda Guerra Mundial em experimentos com homossexuais nos campos de concentração nazistas (BORRILLO, 2016) e é uma mostra de como a ciência médica impunha e ainda impõe seu poder sobre a Psicologia. No Brasil, Leonídio Ribeiro (1893-1976), médico criminalista publicou, em 1935, um estudo desenvolvido com 143 homossexuais detidos em casas de prostituição no Rio de Janeiro. Nesse estudo, defendia a ideia de que não se deveria castigar, mas tratar o homossexual, principalmente com terapias hormonais, pois era um problema social[21] que poderia ser resolvido pela Medicina:

[21] A Psiquiatria do início do século XX passou a considerar que o indivíduo seja assistido por meio de novas técnicas terapêuticas e preventivas, dirigidas a todos os desviantes morais, e, as instituições sociais, como a escola, a família e o Estado, tornam-se auxiliares na ação de terapia e prevenção das

> Provado que o homossexualismo é, em grande número de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade do seu tratamento. Era mais um problema social a ser resolvido pela medicina. (RIBEIRO, 2010 [1935], p. 507).

O autor destaca, ainda, dois pontos importantes para o período: a questão da homossexualidade na Alemanha e a influência da Psicanálise nos estudos sobre a homossexualidade:

> Quer se adote a teoria psicogenética do homossexualismo, quer se aceite a razão endócrina, em qualquer das hipóteses teremos que modificar a nossa atitude diante dessa classe de indivíduos, cada vez mais numerosa em todos os países civilizados, de tal modo que, na Alemanha, as estatísticas afirmam a existência de um invertido para cada trinta indivíduos normais. Os partidários de Freud e seus discípulos afirmam: "O castigo das perversões sexuais é injusto e não tem a menor razão de ser. É pela educação, e não pela penalidade, que se deve lutar contra elas. Os perversos sexuais são, como os criminosos neuróticos, entes hipermorais, pois suas perversões traduzem o horror ao incesto e o desejo de escapar ao conflito do Édipo". (RIBEIRO, 2010 [1935], p. 511).

Com o surgimento das novas terapias endócrinas, o autor relata que não há a necessidade de tratar o homossexual com métodos punitivos e diz que a educação deveria ser "curativa", trazendo a ideia de que os sujeitos homossexuais são "hipermorais", isto é, se apropria da ideia freudiana do superego punitivo que induz à passagem ao ato.

Com isso, percebe-se que o tratamento com hormônios perdurou por muito tempo no Brasil. Nos discursos do *corpus* deste trabalho também é apresentada a terapia hormonal no tratamento da homossexualidade, como no artigo de Dorina Epps (1972), médica endocrinologista que escreveu no *Boletim de Psicologia*, destacando que "[...] o aperfeiçoamento das técnicas de dosagens hormonais proporciona novas perspectivas no estudo da etiolopatogenia da homossexualidade". (EPPS, 1972, p. 14).

Segundo a autora, os estudos sobre a questão hormonal em homossexuais foram aprimorados a ponto de detectar a quantidade de hormônios excretados na urina e nos testículos e ovários:

> Técnicas recentes, que permitem avaliar os diferentes andrógenos excretados na urina, foram utilizados por Loraine e cols. ao estudarem 7

---

enfermidades psíquicas, principalmente ao considerarem que uma criança dita normal pode vir a adquirir uma doença mental. O argumento dos psiquiatras é de que sua área de conhecimento é de grande utilidade na construção de uma nova sociedade, baseada no desenvolvimento econômico, social e político e as doenças mentais não cabem nessa nova estrutura social. (PORTOCARRERO, 2002). Com isso os médicos e psiquiatras passam a considerar a doença mental e o desvio da normalidade como problema social.

> homossexuais (3 homens e 4 mulheres). No grupo dos pacientes masculinos, os dois homens que só mantinham relações homossexuais, apresentavam taxa diminuída de testosterona na urina. Os 3 pacientes masculinos tinham atividade hipofisária normal de hormônios estimuladores de testículo (taxa normal de LH). Das 4 mulheres estudadas, em 3 foi observado ciclo mensal ovulatório. Os hormônios femininos eliminados na urina eram baixos (estrona baixa nos 4 casos, estradiol e estriol baixos em 2 casos). Foi interessante verificar que a excreção de testosterona e de LH estava aumentada nas 4 pacientes. (EPPS, 1972, p. 15).

A autora conclui que identificar a homossexualidade não é fácil, e que "[...] os dados clínicos e experimentais analisados mostram a complexidade dos fatos que determinam a identificação psico-sexual: fatores genéticos e hormonais, além dos sócio-ambientais, tem papel relevante na diferenciação psicológica sexual" (EPPS, 1972, p. 15).

O tratamento, então, é proposto levando-se em conta essa complexidade, mas sempre no sentido de identificação e cura, como no artigo de Ryad Simon (1972), que propõe o tratamento precoce e o intensivo:

> *Tratamento Precoce*: para esses sujeitos considerados "pré-homossexuais", levando em conta que estão na fase de pré-adolescência, portanto com comportamento ainda relativamente maleável e influenciável pelo ambiente, seria aplicado um tratamento precoce. Visaria *compensar* ou *corrigir* as deficiências da experiência pregressa e atual do indivíduo. Esse tratamento seria levado a cabo, sob forma de psicoterapia suportiva de grupo. (SIMON, 1972, p. 37).
>
> *Tratamento Intensivo*: Quando a patologia evolui para a fase sintomática ultrapassando o horizonte clínico, conviria instaurar-se tratamento intensivo, que, em nossa opinião, seria psicanalítico ou psicanaliticamente orientado. (SIMON, 1972, p. 37).

Os discursos analisados apontam que as psicoterapias são as indicações principais no tratamento:

> A terapia comportamental torna-se particularmente relevante no caso dos desvios de comportamento sexual que não têm base orgânica estabelecida. Por meio de discriminações inadequadas, de reforçamento não contingente ou mesmo por extinção ou punição de respostas adequadas pode ocorrer o fato de uma pessoa aprender e manter formas inadequadas de respostas sexuais. Nestes casos, em função do tipo de desvio de resposta apresentado pelo paciente, do estudo de variáveis que possivelmente a estão controlando e das condições materiais disponíveis para tratamento, o terapêuta deverá escolher uma ou mais das muitas técnicas disponíveis. (WITTER, 1972, p. 61).

No tratamento proposto por Geraldina Porto Witter (1972), consta a psicoterapia, a terapia aversiva e o eletrochoque:

> Entre as técnicas comportamentais usadas no tratamento do homossexualismo e do travestismo as mais comumente empregadas envolvem algum tipo de punição. O emprego das técnicas aversivas ou punitivas tem se mostrado muito efetivo e encorajador como bem demonstra Feldman (1966) em sua revisão do emprego destas técnicas em psicoterapia. Esta efetividade das técnicas aversivas na terapia de desvios sexuais é ainda mais relevante quando seus resultados são contrastados com outras formas de psicoterapia e programas correcionais usados para tratamento destes problemas. (WITTER, 1972, p. 61).

> Gershman (1970) relata o caso de um jovem, cuja vida sexual era completamente dominada por suas fantasias de travestismo e que já havia se submetido a tratamento psicológico sem qualquer resultado. Após seis sessões em que o autor combinou a **técnica de reforçamento encoberto com interrupção do pensamento e choque**, conseguiu resolver o problema. (WITTER, 1972, p. 63, grifoss nosso).

Mesmo sem eficácia comprovada cientificamente, a autora ainda justifica que as terapias aversivas e de choque são eficientes, quando são aplicadas várias técnicas concomitantes:

> Estas considerações justificam o esforço dispendido por terapeutas behavioristas visando a aplicação de outras técnicas comportamentais para resolução de problemas de homossexualismo. (WITTER, 1972, p. 63).

> Pelo exame da literatura parece que o uso conjunto de várias técnicas comportamentais conduz a um melhor resultado quando do tratamento da homossexualidade, do travestismo ou das fantasias homossexuais. (WITTER, 1972, p. 64).

O discurso científico produz uma verdade de tratamento, que foi muito usada nas décadas de 1960 e 1970. Outro autor que produziu uma verdade científica, foi G. J. M. van den Aardweg (1972), que mascara o fracasso do tratamento apontando números e porcentagens e manipulando a linguagem, como na citação abaixo:

> A terapia consistiu numa auto-análise e treinamento com técnicas de humor, de acordo com a teoria de auto-comiseração da neurose. 20 (27%) sujeitos pararam com o tratamento dentro de um ano, 7 tratamentos foram curtos demais para fazer julgamentos significativos, de modo que 48 sujeitos foram avaliados para efeitos de tratamento. Destes, 13 ainda estavam sob tratamento quando a avaliação foi feita (setembro, 1971), enquanto 35 tratamentos foram concluídos por acordo mútuo. [...] 25 sujeitos foram curados ou **quase curados**. [...] De qualquer maneira, a possibilidade de alcançar uma cura da homossexualidade é sustentada por estes resultados, o que contraria uma certa corrente de fatalismo terapêutico. (AARDWEG, 1972, p. 161, grifos nossos).

Os discursos especializados produzem verdades e, com isso, as terapias passaram a ter eficácias e foram publicadas como positivas na cura:

> Pode-se concluir que a cura bem-sucedida da homossexualidade depende da força inicial da neurose. (AARDWEG, 1972, p. 162).

> Dentro do contexto dos resultados obtidos e das considerações aqui traçadas pode-se dizer que a terapia comportamental parece ter um futuro produtivo em termos de propiciar uma adequada mudança do comportamento de homossexuais e de pessoas com problemas correlatos. Deve-se salientar, que embora os resultados obtidos até aqui sejam muito promissores, ainda estamos num estágio inicial de desenvolvimento destas técnicas. Ao que tudo indica o uso conjunto de técnicas que conduzem à extinção ou enfraquecimento das respostas homossexuais com aquelas que permitem um fortalecimento das respostas heterossexuais parece ser a melhor estratégia a ser usadas pelo terapêuta quando procurado por alguém, que tendo problemas de comportamento nesta área, deseje mudar seu próprio comportamento. (WITTER, 1972, p. 65).

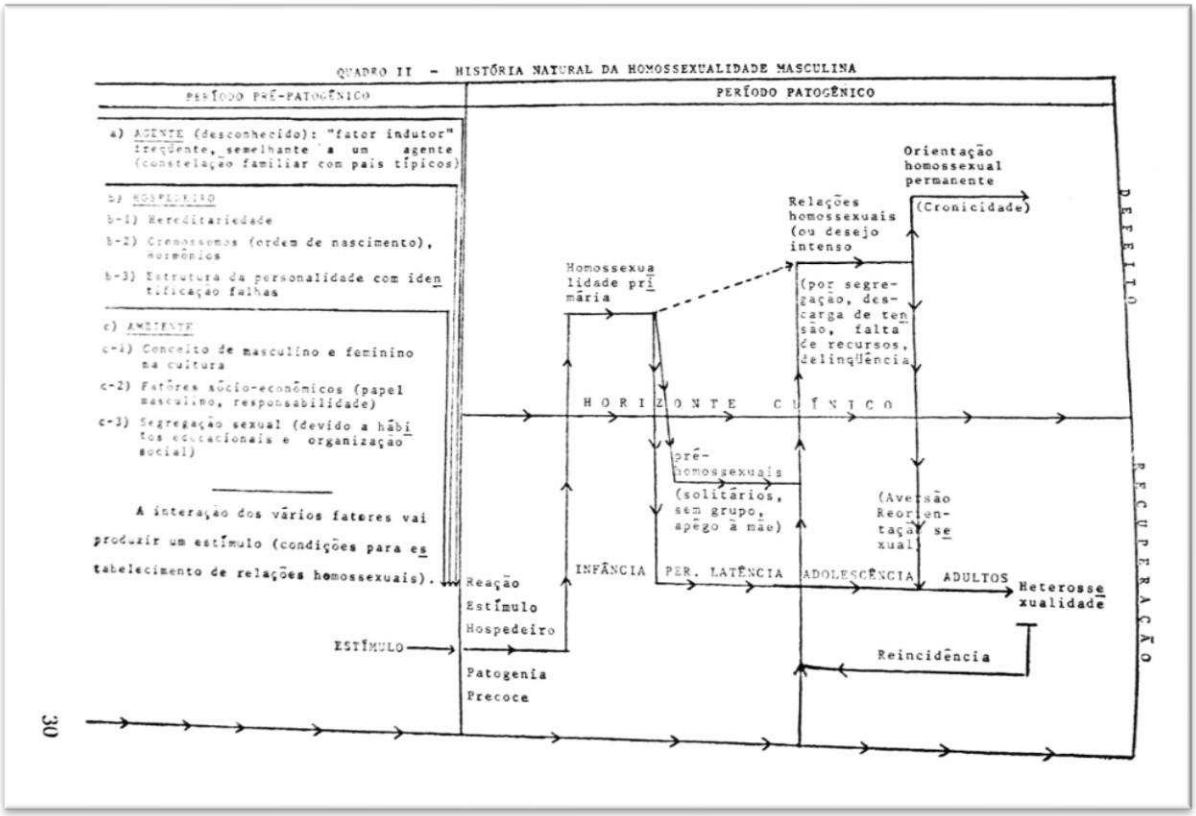
Cada discurso acima tem sua própria noção de saber/poder, por exemplo, quando G. J. M. van den Aardweg (1972) relata que a cura só é possível dependendo da força da neurose, ou seja, o sujeito mais neurótico tem menos chance de ser curado.

Os tratamentos eram usados na tentativa de trazer a normalidade ao sujeito homossexual. Ryad Simon (1972) aponta para o diagnóstico precoce da homossexualidade, o que tornaria o tratamento mais eficaz, traçando exames psicológicos, entrevistas e aplicação de testes para a chamada “população de risco especial”:

> Diagnóstico precoce e tratamento: De vez que são impraticáveis exames psicológicos à população geral, poderia um programa de prevenção concentrar seus recursos para detecção precoce da doença – no caso, entrevistas e testes psicológicos na “população sob risco especial” assim considerada conforme a delimitamos no período pré-patogênico da História Natural (herança, constelação familiar com “pais indutores”, confinados em internatos, etc.). Aqueles indivíduos que após exame revelarem estrutura de personalidade com falha na identificação masculina, medo a contacto genital com a mulher, apresentarem sinais de isolamento grupal, aversão a competição, seriam considerados pré-homossexuais. E, em tais condições, num sub-estágio de patogenia precoce, com risco bem maior do que a população geral de virem a apresentar sintomatologia manifesta. Num primeiro passo, seriam abrangidos apenas os pré-adolescentes. (SIMON, 1972, p. 36-37).

Para Simon (1972) existe uma evolução patológica da homossexualidade, conforme consta no quadro abaixo (FIGURA 5), no qual considera-se que ela tem períodos estabelecidos e com perspectivas de cura ou de cronicidade, com possibilidades de prevenções:

Figura 5 – Evolução patológica da homossexualidade



Fonte: SIMON (1972, p. 30).

Percebe-se que há uma relação direta com a busca de tratamento da homossexualidade ou com a sua prevenção, conforme pode ser constatado no artigo de Ryad Simon (1972), que tem por objetivo organizar os dados sobre a homossexualidade, adotando o modelo conceitual de história natural e prevenção de doença e de doenças mentais. “Proporemos várias hipóteses esperando que alguma delas sirva como sugestão para pesquisa sobre prevenção nesse campo” (p. 19).

Nos discursos analisados, a prevenção da homossexualidade envolve artefatos para impedir o aparecimento da patologia e, como medidas preventivas, os autores apontam a aplicação de testes mentais em grupos com “alta infectividade” e o controle na procriação e tratamentos para criação de “anticorpos” psíquicos. Todas essas formas conduzem para o não aparecimento da doença.

Para Simon (1972), uma forma de prevenir o aparecimento da patologia é evitando contatos íntimos prolongados entre pessoas do mesmo sexo, como em quartéis, escolas internas e presídios:

> Outras formas que assume a segregação sexual, dado o costume de associar determinadas tarefas ou permanência a indivíduos do mesmo sexo, isolados do resto do mundo, e convivendo durante muito tempo sem presença física da mulher, como nos navios, presídios, internatos, etc., são fortemente predisponentes, equivalentes a situações de "alta infectividade" das moléstias transmissíveis. Nestas condições de máxima densidade de estímulo, indivíduos que resistiriam ao desvio sexual habitualmente, podem sucumbir à pressão situacional. A impossibilidade de escolha de objeto feminino induziria descargas homossexuais. (SIMON, 1972, p. 26).

Para ele, a pressão situacional é irresistível, pois haveria muitos estímulos e nenhuma descarga heterossexual, portanto seria necessário evitar tais isolamentos[22], principalmente no caso de sujeitos que já demonstraram haver propensão ao distúrbio, como nos casos das patogenias precoces:

> Patogenia Precoce: Habitualmente, quando se considera o distúrbio homossexual não se dá a devida importância às experiências homossexuais da infância. Supomos que devido ao mesmo preconceito que repudiou a proposição de Freud sobre a criança como um ser "perverso polimorfo". O homossexual é considerado geralmente como o sujeito quando na fase adulta, empreendendo ações homoeróticas, no máximo se admitindo nesse grupo também os adolescentes. (SIMON, 1972, p. 26-27).

O autor aponta que não se consideram importantes as questões de homossexualidade na infância. Foucault (2013) havia apontado para as disciplinarizações dos corpos em colégios e internatos, relatando que as formas arquitetônicas, as pedagogias e os controles se dão para criar corpos dóceis e livres das anormalidades e com táticas de treinamentos moral e de obediência. Por isso, a idade escolar é considerada a melhor forma de "combater" a patogenia precoce, como nos discursos de Ryad Simon (1972) e Mathilde Neder (1972), ambos autores de artigos no *Boletim de Psicologia*:

> O que dizemos é que teríamos que atuar na infância enquanto as coisas acontecem, construtiva e preventivamente. Seriam os pais, encarando suas próprias dificuldades no desenvolvimento geral e especificamente sexual, não apenas porque a criança pode ver e ouvir, mas porque a sua problemática é ponto de partida para a problemática do filho; porque dissimulação não existe face à criança, que percebe atitudes, fixa, compreende a seu nível, imagina e fantasia em torno do assunto. (NEDER, 1972, p. 151).
>
> Vale, pois, atuar favorável e adequadamente junto aos jovens, desde criança, enquanto as coisas acontecem, como já disse, de modo construtivo e

[22] "O caso da segregação nos presídios é uma situação extrema da patogenicidade das condições ambientais. Indivíduos com funções sexuais intactas permanecem anos somente tendo contacto físico com pessoas do mesmo sexo, constatando-se então alta incidência e prevalência de homossexualidade. A nosso ver, a forma de evitar, ou corrigir a anomalia existente, seria alterar as condições ambientais, admitidas, nestas circunstancias, como principal fator etiológico" (SIMON, 1972, p. 35).

> preventivo. E isso inclui atuação dos pais, numa auto-consideração e consideração dos filhos. E inclui o grupo cultural. (NEDER, 1972, p. 153).

> Assim, na fase de patogenia precoce, podemos considerar as pressões internas (instintivas) para busca de satisfação genital e anal; o desejo de repetir, representando, mais ou menos inconscientemente, a cópula dos pais; as angústias causadas pelos ataques mentais sadicamente dirigidos ao pênis do pai e ao interior do corpo materno, que se transformam em perseguidores; o desejo de possuir o pênis idealizado narcisicamente projetado no companheiro, como aponta M. Klein, com finalidade de reasseguramento contra o pênis paterno danificado e perseguidor. Tais elementos podem conduzir a ações homossexuais na infância, constituindo um conjunto de experiências que chamaremos de "homossexualidade primária". (SIMON, 1972, p. 27).

Para os autores, também é no seio familiar que se podem prevenir os problemas e as patologias sexuais. Como aponta Donzelot (1980), a família, desde o século XVIII, foi imbuída de governar os corpos, sendo a mãe uma aliada do médico no controle, treino e relato dos acontecimentos.

Nesse mesmo sentido de governo dos corpos pela família, o artigo de Simon (1972) descreve que é no seio da família e da escola que se criariam "anticorpos psíquicos" para fazer com que a criança, o adolescente e o jovem tivessem aversão à prática homossexual:

> Os sentimentos de culpa associados à homossexualidade primária irão funcionar futuramente de modo parecido aos anticorpos no processo de imunização, afastando o sujeito da reincidência em desejos e ações homoeróticas. A aversão, a hostilidade, a ansiedade com que é recebido o homossexual em locais públicos; o horror com que os pais encaram algum indício de feminilidade no filho, surgem a presença desses anticorpos psíquicos, tentando eliminar, dentro e fora de si mesmos a conduta perturbadora. (SIMON, 1972, p. 27).

Para ele, após essa fase primária da homossexualidade e com a presença dos anticorpos, o sujeito evoluiria para uma heterossexualidade, com menor risco de apresentar o distúrbio, mas mesmo com os anticorpos um grupo continua apresentando riscos:

> Após a fase da homossexualidade primária a maioria das pessoas evolui sem percalços para a heterossexualidade. Um grupo, porém, se destaca por suas peculiaridades na evolução da sexualidade, apresentando maior risco de vir apresentar o distúrbio. (SIMON, 1972, p. 28).

Esse grupo, segundo o autor, tem como causa da evolução a hereditariedade e, em tais casos, necessita-se colocar tais indivíduos em programas de saúde pública, pois são indivíduos classificados como "população de risco" e que precisam de maior atenção.

> [...] em alguns indivíduos, o peso do fator hereditário afigura-se relevante. Assim, em jovens cuja família apresente elevada incidência de homossexualidade; e principalmente no caso de gêmeos, nos quais um dêles mostra sinais do desvio, seria de toda conveniência inclui-los na "população sob risco especial", como o nome indica, refere-se àquela parte da população mais susceptível de adquirir a doença, e portanto requerendo prioridade de atendimento num programa de saúde pública. (SIMON, 1972, p. 33).

A expressão "população de risco" é uma das formas de biocontrole e biopoder determinadas pela sexualidade dos sujeitos, pela organização dos corpos e pelas maneiras como se manifestam os discursos sobre a sexualidade e suas patologizações. Com isso, constrói-se governabilidade do sujeito, os corpos passam a ser parte de programas especiais de saúde pública, com características próprias para tratamento e prevenção, a mesma expressão é usada quando se fala de prevenção da Aids por homossexuais.

É interessante perceber que essa relação entre Aids e homossexualidade aparece em um artigo que faz parte do *corpus* desta tese, no qual fica clara a governabilidade dos corpos e o medo de se ter relações sexuais em ambientes tipicamente frequentado por homossexuais:

> Numa sessão em que se mostrava muito aflito com a Aids, pergunto a ele o que era a Aids ali na sessão. Ele me diz que a Aids era eu e, portanto, canaliza para mim a repressão que a Aids exerce sobre ele. Falando ainda sobre isso, conta um sonho no qual observava um grupo de homossexuais tendo relações entre si. Acordando, pensou: "Agora não posso mais ir às saunas e ter relações sexuais; tenho que sonhar." (AZAMBUJA, 1986, p. 194, grifos no original).

Se para Ryad Simon (1972) enquadrar os homossexuais como população de risco e como caso de saúde pública era uma necessidade pública, com o advento da Aids esse discurso ganha força e a homossexualidade torna-se um dispositivo, com seus dizeres e saberes, com suas formas de controle e proteção. Assim, tanto na perspectiva do autor quanto na perspectiva da Aids, a sexualidade tem que ser governada, a doença deixa de ser a homossexualidade e passa a ser a Aids, mas não muda o doente; o sujeito que precisa ser controlado é o mesmo e também é ele quem precisa de medidas preventivas e de governo da vida.

Para o autor, existem três níveis de prevenção: a primária, que corresponde à infância; a secundária, que são os adolescentes e jovens que não foram imunizados com os anticorpos psíquicos, mas podem ser prevenidos da doença com controle dos pais, tratamento precoce e intensivo com psicanálise; e a prevenção terciária, que são os adultos, conforme ele relata:

> Consideraremos objeto de medidas de prevenção terciária, no distúrbio que nos ocupa, aqueles indivíduos, adultos, que apresentam de longa data conduta homossexual, nunca procuraram tratamento, não se consideram "doentes", e não têm intenção de modificar-se no futuro imediato. Nessa população incluiremos também aqueles adultos que, mesmo tendo procurado tratamento, não conseguiram mudar suas inclinações sexuais, deixaram o tratamento inalterados, convictos embora de que são "doentes". (SIMON, 1972, p. 38).

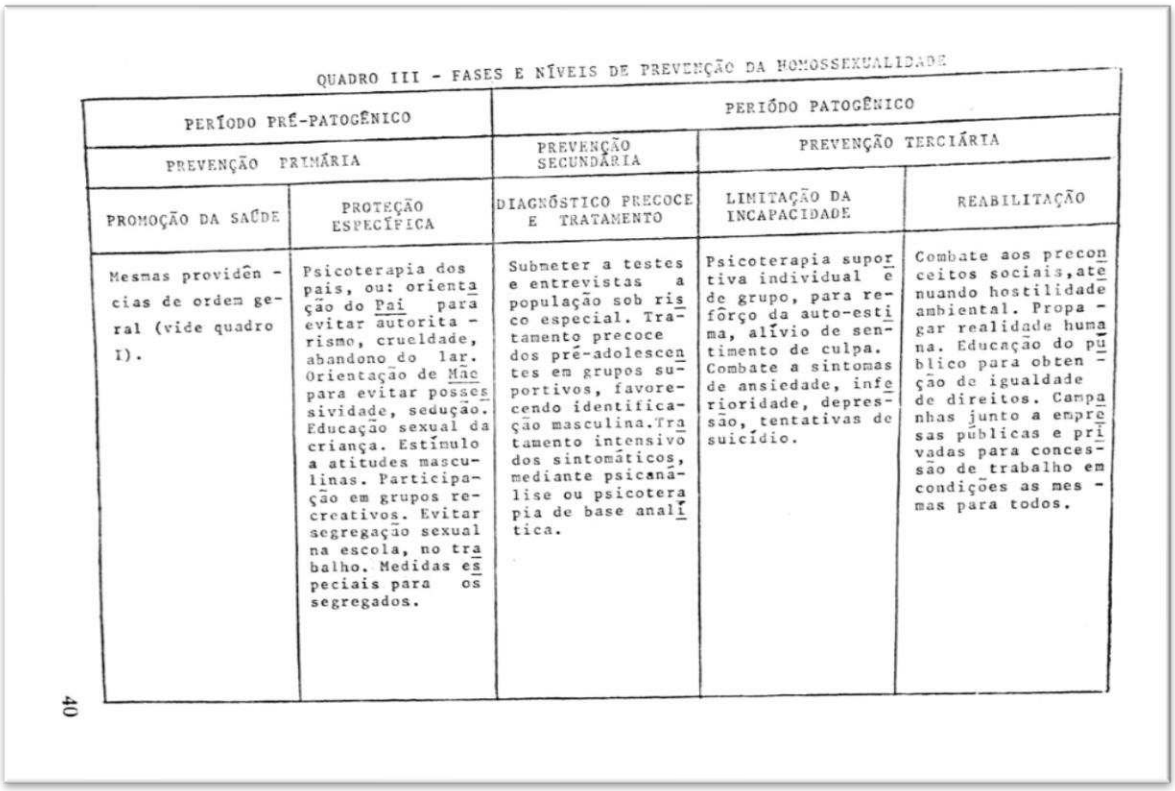
Nesse caso, a prevenção consiste em tratamentos grupais de terapia para auxiliar nos sintomas causados pela homossexualidade, tais como ansiedade, inferioridade, depressão e tentativas de suicídio. Com terapêuticas que visam a saída da situação de isolamento, o reforço da autoestima e alívio da sensação de culpa.

O autor justifica a prevenção da homossexualidade dizendo que sua posição está mais voltada para as considerações culturais que propriamente patológicas, pois a cultura combate e persegue o homossexual, por isso há a necessidade de prevenir a homossexualidade com programas e medidas de saúde pública:

> Justificativa de Prevenção: A par da questão concernente a ser ou não homossexualidade uma doença, julgamos, seguir Marmor, haver razões clínicas para instaurarmos programas de prevenção. Considerando que nossa cultura combate e persegue tenazmente padrões homossexuais, seria justificável aplicar medidas de prevenção a crianças e adolescentes. (SIMON, 1972, p. 43).

O quadro a seguir (FIGURA 6), elaborado pelo autor, resume sua teoria sobre a prevenção da homossexualidade, descrevendo-a com períodos pré-patogênicos e patogênicos:

Figura 6 – Fases e níveis da prevenção da homossexualidade



QUADRO III - FASES E NÍVEIS DE PREVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE

PERÍODO PRÉ-PATOGÊNICO		PERÍODO PATOGÊNICO		
PREVENÇÃO PRIMÁRIA		PREVENÇÃO SECUNDÁRIA	PREVENÇÃO TERCIÁRIA	
PROMOÇÃO DA SAÚDE	PROTEÇÃO ESPECÍFICA	DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO	LIMITAÇÃO DA INCAPACIDADE	REABILITAÇÃO
Mesmas providências de ordem geral (vide quadro I).	Psicoterapia dos pais, ou: orientação do Pai para evitar autoritarismo, crueldade, abandono do lar. Orientação de Mãe para evitar possessividade, sedução. Educação sexual da criança. Estímulo a atitudes masculinas. Participação em grupos recreativos. Evitar segregação sexual na escola, no trabalho. Medidas especiais para os segregados.	Submeter a testes e entrevistas a população sob risco especial. Tratamento precoce dos pré-adolescentes em grupos suportivos, favorecendo identificação masculina. Tratamento intensivo dos sintomáticos, mediante psicanálise ou psicoterapia de base analítica.	Psicoterapia suportiva individual e de grupo, para reforço da auto-estima, alívio de sentimento de culpa. Combate a sintomas de ansiedade, inferioridade, depressão, tentativas de suicídio.	Combate aos preconceitos sociais, atenuando hostilidade ambiental. Propagar realidade humana. Educação do público para obtenção de igualdade de direitos. Campanhas junto a empresas públicas e privadas para concessão de trabalho em condições as mesmas para todos.

40

Fonte: SIMON (1972, p. 40).

Tanto na prevenção primária quanto na secundária, a família é essencial para diagnosticar e impedir a evolução da doença[23]. Essa questão também foi abordada por G. J. M. van den Aardweg (1972), numa teorização que tenta regular e disciplinarizar a família:

> O menino mais velho tem ainda uma chance substancial de se tornar um homossexual desde que não haja mais do que 2 filhos menores. A chance é reduzida depois que tenham nascido mais 2 filhos mais novos. (AARDWEG, 1972, p. 157).
>
> Primogênitos de famílias grandes têm pouca probabilidade de se tornarem homossexuais, comparados com primogênitos de famílias pequenas. Isto contradiz a hipótese de que homossexualidade se origina na primeira infância, e confirma a hipótese que o desvio começa na pré-puberdade ou no período puberil. (AARDWEG, 1972, p. 165).
>
> Pedófilos homossexuais eram mais frequentemente filhos únicos do que outros homossexuais e foram mais privados da companhia de outros

[23] "A psicoterapia dos pais equivaleria à prevenção primária para o filho" (SIMON, 1972, p. 32).

> meninos, um achado que pode ajudar a entender a diferença na escolha do objeto entre estes subgrupos de homossexuais. (AARDWEG, 1972, p. 165).

Aqui, pelo controle de natalidade, pode-se impedir o surgimento da homossexualidade e também de pedófilos homossexuais. O controle, então, pertence à família, a qual pode procriar mais e saber o momento certo da procriação, passando a interferir diretamente na origem da patologia homossexual.

Precisamos recuar um pouco na história para percebermos que várias formas de tentativa de curar a homossexualidade foram utilizadas, como no emprego de profissionais do sexo, isto é, de prostitutas e, também, empregadas no intuito de treinar o homem homossexual para se tornar heterossexual. Essa forma de tratamento foi muito difundida pelo regime nazista alemão durante a Segunda Guerra Mundial (BORRILLO, 2016).

Essa relação entre prostituição e homossexualidade sempre foi estreita ao longo da história, não somente no sentido de cura da homossexualidade, mas também na questão do homossexual se prostituir, o que também associou a homossexualidade ao crime ou à propensão ao crime[24] (MOTT, 1985; RIBEIRO, 2010 [1935], CASTRO, 1934; DOURADO, 1963, 1967).

Com a extinção do Tribunal do Santo Ofício e a influência do Código Napoleônico, a sodomia deixou de ser crime em 16 de dezembro de 1830, com a entrada em vigor do Código Criminal do Império do Brazil, que retirou os delitos de práticas sexuais de pessoas do mesmo sexo. Contudo, o crime se daria quando:

> Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar publico. Penas - de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente à metade do tempo. (BRASIL, 1830).

No Código Penal de 1890, o crime se daria quando o ato homossexual fosse praticado como atentado ao pudor:

> Art. 282. Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou

[24] Essa predisposição do homossexual ao crime foi apontada, na década de 1960, por Dourado (1963) num estudo com 300 encarcerados masculinos brasileiros, que ele chama de delinquentes, e relata que os homossexuais "[...] fêz parte da já tão triste e famosa 'juventude transviada', é de tôda a oportunidade transcrevemos a opinião do eminente jurista Ministro Nélson Hungria – com a qual concordamos inteiramente – sôbre o palpite e transcendental problema: 'são indivíduos que, desde o berço, já trazem condições pessoais que os fazem inclinados para o mal. Nascem com deficiência do senso moral, como outros nascem com deficiência dos órgão visuais ou do órgão da voz. Êsses indivíduos são reconhecíveis pela sua prematura rebeldia contra o mundo objetivo e constituem aquêles rapazes que quase sempre sofrem a medida de expulsão da escola'." (p. 12-13)

> frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade: Pena - de prisão cellular por um a seis mezes. (BRASIL, 1890).

Assim, não seria crime ser homossexual, mas este não poderia praticar o ato sexual homossexual, segundo o Artigo 282 do Código Penal, e, se os praticasse, as penas e o tratamento eram diferentes, dependendo da classe a que o "degenerado homossexual" pertencesse:

> [...] o interesse crescente na homossexualidade por parte de membros proeminentes da profissão médico-legal nesse período [início do século XX] não teve o mesmo impacto em diferentes segmentos da sociedade brasileira. Indivíduos de classes mais baixas e com tez mais escura eram mais vulneráveis à detenção por vadiagem e prostituição ou à acusação de atentado ao pudor do que os homossexuais de classe média. (GREEN, 2000, p. 220-221).

Sobre o crime de atentado ao pudor e a homossexualidade, o criminalista brasileiro Viveiro de Castro, em 1894, escreveu o livro *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instincto* (CASTRO, 1934), no qual relata a relação entre pederastia e prostituição desde a Roma Antiga, dizendo que "[...] grande número de miseráveis eram destinados desde a infância à prostituição" (p. 214). O autor continua, relatando que:

> Hoje nas grandes capitaes da Europa, em Pariz, em Londres, em Roma, em Berlim, a pederastia tem tomado um desenvolvimento espantoso. Não se ostenta francamente como na antiga Roma. Mas ao lado da prostituição feminina existe a prostituição masculina, com seus adeptos, seus lupanares, seus *entretenues*, seus *horisontés* que abordam francamente. [...] Em Pariz os *petit-jesus* crusam pelos boulevards, attrahindo com gestos lascivos e olhares provocantes a attenção dos transeuntes. Em dez anos, de 1860 a 1870, segundo Carlier, a prefeitura de policia se ocupou de 6.342 pederastas, dos quaes 2.099 era naturaes de Pariz, 3.709 dos departamentos, 584 estrangeiros. (CASTRO, 1934, p. 270-271).

Para o autor, a prostituição masculina constituía uma sociedade organizada, com linguagem própria, hierarquia, recrutamento, ensino, tradições, hábitos, criminalidade, solidariedade e psicologia. Sobre a criminalidade, ele aponta que o principal crime é a chantagem e o assassinato: "todo *jesus* é mais ou menos um ladrão, apodera-se do que cahe sob suas mãos, dinheiro, joias, roupas, cartas, papeís de familía, etc. O assassinato está longe de ser raro" (CASTRO, 1934, p. 227).

O autor aponta também para a prostituição feminina exclusivamente com outras mulheres e anunciando que algumas prostitutas são ao mesmo tempo ativas e passivas e que, em uma exposição de 1889, uma prostituta muito procurada usava, de maneira arrebatadora, roupas de homem. Ele relata que as mães "infames"

preparavam e educavam suas filhas de dez e doze anos “nas práticas do tribadismo, no onanismo boccal” e que essas meninas, com o pretexto de vender flores, circulavam à noite nos “*boulevards* e cafés procurando lesbias, offerecendo seus serviços” (p. 190). Também diz que as relações lésbicas são propensas ao ciúme violento e brutal, o que provoca vinganças e brigas, resultando em feridas graves e, algumas vezes, mortais[25]. Para o autor, o tribadismo é um crime que atenta contra a moralidade e que a punição protege a infância[26].

Na década de 1930, tanto para Castro (1934) quanto para Ribeiro (2010 [1935]), os sujeitos homossexuais não devem ser levados para a prisão, pois não devem ser considerados como criminosos, mas sim como doentes que precisam passar por tratamentos e serem levados para os asilos de alienados. Castro (1934) conclui em seu livro que o degenerado compromete a segurança social:

> Reconhecido seu caracter impulsivo, o juiz manda recolhel-o aos asylos de alienados. [...] Condemnado como criminoso, o degenerado tem de cumprir a pena, passa anos sob o regime debilitante e exhaustivo da prisão cellular, sem tratamento algum, sem cuidados hygienicos. A pena não o regenera. Pelo contrario seu mal agrava e elle sahe da cadeia mais degenerado e portanto mais perigoso. Recolhido ao hospício, fica a sociedade garantida. **Mas o doente é sujeito ao tratamento conveniente, ás applicações da hydrotherapia, da electricidade, da suggestão hypnotica, dos meios emfim que a therapeutica psychiatrica dispõe**. Si é certo que algumas molestias mentaes são actualmente incuráveis, não é tambem menos exactp que outras desaparecem ou estacionam mediante energico tratamento. (CASTRO, 1934, p. 298, grifos nossos).

Aqui percebemos a importância desse recuo na história, pois como vimos, os tratamentos apontados por Viveiro de Castro, em 1894, não mudaram durante o século XX, apenas se tornaram mais amplas as formas de tratamento para a homossexualidade, tais como: o transplante de testículos e ovários, insulinoterapia[27],

---

[25] “O homem abandonado pela amante procura facilmente uma outra que a substitua. Com as tribades não succede o mesmo. Sua ligação approxima-se antes do frenesi que do anir. O ciume as devora: o medo de serem supplantadas e de perderem por isto o objeto de sua affeição faz-com que nunca se deixem, se sigam passo a passo; si uma é presa, a outra faz-se logo prender pela mesma causa e acham sempre meios de sahirem juntas da Casa de Dentenção” (CASTRO, 1934, p. 192).

[26] “Não é admissivel que mulheres viciadas corrompam e estraguem crianças, inciando-as nessas praticas lesbias. Mas no ponto de vista pratico, ella offerece um grande perigo, que é a dificuldade de prova, O tribadismo não deixa traços physicos, vestigios palpaveis que permittam ao perito affirmar sua consumação. Salvo o caso de violencias physicas, que é muito raro, como decidir-se o juiz entre a affirmativa da victima e a negativa da ré? A questão tem, pois, de ser decidida pela prova testemunhal, também muito difficil de ser produzida pela natureza mysteriosa do acto. É preciso pois muita prudencia, muita perspicácia, para que a verdade appareça, ou punindo o vicio, ou repellindo as explorações e *chantages*” (CASTRO, 1934, p. 202).

[27] Segundo Green (2000), a insulinoterapia era destinada para causar choque hiperglicêmico, levando o paciente ao coma.

eletrochoque, lobotomia[28], castração e a já apontada terapia da aversão. Assim, posições como as de Witter (1972), Simon (1972) e Aardweg (1972) são compreensões retrógradas e violentas, mesmo se tratanto do período em que foram elaboradas[29].

A relação família e homossexualidade é muito recorrente nos artigos pesquisados. Na seção seguinte, vamos analisar os discursos que abordam as questões familiares relacionando com as homossexualidades.

3.2.4 "Progenitores tornam-se indutores da homossexualidade no filho": a família como consequência da homossexualidade

A família é, desde o século XVIII, parte essencial para o controle biopolítico da sociedade e, em relação à homossexualidade, não foi diferente, já que ela foi considerada culpada por gerar a patologia homossexual nos sujeitos e também responsável por denunciar ao médico seus entes doentes.

Segundo Donzelot (1980), é um ritual da nossa sociedade, de tempos em tempos, investigar a família, "[...] a fim de nela decifrar nosso destino, entrever, com sua morte, a iminência de um retorno à barbárie, o afrouxamento de nossas razões de viver ou, então, a fim de regarantir-se diante de sua inesgotável capacidade de sobrevivência" (p. 13). O poder médico viu nela uma forma de proliferação das tecnologias políticas vinculadas ao corpo, à saúde, às formas de se alimentar e de morar, às condições de vida e à subjetividade ao espaço completo da existência. Com isso, a partir do século XVIII, tem-se a "[...] passagem de um governo das famílias para um governo através da família" (p. 77).

---

[28] Fry e MacRae (1983, p. 71) apontam que a operação cirúrgica que retira uma parte dos lóbulos frontais, considerada como produtores das fantasias e prazeres sexuais, era considerada válida para cura da homossexualidade. "Apesar deste procedimento ter caído em desuso, ultimamente o periódico *Medical World New*, de 25 de setembro de 1970, anunciou uma técnica de queimar, através de choques elétricos, uma pequena seção do hipotálamo. Este método teria sido usado em vários jovens americanos homossexuais [...]".

[29] Importante destacar que, na década de 1960, Dourado (1963, 1967) relata que os homossexuais deliquêntes devem passar por reeducação, a partir de métodos ortopsíquicos, para tornar possível um mínino ético capaz de convívio social e que eles são doentes que possuem "[...] a precocidade e a hipertrofia da vida instintiva, a instabilidade emocional, a heteroagressividade e a deficiência intelectual, condições que determinam o estado periculoso e podem ensejar o crime" (p. 12).

O médico passa a ser o saber e ter nas famílias um aliado de plantão, principalmente por intermédio da figura materna. Donzelot (1980) aponta que o controle biopolítico que a mãe pode exercer sobre as famílias é indispensável, pois é ela "[...] a única capaz de conter quotidianamente o obscurantismo da criadagem e de impor seu poder à criança" (p. 25).

A família passa a ser o centro e tudo que a ameaça deve ser eliminado, tais como a prostituição, a homossexualidade, os solitários; ou seja, a família não é apenas um patrimônio, ela é um capital simbólico de honra e "[...] tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. Cerra fileiras contra o estranho que lhe faz uma ofensa". (PERROT, 2009a, p. 205).

Com isso, o centro da sociedade passa a ser a família e tudo que fere essa instituição torna-se inimigo da sociedade. Pierrot (2009b) exemplifica isso ao tratar da figura do vagabundo que "[...]ameaça a família e a saúde; espalha as doenças, os micróbios, a tuberculose. Celibatários, solitários, vagabundos são marginais que vivem na periferia de uma sociedade cujo centro é a família". (PERROT, 2009b, p. 281).

A homossexualidade é, em dois artigos da década de 1960 (VAN KOLCK, 1961; SILVA, 1967), uma anomalia que deve ser contida e a família começa a ser investigada sobre as causas da origem dessa patologia, pois "[...] o desenvolvimento afetivo normal exige uma identificação do filho com o pai e da filha com a mãe, porém, há inúmeros fatores ou circunstâncias que podem influenciar êste esquema". (VAN KOLCK, 1961, p. 42).

Segundo essa autora, no mesmo artigo:

> Para um desenvolvimento afetivo-emocional normal espera-se que o menino consiga libertar-se de um laço afetivo-sexual excessivamente íntimo em relação à mãe, antes de entrar na puberdade, na fase sexual-genital. Esta libertação permite voltar a energia libidinosa a elementos do outro sexo que não sua mãe. A não-libertação impede esta ligação objetal. A fixação e o jôgo afetivo-sexual inerente, são reprimidos; esta inibição se transfere para a relação com qualquer elemento feminino enquanto imagem e figura materna, o que impede um saudável relacionamento com o outro sexo e consequentimente leva ou a uma vida afetivo-sexual reprimida ou à orientação para o próprio sexo ou ainda a um retôrno da afetividade parcialmente para si mesmo (donde os traços de egocentrismo revelados nos testes). (VAN KOLCK, 1961, p. 43).

A família, então, é uma ameaça ao desenvolvimento da criança e pode fazer com que a relação mãe/filho, associada a uma distância afetiva do pai, seja geradora de uma sexualidade reprimida ou da homossexualidade, colocadas no mesmo plano.

A mãe e o pai são, assim, os responsáveis pela homossexualidade de seus filhos: a causa da homossexualidade é justificada por uma "mãe de criação autoritária, dominadora, ciumenta, exaltada e contraditória" e para "compensar a falta do pai verdadeiro" (SILVA, 1967, p. 89-90).

A culpa recai principalmente na figura da mãe:

> A transferência para a figura feminina em geral da hostilidade contra a mãe, não favorece o relacionamento com o sexo feminino. Em 8 casos (27%) esta agressividade parece prejudicar as relações afetivas normais com o outro sexo. [...] Uma vez que, no fundo da síndrome homossexual, esteja a fixação à mãe, não pode faltar a agressividade contra a figura paterna. Em 16 dos casos estudades (53%) aparece esta agressividade. (VAN KOLCK, 1961, p. 43-44).

Tais compreensões permanecem no período analisado aqui, ou seja, década de 1970, como no artigo de Lourenção van Kolck e van Kolck (1971), quando, ao mesmo tempo que colocam num mesmo plano homossexuais e viciados em ópio, dizem que:

> A comparação desses resultados com os de pesquisas correlatas e a constatação de que os dados de entrevistas e histórias de casos de viciados em ópio revelam ausência ou indiferença da figura paterna, ao lado de **dominância e superproteção da mãe**, permitiu aos autores inferirem a semelhança de padrões de personalidade de homossexuais e de viciados em ópio. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 34-35, grifos nosso).

Simon (1972), ao analisar o que ele chamou de período pré-patogênico da homossexualidade, que se dá na primeira infância, relata quem são os responsáveis pela patogenia homossexual:

> Período pré-patogênico [...] na homossexualidade masculina tem-se encontrado com muita regularidade um fator predisponente, que pela sua relevância dentro da história natural, poderíamos considerá-lo um "quase agente" e o chamarmos de "fator indutor". [...] Em suma, esse "quase agente", ou "fator indutor" seria constituído de uma constelação familiar típica, no qual a mãe é descrita como "possessiva e sedutora", e o pai é "fraco, hostil ou desligado". Assim, a mãe apresenta-se como muito solícita, está sempre abraçando o filho, permitindo-lhe dormir na cama com ela (mesmo após a puberdade), desnuda-se exibicionísticamente. A passividade da mãe manifesta-se em sua exigência de retribuição e dedicação, monopolizando as atenções do filho, criticando suas amizades, desaprovando novas ligações. O pai pode manifestar-se violento e aterrador, punitivo, e assim forçando distanciamento efetivo; ou então fraco, apagado, sem firmeza ou definição, inadequado como modêlo masculino; ou, ainda, ausente do lar a maior parte do tempo, funcionando apenas como fornecedor de subsistência material. Progenitores com essas características tornam-se indutores da homossexualidade no filho. Poderíamos designá-los como "portadores sãos", emprestando o têrmo do âmbito das moléstias infecciosas. Significa que possuem em si os fatôres que conduzem à doença, porém não apresentam a reação patológica clinicamente contestável, podendo no entanto afetar a

> outros indivíduos que não possuem a mesma resistência à moléstia. (SIMON, 1972, p. 22-23).

Esse “fator indutor” ou os “portadores sãos” são os responsáveis pela homossexualidade, comparada a uma moléstia infecciosa; são os agentes etiológicos da doença e que, não necessariamente, são conscientes de sua indução à homossexualidade.

O autor continua nessa culpabilização da família:

> Pai e mãe, por motivação neurótica distinta, mancomunam-se para inibir as manifestações de comportamento assertivo, masculino e, inconscientemente, tentam extinguir a heterossexualidade no filho. [...] Nas histórias de homossexuais referentes aos primeiros constactos sexuais é frequente o achado de punição anormalmente severa quando surpreendidos em experimentação heterossexual. (SIMON, 1972, p. 23).

> Quanto mais tente o menino a identificar-se com a mãe, tanto mais provável sua orientação homossexual. (SIMON, 1972, p. 25).

Para ele, uma forma de não causar a homossexualidade seria a de toda a família auxiliando, como nos relatos abaixo:

> *Últimos filhos de mães com idade mais avançada*: Neste caso, existe a tendência da mãe apegar-se ao filho, torna-lo o centro dos cuidados e interêsses. [...] A família toda, secundariamente, poderia ser orientada no sentido de não mimar o caçula, dando-lhe a oportunidade de desenvolver iniciativa e afirmação segundo padrões masculinos. (SIMON, 1972, p. 33-34).

> [...] Meninos “afeminados” ou meninas “masculinizadas” (no sentido de constituição física, e também dotação psíquica, como explicado no ítem correspondente da história natural) podem desenvolver relações com o objeto sexual normal quando o ambiente familiar e as oportunidades para identificação sexual própria e seu gênero são favoráveis. (SIMON, 1972, p. 34).

O ambiente familiar é o que pode salvaguardar a patologia homossexual. Em outros artigos, a família também aparece como indutora da homossexualidade:

> Pode-se notar em casos de homossexualidade masculina a mãe muito próxima e o pai distante e, vice-versa, na homossexualidade feminina, a mãe distante e pai muito próximo. Inclusive poder-se-ía falar de perturbações de imagem corporal entre eles, ou de não desenvolvimento da imagem de seu próprio corpo. (NEDER, 1972, p. 151).

> *Relacionamento entre mãe e filho*: O achado mais importante é que muitas mães eram de personalidade super ansiosa, super protetora, interferentes. (AARDWEG, 1972, p. 158)

> *Relacionamento entre pai e filho:* 80% dos pais não eram ativamente envolvidos na criação do filho, eram ausentes fisicamente a maior parte do tempo ou durante longos períodos de tempo. [...] Tendo considerado tudo, encontramos confirmado o quadro bem conhecido do pais do homossexual:

> pai psicologicamente ausente. Presença exagerada da mãe, ausência do pai. (AARDWEG, 1972, p. 158).

Aardweg (1972) relata que a mãe e o pai constroem uma criança pré-homossexual:

> Os dados anamnéticos e de personalidade sugerem que o menino pré-homossexual típico se sente e se comporta como sendo menos robusto e menos másculo do que outros meninos, bem provavelmente como consequência da excessiva atenção e ansiedade da mãe, e a ausência de uma influência máscula e paterna. (AARDWEG, 1972, p. 164).

Quase todos os autores dos artigos analisados que culpabilizam os pais pela homossexualidade de seus filhos relatam que o tratamento seria tanto para a criança quanto para os pais:

> Foi mencionado o achado clínico da constelação familiar típica, que chamamos de “fator indutor”, quase equivalente ao agente etiológico das moléstias transmissíveis. Tratando-se de atitudes dos pais que têm raízes no inconsciente a melhor forma de influenciá-las estaria na aplicação de psicoterapia profunda aos progenitores. A psicoterapia dos pais equivaleria a prevenção primária para o filho. (SIMON, 1972, p. 32).

Fator indutor e prevenção a partir de psicoterapia para os pais são concepções que se relacionam com a culpabilização das famílias, as quais, mesmo dentro de um modelo heteronormativo, são consideradas sadias, pois são constituídas por um casal heterossexual que possui uma moléstia transmissível. Essas famílias fazem parte da normalidade, visto que estão dentro dos princípios das famílias tradicionais, ou seja, são compostas por um pai, que trabalha e sustenta a família, e uma mãe, que cuida do lar e de seus filhos. Por estar dentro dessa normalidade, os filhos devem adotar os padrões impostos socialmente, e a sexualidade desviante e os nascimentos ilegítimos são motivos de desonra. Conforme assevera Perrot (2009a, p. 250), ao fazer uma comparação entre o erro sexual e a falência econômica da família, “[...] de modo geral, a honra é mais moral e biológica do que econômica. O erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior do que a falência”.

Com isso, ter um filho anormal é um erro da família e, por isso, cabe a ela cuidar da sexualidade das crianças e adolescentes, seguindo os discursos normativos dos médicos e psicólogos, não deixando que eles pratiquem a anormalidade. Portanto, esses discursos apontam para o que é ser normal e para quem seriam os responsáveis pelo erro.

Até aqui vimos os discursos das revistas de Psicologia e, a seguir, vamos analisar os discursos educacionais em relação à sexualidade.

3.3 “Qual o papel da escola na manutenção ou eliminação das desigualdades?”: a Educação e seus discursos sobre as sexualidades

Nesta seção vamos analisar os discursos educacionais sobre a sexualidade, mais precisamente os dos *Cadernos de Pesquisa*, percebendo como que os discursos da Psicologia foram incorporados ou não no campo educacional. A pergunta que dá título a esta seção faz parte de um dos questionamentos de um dos artigos analisados (BARROSO, 1977, p. 47), pois, para os autores do periódico *Cadernos de Pesquisa*, a chamada Educação Sexual pode contribuir para a eliminação das desigualdades.

Nas décadas de 1970 e 1980, o termo “diferença sexual” foi usado, principalmente, no sentido de relatar as diferenças entre os sexos masculino e feminino. Contudo, percebemos que alguns autores, ao abordar as questões sobre a relação entre Educação e sexualidade, apontam as diferenças sexuais não somente no sentido homem e mulher.

As questões de sexualidade sempre estiveram presentes no contexto educativo, a entrada do tema da sexualidade na escola não é sabida, mas há registros de que, desde a segunda metade do século XVIII, a preocupação com a sexualidade no contexto de educação formal começou a preocupar os educadores. Como aponta Foucault (2014a, p. 33), essa foi a preocupação das instituições pedagógicas:

> Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso.

Com isso, segundo o autor, a partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser o ponto principal em torno do qual se conservam vários dispositivos institucionais e estratégias discursivas. A questão da sexualidade na escola é retomada no final do século XIX e, nesse período, com preocupações sobre as doenças venéreas, a homossexualidade, a degenerescência da raça e o aumento dos abortos. Já no século XX, a Educação Sexual esteve voltada para ensinar os

jovens a transmitirem a vida, devido à ligação entre instinto sexual e reprodução humana.

Na contemporaneidade, mesmo com muitas teses e discursos sobre Educação Sexual, a prática do professor está voltada, na maioria das vezes, aos aportes teóricos da Biologia e os assuntos versam sobre o conhecimento do corpo e da prática do sexo seguro, dos aparelhos reprodutores, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência, da virgindade e da iniciação sexual (LOURO, 2007, 2008; FURLANI, 2011).

Nessa linha de lenvantar a história da Educação Sexual no Brasil, uma das autoras, que faz parte do *corpus* desta pesquisa, Fúlvia Rosemberg (1985), psicóloga que escreve nos *Cadernos de Pesquisa*, relata sobre a carência de estudos, na década de 1970, por conta da ditadura civil e militar:

> São muito poucos, e extremamente recentes, os estudos sobre a Educação Sexual no âmbito da escola brasileira. **São praticamente inexistentes as monografias descrevendo experiências concretas realizadas**. Esta ausência de material de apoio é em parte explicável pela fase de arbítrio político pela qual passamos, como consequente **enrijecimento da censura**, que levou ao expurgo e desaparecimento de relatórios de experiências em cursos. (ROSEMBERG, 1985, p. 12, grifos nossos).

A ditadura civil e militar no Brasil, que durou entre 1964 e 1985, trouxe marcas significativas para o não avanço das questões sexuais e das compreensões acerca das sexualidades não hegemônicas. A autora relata que, mesmo com toda a censura, existiram processos de resistências com experiências educacionais no período:

> Assim é que no levantamento realizado por Aparecida Joly Gouveia (1971) sobre a Pesquisa Educacional no Brasil entre 1965 e 1970, entre 212 títulos arrolados, não localizamos nenhum sobre Educação Sexual na escola, e sabemos que nesse período, pelo menos na cidade de São Paulo, eram várias as experiências em curso. (ROSEMBERG, 1985, p. 12).

Em 13 de dezembro de 1969, foi decretado o Ato Institucional n. 5, que formalizou e recrudesceu o período de exceção política no Brasil. Maria José Garcia Werebe (1978) é também uma autora que escreve nos *Cadernos de Pesquisa* sobre a história da Educação Sexual e aponta que a aprovação desse decreto presidencial, em maio 1970, foi a instituição oficial da censura prévia no período:

> Segundo a nova lei, o Ministério da Justiça seria encarregado de proibir todo texto contrário à moral e aos bons costumes. Esta tarefa foi confiada mais particularmente a agentes da polícia federal. O decreto estipulou ainda que caberia aos poderes públicos a tarefa de “assegurar a proteção dos valores éticos indispensáveis à boa formação moral da juventude brasileira”. (p. 22).

O discurso dela ilustra os efeitos de severidade da censura, ao citar que, no ano de 1971, foram 35 filmes censurados, dos quais 13 eram brasileiros e 22 estrangeiros[30]. Ela aponta que: "[...] segundo os censores, estes filmes continham assuntos subversivos ou contrários aos bons costumes." (WEREBE, 1978, p. 22).

Com tantas proibições e represálias, a estudiosa aponta que:

> Nos primeiros anos da década de setenta, observou-se um certo recuo em matéria de Educação Sexual, sobretudo em alguns estados onde esta prática começava a se desenvolver mais: não apenas as experiências deixaram de se multiplicar, mas até mesmo várias das que vinham se realizando com sucesso foram interrompidas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com algumas experiências originais paulistas, realizadas em escolas secundárias experimentais. (WEREBE, 1978, p. 22).

A autora aponta que, principalmente na década de 1960, uma onda de puritanismo invadiu o Brasil:

> Por outro lado, é preciso salientar que a partir do fim da década de sessenta, uma onda de "puritanismo" invadiu o país, da qual um dos indícios mais evidentes foi a intensificação do rigor da censura (já bastante severa) de obras teatrais e literárias, de filmes e programas de televisão. (WEREBE, 1978, p. 22).

Fúlvia Rosemberg (1985) relata que o processo recrudescedor da Educação Sexual iniciou-se antes da década de 1960 e a igreja católica foi um dos freios mais poderosos:

> A Igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, por sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino. Portanto, mesmo antes do final da década 60, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto à veiculação de informações sobre sexualidade humana quanto à manifestação da sexualidade entre os estudantes. (p. 12).

Em outra parte do seu relato, ela aponta que duas editoras católicas, a Editora Vozes e Paulinas, publicaram, em livros, orientações que transmitiam uma imagem de pecado em relação às manifestações sexuais. A Igreja também atuava, a partir de organizações católicas, como a Ação Católica, com a divulgação de cotação moral de

[30] Entre as obras censuradas no período do regime militar temos o livro do Nelson Rodrigues intitulado *O casamento*, que continha passagens homossexuais e foi acusado pelo ministro da Justiça do governo de Castello Branco, Carlos Medeiros Silva, em 14 de outubro de 1966, como um livro que usa linguagem indecorosa e que, na torpeza das cenas descritas, atenta contra a organização da família. (RODRIGUES, 1992, p. 257).

espetáculos e filmes. Algumas tentativas de ruptura com a repressão, por meio de filmes e espetáculos, enfrentavam "[...] campanhas desencadeadas ou apoiadas pela Igreja Católica que acabava por influenciar as autoridades políticas" (ROSEMBERG, 1985, p. 12).

Para ilustrar essa influência da igreja nas decisões dos agentes de censura, Fúlvia Rosemberg (1985) relata um caso no início dos anos de 1960:

> No início dos anos 60, o exemplo talvez mais marcante tenha sido o filme *Os cafajestes* (1962, Ruy Guerra), que depois de liberado pela censura, teve sua exibição proibida no Rio de Janeiro (que se alastrou pelo país), consequência de uma campanha iniciada pelo então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. (p. 12)

Mesmo com a repressão, algumas iniciativas em relação à Educação Sexual estavam acontecendo nas escolas públicas, a partir da segunda metade da década de 1960. Como aponta Rosemberg (1985), alguns centros urbanos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo desenvolveram experiências como as do Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, as dos Ginásios Vocacionais[31], do Grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho e dos Ginásios Pluricurriculares Experimentais (os Gepes). A autora relata que:

> Algumas destas experiências, em especial a do grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho (que acompanhei parcialmente), associavam à programação destinada aos alunos, um trabalho com os pais. Experiência inovadora, na rede pública, durante um período de cerceamento das liberdades democráticas, sob a mira atenta do Estado, a insegurança dos educadores era, de certa forma, controlada por essa tentativa de integração dos pais ao processo. Experiências, tímidas, circunscritas a umas poucas classes da rede oficial, atingido um número insignificante de alunos, assim mesmo não sobreviveram ao agravamento do autoritarismo do país que assumiu, mais claramente, uma postura nitidamente moralista. (ROSEMBERG, 1985, p. 13).

Bruschini (1981) aponta esse processo que a Educação Sexual assumiu no período e relata que:

> A década de sessenta foi um período bastante fértil em experiências de educação sexual, principalmente no Rio e em São Paulo. No colégio carioca André Maurois, criou-se um clima de grande liberdade na escola, ao qual se seguiu uma crise que acabou resultando na exoneração da diretoria, na

[31] Os Ginásios Vocacionais constituíram-se em experiências educacionais desenvolvidas no período entre 1961 e 1969 e foram unidades escolares derivadas das Classes Experimentais, com apoio do Governo do Estado de São Paulo. Segundo Chiozzini (2010), compreenderam experiências inovadoras de ensino que foram gradativamente eliminadas a partir de 1964, passando a ser consideradas dispendiosas, malsucedidas e subversivas. Com isso, em 1969, receberam acusações de preparar mentes para o comunismo. Os Ginásios Vocacionais contavam com seis unidades escolares, situadas nas cidades de São Paulo, Americana, Barretos, Batatais, Rio Claro e São Caetano do Sul.

> suspensão de professores e na expulsão de alunos. Em São Paulo, houve várias iniciativas importantes, como a do Colégio de Aplicação, dos Ginásios Vocacionais e dos Ginásios Pluricurriculares, todas interrompidas com a onda de repressão que atingiu o país a partir de 68. (BRUSCHINI, 1981, p. 101).

Com isso, essas experiências foram cada vez mais diminuindo e criando um intenso medo de continuidade e de expansão. Esse medo se justifica porque, nos poucos lugares em que elas aconteciam, a repressão era muito forte, acarretando represálias, como destaca Rosemberg (1985):

> Esse temor se justificava. A repressão policial se fazia sentir. Em 1966, a Revista Realidade (Editora Abril) publicou o resultado de uma pesquisa sobre Educação Sexual que realizara junto aos seus leitores. Esse número foi apreendido pela Polícia Federal com base em parecer do Juiz de Menores Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão (Gatarsa, 1967). No Rio de Janeiro, a diretora do Colégio Estadual André Maurois foi exonerada pelo Governador Chagas Freitas por conta do programa de Educação Sexual que havia introduzido na escola. (p. 13).

Os discursos das autoras, das décadas de 1970 e 1980, são semelhantes aos do historiador Fico (2014), que diz que o aparato de repressão política criado no Brasil após o AI-5, embora tendo havido muita violência desde os momentos iniciais do regime militar, constituiu-se bastante sofisticado e fundado em diversos pilares, como o da polícia política, da espionagem, da censura política e moral e da propaganda política. Para o autor:

> Tal aparato, como se vê, combina uma dimensão que podemos chamar de "saneadora" (aquela que tinha por incumbência prender, interrogar, torturar e até mesmo matar os inimigos do regime) e outra, que tenho chamado de "pedagógica". Essas duas dimensões compõem o que me parece ter sido o "cimento ideológico" que reuniu os diferentes grupos que davam sustentação ao regime militar: trata-se da utopia autoritária segundo a qual – para aquelas pessoas – seria possível tornar o Brasil uma grande potência, desde que fossem eliminados ou corrigidos os "obstáculos" que se contrapunham a tal objetivo. (p. 14)

A condição do medo foi auxiliada pela divulgação pela imprensa dos pereceres, de 1970, dos conselheiros da Comissão Nacional de Moral e Civismo contrários à Educação Sexual nas escolas. Rosemberg (1985) destaca alguns trechos dos pareceres divulgados:

> O padre Francisco Leme Lopes apoiou seu parecer contrário em pronunciamento do padre Leonel Franca, educador que esteve em evidência na década de 50, ferrenho defensor do ensino privado. Dizia ele: "parece-nos de capital importância excluir qualquer iniciação sexual feita coletivamente nas escolas". O padre Francisco Lopes, acrescenta, entre outras, sua opinião: "em nome da Higiene, da Pedagogia e da Moral julgamos que se deve excluir dos programas de ensino uma iniciação coletiva feita nas escolas públicas". O conselheiro almirante Benjamin Sodré, chefe-escoteiro, baseado no artigo

> 10º da Lei do Escoteiro (como declara o parecer) afirmou que “a expressão educação sexual deveria ser substituída por educação da pureza”. Continua: “a inocência é a melhor defesa para a pureza e castidade”. Interditando a Educação Sexual em grupo, o almirante prossegue em seu parecer: “A instrução aceita apenas quando efetuada por pais, médicos, parentes próximos mais velhos. Não deve ser apresentada apenas no seu aspecto científico, isoladamente, mas sempre ligada ao sentimento, com sua consagração sublime ou divina. Não ensinar materialmente como a procriação procede para o homem e para a mulher, mas antes exaltar o que caracteriza o sexo masculino, caráter, coragem, responsabilidade, força, proteção, respeito e amor, que, sem egoísmo, mais dá do que recebe; e o sexo feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza, a confiança, indo até à doação, ao casamento, à maternidade” (O Estado de São Paulo, 20/11/70). O parecer do almirante se estende. Merecia transcrição integral, pois ainda fala em flores, frutos e na necessidade de manter crianças e adolescentes em contínua atividade. (p. 14).

Segundo a autora, o veto e os pareceres que o acompanham fez com que os poucos programas em desenvolvimento cessassem ou deixassem de ser de domínio público. Percebemos que os pareceres possuem fundamentos morais e religiosos, bem característicos do processo político e social do período, caracterizando-se de maneira machista e heteronormativa.

Fúlvia Rosemberg (1985) relata uma impregnação do ideário autoritário e moralista que havia no interior da própria administração escolar. Ela aponta que, a partir de documentos analisados do período, “[...] não são apenas militares ou religiosos de certa corrente que atuam de forma mais repressiva, através de canais de exceção, mas a repressão é incorporada por setores do universo escolar através de seus órgãos habituais” (ROSEMBERG, 1985, p. 15).

Nesse sentido, em livro publicado na década de 1980, Barroso e Bruschini (1982) relatam que, no período, não havia uma lei ou proibição contra a Educação Sexual, mas ela não ocorria por medo de represálias:

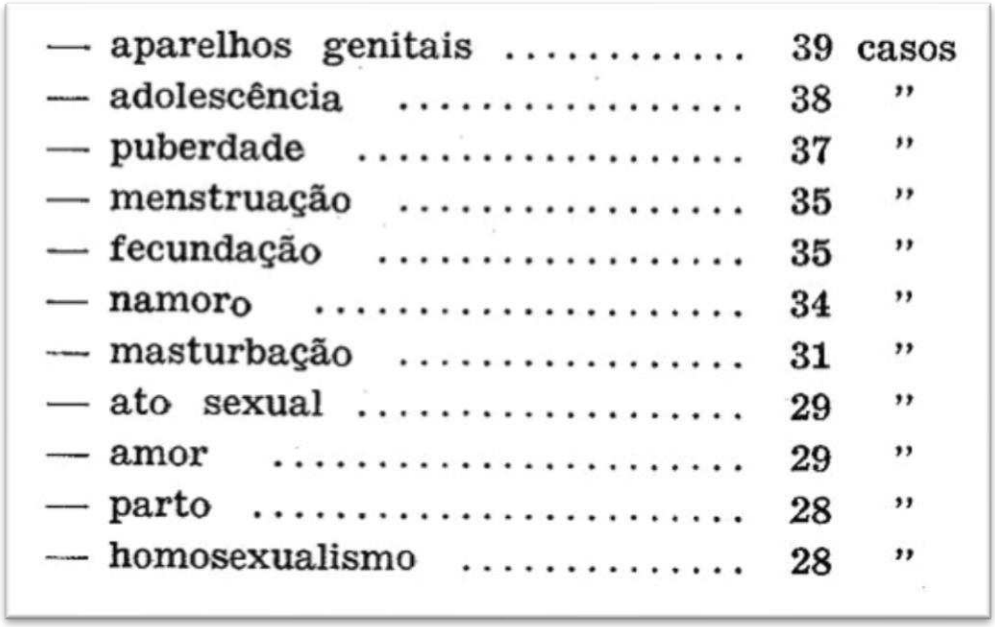
> Curiosamente, não havia nenhuma lei ou proibição formal contra a educação sexual. A interdição era difusa e, talvez por isso mesmo, mais eficiente. O assunto era tabu, existia, mas não se falava mais sobre ele. Orientadores, professores e educadores, de modo geral, passaram a assumir a interdição, temendo represálias e obedecendo a uma lei que, na verdade, nem mesmo existia. (p. 23).

Mesmo com toda essa repressão, alguns programas de Educação Sexual continuaram a se desenvolver. Maria José Garcia Werebe (1978) relata uma pesquisa que fez, aplicando um questionário entregue aos participantes do IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, em 1976, contatando a existência de 56 trabalhos de Educação Sexual sendo desenvolvidos em todo o Brasil, principalmente em São Paulo.

A estudiosa aponta que “[...] a grande maioria dos educadores (75,6%) informou que um programa de educação sexual foi elaborado por eles, ou com a colaboração de outras pessoas (geralmente professores de Ciências ou de Biologia) em alguns casos” (WEREBE, 1978, p. 26).

A figura 7 mostra a lista de assuntos com maior frequência assinalados pelos participantes da pesquisa de Werebe (1978).

Figura 7 – Lista de assuntos de Educação Sexual



— aparelhos genitais ..... 39 casos
— adolescência ..... 38 ”
— puberdade ..... 37 ”
— menstruação ..... 35 ”
— fecundação ..... 35 ”
— namoro ..... 34 ”
— masturbação ..... 31 ”
— ato sexual ..... 29 ”
— amor ..... 29 ”
— parto ..... 28 ”
— homosexualismo ..... 28 ”

Fonte: WEREBE (1978, p. 26).

A homossexualidade era um dos assuntos dos mais frequentes, contudo a autora aponta que não se sabe como os assuntos eram tratados, visto que existem diversas formas de abordar os temas:

> A simples relação dos temas tratados não nos informa sobre a orientação imprimida à educação sexual. Evidentemente, cada um dos temas pode ser abordado segundo perspectivas diferentes. Assim, por exemplo, os educadores podem abster-se ou não de inculcar normas e valores sexuais. A propósito, uma orientadora de escola estadual (com 28 anos de idade), informou-nos sobre a orientação que imprimia aos seus cursos (sem que isto lhe tivesse sido solicitado). O extrato de suas declarações que apresentamos a seguir revela bem o quanto esta orientadora era diretiva no seu trabalho, bem como o seu desconhecimento sobre as questões tratadas no caso: “Em

> todas as classes, procurei colocar mais a formação que a informação, usando sempre o bom senso e a formação espiritual. Por exemplo, com relação à masturbação salientei que há um desgaste de energias e conseqüentemente prejuízo à saúde, e, também que Deus não fez o sexo para se brincar mas para usá-lo devidamente no matrimônio, para a procriação". (WEREBE, 1978, p. 26).

Como no caso exposto pela autora, a abordagem foi eminentemente religiosa, mostrando que não estava em disputa somente uma abordagem emancipadora e compreensiva. A própria teórica informa que os dados obtidos na pesquisa não permitiram tirar conclusões sobre o que ela chama de "ideologia sexual", a qual está subjacente ao trabalho dos educadores do período:

> O fato de que vários dentre os que exerceram ou exercem suas atividades em escolas religiosas manifestaram-se favoráveis à uma orientação "valorativa", segundo suas crenças, ao contrário, do que ocorreu com alguns das escolas públicas (em oposição ao exemplo citado antes), não é suficiente para se afirmar que existem duas tendências predominantes, correspondentes aos dois tipos de estabelecimentos. (WEREBE, 1978, p. 26).

Esse pensamento mostra que não somente o processo repressor provinha do aparato policial, mas, também, de alguns atores sociais. Contudo, essa condição repressiva estava justificada pela conjuntura política em que o país vivia, fato que tornou possível um processo de retrocesso e medos no campo da Educação Sexual brasileira.

Bruschini (1981) é outra autora que menciona essas diversas formas de apresentar a Educação Sexual, principalmente no que diz respeiro a apontar que ela pode ser um instrumento de mais repressão devido ao momento político e social que o Brasil vivia:

> Cabe perguntar, neste momento, para que, ou para quem servirá a educação sexual. Ao observador menos atento ela pode parecer alguma coisa intrinsecamente boa, que contribua para dar à criança, ao adolescente, ao jovem, uma visão positiva em relação ao sexo, sempre criando um clima favorável à livre manifestação de diferentes pontos de vista. Nada garante, porém, que isso seja verdade. A educação sexual pode, por exemplo, limitar-se a transmitir unicamente informações de caráter biológico, como a anatomia e a fisiologia do aparelho reprodutor; pode também se restringir a uma abordagem meramente "preventiva", quando então se torna instrumento para o controle de doenças venéreas, gravidezes precoces, ou outros eventuais "desastres"; pode ainda ser o veículo apregoador de atitudes repressivas em relação ao sexo, seja de forma abertamente moralista e conservadora, seja de maneira mais sutil, alertando o jovem para os "perigos" que uma liberdade sexual "sem responsabilidade" traz em seu bojo. (BRUSCHINI, 1981, p. 100).

Essas formas de abordagem mais moralistas e conservadoras foram utilizadas no período, como apontou Werebe (1978), mostrando que a Educação Sexual foi

também utilizada para auxiliar na repressão e frear os movimentos que pediam a liberdade sexual, os quais estavam em plena efervescência em outros países.

A autora, ao referir-se ao futuro da Educação Sexual no Brasil, destaca uma importante medida que orientava as atividades sobre o assunto:

> A primeira delas foi a aprovação, em agosto de 1974, de um parecer sobre a educação em saúde, pelo Conselho Federal de Educação. No capítulo referente ao conteúdo dessa "disciplina" lê-se: "já os alunos do 2º grau (que já são púberes) devem aprofundar esses mesmos conhecimentos, sempre alertados para a sua responsabilidade na conservação da saúde, e adquirir noções sobre a segurança no trabalho, na escola, nas diversões, primeiros socorros, além de conhecimentos referentes à **evolução puberal, educação sexual**, gestação, puericultura e saúde mental". E mais adiante: "Além disso, poder-se-á acrescentar noções de doenças ou **desvios dos padrões de normalidade**, ações de tóxicos e efeitos da poluição do meio ambiente. E ainda neste nível que devem ser estudadas noções de **venereologia** e suas implicações sociais". (WEREBE, 1978, p. 27, grifos no original).

Essa medida oficial apontava para uma forma moralizante da Educação Sexual brasileira, pois, como diz a autora, "[...] dentro deste contexto, a educação sexual tenderá a ser desenvolvida dentro de uma perspectiva médica que, além de ser limitativa, pode conduzir a uma «medicalização» da sexualidade." (WEREBE, 1978, p. 27, destaque no original).

O texto, ao orientar o componente curricular de sexualidade para abordar "desvios dos padrões de normalidade", descreve como deveriam ser tratadas as questões da homossexualidade, isto é, como uma anormalidade. Essas formas de abordagem estão inseridas dentro da dimensão pedagógica da ditadura, pois, como aponta Fico (2014), era uma dimensão que compunha a repressão política. Esse período era marcado por uma pedagogia autoritária que preconcebia o brasileiro como despreparado, já que, para os militares, os políticos civis eram corruptos e venais, a população era levada pela demagogia e pelo populismo, e os jovens se sujeitavam facilmente a todo tipo de influência proveniente das mudanças de costumes, como o uso de drogas e a liberdade sexual.

Rosemberg (1985) informa que o ano de 1978 foi um marco no processo de abertura política, uma vez que, segundo ela, houve um afrouxamento da censura e o tema da sexualidade voltou a ter vida pública e, nesse ano, foi realizado, por iniciativa particular, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, em São Paulo, recebendo bastante destaque na imprensa:

> Uma manchete do jornal *Movimento* resume bem o que significaram estes congressos: "No Anhembi, em São Paulo, um debate inimaginável no

> passado recente". Esta movimentação em torno da Educação Sexual permitiu que os meios de comunicação percebessem a existência, entre os brasileiros, de um desejo de falar e de ouvir sobre sexo e a possibilidade (graças ao abrandamento da censura) de que essa fala ocorresse através dos meios de comunicação de massa. (ROSEMBERG, 1985, p. 16).

Para a autora, esse processo de abertura veio também com um abrandamento da censura oficial:

> [...] o fim dos anos 70 foi pontuado por um abrandamento geral da censura oficial e oficiosa em matéria de informação sexual para crianças e jovens. Um bom exemplo desse abrandamento pode ser buscado na literatura infanto-juvenil de uso paradidático onde, não só encontramos novos livros especificamente sobre sexualidade destinados ao público infanto-juvenil (principalmente traduzidos), mas também a inclusão constitui novidade, pois como amostraram alguns estudos, nossa literatura era absolutamente assexuada. (ROSEMBERG, 1985, p. 16).

Contudo, segundo a autora, esse processo de abertura não ocorreu homogeneamente:

> Vozes repressivas se fizeram ouvir. Em São Paulo, por exemplo, suscitou reação, em grupo específico, a publicação do livro infanto-juvenil *O menino e o pinto do menino*, não por seu conteúdo, mas pela dubiedade do título! Em Porto Alegre, o bispo auxiliar D. Edmundo Kunz no programa *Voz do pastor* afirma que "melhor seria se a escola brasileira, ao invés de assumir diretamente a tarefa de instituir os seus alunos sobre sexualidade, delegasse os pais para exercerem com sabedoria e amor a difícil arte de educar seus filhos em matéria tão delicada" (*O Estado de São Paulo*, 24/11/81). Em 1981, é punido no Recife um estudante da Universidade Católica de Pernambuco, candidato a um órgão estudantil, por ter assumido e divulgado um manifesto reichiano de liberação sexual (*O Estado de São Paulo*, 22/08/81). Em São Paulo, o quadro sobre sexualidade apresentado por Martha Suplicy em canal de televisão se vê publicamente ameaçado seja por iniciativa de grupos de mulheres, seja por iniciativa da censura federal. (ROSEMBERG, 1985, p. 16).

Essas formas de punições eram constantes e também foram usadas para identificação e punição da homossexualidade, como menciona Fico (2014), a respeito da investigação sumária realizada para identificar homossexuais entre diplomatas brasileiros, em 1964:

> Magalhães Pinto constituiu a comissão [Comissão de Investigação Sumária] de embaixadores, presidida, inicialmente, por Antonio C. da Câmera Canto e, depois, por Aguinaldo Boulitreau Fragoso e integrada por Carlos Sette Gomes Pereira e Manoel Emílio Pereira Guilhon, que, após "30 dias de exaustivo trabalho de investigação", decidiu acusar uma série de pessoas e recomendou sua punição por meio de aposentadoria compulsória. Para verificar se aquelas pessoas eram homossexuais, o chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do ministério, Fernando Cardoso de Souza, sugeriu que fossem feitos exames psiquiátricos e "proctológicos". (p. 13-14).

Bruschini (1981) faz uma reflexão crítica do processo chamado de "abertura" para a Educação Sexual no período. Para a autora, deveria haver uma preocupação

de como surgiu o interesse pela proposta de Educação Sexual nas escolas levando-se em conta que ainda estavam em meio do regime militar:

> Mais importante, porém, é que a educação sexual poderá vir a ser invocada como um veículo capaz de incutir nos jovens atitudes e conhecimentos que os levariam a um comportamento reprodutivo adequado à política demográfica, que parece estar prestes a ser implantada pelo governo. Ou seja, a educação sexual seria o meio mais eficiente para transmitir a ideologia da "paternidade responsável", enfatizando as vantagens da família pequena. Se essa hipótese não é correta, por que esse renascer do interesse por essa matéria, precisamente quando o Brasil, pela primeira vez em sua história, assume uma posição favorável ao planejamento familiar? Afinal, não é a primeira vez que a educação sexual é reivindicada ou mesmo realizada no Brasil, sempre seguida, porém, de um movimento repressivo. Em 1920, as feministas da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, lideradas por Berta Lutz, pediam sem sucesso sua implantação. Em 1930, um colégio do Rio de Janeiro incluía em seu currículo o ensino da evolução das espécies e a educação sexual. Essa experiência inovadora, porém, terminou com a demissão do responsável, contra o qual foi movida uma ação. (BRUSCHINI, 1981, p. 100-101).

Os questionamentos da estudiosa ainda continuam, e sempre num tom denunciante:

> Por que ressurge agora o interesse pelo assunto, a ponto de o debate atingir os meios de comunicação, e de São Paulo ser palco de dois congressos de educação sexual em 78 e 79, reunindo cerca de dois mil educadores? Será esse movimento apenas fruto da assim chamada "abertura"? Ou haverá interesse em oficializar a educação sexual nas escolas para garantir o sucesso do programa oficial de planejamento familiar? (BRUSCHINI, 1981, p. 101).

Como uma forma de aconselhar que a Educação Sexual não tomasse um rumo mais repressor a autora continua:

> Não se pretende aqui assumir uma posição contrária à implantação da educação sexual no país. O que se quer, antes, é alertar para o fato de que a educação sexual pode ter também objetivos limitados e repressivos, e que a implantação de um programa por si só não garante que se esteja visando a metas mais amplas, como a realização do ser humano, a emancipação da mulher, a igualdade entre os sexos e a aceitação do prazer na vida sexual. Além disso, se o que se busca, no caso da reprodução, é aumentar a liberdade de opção, tanto no sentindo de evitar filhos indesejados quanto no sentido de criar condições dignas de vida para os filhos desejados, a educação sexual não pode assumir um caráter de doutrinação, pregando as vantagens de uma família pequena, nem deve estar desligada de uma proposta mais abrangente de alterações estruturais. Ao contrário, a educação sexual só atenderá a objetivos mais amplos, se procurar situar o sexo em um contexto de relacionamento entre os seres humanos, enfatizando a conexão entre a sexualidade, o desenvolvimento pessoal, as relações interepessoais a estrutura social, e situando a sexualidade no contexto político e social, através de uma visão histórica e cultural. Deve procurar, também, abordar a sexualidade como um aspecto natural e positivo da vida humana, sempre propiciando a livre discussão de normas e padrões de comportamento em

> relação ao sexo e o debate das atitudes das pessoas frente à própria sexualidade. (BRUSCHINI, 1981, p. 101).

Sobre esse processo de abertura, Kehl (1981) relata o caminho da Educação Sexual não formal:

> Basta que qualquer criança que saiba ler ou no mínimo ver, passe por uma dessas bancas de revistas, e ela receberá uma informação maciça a respeito do corpo da mulher, das possibilidades de prazer, dos órgãos genitais, e outras informações como descrições detalhadas da relação sexual, ou várias modalidades de relação sexual. Isso ocorre principalmente de um ano para cá, mais ou menos, na onda da abertura. (KEHL, 1981, p. 103).

Para a autora, esse processo de liberação sexual foi absorvido pelo capitalismo após os protestos das gerações da década de 1960:

> Parece que o berro que as gerações jovens da década de 60 deram, a respeito da necessidade de viverem seus desejos sexuais, foi ouvido pela sociedade capitalista ou, mais exatamente, foi assimilado. Esse grito de desejo foi assimilado pela sociedade capitalista. De que maneira? Da mesma maneira que se diz que do boi se aproveita tudo, menos o berro, eu diria que, na sociedade capitalista, do homem se aproveita tudo, até o berro. O sexo no momento, é incentivado, a prática sexual é muito discutida, ela é alardeada para as camadas médias porque o sexo passou a ser um elemento de adaptação do homem à sociedade, passou a ser um elemento de equilíbrio emocional do homem que produz, que trabalha, que vive em ordem nessa sociedade, e passou a ser um elemento de consumo. (KEHL, 1981, p. 103).

A estudiosa relata que essa forma de liberdade está associada ao processo de saber e poder:

> Atribui-se a um especialista, a um doutor, a uma autoridade, o poder de dizer a mim, a você, o que se pode fazer, qual é o gesto permitido, qual é o teatro permitido na relação sexual. E as respostas surpreendentemente, não são moralistas naquele sentido que eu esperava: não pode, não faça, é perigoso. As respostas dizem o seguinte você pode fazer o que quiser, contanto que... (KEHL, 1981, p. 104).

Esse “contanto que”, segundo a autora, é o que garante um certo controle nessa suposta liberdade sexual:

> A demanda sexual do jovem não pode ser capitalizada, não serve para nada, ainda. Então como é que o jovem pode ter relações sexuais? A resposta de um especialista é a seguinte: “Sim, pode. Desde que tenha conseguido resolver bem quatro tarefas do seu desenvolvimento como ser humano. Primeiro, tem que conseguir modificar a natureza de sua relação com os pais, de modo que não seja uma relação de filho para pai, mas seja uma relação de adulto para adulto. Tem que conseguir desenvolver um sentimento de sua identidade sexual como homem ou como mulher: tem que estar bem na própria pele, como homem ou como mulher. Tem que criar um sistema de valores, um sistema moral para que seja adaptado às suas necessidades e à sua realidade. E tem que desenvolver uma capacidade de estabelecer uma intimidade afetiva e sexual confortável para os dois”. Tudo isso ele tem que

> conseguir antes de ter relações sexuais. Como, eu não sei. Se ele conseguir tudo isso, então estará liberado para fazer o que quiser. (KEHL, 1981, p. 105).

Um questionamento que a autora faz diz respeito às preferências sexuais não convencionais:

> Outra pergunta: "Até que ponto podem ir minhas preferências sexuais não convencionais?" Ou seja, até que ponto é permitido todo meu desejo que sai da relação "certinha" que pode produzir um filho? Então, é um especialista também quem responde: "Você pode fazer o que quiser, contanto que discuta com seu parceiro ou com sua parceira suas preferências e explique a ele por que você quer. Se não houver um acordo, consultem um especialista, que vai orientá-los até que vocês consigam qualquer tipo de prática sexual sem que isso desequilibre o casal". Se, depois disso, você continuar a ter algum tipo de desejo, pode continuar a fazer o que quiser... (KEHL, 1981, p. 105).

Ao relatar esse "contanto que", ela aponta de que maneira a repressão se apresenta internamente no sujeito, não mais em uma figura externa a ele:

> Bom, evidentemente, o que quero dizer é que a repressão está aí, só que não mais na figura do padre, que julgava e condenava ao inferno por causa da sua carne. A repressão não está mais na família vitoriana, que amarrava a criança para não se masturbar. **A repressão está na própria autovigilância do indivíduo**, que se vigia até que faça parte da norma. O indivíduo é seu próprio sujeito de repressão. A consciência está colocada talvez não contra o corpo no sentido da interdição, mas continua acima do corpo, a observar o corpo que deseja, a observar o corpo que age. Qualquer gesto é permitido, qualquer toque é permitido. O que não e permitido é que isso seja feito de uma maneira integrada na consciência, a consciência tem que estar acima do ato. (KEHL, 1981, p. 105, grifos nossos).

Para a autora, essa forma de repressão tem uma relação de continuidade moralista e conservadora da sociedade:

> Por que tudo isso? Fala-se de repressão como uma coisa maquiavélica, como uma coisa que surgiu não se sabe porquê. Pode-se continuar se queixando dela, sem entender a que ela serve. Acho que, nesse momento, a repressão serve basicamente a um empobrecimento afetivo da relação sexual. Ela serve basicamente para que a relação sexual seja um gesto de pouca emoção; que o sexo seja um tipo de teatro onde o emocional continua ileso, sem questionar nosso cotidiano, nosso dia-a-dia, nosso trabalho, nosso supermercado. Hoje nós podemos praticar o sexo numa continuidade, com o ritmo da produção. A nossa vida está organizada, nós produzimos nós consumimos e nós praticamos sexo. Isso organiza bem a família; faz com que a família permaneça estável e faz com que seus membros continuem aptos a produzir. (KEHL, 1981, p. 105).

Chauí (1981), no mesmo artigo, que resulta de uma mesa redonda, da qual partiparam Bruschini (1981), Kehl (1981) e Werebe (1981), enfatiza esse caráter repressor da sexualidade:

> E vou tentar isso através das formas mais requintadas do pensamento moderno, como aparecem na filosofia moderna. Nós tendemos a falar na

> repressão na sexualidade. Ela existe evidentemente, embora Foucault o negue. Acho que ele tem uma visão ingênua do problema. E, no entanto, nós nunca vamos exatamente aos fundamentos dessa repressão. (CHAUÍ, 1981, p. 101).

Para a autora, uma Educação Sexual liberada não pode caminhar "[...] sem uma análise acurada da própria ideia de educação, de conhecimento, de saber, de sujeito, objeto, corpo" (CHAUÍ, 1981, p. 103).

Essa concepção de Educação Sexual liberada precisa ser compreendida a partir de concepções educacionais não somente escolar, porém a escola é um agente primordial para a formação do saber e do sujeito. Dessa forma, ela é percebida por Werebe (1981) no sentido de que os agentes educacionais são produtores, formadores e consolidadores de concepções:

> A maneira como vivem e assumem a própria sexualidade e aceitam a sexualidade dos outros, em particular a dos alunos, transparecem nas suas atitudes e seus comportamentos em sala de aula. É o caso, por exemplo, quando fazem as distinções entre os alunos dos dois sexos, estimulando na menina determinadas atitudes ditas femininas e, no menino, certas atitudes consideradas masculinas. É assim que a escola funciona como um agente poderoso na formação e na consolidação dos papéis sexuais tradicionais que a sociedade estabelece para cada um dos sexos. (WEREBE, 1981, p. 107).

Para a autora, esses agentes são relevantes na manutenção dos papéis sexuais tradicionais e podem agir como fiscalizadores dos desvios:

> Como se vê, os comportamentos fora das normas morais vigentes não são socialmente julgados da mesma forma, quando ocorrem em classes sociais diferentes. Os "desvios" são tolerados ou reprimidos em função da repercussão que podem ter sobre a "ordem estabelecida" dos interesses sócio-políticos em jogo, dos meios de que dispõe a sociedade para fazer respeitar as tradições e as leis. (WEREBE, 1981, p. 107).

Sobre essa questão dos comportamentos que estão fora das normas morais, a autora aponta, ainda de uma forma denunciante, a tendência de os estudos da sexualidade humana medicalizarem e psiquiatrizarem o comportamento sexual humano:

> Para terminar, gostaria de chamar atenção para certas ameaças que pesam sobre os estudos da sexualidade humana e, consequentemente, sobre a educação sexual, no mundo atual. A primeira delas é a tendência a se medicalizar (e psiquiatrizar) tudo o que se refere à vida sexual do homem. Com efeito, observa-se cada vez mais, em nossos dias, que as neurociências estão procurando apropriar-se do terreno das ciências humanas, em particular da psicologia. Com isso, procura-se privilegiar a dimensão biológica dos comportamentos humanos. Esse reducionismo biológico tem tido implicações graves não só na orientação das pesquisas psicológicas, mas também no campo de suas eventuais aplicações práticas, por exemplo, na educação e na terapia psicológica. Dentro dessa perspectiva, os

> comportamentos sexuais não conformes às normas vigentes são facilmente "psiquiatrizados" (considerado como "perversões"). (WEREBE, 1981, p. 109).

Esse reducionismo biológico apontado pela autora é fruto de uma compreensão da sexualidade humana que, como já dissemos, foi desenvolvida desde o século XVIII e que, diferentemente da compreensão das revistas de Psicologia, critica tais concepções, mostrando que elas medicalizam, psicologizam, moralizam e criam as "perversões". Com isso, inventa a "sexologia", disciplina que também será criticada pela autora:

> Por outro lado, tendo-se em conta o estado quase embrionário das investigações sobre a sexualidade humana, parece-me muito prematuro pretender se exigir como uma nova ciência, a chamada "sexologia". O fato é que suas fronteiras se aproximam perigosamente da charlatanice e, por isso, somos obrigados a desconfiar de certos sexólogos que se apresentam como novos "magos", portadores de soluções para os "males" sexuais. (WEREBE, 1981, p. 110).

Graciano (1978a) também critica essas concepções moralizantes e conservadoras que permeiam a sociedade:

> Os indivíduos que não se enquadram nas normas sociais previstas são considerados desviantes e tendem a apresentar sinais de desajustamento psicológicos e/ou social. Não é fácil ser um desviante. A pressão social é sempre conservadora, tentando moldar indivíduos às normas e estereótipos existentes. Quando estes não se ajustam terão necessariamente que enfrentar uma série de conflitos devido a pressões psicológicas internas e sociais. Este fato precisa ser levado em conta principalmente por psicólogos e pedagogos que trabalham na área de ajustamento individual, pois poucos têm a consciência crítica necessária para avaliar o quanto o desajustamento de um homem ou de uma mulher é fruto de tentativas frustradas de ultrapassar a barreira dos estereótipos sexuais. Assim, por exemplo, a mulher que não deseja ter filhos muitas vezes se torna desajustada, não porque deixe de realizar sua "função natural", mas porque enfrenta um conflito entre esta opção e as pressões para se conformar à regra socialmente definida de que "mulheres se realizam primordialmente através da procriação". Tal conflito pode tornar-se bastante intenso uma vez que as normas adequadas ao papel sexual são parte fundamental do conjunto de valores do indivíduo e, como já disse, são interiorizados desde muito cedo. (p. 30, grifos no original).

A autora indaga quais são os comportamentos adequados ao sexo, quais são naturais, normais, sadios e certos. Para ela, na vida cotidiana, o problema está em se acreditar que aquilo que é considerado natural também é considerado normal, sadio e certo. "Essas quatro palavras, que têm significados inteiramente distintos, são usadas para qualificar aquilo que é **comum e socialmente aceito**. Na realidade, o natural, o sadio e o certo têm significados distintos e independentes" (GRACIANO, 1978a, p.32, grifos no original).

Ou seja, natural é aquilo que é da natureza, da essência do objeto: “[...] ser submissa não é natural só da mulher pois já vimos que não faz parte de sua essência biológica. Ser independente não é tampouco natural só do homem” (GRACIANO, 1978a, p. 33). Sadio, para ela, em termos biológicos e psicológicos, é o organismo que está equilibrado e mantém uma relação adequada com o meio externo. **“**Neste sentido não podemos dizer que só a passividade (no caso da mulher) ou só a agressividade (no caso do homem) sejam características ‘sadias’ pois diferentes situações exigem diferentes reações” (p. 33).

Um discurso da autora, que precisamos destacar, é quando ela relata sobre as palavras normal e certo, ela afirma que:

> Já a palavra **normal** tem um significado bastante claro, estatístico, de frequência. Ficam na área central da curva de distribuição **normal** os casos de maior frequência. Os casos de menor frequência, os casos raros, são verdadeiros casos “anormais”. Neste sentido, as atitudes típicas da mulher e do homem são **normais**, porque são frequentemente encontradas. É preciso lembrar todavia que **a frequência de um comportamento é independente do seu aspecto moral** (certo ou errado), embora exista na vida cotidiana a tendência a se confundir normal (freqüênte) com moralmente certo, e anormal (raro) com moralmente errado. Assim, um homem que desempenha seu papel sexual de maneira anormal (no sentido de ser diferente da maioria de outros homens) é geralmente criticado em termos morais: se é anormal torna-se moralmente errado e condenável. (GRACIANO, 1978a, p. 33, grifos no orginal).

Com isso, a autora critica as associações realizadas com normalidade/anormalidade com o que é moralmente atribuído como certo/errado. Para ela, “[...] embora a distinção entre os conceitos de **natural**, **normal, sadio** e moralmente **certo** seja aparentemente retórica, a confusão que se faz entre esses conceitos na vida cotidiana acaba tendo uma influência psicológica marcante” (p.33).

Ao defender que as concepções de normalidade e anormalidade não estão atreladas com o que é natural, sadio e moralmente certo, ela critica as concepções biologizante e psicologizante do processo normal e patológico do período, como apontado por Canguilhem (2009). A autora apresenta uma concepção diferente das revistas analisadas por nós da área da Psicologia, as quais ainda associavam a normalidade com o que é natural, sadio e moralmente certo.

Graciano também relata como se internalizam os papéis sexuais, em relação à norma:

> Ao interagir socialmente, temos a tendência a comparar-nos com outros membros de nossos grupos de referência, avaliando nossos comportamentos. Em termos de papéis sexuais, estamos permanentemente

> atentos a atitudes e reações de pessoas do mesmo sexo, as quais servem de padrão ou base para avaliarmos nossas atitudes ou reações. Na medida em que o grupo considera sadio, natural e moralmente certo aquilo que é normal, isto é, a **norma** do grupo ("aquilo que todo mundo faz"), tendemos também a adotar esses comportamentos como padrão ideais. Daí decorrem conflitos e desajustamentos, quando o que fazemos ou desejamos fazer – nossos comportamentos e necessidades básicas – não se adequam ao que é normalmente feito e esperado. (GRACIANO, 1978a, p. 33).

A concepção teórica apresentada pela autora é a de que a identidade sexual é aprendida no processo socializador, a partir de reforços:

> De início no seio da **família nuclear** e, posteriormente, no contacto com os professores, colegas de escola, amigos e a influência maciça dos meios de comunicação de massa. As crianças são ensinadas sobre o que devem e não devem fazer enquanto meninos e meninas. A sociedade prescreve o conjunto de atitudes, comportamentos e reações emocionais próprios a cada sexo, transmitindo-os às crianças: "menino não chora"; "menina deve sentar direitinho e não subir em árvores"; "menina gosta de se enfeitar"; "menino que ajuda no serviço de casa é mariquinha", etc.. **Cada criança é socializada** no sentido de manifestar os comportamentos e reações permitidas a seu sexo, ao mesmo tempo em que deve evitar os comportamentos e reações características do sexo oposto. (GRACIANO, 1978a, p. 34, grifos nossos).

Essa mesma concepção aparece também em outro artigo:

> É bastante difícil definir quando e como a identidade sexual começa a se estabelecer, mas sabe-se com certeza que ela é muito influenciada pelas primeiras relações da criança com sua **família nuclear** e particularmente com as figuras parentais. Através destas relações a criança começa a ser ensinada a assumir o papel que a sociedade define como adequado para seu sexo. Em decorrência desta **aprendizagem**, que imprime marcas profundas, homens e mulheres adultos em uma cultura apresentam características diferenciais relativamente estáveis que são consideradas "típicas" de seu sexo. No entanto, tais características em geral não têm qualquer fundamento biológico: sua frequência apenas reflete a internalização pelos indivíduos dos padrões culturais vigentes. A **socialização** se processa de diversas maneiras, sendo mais evidente o reforçamento direto dos comportamentos exibidos pelas crianças: meninos e meninas são positivamente reforçados pela conformação aos papéis sexuais adequados e punidos por quaisquer tentativas de desvios. **Reforços e punições** são recebidos não apenas das figuras parentais e familiares mas também do círculo social mais amplo frequentado pelas crianças, incluindo-se nele a escola e o grupo de amigos da mesma idade. Além do reforço direto, a sociedade atual possui mecanismos sutis e eficientes para impor normas e valores que compõem a ideologia dominante, através das imagens estereotipadas que são reproduzidas e valorizadas pelos meios de comunicação de massa. Em termos do papel sexual em nossa **cultura**, tais imagens incluem a mulher pouco inteligente, prestativa, carinhosa, fraca e submissa, voltada para o lar; o homem capaz, inteligente, forte, trabalhador, totalmente desvinculado das tarefas ou responsabilidade domésticas. Pode-se deduzir então que as figuras parentais são modelos privilegiados de **imitação**, devido ao afeto e poder social que manifestam em suas relações com a criança. (GRACILIANO; SILVA; GUARIDO, 1977, p. 16, grifos nossos).

Outras estudiosas analisadas apresentam a mesma concepção de aquisição de papéis sexuais:

> Uma das explicações mais populares é a teoria do reforço, segundo a qual os comportamentos típicos do sexo da criança tendem a ser mantidos por terem sido recompensados e os típicos do outro sexo tendem a ser evitados por terem sido punidos. [...] Outra teoria amplamente divulgada a respeito da transmissão dos estereótipos sexuais é aquela que salienta a importância do exemplo: as crianças adotam os comportamentos típicos do seu sexo através da imitação de modelos do mesmo sexo que o seu. (BARROSO, 1977, p. 56-57).

> A identidade sexual, definida como o conjunto de características psicológicas associadas ao sexo do indivíduo, aparece desde muito cedo no auto-conceito da criança. Vê-se, então, que a identidade sexual é progressivamente moldada pela cultura, que determina os comportamentos e atitudes "típicos" de cada sexo. Assim, a criança passa da constatação e aceitação emocional do dado biológico (na medida em que se percebe e se aceita como de um ou de outro sexo), à aquisição de normas culturais que determinam e limitam o repertório de reações do ser humano (homem não chora, mulher não é agressiva, etc.). (GRACILIANO; SILVA; GUARIDO, 1977, p. 16-17).

Para as autoras, percebemos que a identidade sexual, então, é um processo constituído pela socialização primária e secundária e se configura por meio de "[...] produtos das formações sócio-culturais próprias do homem e não de uma natureza humana biologicamente fixa" (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 73). A estudiosa também utiliza concepções behavioristas que defendem que a aprendizagem é formada por reforços e punições, em que "[...] o reforço exerceria, evidentemente, uma função facilitadora na **manifestação das respostas**, mas não seria condição prévia para a **aprendizagem**" (GRACIANO, 1978a, p. 37, grifos no original).

A autora assevera que uma intervenção psicopedagógica seria relevante no sentido de moldar um indivíduo equilibrado com a aprendizagem social, sem conflitos internos:

> Entretanto, a atuação a nível psico-pedagógico para **modificar a situação vigente de definição dos papéis sexuais** requer uma compreensão mais profunda dos processos através dos quais eles são adquiridos. Em outras palavras, é importante saber como se processa a socialização dos papéis sexuais para, se o desejarmos, atuar no sentido de criar pessoas mais livres e capazes de ultrapassar as barreiras impostas pelos estereótipos. (GRACIANO, 1978a, p. 30, grifos nossos)

> É raro o indivíduo ter clareza e maturidade suficientes para assumir comportamentos e atitudes não condizentes com o papel sexual prescrito. O não conformismo pode gerar conflitos bastante profundos e eventuais distúrbios psicológicos. Como já dissemos anteriormente, **a intervenção psico-pedagógica nesses casos deveria ser no sentido de permitir uma abertura ao indivíduo e uma consciência clara de que aquilo que é sadio e certo para ele (isto é, permite uma relação equilibrada entre o seu mundo interior e o exterior) não precisa necessariamente ser o normal, o mais frequente, a regra do grupo**. (GRACIANO, 1978a, p. 33, grifos nossos).

Essa intervenção estaria condizente com o processo de aquisição dos papéis sexuais e, caso essa aquisição não fosse moralmente aceita ou normal, a busca por ajuda se daria para permitir um equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade, até mesmo no sentido de "modificar a situação vigente de definição de papéis sexuais". Com isso, no caso da aquisição dos papéis sexuais, a autora relata que:

> [...] a criança aprenderia, através da observação, os comportamentos típicos de homens e mulheres. No entanto, só haveria imitação aberta dos comportamentos adequados ao próprio sexo, em função de reforçamento seletivo: meninos seriam reforçados em suas imitações de comportamentos masculinos e punidos por seus comportamentos femininos, o contrário ocorrendo com as meninas. Não obstante, toda criança conheceria o papel do outro sexo bastando que fossem incentivadas ou reforçadas, para manifestá-lo (por exemplo, no **homossexualismo**). (GRACIANO, 1978a, p. 37, grifo nosso).

A homossexualidade seria o processo de reforçamento ou punição para sua manifestação e um processo de imitação. A autora também defende que o fenômeno da "inversão sexual" poderia ser melhor explicado pela integração das teorias:

> Vê-se então que as diferentes teorias sobre aquisição de papéis sexuais poderiam ser eventualmente integradas, para uma melhor explicação do fenômeno em sua complexidade. Tal tarefa não foi até o momento realizada. Os diversos autores que se dedicam ao problema insistem em propor hipóteses limitadas, ignorando ou contradizendo outros autores e fornecendo, consequentemente, explicações apenas parciais. É desejável que se possa futuramente abordar o problema de maneira mais integrada, para responder, dentro de um mesmo contexto teórico, às questões relativas a todos os aspectos da aquisição de papéis (cognitivos, motivacionais, de aprendizagem e de escolha de modelos). Uma possível consequência positiva desta abordagem integrada seria a melhor compreensão do fenômeno da **inversão sexual** que até hoje não pôde ser claramente explicado. (GRACIANO, 1978a, p. 41-42, grifos nossos).

Percebemos que a autora tenta sair de uma visão psicologizante do sujeito, contudo apresenta uma explicação socializante da homossexualidade e continua nessa visão quando apresenta os espaços sociais da sexualidade:

> O que justifica a necessidade social de se estabelecer uma separação rígida entre os papéis do homem e da mulher? Por que a característica sexual anátomo-biológica dos indivíduos é utilizada pela cultura como marco de divergências tão profundas, em termos de comportamentos ou posições na estrutura social? Esta questão é crucial. Uma das respostas possíveis está, evidentemente, na necessidade de controle, de manutenção da ordem, tão característica de nossa sociedade. A regra geral é a de que "há um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar", tal que homens devem ser estritamente masculinos e mulheres estritamente femininas: a ambiguidade, em termos de papéis sexuais, pode ser uma ameaça muito grande às estruturas sociais existentes e devem ser, portanto, violentamente reprimida. Ainda que haja uma certa aceitação da homossexualidade, esta é também sujeita a regras definidas: os **homossexuais** são geralmente discriminados,

> seja através da rejeição ou da condescendência, constituindo-se num grupo marginal que também "conhece o seu lugar". Assim, desde que cada um aceite permanecer nos limites socialmente concedidos, a ordem não fica ameaçada; o que não se concebe é que existam homens masculinos com atitudes femininas ou vice-versa. (GRACIANO, 1978b, p. 97).

A autora justifica essa socialização a partir das observações de Clastres (2013)[32] sobre dois homens que não tinham suas atividades relacionadas com seu sexo biológico; ambos faziam o trabalho tido como feminino e um deles foi relatado pelo autor como sodomita: "[...] ele vivia como as mulheres e, à semelhança delas, mantinha em geral os cabelos nitidamente mais longos que os outros homens, e só executava trabalhos femininos" (p. 125). A comunidade o reconhecia como trabalhador feminino e "[...] de tempos em tempos, certos caçadores faziam dele seu parceiro sexual [...]. Mas não ocorreu nunca por parte deles qualquer sentimento de desprezo para com ele" (p. 126).

Sobre essas observações de Clastres, a autora aponta que:

> Este exemplo da ameaça por uma tribo indígena diante da ambiguidade de um indivíduo, em relação aos papéis sexuais rigidamente diferenciados, não está muito longe dos exemplos que ainda hoje encontramos em nosso grupo social. Como dissemos, **o homossexual assumido** é, de certa forma, aceito, desde que encontre "seu lugar" em um grupo marginal. Mas os casos das mulheres profissionalmente agressivas (que ao mesmo tempo desempenham o papel materno com seus filhos) ou o caso dos homens que sentem prazer em ficar em casa cuidando dos filhos, estes, em geral, são violentamente atacados pela zombaria, por serem mais ameaçadores à ordem social vigente. (GRACIANO, 1978b, p. 97-98, grifos nossos).

Essa percepção de que o homossexual assumido é mais aceito, desde que encontre o seu lugar, é a ideia moralmente difundida de que haveria uma maior liberdade sexual se o sujeito manifestasse sua homossexualidade somente no espaço definido para esse objetivo. Esse lugar do homossexual – os chamados guetos gays – difundiu-se nas grandes cidades da Europa e da América, principalmente a partir do início do século XX. Eram espaços de constituições identitárias que reuniam sujeitos LGBT para socializarem e, de certa forma, ficarem fora de outros círculos sociais. É

[32] O autor, ao estudar a comunidade indígena Guayaki, relata que a vida cotidiana entre homens e mulheres são bem definidas, marcada fortemente pela divisão sexual das tarefas e que essa sociedade indígena não conhece forma de trabalho em que participem ao mesmo tempo os homens e as mulheres. As mulheres se encarregam de fabricar cestos, potes, cordas para os arcos, cozinhar e cuidar das crianças e os homens se encarregam de caçar e colher os alimentos. Segundo o autor (2013, p. 124), "[...] os Guayaki apreendem essa grande oposição, segundo a qual funciona sua sociedade, por meio de um sistema de proibições recíprocas: uma proíbe as mulheres de tocarem o arco dos caçadores; outra impede os homens de manipularem os cestos".

interessante salientar que, no Brasil, durante a ditadura militar, houve um aumento desses espaços, como relata Green e Quinalha (2014):

> Curiosamente, é também neste momento que se verificaram mudanças importantes na sociabilidade LGBT no Brasil. Do ponto de vista da diversão e do entretenimento, surgiram boates e casas noturnas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, dirigidas especialmente para um público homossexual. Passou a haver maior visibilidade dos espaços públicos frequentados por gays e lésbicas nos principais centros urbanos. Alguns homens começaram a transformar seus corpos com hormônios e se identificou a presença das travestis nas grandes cidades fora da época do carnaval. Aconteceu, ainda, certa abertura nos meios culturais e intelectuais para uma visão mais tolerante à homossexualidade. (GREEN; QUINALHA, 2014, p. 19).

Essa visão, principalmente no período da ditadura militar, só foi possível, inicialmente, graças à perseguição intensificada e dirigida, principalmente, aos sindicatos organizados, aos movimentos populares, aos intelectuais e universitários identificados com as lutas por democracia e justiça social e, também, como vimos, aos diplomatas. Posteriormente ao período chamado de revolução sexual, na tentativa conservadora de normalização da sociedade, a resistência surgiu nas universidades com as conquistas femininas das classes médias, o que tornou possível a

> [...] ampliação dos espaços de socialização homossexual. Essas transformações culturais eram compreendidas pela direita como atentatórias à moral e aos bons costumes, contra a religião católica e nocivas à família tradicional brasileira. (GREEN; QUINALHA, 2014, p. 20).

Na próxima seção, iremos analisar as referências citadas pelos autores, que é parte significativa para compreensão das fontes dos discursos acima analisados.

3.4 “Partindo das pesquisas citadas”: uma análise das bibliografias

As referências utilizadas pelos autores dos artigos analisados podem revelar as suas filiações, o período das publicações selecionadas, as obras mais utilizadas e os autores mais citados. Como exemplo de como uma referência é importante na construção do discurso, temos o relato de Victor Manoel Andrade (1982), médico que escreve na *Revista Brasileira de Psicanálise*, que diz que “[...] como psicanalista, minha visão tem sido basicamente influenciada por Freud” (p. 224), percebemos, com esse relato, como as referências auxiliam na construção do trabalho científico de um

autor e, analisá-las, auxilia na percepção de quais discursos e enunciados permitiram o seu próprio discurso.

Foucault (2016b), ao relatar sobre um livro, aponta que suas margens jamais são nítidas e nem rigorosamente determinadas e que, além do título, das linhas iniciais e do ponto final, e, também, de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, o livro "[...] está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em rede" (p. 28). Com isso, tentaremos perceber quais foram os nós em rede que foram utilizados nos artigos, a partir da análise das referências.

No apêndice A, compilamos todas as referências bibliográficas utilizadas nos artigos, com autor, título da obra, local de publicação, editora e ano. Com essa compilação extraímos as informações para análise, os autores mais citados em todas as revistas, os mais referenciados na área de Psicologia e os mais citados na na área da Educação; também extraímos quais foram os anos mais comentados e quais os principais títulos utilizados.

O quadro 8 apresenta os três autores mais citados nas revistas, porém não trouxemos todos os autores, porque percebemos que dos 524 citados, 406 foram citados apenas uma vez; 67, duas vezes; 19, três vezes; 13, quatro vezes; 4, cinco vezes; 5, seis vezes; 2, sete vezes; 4, oito vezes; 1, onze vezes; 01, dezessete vezes; e 01, 24 vezes.

Quadro 9 – Autores mais citados nas revistas

Autor	Quantidade
FREUD, S.	24
BARROSO, CARMEN L. M.	17
LOURENÇÃO VAN KOLCK, O.	11

Fonte: EDDINE, 2018.

Para uma melhor análise, dividimos os três autores que foram citados na área de Psicologia e de Educação, conforme quadro 9:

Quadro 10 – Autores mais citados separados por área de Psicologia e de Educação

Revistas de Psicologia		Revista de Educação	
Autor	**Quantidade**	**Autor**	**Quantidade**
FREUD, S.	21	BARROSO, CARMEN L. M.	17
LOURENÇÃO VAN KOLCK, O.	9	GRACIANO, M.	7
AARDWEG, G. J. M VAN DEN	8	GUARIDO, E.	5

Fonte: EDDINE, 2018.

Sigmund Freud é o autor mais citado, levando em conta ambas as áreas. Como vimos anteriormente, ele é um dos autores mais influentes nas questões sobre a sexualidade humana, principalmente quando envolve a associação entre Psicologia e homossexualidade. Os outros dois estudiosos mais citados na área da Psicologia também escreveram artigos nas revistas analisadas.

Na área da Educação, as três pesquisadoras mais citadas são também autoras de artigos analisados e são consideradas pioneiras nos estudos sobre Educação Sexual no Brasil (BARROSO; BRUSCHINI, 1982).

No quadro 10, apresentamos os títulos mais citados, um deles citado quatro vezes e outros, três vezes. Essa seleção foi necessária porque, dos 603 títulos referenciados, 559 aparecem apenas uma vez, 36 são citados duas vezes, sete títulos aparecem três vezes e um é referenciado quatro vezes.

Quadro 11 – Títulos mais citados nas revistas

Autor	Título	Quantidade
AARDWEG, G. J. M VAN DEN	Male homosexuality and psychological tests.	4
LANGER, M.	Maternidad y sexo	3
BROWN, D. G.	Masculinity-Femininity development in children	3
LYNN, D. B.	A note on sex differences in the development of masculine and feminine identification	3
SILVA, T.; GUARIDO, E.; GRACIANO, M.	Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos	3
KOHLBERG, L.	A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes	3
MACCOBY, E. E.; JACKLIN, C. N.	The psychology of sex differences	3
BARROSO, CARMEN L. M.	Diferenças Sexuais	3

Fonte: EDDINE, 2018.

Quadro 12 – Títulos mais citados na revista de Educação

Autor	Título	Quantidade
SILVA, T.; GUARIDO, E.; GRACIANO, M.	Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos	3
KOHLBERG, L.	A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes	3
MACCOBY, E. E.; JACKLIN, C. N.	The psychology of sex differences	3

Fonte: EDDINE, 2018.

Quadro 13 – Títulos mais citados nas revistas de Psicologia

Autor	Título	Quantidade
Aardweg, G. J. M van den	Male homosexuality and psychological tests.	4
LANGER, M.	Maternidad y sexo	3
Brown, D. G.	Masculinity-Femininity development in children	3

Fonte: EDDINE, 2018

A partir dos quadros acima, mapeamos os artigos que referenciam esses textos para analisarmos as passagens e citações. Percebemos que Odette Lourenção van Kolck e Theo van Kolck (1971) utilizam Aardweg[33] para justificar que a escolha de desenhar primeiro a pessoa do sexo oposto no teste da figura humana pode ter uma relação com a identificação com o papel sexual, com a fusão na identificação do papel e com a inversão sexual. Odete Lourenção van Kolck (1972a) comenta que, conforme Aardweg, homossexualismo e feminilidade nos homens muitas vezes se coincidem e outras não, e, ao lado dos tipos femininos do homem homessexual, existem os tipos masculinos.

Theo van Kolck (1972) e Brauer (1974) relatam que, segundo Aardweg, o teste de Rorscharch é utilizável para a diagnose individual da homossexualidade e os homossexuais são mais neuróticos que os não homossexuais.

A análise que Lourenção van Kolck e Theo van Kolck (1971) e Lourenção van Kolck (1972a) fazem do do artigo de Brown (1957) é no sentido de advertir que o autor

[33] Tentamos encontrar os textos referenciados para fazermos uma descrição deles, porém não conseguimos encontrar um artigo, o *Male homosexuality and psychological test* de Gerard Aardweg, que foi publicado pelo International Mental Health Research Newsletter, de Nova Iorque, em 1969.

não se atenta para o fato de que inversão de papel sexual e homossexualismo não são sinônimos e:

> Uma básica e contínua *identificação com o outro sexo* pode levar à adoção dos padrões típicos de comportamento desse sexo – *inversão sexual* – e a uma procura de objeto *homossexual*. Entretanto, pela constatação do primeiro ponto – *identificação com o outro sexo* – não podemos inferir diretamento o último – *homossexualismo*. (LOURENÇÃO VAN KOLCK; VAN KOLCK, 1971, p. 32).

Lourenção van Kolck (1972b) descreve a *It scale for children*, desenvolvida por Brown, e relata que os resultados apontam que as crianças são ambíguas e relativamente não estruturadas em relação à identidade sexual. Destaca ainda que esses resultados são coerentes com as "teorias contemporâneas da personalidade e em termos de aspectos clínicos e normativos do ajustamento ao papel sexual".

Em seu artigo, Brown (1957) estudou a questão da masculinidade e da feminilidade em crianças a partir da *It scale for children* aplicada em 613 escolares de Pleasanton, Califórnia. Essa escala consiste em 36 cartões de desenhos que contêm figuras socialmente atribuídas culturalmente a papéis sexuais masculinos e femininos.

Segundo o autor, o objetivo do estudo foi testar a escala para auxiliar a Psicologia Clínica e a Psiquiatria sobre o comportamento sexual normal e as desordens dos papéis sexuais e, ainda, analisar as preferencias projetadas em crianças masculinas e femininas. Para ele, "[...] a aquisição pela criança de um comportamento normal do papel sexual é um aspecto fundamental do ajuste e desenvolvimento total da personalidade"[34] (p. 197, tradução livre).

Para auxiliar no problema do desenvolvimento de papéis sexuais em crianças, segundo o autor, seriam necessários mais dados que favorecessem a análise das dificuldades ou distorções no ajustamento dos papéis sexuais que acarretariam em personalidades mal ajustadas e com desordens emocionais. Ainda segundo o autor, há uma ligação entre o desenvolvimento de comportamentos de papéis sexuais com distúrbios de personalidades em adultos e sua escala auxiliaria na identificação do processo de diferenças sexuais em crianças, bem como no trabalho para a aceitação dos papéis sexuais apropriados, nos conflitos de papéis sexuais, e na homossexualidade relacionada ao desenvolvimento do papel sexual.

[34] No original: "The acquisition by the child of normal sex-role behavior is a fundamental aspect of total personality development and adjustment."

O autor aponta que, a partir de estudos clínicos em adultos, há uma relação funcional entre inversão de papel sexual e certas formas de homossexualidade. Relata também que o homem e a mulher homossexuais, que são afeminados e masculinizados, passivos e ativos, tiveram infâncias em que a:

> [...] inversão de papéis sexuais é um recurso proeminente no qual a tradicional relação pais-filhos é tamanha que, por um motivo ou outro, a criança é incapaz de formar uma ligação de identificação mais próxima com o pai do mesmo sexo, justamente por ter formado uma ligação extremamente forte com o pai do sexo oposto.[35] (BROWN, 1957, p. 201, tradução livre).

O autor relata que aquilo que ele chama de personalidade invertida advém de "[...] uma constelação familiar em que o vínculo entre mãe e filho ou pai e filha era anormalmente forte, enquanto entre pai e filho ou mãe e filha era ineficiente, fraco ou não existente"[36] (BROWN, 1957, p. 201, tradução livre). Com isso, para ele, nos casos em que há inversões de papéis sexuais, a mãe é o ideal de identificação para o menino e o pai é o ideal para a menina.

O autor conclui o estudo dizendo que as preferências de papéis sexuais opostos são mais comum em meninas do que em meninos, mas isso não significa que todas as meninas que têm uma preferência predominante por papéis masculinos estão necessariamente desenvolvendo personalidades invertidas; contudo, a base essencial da inversão sexual é uma identificação inicial, contínua e emocionalmente enraizada com a preferência pelo papel sexual do sexo oposto e que pode ser identificada na infância.

O artigo de Silva, Guarido e Graciano (1976) aborda a percepção de pais e mães sobre os estereótipos sexuais de seus filhos a partir de uma escala com itens retirados do *Sex-Role Questionere*, o qual é utilizado para medir "[...] comportamentos e atitudes consideradas 'típicos' de cada sexo" (p. 15). Para as autoras, os movimentos feministas contestam os padrões típicos de cada sexo, e esse fator as levaram a indagar se os adultos utilizavam os mesmos padrões deles para avaliarem crianças. Com isso, o objetivo da pesquisa foi o de investigar se havia um consenso

---

[35] No original: "[...] sex-role inversion is a prominent feature and in which the usual parente-child relationship is such that for one reason or another the child is unable to form a close identification linkage to parent of the same sex together with having formed an excessively strong attachment to the parent of the opposite sex".

[36] No original: "[...] a family constellation in which the bond between mother and son or father and daughter was abnormally strong, while that between father and son or mother and daughter was ineffective, weak or nonexistent".

entre os pais e as mães no que se refere às características que diferenciam meninos e meninas.

A pesquisa foi realizada com 102 pais e mães de 51 crianças entre 4 e 9 anos de idade de uma escola de classe média da capital paulista. A escala foi enviada pela escola em duas cópias, acompanhada de uma carta, solicitando que o pai e a mãe respondessem separadamente.

As autoras apotam como resultados que os pais, em oposição às mães, consideram meninas prestativas, delicadas e interessadas na vida familiar; já os meninos são considerados agressivos, pouco prestativos e apresentam maior interesse pela vida fora de casa. Esse fato indica, segundo as estudiosas, que os pais apresentam maior esteriotipia sexual em suas percepções quando comparados às mães.

Esse artigo foi referenciado sempre da mesma forma, apontando que meninos e meninas são percebidos com diferenças por pais e mães e as características masculinas são mais desejadas que as femininas. (GRACIANO, SILVA, GUARIDO, 1977; BARROS, 1977; GRACIANO, 1978a).

Barroso (1977) inicia seu artigo perguntando se existem diferenças psicológicas entre os sexos e relata que o objetivo da Psicologia é compreender e predizer o comportamento humano. Com isso, do ponto de vista teórico, é necessário estabelecer com precisão os limites das generalizações e se se aplicam igualmente para homens e mulheres. Do ponto de vista prático, a autora aponta que a ciência psicológica pode contribuir com decisões da vida cotidiana e, por isso, é uma ciência que deve investigar se os estereótipos masculinos e femininos populares possuem uma base científica.

Para a autora, que faz um levantamento bibliográfico das pesquisas sobre as diferenças existentes entre homens e mulheres, as teorias que explicam essas diferenças são de particular interesse para a psicologia educacional, “[...] pois tais teorias podem oferecer princípios orientadores do processo de socialização, no sentido de preservar ou eliminar diferenças observadas” (BARROSO, 1977, p. 47).

Na revisão de literatura a autora seleciona alguns assuntos para abordar as pesquisas selecionadas, como as “diferenças de capacidades intelectuais” e o que chamou de “motivação”, relatando que muitos psicólogos têm procurado “[...] na dinâmica motivacional a explicação para diferenças de desempenho entre homens e mulheres” (BARROSO, 1977, p. 51).

Dentro do assunto “diferenças de capacidade intelectual”, a estudiosa fez uma classificação das aptidões baseada nas teorizações sobre a estrutura do intelecto e selecionou apenas as aptidões que apareceram em grande número de estudos: aptidões verbais, aptidão quantitativa, aptidões espaciais e analíticas, desenvolvimento cognitivo, criatividade e aprendizagem. Para a autora:

> Até há pouco tempo atrás ainda era comum afirmar-se que a mulher possuía menor capacidade intelectual porque o acervo de suas realizações tem sido inferior ao dos homens no campo da ciência, da técnica, da arte e da filosofia. No entanto, atualmente, há um consenso geral de que não se pode inferir o nível da capacidade da mulher a partir de suas realizações, pois suas condições de existência através dos séculos têm sido notoriamente pouco propícias ao desenvolvimento e aplicação de talentos intelectuais. (BARROSO, 1977, p. 48).

A estudiosa relata que as questões de desempenho intelectual passaram para o âmbito da Psicologia para medir com maior precisão o potencial intelectual de homens e mulheres, e acreditou-se que seria possível elaborar testes que avaliariam capacidades inatas dos indivíduos, independentes das influências culturais.

As outras classificações apresentadas pela autora encontram-se dentro de “motivação”, como a autoestima; expectativas, que são pesquisas sobre perspectivas de sucesso; atribuições, que são estudos que descrevem como as pessoas explicam os sucessos ou fracassos próprios ou de outros; estereótipos; percepção de controle, que se refere à tendência de um indivíduo de atribuir sucessos e fracassos a seu próprio comportamento ou causas que estão fora do seu controle; avaliações, que são investigações que medem o trabalho produzido por homens e mulheres; comportamento escolar e interação com professores, que são pesquisas que analisam o rendimento escolar; escolhas profissionais; medo e ansiedade; e agressividade.

Das pesquisas analisadas pela autora, as que obtiveram resultados significativos na comparação entre homens e mulheres foram no rendimento escolar, em que a população feminina apresentou um maior rendimento e uma menor reprovação, e na agressividade, apontando que os meninos seriam mais violentos tanto física como verbalmente.

No campo “estereótipos”, Barroso (1977, p. 54) relata que “as mulheres são percebidas como menos competentes, menos independentes, menos objetivas e menos lógicas que os homens”. Sobre a escolha profissional, a autora relata que há uma tendência para a diminuição do prestígio de uma carreira quando aumenta o número de mulheres nela ingressantes e que “[...] quando as pessoas são informadas

de que a taxa de mulheres numa carreira tende a aumentar, essa carreira perde o prestígio e desejabilidade para essas pessoas" (p. 56).

A autora finaliza apresentando três teorias da Psicologia que apresentam explicações de como os estereótipos sociais auxiliam na aquisição de comportamentos considerados típicos de homens e mulheres, a "teoria do reforço", "[...] segundo a qual os comportamentos típicos do sexo da criança tendem a ser mantidos por terem sido recompensados e os típicos do outro sexo tendem a ser evitados por terem sido punidos" (BARROSO, 1977, p. 56).

A outra teoria que salienta a importância do exemplo, ou seja, na necessidade da criança adotar "[...] os comportamentos típicos do seu sexo através da imitação de modelos do mesmo sexo que o seu" (p. 57). E, a última, da identificação, que fala que a criança se identifica com modelos que percebe como similares a si e, também, emite novos comportamentos que julga estarem de acordo com as regras dos modelos com os quais se identificou.

Graciano, Silva e Guarido (1977) e Graciano (1978a) usam da revisão de literatura de Barroso (1977) apontando que os vários estudos estudos sugerem que mulheres capazes e com alta motivação são ambivalentes em seus objetivos profissionais por apresentarem medos de ficarem solteiras, viúvas ou desquitadas, caso tenham sucesso. Graciano (1978b) utiliza das críticas da autora de que as pesquisas sobre diferenças sexuais são pouco publicadas ou apresentam amostras norte-americanas impossibilitando generalizações.

O artigo de Lynn (1959) faz uma revisão de pesquisas sobre as diferenças sexuais no desenvolvimento da identificação masculina e feminina. Segundo o autor, o conceito que utiliza de identificação se difere da concepção freudiana e das formulações que usam a identificação como sugestão. Para ele, as "[...] preferências de papéis sexuais referem-se ao desejo em adotar o comportamento associado com um sexo ou outro, ou a percepção de tal comportamento como preferível ou mais desejável"[37] (p. 126).

E essa proposição se diferencia da freudiana pelo fato, segundo o autor, da menina ter como primeira identificação a mãe e, com isso, seu primeiro objeto de amor ser alguém do mesmo sexo, necessitando superar o obstáculo da homossexualidade no desenvolvimento da identificação. A identificação inicial com o mesmo sexo é,

[37] No original: "Sex-role preference refers to the desire to adopt the behavior associated with one sex or the other, or the perception of such behavior as preferable or more desirable".

segundo ele, um progresso em direção a uma identificação apropriada e não uma identificação que necessitaria ser superada, pois a identificação de papéis sexuais "[...] é reservada para se referir a incorporação real do papel de um dado sexo, e para as características de reação inconscientes daquele papel"[38] (LYNN, 1959, p. 127).

Nesse sentido, o autor faz uma distinção entre a adoção de papéis sexuais e a identificação de papéis sexuais, uma se refere às características de comportamentos evidentes de um dado sexo; outra, ao processo básico das características de cada sexo e, por isso, mais difícil de mensurar que as preferências e adoções de papéis sexuais. (LYNN, 1959).

Segundo Lynn (1959) o desenvolvimento da identificação apropriada de papéis sexuais na menina é o inverso do que acontece no menino. Para ele:

> Quando a menina sai da infância ela vai do mundo da mulher, de cuidados da mãe, para o mundo dos homens. Sendo feminina, ela então se move de um mundo do mesmo sexo para o mundo orientado do sexo oposto, enquanto o menino, de modo oposto, se move de um mundo do sexo oposto para o mundo orientado do mesmo sexo. Diferente da situação para o menino, cujo papel sexual é bem definido para ele, a menina, ao sair da infância não recebe o reforço adequado através de recompensas distintas pela adoção do papel feminino e punição definitiva pela adoção do papel masculino[39]. (p. 128).

A não adoção de recompensa e punições para reforçar comportamentos femininos e extinguir comportamentos masculinos na menina tem efeito corrosivo e enfraquecedor, segundo o autor, na identificação feminina da menina. Assim, os prestígios e privilégios culturais concedidos a homens e as recompensas oferecidas pela adoção de papéis masculinos fortalecem a identificação masculina e enfraquecem a identificação feminina.

O autor apresenta quatro hipóteses que são sustentadas pela revisão das pesquisas selecionadas por ele: a primeira diz que a identificação do menino não é segura por precisar mudar da mãe para a identificação com o pai, mas ela se fortalece, posteriormente, com a cultura que reforça o desenvolvimento da identificação masculina e diminui a identificação com o papel feminino, processo que ocorre tanto na menina como no menino. A segunda hipótese é a de que esse processo da cultura

[38] No original: "[...] is reserved to refer to the actual incorporation of the role of a given sex, and to the unconscious reactions characteristic os that role".
[39] No original: "When the girl leaves infancy she goes from a woman's world of mother care to a man's world. Being feminine, she thus moves from a same-sex to an opposite-sex-oriented world, whereas the boy, conversely, moves from an opposite-sex to a same-sex-oriented world. Unlike the situation for de boy, whose sex role is well spelled out for him, the girl, upon leaving infancy, does not receive adequate reinforcement through distinct rewards for adopting the feminine role, and definite punishment for adopting the masculine one".

que prestigia o papel masculino e dá vantagens a homens faz com que uma maior proporção de mulheres mostre preferências para pepéis masculinos.

A terceira hipótese diz que meninos são mais propícios a serem punidos por apresentarem comportamentos femininos e meninas, por não serem punidas, são mais propícias a adotarem aspectos do papel sexual masculino. Com isso, a quarta e última hipótese diz que os "homens tendem a se identificar com um estereótipo cultural do papel masculino, enquanto as mulheres tendem a se identificar especificamente com aspectos do papel de suas próprias mãe"[40] (LYNN, 1959, p. 134).

Odette Lourenção van Kolck e Theo van Kolck (1971) e Odete Lourenção van Kolck (1972a) utilizam de Lynn (1959) apontando que a identificação com o papel sexual deve se diferenciar da adoção de um papel sexual, mostrando que a identificação é mais profunda que a adoção, por designar a efetiva incorporação e as reações inscoscientes de um papel sexual.

Graciano (1978a) ao falar sobre a escolha de modelos na aquisição de papéis sexuais concorda com Lynn (1959) que diz que os meninos se identificam inicialmente com a mãe e depois mudam de objeto, e que as meninas aprendem a preferir o papel masculino pelos homens terem mais privilégios e prestígios que as mulheres.

Nigri (1981) e Andrade (1982) descrevem que Langer em seu livro *Maternidad y sexo* (1976) vai contra a posição falocêntrica de Freud, possibilitando refutar a ideia de uma inveja do pênis. Azambuja (1986) utiliza da autora ao apontar que a mulher luta entre a meternidade e o sexo, ora privilegiando um, ora outro.

Percebemos que Langer (1976) analisou, em seu livro, a partir da teoria psicanalítica, diversos casos femininos para fazer uma revisão crítica do conceito de feminilidade na Psicanálise. Ela relata que a maior parte dos transtornos da vida procriativa feminina provém de conflitos neuróticos que ocorrem na vida cotidiana de mulheres, sem indicar signos de enfermidades nervosas.

A autora faz uma revisão da literatura psicanalítica sobre a feminilidade e diz que criticar Freud como sendo falocêntrico em um aspecto de sua teoria é desconsiderar o método elaborado por ele e mais de 50 anos de elaborações científicas utilizando esse método. Ela diz que Freud sempre favoreceu qualquer enfoque novo. Após essa revisão, a autora analisa casos clínicos relacionando ao

[40] No original: "Males tend to identify wiyh a cultural stereotype of the masculine role, whereas females tend to identify with aspects of ther own mothers' role specifically".

desenvolvimento da mulher, inicialmente relata a infância feminina, discutindo a hostilidade da mãe frente a sua filha.

No último capítulo, a autora analisa o climatério, relatando que é uma fase que se caracteriza por tristezas, ondas de calor ou de suor, e crises de angústias. Para ela, as mulheres que sofrem os transtornos da menopausa são aquelas que já sofriam com uma sexualidade pobre, de caráter rígido, com dificuldades de mudanças e com campo de interesse limitado.

> A mulher que, até então, desfrutou da sexualmente, comprovará que não perdeu essa faculdade, já tão firmemente estabelecida e que adquiriu independência dos processos hormonais, enquanto a mulher que nunca gostou, agora vê sua última possibilidade desaparecer. A mulher de caráter rígido terá uma pior tolerância as mudanças que sofrem seu corpo, e que sofrerá mais ainda na sua vida com a velhice que se aproxima. (LANGER, 1976, p. 365).[41]

Diante do exposto, percebemos que as considerações feitas pela autora não são totalmente correspondentes ao texto, pois ela não vai contra as posições freudianas e até mesmo faz críticas para quem reduz o teórico ao falocentrismo. Ela também não dualiza a posição da mulher num embate entre maternidade e sexo, ela considera que ambas as manifestações devem andar juntas, para não causarem sofrimento.

Graciano, Silva e Guarido (1977) utilizam de Kohlberg (1966) ao afirmarem que a criança, entre três e cinco anos, estabece, de maneira irreversível, sua identidade sexual, que passa a ser um dos principais aspectos de seu autoconceito. Barroso (1977) e Graciano (1978) relatam os processos cognitivos da aquisição dos papéis sexuais desenvolvidos por Kohlberg. Para Graciano (1978, p. 41):

> A teoria de Kohlberg pressupõe que a identidade de gênero, ou auto-categorização da criança como menino ou menina, é organizador básico das atitudes em relação ao papel sexual. Esta identidade de gênero resulta de um julgamento de realidade, feito relativamente cedo no desenvolvimento da criança.

A autora relata que a teoria é bastante interessante, oferecendo uma abertura em relação às teorias da aprendizagem por descrever a criança como um ser que organiza, relaciona e dá consistência a suas experiências; um ser ativo, com

---

[41] No original: “La mujer que gozaba sexualmente hasta entonces, comprobará pronto que no perdió esta facultad, ya tan firmemente establecida, que adquirió independencia de los procesos hormonales, mientras que la mujer que no gozó nunca, ahora ve desaparecer su última posibilidad. La mujer de carácter rígido tolerará peor los cambios que ya sufre su cuerpo, y que padecerá más aún su vida con la vejez que se avecina.”

capacidade de discriminação, seleção de estímulos e escolha de respostas. Para a estudiosa, Kohlberg (1966), assim como outros teóricos, insiste em propor hipóteses limitadas e fornecer explicações parciais sobre a aquisição de papéis sexuais.

Em seu texto, Kohlberg (1966) analisa, a partir de uma abordagem cognitiva e comportamental, a aquisição e o desenvolvimento dos papéis sexuais em crianças. Para o autor, os problemas de desenvolvimento sexual não começam, diretamente, nem com a biologia e nem a cultura, mas com a cognição. Sua teoria assume que atitudes sexuais básicas não são padronizadas por questões biológicas ou pelas relações culturais, mas pela organização cognitiva da criança com seu mundo social junto com as dimensões de papéis sexuais. Para o autor (1966):

> Essa padronização de atitudes de papéis sexuais é essencialmente "cognitiva" naquilo que é enraizado nos conceitos da criança de coisas físicas – os corpos dela mesma ou de outros – conceitos que ela relaciona por sua vez, a uma ordem social que faz uso funcional de categorias de sexo de maneira culturalmente universais. Não são instintos biológicos da criança, mas sim sua organização cognitiva de conceitos de papéis sexuais em torno de dimensões físicas universais, o que representa pela existência de universais em atitudes de papéis sexuais[42]. (p.82).

Nessa perspectiva, a psicossexualidade é tanto cognitiva quanto desenvolvimental, ou seja, é interacional. Compreendendo tanto fatores genéticos-biológicos e culturais-ambientais como forças quantitativas significativas não aditivas no desenvolvimento sexual. (KOHLBERG, 1966).

A criança, depois de adquirir os papéis masculinos e femininos, tende a se identificar com o mesmo sexo, e o desejo de ser masculino e/ou feminino leva à vontade de imitar o objeto identificado, o que conduz a um maior apego emocional ao modelo. O autor finaliza dizendo que as tendências precedentes seguem um curso regular de desenvolvimento, que é amplamente determinado pela maturidade cognitiva. Para ele, essas tendências resultam da "[...] organização cognitivo-desenvolvimental da criança, a partir de um mundo social no qual os papéis sexuais estão relacionados aos conceitos do corpo e às funções sociais básicas de formas relativamente universais"[43]. (KOHLBERG, 1966, p. 165).

---

[42] No original: "This patterning of sex-role attitudes is essentially "cognitive" in that it is rooted in the child's concepts of physical things - the bodies of himself and of others - concepts which he relates in turn to a social order that makes functional use of sex categories in quite culturally universal ways. It is not the child's biological instincts, but rather his cognitive organization of social-role concepts around universal physical dimensions, which accounts for the existence of universals in sex-role attitudes."

[43] No original: "[...] cognitive-developmental organization of a social world in which sex roles are related to body concepts and to basic social functions in relatively universal ways."

Em seus artigos, Barroso (1977) e Graciano (1978a, 1978b) descrevem a pesquisa de Maccoby e Jacklin (1974) apontando para as conclusões das autoras, que diz raramente ser possível encontrar diferenças sistemáticas entre os sexos e que as pesquisas apontam diferenças em apenas quatro áreas: habilidade verbal, espaço-visual, matemática, e agressividade.

Barroso (1977) reproduz as classificações e algumas pesquisas levantadas pelas autoras norte-amricanas, e complementa com achados de pesquisas brasileiras, concluindo que os resultados são semelhantes nos Estados Unidos e no Brasil.

Eleonor Maccoby e Carol Jacklin (1974) fazem um levantamento de pesquisas realizadas sobre a psicologia das diferenças sexuais em crianças e adolescentes entre 1966 e 1973. Elas classificam as pesquisas em três partes: intelecto e realizações; comportamento social; e origens psicológicas das diferenças sexuais. Dentro dessas classificações maiores, as autoras subdividem as pesquisas, analisando-as. Dentro de intelecto e realizações, temos: percepção, aprendizagem e memória; habilidades intelectuais e estilos cognitivos; e realizações motivacionais e self-conceito. A classificação comportamento social foi dividida em: temperamentos; aproximação e evitamento social; e relações de poder. Por fim, nas origens psicológicas das diferenças sexuais temos: tipos e funções dos modelos sexuais; e socialização diferencial entre meninos e meninas.

As autoras resumem as teorias sobre a aquisição da psicologia das diferenças sexuais em três grandes grupos: pela vida da imitação; pelo reforço; e pela socialização. Na imitação, crianças escolhem modelos do mesmo sexo e usam esses modelos para padronizar os seus próprios comportamentos. Os elogios ou desânimo são os esforços, quando os pais recompensam meninos pelo que eles concebem como comportamento de “menino” e ativamente os desencorajam quando eles se ocupam de atividades que parecem femininas. A autossocialização é quando a criança desenvolve um conceito do que é ser macho ou fêmea, e, quando ela tem uma compreensão da sua própria identidade de sexo, tenta encaixar seu próprio comportamento para uma “concepção do que é apropriado sexualmente em termos de comportamento”[44]. (MACCOBY; JACKLIN, 1974, p. 2).

[44] No original: “[…] concept of what behavior is sex-appropriate.”

Esse resumo também foi usado por Barroso (1977) e Graciano (1978a, 1978b), que concluíram que esse é um dos estudos mais completos sobre as diferenças sexuais.

Até aqui descrevemos e analisamos os títulos mais citados, agora vamos agrupá-los. Essa caracterização é importante para compreendermos quais são os discursos produzidos e utilizados pelos autores. Para realizarmos a análise, fizemos a leitura de todos os títulos (Apêndice A), classificando-os a partir dos discursos destacados. Consideramos que, pelos títulos, é possível analisar e compreender os conteúdos científicos veiculados.

A partir da leitura atenta de cada título, detectamos nove grupos como principais discursos emergidos, são eles: 1. testes e medições psicológicas; 2. medições psicológicas das homossexualidades e da inversão sexual; 3. medições psicológicas das diferenças sexuais e da masculinidade e feminilidade; 4. pesquisas educacionais; 5. psicologia geral e psicanálise; 6. questões teóricas dos comportamentos, das identidades, dos desvios e das diferenças sexuais; 7. teorias e gêneses da homossexualidade, da inversão sexual e de outras psicopatologias sexuais; 8. tratamentos psicológicos da homossexualidade e da inversão sexual; e 9. discursos não identificados, literários e filosóficos.

Alguns títulos se encaixariam em dois ou mais grupos, contudo, elencamos, nesses casos, apenas o discurso predominante, colocando-os em apenas um grupo. O quadro 13 mostra a quantidade de títulos em cada grupo sem excluir as suas repetições. Adiante vamos apresentar dez títulos que representam cada grupo, pois não daria para relatar todos os títulos do grupo.

Quadro 14 – Quantidade de títulos por grupo discursivo

Grupos discursivos	Quantidade
Questões teóricas dos comportamentos, das identidades, dos desvios e das diferenças sexuais	159
Psicologia geral e psicanálise	143
Medição psicológica das diferenças sexuais e da masculinidade e feminilidade	90
Testes e medições psicológicas	79
Medição psicológica da homossexualidade e da inversão sexual	74
Teorias e gêneses da homossexualidade, da inversão sexual e de outras psicopatologias sexuais	39
Discursos não identificados, literários e filosóficos	29

Pesquisas educacionais	28
Tratamentos psicológicos da homossexualidade e da inversão sexual	13

Fonte: EDDINE, 2018

Referências sobre “questões teóricas dos comportamentos, das identidades, dos desvios e das diferenças sexuais” são as mais utilizadas pelos autores, compreendendo 159 títulos que contemplam estudos e pesquisas sobre a sexualidade.

Como exemplo desse grupo, temos: 1. Note sur la psychopathologie différentielle des sexes; 2. A factorial study of sexuality in adults males; 3. A preferência do papel sexual-social em crianças pequenas, relacionada com a classe social; 4. Estudo de casos: importância da identificação sexual na infância; 5. The sexual development of boys; 6. Patterns of sexual behavior; 7. The early development of female sexuality; 8. Sexual states of mind; 9. A note on female sexuality; e 10. Sex differences in behavior.

Selecionamos os exemplos acima por apresentarem os discursos sobre as questões teóricas dos comportamentos, das identidades, dos desvios e das diferenças sexuais. São enunciados que apresentam explicações sobre o que seria a identidade sexual humana e quais as suas diferenças.

Não é de se estranhar que as questões teóricas são as mais referenciadas, visto que os autores precisam de aporte teórico para elabor seus artigos e, também, percebemos a dificuldade que os autores dos artigos têm, individualmente, de realizarem pesquisas empíricas significativas, o que faz com que as questões teóricas emprestem peso as suas conclusões. Nessa mesma linha, temos as questões sobre “psicologia geral e psicanálise”, as quais compreendem pesquisas que abordam os estudos mais gerais da área de Psicologia e de Psicanálise.

Os títulos desse grupo aparecem 143 vezes e, como exemplo, temos: 1. Personality throgh perception; 2. Um recuerdo infantil de Leonardo da Vinci; 3. Fontes do inconsciente; 4. Teoria psicoanalítica de las neurosis; 5. Principles of psychology; 6. Ciência e comportamento humano; 7. Learning theory and the self concept; 8. Developmental psychology; 9. Manual de psicologia; e 10. Discriminação de forma e posição – conhecimento da contigência de reforço.

É interessante perceber que há uma maior quantidade de títulos de Psicologia do que títulos relacionados a pesquisas da área de Educação, compreendendo 28 títulos no grupo “pesquisas educacionais”, embora a revista *Cadernos de Pesquisa* represente 1/3 (um terço) dos artigos encontrados. Esse fato revela uma forte influência da Psicologia na área da Educação, principalmente no que diz respeito à Educação Sexual.

Nesse grupo, o de pesquisas da área de Educação, temos como exemplo os seguintes títulos: 1. Afeição, cólera e medo entre adolescentes estudantes da cidade de São Paulo; 2. Efeitos de um programa de criatividade em alunos de 4ª e 5ª séries; 3. O madureza em São Paulo; 4. Taxionomia de objetivos educacionais; 5. Ensino Médio e desenvolvimento; 6. Update on education: a digest of the National Assessment of Educational Progress; 7. Estudo da evolução de alguns conceitos espaciais em pré-escolares; 8. Professores de amanhã; 9. Recentes mudanças demográficas: implicações educacionais; e 10. Reading comprehension education in fifteen countries.

Continuando na linha das teorizações, temos o grupo que aborda as “teorias e gêneses da homossexualidade, da inversão sexual e de outras psicopatologias sexuais”, com 39 títulos. Como exemplo desse grupo, temos: 1. Homossexualidade e defesas maníacas; 2. Hormone excretion of male and female homosexuals; 3. Male homosexuals and their worlds; 4. A comparative twin study of the genetic aspects of male homossexuality; 5. Studies in the genetic determination of homossexuality; 6. Sexual inversion; 7. Antrophological and cross-cultural aspects of homossexuality; 8. The structure of homosexuality; 9. Homossexualismo e deliquência; e 10. Alguns fatôres psicológicos na etiologia do homossexualismo.

Elaboramos um grupo que aborda os títulos sobre “testes e medidas psicológicas”, os quais apresentam teorizações e pesquisas diversas sobre avaliação psicológica. Esse grupo apresentou 79 ocorrências e, como exemplo, temos: 1. Le dessin d'une persone (Le test de Machover); 2. The H. T. P. Technique: a qualitative and quantitative scoring manual; 3. The human figure drawing of Bedouins; 4. Human figure drawings by mentally retarded males; 5. Estudio de inteliguencia, personalidad y comportamiento en un grupo de 165 soldados; 6. Introduction to the Szondi test; 7. California Psychological Inventory; 8. The Minnesota Multiphasic Personality Inventory; 9. Manual for the Holland Vocational Preference Inventory; e 10. Pesquisa nacional sobre o nível mental da população brasileira.

Dentro dessa linha da avaliação psicológica, temos a “medição psicológica das diferenças sexuais e da masculinidade e feminilidade” com 90 títulos. São exemplos desse grupo: 1. Sexual identification and the fist figure drawn; 2. Sexual identification in children's drawings of human figure; 3. Sex identification at different ages using the Draw-a-Person Test; 4. Il grado de differenziazone sessuale nel disegno di figura umana. Ricerca su eschimesi della Groenlandia Orientale; 5. Técnicas para avaliação da masculinidade e feminilidade; 6. Aplicação experimental de um teste projetivo para masculinidade-feminilidade; 7. A comparason of two MMPI measures of masculinity femininity; 8. The Sex Inventory: test-retest reliabilities of scale scores and itens; 9. Construct validity of three masculinity-femininity tests; e 10. A comparison of masculinity-femininity measures.

O grupo “medição psicológica da homossexualidade e da inversão sexual” apresenta 74 títulos, assim exemplificados: 1. Drawing characteristics of male homosexuals; 2. A test of the use of a figure drawing test as an indicator of sexual inversion; 3. Signs of homossexuality in human-figure drawings; 4. A expressão da homossexualidade no desenho da figura humana; 5. The use of the masculinity-femininity scale of the Minnesota Multiphasic Personality Inventory as an aid in the diagnosis of sexual inversion; 6. Sex of figure drawing in identidyng practicing male homosexuals; 7. Psychometric aspects of homosexuality; 8. O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo; 9. Homosexuality on the Rorschach Test; e 10. El psicodiagnóstico de Rorschach como detector de la homosexualidad.

Os “tratamentos psicológicos da homossexualidade e da inversão sexual” aparecem em 13 títulos e, como exemplos, citamos: 1. Psychoterapy of homossexuals: a fallow-up study of nineteen cases; 2. Aversion Therapy applied tho taped sequences of deviant behavior in exibitionism and other sexual diviations; 3. Classical conditioning of sexual deviation: a preliminary note; 4. Aversive therapy of sexual diviations: a critical review; 5. Behavior Therapy in a patient whith homossexual fantasies and heterossexual anxiety; 6. Preliminary report on a new aversion therapy for male homossexuals; 7. Penile Response Conditioning and its relationship tho aversion therapy in homosexuals; 8. Homosexual behavior, therapy and assessment; 9. Changing homosexuality in the male; e 10. Correction treatment of the sexual deviate.

Por fim, elaboramos um grupo para alguns títulos, 29 no total, em que não conseguimos identificar seus discursos ou que possuem teor filosófico e literário.

Fazem parte desse grupo: 1. Os 120 dias de Sodoma; 2. Nova mitologia grega e romana; 3. A mitologia grega; 4. O alienista; 5. A sociedade humana na ética e na política; 6. Rei Édipo; 7. Morte em Veneza; 8. Social theory and social structure; 9. O ateneu; e 10. Menino de engenho.

Percebemos que a maioria das referências são produzidas no exterior, voltadas para uma compreesão teórica da sexualidade, e seguidas por títulos de Psicologia geral e de Psicanálise, e por outros que se referem às medidas psicológicas. Ao somar os três grupos que abordam testes e medidas psicológicas, temos 243 títulos, o que representa 37% do total, revelando uma expressiva busca por bibliografia que tenta medir, identificar e avaliar os sujeitos e suas sexualidades. Podemos considerar os testes como dispositivos de poder, pois na busca pelo saber verdadeiro da subjetividade dos sujeitos, constroem-se, com respaldo da ciência, esses instrumentos que dignosticam as ditas anormalidades e prescrevem o que seria a normalidade.

Destacamos e analisamos os discursos produzidos nas décadas de 1970 e 1980, contudo sentimos a necessidade de compreendermos como foi o tratamento dado pelas revistas após a década de 1980, pois percebemos que os artigos dessa década acabam em 1986, e queríamos saber se esse silenciamento continuaria na década seguinte. Para tanto, analisamos as mesmas revistas na década de 1990 e identificamos uma ausência quase completa de artigos sobre a temática, com exceção de dois estudos da *Revista Brasileira de Psicanálise* (AZOUBEL, 1996; GRAÑA, 1998b).

Lenise Lisboa Azoubel[45] (1996) se questiona sobre os guetos e a subcultura gay, relatando que é o preconceito que forja uma subcultura homossexual e obriga os homossexuais a criarem espaços de sociabilidade. Para ela:

> Um dos aspectos das minorias sociais é o seu agrupamento com o objetivo de se auxiliarem e se protegerem. E o que dizer do preconceito do analista no trabalho com analisandos homossexuais? Penso que existe a possibilidade de uma participação inconsciente da rejeição social e moral do ambiente contra homossexualismo. Um exemplo disto são as piadas e as anedotas no círculo médico, assim como no meio social, saturadas de preconceito. (AZOUBEL, 1996, p. 1012).

[45] Lenise Lisboa Azoubel é médica e psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto. A autora, palestrante no painel *Homosexuality* no 40º Congresso da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), em Barcelona, em 1997, se opôs ao ingresso de homossexuais nas sociedades de psicanálise como psicanalistas e analistas didatas (AYOUCH; BULAMAH, 2013).

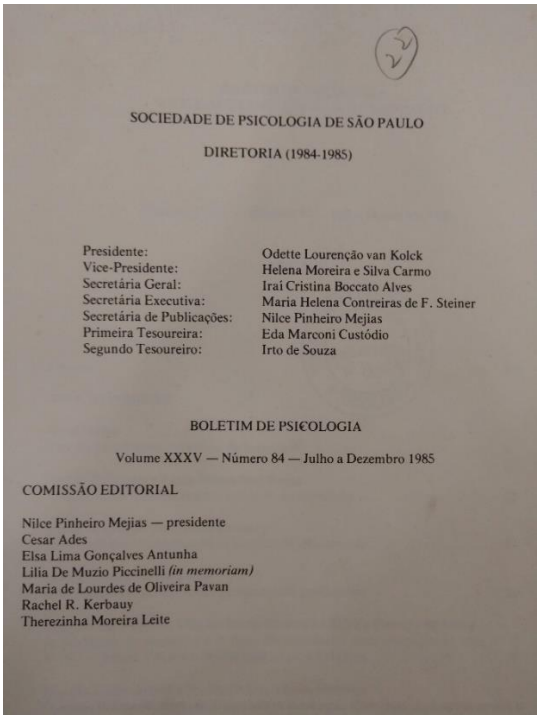
Por fim, ao apresentar um caso de um homossexual atendido por 9 anos, a autora relata a necessidade de não generalizar as teorias psicanalíticas sobre a homossexualidade, caso contrário os psicanalistas estarão perdendo a percepção das várias diferenças existentes em cada caso particular.

Roberto Barberena Graña[46] (1998b) propõe uma clínica para além do desvio sexual, analisa um paciente homossexual adulto seguindo a mesma linha de abordagem psicanalítica dos diferentes distúrbios narcisistas da personalidade, sem preocupação com o sintoma, pois reconhece a importância de se conhecer as particularidades psicossexuais do paciente. Para o autor, psicanalista gaúcho que nesse mesmo ano organiza um livro sobre psicanálise e homossexualidade (GRAÑA, 1998a), "[...] a psicanálise tem-se aproximado, também, historicamente, dos desvios da heterossexualidade genital de forma indubitavelmente moralista e preconceituosa" (GRAÑA, 1998b, p. 84).

Observamos, ao estudar essa década, que uma das articulistas, Odette Lourenção van Kolck, esteve à frente da Associação de Psicologia de São Paulo (Figuras 8 e 9), associação que edita o *Boletim de Psicologia*, como presidente da comissão diretorial nos anos de 1984 e 1985, e foi vice-presidente nos anos de 1986-1987. Não fez, nessas gestões, retratação, crítica ou novos estudos sobre a homossexualidade no sentido de desestigmatização ou de despatologização.

[46] Graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Roberto Barberena Graña é psicanalista, doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também é membro titular e docente na Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre. O autor, após sua presença no 40º Congresso da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), em Barcelona, em 1997, começa a organizar um livro sobre psicanálise e homossexualidade que apresenta uma pluralidade de orientações e "[...] reflete exemplarmente a controvérsia que envolve ainda a posta em cena da questão homossexual" (GRAÑA, 1998a, p. 14).

Figura 8 – Contracapa do volume XXXV, n. 84, do *Boletim de Psicologia*, 1985



SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

DIRETORIA (1984-1985)

Presidente:	Odette Lourenção van Kolck
Vice-Presidente:	Helena Moreira e Silva Carmo
Secretária Geral:	Iraí Cristina Boccato Alves
Secretária Executiva:	Maria Helena Contreiras de F. Steiner
Secretária de Publicações:	Nilce Pinheiro Mejias
Primeira Tesoureira:	Eda Marconi Custódio
Segundo Tesoureiro:	Irto de Souza

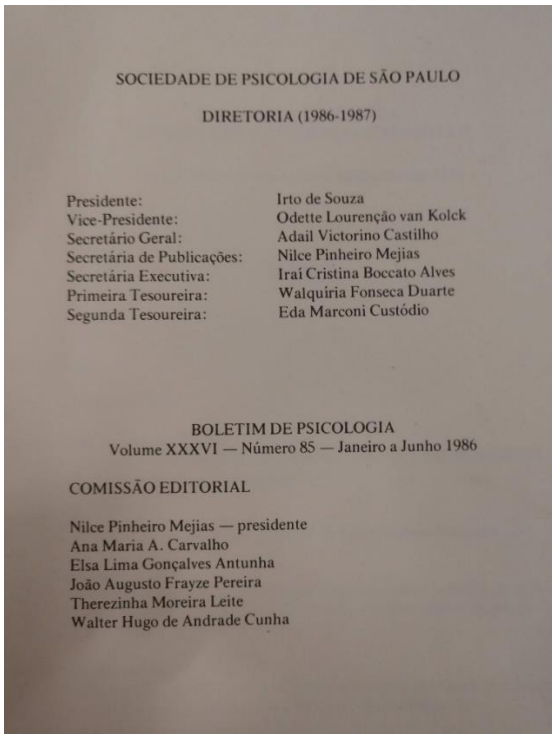
BOLETIM DE PSICOLOGIA

Volume XXXV — Número 84 — Julho a Dezembro 1985

COMISSÃO EDITORIAL

Nilce Pinheiro Mejias — presidente
Cesar Ades
Elsa Lima Gonçalves Antunha
Lilia De Muzio Piccinelli *(in memoriam)*
Maria de Lourdes de Oliveira Pavan
Rachel R. Kerbauy
Therezinha Moreira Leite

Figura 9 – Contracapa do volume XXXVI, n. 85, do *Boletim de Psicologia*, 1986



SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

DIRETORIA (1986-1987)

Presidente:	Irto de Souza
Vice-Presidente:	Odette Lourenção van Kolck
Secretário Geral:	Adail Victorino Castilho
Secretária de Publicações:	Nilce Pinheiro Mejias
Secretária Executiva:	Iraí Cristina Boccato Alves
Primeira Tesoureira:	Walquíria Fonseca Duarte
Segunda Tesoureira:	Eda Marconi Custódio

BOLETIM DE PSICOLOGIA
Volume XXXVI — Número 85 — Janeiro a Junho 1986

COMISSÃO EDITORIAL

Nilce Pinheiro Mejias — presidente
Ana Maria A. Carvalho
Elsa Lima Gonçalves Antunha
João Augusto Frayze Pereira
Therezinha Moreira Leite
Walter Hugo de Andrade Cunha

Com isso, percebemos que a homossexualidade deixa de ser um discurso de patologização para tornar-se um discurso não patológico, mas educável, e, posteriormente, ser calada quase que completamente.

Considerações finais

> Qualquer teoria que generalize a homossexualidade é falsa, qualquer etiologia única que diga 'como se faz um homossexual' é preconceituosa e toda patologização da homossexualidade é racista. Eles abrem o caminho para a prevenção, a discriminação e a eugenia. (QUINET, 2013, p. 90).

Nesta tese, buscamos analisar, nas décadas de 1970 e 1980, como as questões sobre as homossexualidades foram elaboradas pela Psicologia e pela Educação, a partir da perspectiva do normal e do patológico e, também, descrever e compreender as configurações do discurso científico, psicológico e educacional, no que se refere às interrogações sobre as homossexualidades. Para isso, perscrutamos o normal e o patológico nos discursos sobre as homossexualidades nas revistas *Boletim de Psicologia*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Cadernos de Pesquisa*. De maneira complementar, também investigamos as formas pelas quais as questões de normalidade e patologia foram trabalhadas nos ditos sobre as homossexualidades nesses periódicos e comparamos seus respectivos discursos sobre o tema.

Para alcançarmos esses objetivos, inicialmente fizemos um esboço histórico sobre as sexualidades ocidentais até o século XX, a partir de pesquisadores e historiadores que investigam essa temática na perspectiva foucaultiana. Percebemos que a homossexualidade foi considerada, na Antiguidade grega e romana, como livre e tolerada. As restrições eram relacionadas às questões de passividade e atividade, os papéis sexuais desempenhados durante a relação sexual, além da hierarquia social, que era julgada como não natural quando o homem livre e cidadão tinha uma posição passiva frente ao parceiro escravo. Na Idade Média, a homossexualidade foi pensada como pecado e, relativamente, dessacralizada. Na Modernidade, além do foco moral e jurídico, foi colocada simultânea e contraditoriamente como doença, contravenção e crime. Esse discurso moderno perdurou até o final do século XX, em muitos países.

Sinalizamos que, no início do século XX, Freud (1996), mesmo estando na Áustria que, como na Inglaterra, considerava a homossexualidade como doença e crime, formula questões em que aponta para um caráter não moralizador do discurso sobre o homossexual. Apesar dessas formulações freudianas, até o final do século,

XX a homossexualidade continuou perpassada por visões medicalizantes, jurídicas e sociais, ou seja, ainda foi considerada como doença e crime, embora esses termos sejam antagônicos. No entanto, nesse mesmo período, formas de resistências e manifestações contrárias a esses pensamentos, principalmente advindas dos movimentos gays na década de 1970, culminaram na retirada da homossexualidade do rol de doenças mentais por diversas instituições e, paralelamente, na desconsideração da categoria de crime em diversos países.

As revistas analisadas se inserem na história da Psicologia e da Educação paulistana, são produtos de instituições importantes para essas áreas, surgem para dar visibilidade às pesquisas e teorias, tanto as próprias produções quanto as de âmbito nacional, tornando esses periódicos importantes nacionalmente. O *Boletim de Psicologia* surge em 1949, produto da Sociedade de Psicologia de São Paulo, e é considerado a primeira revista brasileira de Psicologia. A *Revista Brasileira de Psicanálise* é fruto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo com uma primeira edição histórica de 1928, mas com início efetivo em 1967. O *Cadernos de Pesquisa*, por sua vez, é uma publicação da Fundação Carlos Chagas considerada a mais importante da área da Educação, e sua primeira publicação data de 1971. Todos esses periódicos mantêm produções ininterruptas desde suas criações.

A partir das análises dos artigos pesquisados, percebemos que os discursos científicos da Psicologia e da Educação estiveram, relativamente, atentos às questões sobre as homossexualidades nas décadas de 1970 e 1980. Ainda que estivéssemos na década de 1970, momento em que experimentamos um movimento de despatologização da homossexualidade nos Estados Unidos, no Brasil, esses discursos foram trabalhados, na sua grande maioria, a partir da perspectiva patologizante dos sujeitos homossexuais, numa tentativa de identificação, cura e prevenção dessa sexualidade considerada desviante da norma. No cenário brasileiro, essas décadas marcam o fechamento político e intelectual promovido pela ditaduta civil e militar, com duros processos de perseguição à população LGBT. Nesse sentido, também percebemos um certo aval cietífico dado a essa percepção conservadora, nos artigos analisados neste trabalho, que procuravam identificar os homossexuais para discriminá-los e conduzí-los a um tratamento.

Em vista desse cientificismo, diversas ordens de “causas” foram convocadas, como as genéticas, biológicas, de ordem institucional, principalmente a de ordem familiar, quando os trabalhos acadêmicos científicos se detinham aos estudos das

homossexualidades. Em consequência desse processo, a “cura” seguiu de perto essas propostas: hormonoterapia, choques elétricos, “estímulos aversivos”, do lado mais radical; terapia diretiva, terapia de base analítica, medidas de prevenção com intervenção na família, do lado mais brando. Os discursos radicais mais frequentes na década de 1970, tornaram-se mais raros na década de 1980.

Com poucas exceções, mais precisamente na área da Educação, alguns discursos trabalharam com o objetivo de criticar as posições socialmente consideradas patológicas das sexualidades, principalmente no que diz respeito aos discursos que as associam à moralidade, ao natural, ao sadio e ao que é certo.

Foram poucos os artigos produzidos sobre as homossexualidades no período analisado, de 3.822, apenas 27 tratam do tema. Na áera de educação foram 9 artigos, o que não significou um silenciamento completo. Nas poucas publicações existentes, as regularidades discursivas apontam para relações entre os discursos da identificação, da cura, da prevenção e da etiopatogenia. De acordo com Foucault (2016b), essas relações entre os enunciados são importantes, pois mostram que esses acontecimentos discursivos não são fechados em si mesmos e podem estar ligados aos enunciados que os precedem e aos que os precederão.

Foi possível constatar, na nossa análise, que identificar o sujeito homossexual é importante para estabelecer a causa e propor tratamentos e formas de prevenção. Dessa forma, esse sujeito foi associado com outras patologias e comportamentos antissociais, justificando um caráter anormal, perverso e patológico da homossexualidade.

Em alguns artigos do *Boletim de Psicologia* e da *Revista Brasileira de Psicanálise*, a homossexualidade foi, também, compreendida como um problema de personalidade, um desajustamento e, até mesmo, parte de uma personalidade doentia. Essa compreensão demostrou que o estado de personalidade patológica foi também uma forma de descrever o sujeito homossexual. Os traços dessa personalidade foram usados em vários testes psicológicos apresentados nos artigos analisados para identificar e demarcar “traços de homossexualismos”. Nesses trabalhos, a personalidade foi a chave para a identificação do homossexual e os testes projetivos foram os mais usados na tentativa dessa identificação.

O teste, especialidade do fazer psicológico, então, é apontado como o saber técnico da Psicologia que auxilia no controle e na identificação dos sujeitos homossexuais, recomendando, descrevendo e prescrevendo as homossexualidades.

Há na aplicação, validação e criação desses instrumentos de testagens psicológicas um desejo de controle e uma vontade de saber, de identificar para classificar e, por conseguinte, de curar.

Esse processo aponta para uma disciplinarização dos corpos e da homossexualidade, e a família é um dispositivo acionado para auxiliar no processo de controle biopolítico da sexualidade dita desviante. É a família a responsável por denunciar aos médicos e psicólogos os sujeitos que apresentam os sintomas da homossexualidade. O seio familiar é, também, considerado como causador da patologia, principalemente em crianças e adolescentes, por não utilizar dos conhecimentos médicos e psicológicos na hora de educá-los.

É importante destacar que as autoridades psicanalítica e psicológica se colocam acima das autoridades paterna e/ou materna na educação dos filhos, normatizando a família sob pretexto de prevenção da homossexualidade nos artigos analisados. Assim, procura-se restringir a autoridade e os excessos afetivos da mãe em relação ao filho, recomendando a presença e a autoridade do pai sobre ela e o filho homem, independente do fato de que, na realidade social, algumas vezes as circunstâncias de vida impedem as famílias de seguirem essa configuração normativa.

Esse conjunto de ações, que apontam para a normatização das famílias e das condutas médicas, busca, na família, o poder de “prevenir e curar” a homossexualidade, considerando que os pais devereriam educar conforme as prescrições médicas e psicológicas. Nesse sentido, recomenda-se que a mãe não deve ser autoritária, dominadora, ciumenta, exaltada ou contraditória, além de ser convencida da incapacidade de compensar a falta do pai verdadeiro; no que diz respeito à figura paterna, ela deve ser forte e presente.

Essas prescrições compõem um conjunto de regras que postulam a educação da criança para que ela deixe de ser homossexual ou, em casos nos quais a criança ainda não tenha manifestado características homossexuais, seja educada de maneira que não se torne homossexuais. Em alguns artigos em que o discurso psicanalítico se apresenta, essa formulação é mais patente, pois aponta a falha no processo de identificação do pai com o filho homem como causa da homossexualidade masculina.

O saber médico é dominante nos discursos examinados na *Revista Brasileira de Psicanálise* e no *Boletim de Psicologia*, não somente pelo motivo de que há uma grande proporção de médicos autores, mas por constantes associações medicalizantes no processo de entendimento das sexualidades humanas,

principalmente das ditas desviantes. A verdade sobre a homossexualidade é, assim, a do saber médico sobre o da Psicologia e o da Educação, dirigindo quase todos os esforços científicos, como discurso de autoridade, na compreensão da homossexualidade masculina.

Nos *Cadernos de Pesquisa,* os discursos analisados são voltados para a Educação Sexual e a questão da homossexualidade está, algumas vezes, implícita. Neles há uma tentativa de denunciar a tendência medicalizante, psiquiatrizante e naturalizante do comportamento sexual humano. Outro ponto importante a ser destacado, nos artigos dessa revista, é a aquisição do papel sexual, em que a discussão versava sobre os estudos das diferenças sexuais, baseados em proposições teóricas sobre o comportamento aprendido, configurando uma disputa da psicologia no campo educacional.

Mesmo com o avanço do movimento social e político LGBT e a retirada da homossexualidade da categoria de doença, alguns discursos ainda insistiram na "cura" da homossexualidade. A partir da 1986, notamos um silenciamento nas revistas estudadas e não há um artigo que faça uma retratação ou apresente outro discurso sobre as homossexualidades. Percebemos que, em alguns artigos analisados, os ditos sobre o homossexual passam do patológico para o educável. Ainda que não seja visto como um doente, torna-se doutrinável, ou seja passível de ser ensinado a transformar sua manifestação homossexual em heterossexual.

Posteriormente, os discursos se calam, talvez porque a homossexualidade torna-se aceitável e não mais assunto a ser tratado, embora a discriminação e o preconceito ainda estejam vigentes socialmente mesmo camuflados numa atitude de invisibilidade aos homossexuais.

Sobre o período analisado neste *corpus*, compreendemos, então, que alguns artigos apresentaram nuances convergentes ao período repressor da ditadura, indicando a esterilização, o choque elétrico, a terapia aversiva e as formas mais sutis de "cura", ou terapias de base analítica, aparecendo discursos que indicaram tanto o tratamento do homossexual como um neurótico comum como a cura de suas angústias procedentes das condições sociais.

Por outro lado também temos o siêncio, que é significativo, uma vez que a Psicologia, ao dizer tratar de patologias psíquicas ou emocionais, não tem mais a homossexualidade como objeto de estudo. Apesar disso, a sociedade ainda está sedimentada em valores patriarcais e a homofobia contina provocando sofrimentos

psíquicos, sobretudo em alguns movimentos evangélicos e em parte da Igreja Católica. Ou seja, esse silenciamento, no fundo, é um convite para os homossexuais se tornarem discretos, e serem menos observados.

Assim, confirmamos a hipótese desta pesquisa de que os discursos são tanto de resistência, principalmente os da área educacional, quanto de construção classificatória e de tratamento, como os das revistas da área da Psicologia. Apontamos, também, que as referências utilizadas pelos autores dos trabalhos analisados são, em sua grande maioria, produções europeias e norte-americanas, o que pode revelar que os discursos sobre a homossexualidade são saberes e verdades que, muitas vezes, não abordaram a realidade brasileira.

Ao considerarmos o artigo publicado um acontecimento, uma vez que ele se torna público, percebemos que esses discursos foram permitidos por uma circunstância histórica específica, a da ditadura civil e militar que procurava isolar o país do debate científico internacional. Isso revela que os discursos de tratamento, identificação e prevenção, produzindo saberes e verdades, estavam em consonância com os discursos oficiais sobre a homossexualidade, que a consideravam moralmente imprópria e digna de perseguição.

Mesmo com avanços em pesquisas sobre a população LGBT, notamos uma escassez de estudos que abordam os discursos científicos produzidos no Brasil, principalmente na área de Psicologia e de Educação, tendo como referência essas importantes revistas e a posição que ocuparam na produção científica brasileira nessas áreas. Por fim, a intenção deste trabalho foi compreender esses discursos para auxiliar em pesquisas futuras que abordarão outros períodos ou que, dentro do período deste estudo, analisarão outras sexualidades não hegemônicas.

Referências

AARDWEG, Gerard J. M. van Den. **A batalha pela normalidade sexual e homossexualismo**. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2000.

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Revista Outra Travessia**, Ilha de Santa Catarina, n. 05, p. 9-16, 2005. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

ALEXANDRE, Maria Edna Silva de; LIMA, Edgley Duarte de; GALVÃO, Lilian Kelly de Sousa. Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 132-147, 2014. Disponível em: <http://revpsi.org/wp-content/uploads/2014/12/Alexandre-Lima-Galv%C3%A3o-2014-Homossexualidade-e-a-Psicologia-revisitando-a-produ%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-nacional2.pdf>. Acesso em: 11 maio 3016.

ALEXANDRINO, Ronaldo. **A suposta homossexualidade**. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009

ALEXANDRINO, Ronaldo. **A suposta homossexualidade Parte II** – A negação. 2018. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, criminologistas e juristas**: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930). 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996

ALVES, Zenaide Gregório. Inquisição e homossexualidade na colônia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS INQUISITORIAIS, 3., ago. 2011 Salvador. **Anais**... Salvador: UFBA, 2011. P. 1-13. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Zenaide-Alves.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ALVITE, M. M. C. **Didática e psicologia**: crítica ao psicologismo na educação. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, Leis e Moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

APRESENTAÇÃO. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.1, jul. 1971.

ARIÈS, Philippe. Reflexões sobre a história da homossexualidade. ARIÈS, Philippe; BÉJIN, Aseddndré. **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 77-92.

AULETE, Caldas. **iDicionário Aulete**: o dicionário da língua portuguesa na internet. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital ltda, 2017. Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2017.

AYOUCH, Thamy Claude. **Psicanálise e homossexualidades**: teorias, clínica e biopolítica. Curitiba: CRV, 2015.

AYOUCH, Thamy; BULAMAH, Lucas Charafeddine. A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia. **Revista Percurso**, São Paulo, n. 51, p. 115-126, 2013. Disponível em: <http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1069&ori=edicao&id_edicao=51>. Acesso em: 07 jun. 2016.

AZOUBEL, Lenise Lisboa. Um caso de homossexualidade masculina: considerações clínicas e teóricas. **Revista Brasleira de Psicanálise**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 1011-1020, 1996.

BARRETO, Monica Ismerim. **Como vêem, o que pensam, como agem os professores e professoras de ciências do município de Aracaju frente à homossexualidade**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.]

BARRETO, Monica Ismerim; ARAUJO, Maria Inez Oliveira. Professores e professoras de ciências de Aracaju-SE frente à homossexualidade. **Revista Reflexão e ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 157-176, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/6911/pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Educação sexual**: debate aberto. Petrópolis: Vozes, 1982.

BAYER, Ronald. **Homosexuality and american psychiatry**: the politics of diagnosis – with a new afterword on AIDS and homosexuality. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

BELMONTE, Pilar Rodriguez. **História da homossexualidade**: ciência e contra-ciência no Rio de Janeiro (1970-2000). 2009. 224 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BONTEMPI JR, Bruno. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Cad. Pesqui**., São Paulo , v. 41, n. 142, p. 188-207, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2016

BORGES, Lenise Santana et al . Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília , v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Manda executar o Codigo Criminal**. Carta de Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça aos 8 dias do mez de Janeiro de 1831. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o Codigo Penal**. Sala das sessões do Governo Provisorio, 11 de outubro de 1890, 2º da Republica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BROWN, Daniel G. Masculinity-Femininity development in children. Journal of Consulting Psychology, vol. 21, n. 3, p. 197-202, jun. 1957. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/h0044827>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BULAMAH, Lucas Charafeddine. **História de uma regra não escrita**: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. Notas para uma história de discriminação no movimento psicanalítico. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 1, p. 147-164, jun. 2013. Disponível em: <http://www.cpelin.org/estudosdalinguagem/ojs/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/305/341>. Acesso em: 07 jun. 2016.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual**? Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003, p.219-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTTURI JUNIOR, Atilio. Os discursos sobre a homossexualidade brasileira no período colonial. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 143-152, Abr.-Jun, 2013. Disponível em: < http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/19477>. Acesso em: 06 jul. 2016.

CABRAL, Anita de Castilho. Programa de Ação. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, ano 1, n. 1, set. 1949, p. 3-5.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; BECK, Dinah Quesada. Hommes de lettres e homossexualidade: discursos e pedagogias na primeira metade do século XX. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 38, p. 75-90, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1733>. Acesso em: 07 jun. 2016.

CAMPOS, Keli Cristina de Lara; WITTER, Geraldina Porto. Análise de títulos do periódico Paradigma. In: WITTER, Geraldina Porto. (org.). **Produção científica em psicologia e educação**. Campinas: Editora Alínea, 1999, p. 123-130.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 65-99, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100005>. Acesso em: 06 jun. 2016.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. S**ociabilidades de jovens homossexuais nas ruas de São Paulo**: deslocamentos e fronteiras. 2009. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTRO, Francisco José Viveiros de**. Attentados ao Pudor**: estudos sobre as aberrações do instincto sexual. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934.

CECCARELLI, Paulo Roberto. O que as homossexualidades têm a dizer à psicanálise (e aos psicanalistas). **BAGOAS – estudos gays, gêneros e sexualidades,** Natal, v.6, n. 8, p. 103-124, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n08art05_ceccarelli.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Memória e história da inovação educacional no Brasil**: o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-1969). 2010. 341f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 387-568

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bisexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, p. 19-24, 2006. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/249/63>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CORTEZ, Maria Cecília. **A adolescência como ponto de fuga**: uma introdução ao conceito de puberdade na obra de Freud. 1980. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

COSTA, Horácio et. al. (Orgs.). **Retratos do Brasil homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. A questão psicanalítica da identidade sexual. In: GRAÑA, Roberto B. **Homossexualidade**: formulações psicanalíticas atuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 15-28.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DOURADO, Luiz Angelo. **Homossexualismo e delinquência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

DOURADO, Luiz Angelo. **Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

DRESCHER, Jack. A história da homossexualidade e a Psicanálise organizada. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 47- 58.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; KYRILLOS NETO, Fuad. Curar a Homossexualidade? A psicopatologia prática do DSM no Brasil. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p.425-446, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000200004>. Acesso em: 11 jun. 2016.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DURST, Rogério. **Madame Satã**: com o diabo no corpo. São Paulo: Brasiliense, 2005.

EDITORIAL. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, ano 1, n. 1, set. 1949.

ESPERANÇA, Ângela Cabral; SILVA, IOLETE Ribeiro; NEVES, André Luiz Machado. Significados e sentidos sobre homossexualidade entre docentes: uma análise sócio-histórica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 739-749, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300017>. Acesso em: 17 ago. 2016.

FERRARI, Anderson. Revisitando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro , n. 25, p. 105-115, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FERRARI, Anderson; FRANCO, Elizabete. “Lidando com as homossexualidades” – a formação de professores em debate. **Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 9-20, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/931>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FIGARI, Carlos. **@s outr@s cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação?. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9717>. Acesso em: 02 nov. 2016

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: O cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014d.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2014e.

FOUCAULT, Michel. A Psicologia de 1850 a 1950. In: _____. **Problematização do sujeito:** psicologia, psiquiatria, psicanálise. Coleção Ditos e Escritos I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014f.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IV**: estratégias, poder e saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016a.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016b.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 227-255, jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100011>. Acesso em: 11 jun. 2016.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero. 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2009.

FREITAS, M. T. A. **Vygotsky e Bakhtin** - psicologia e educação: um intertexto. São Paulo: Ática, 1995.

FREUD, Sigmund. Considerações psicanalíticas sobre um caso de paranóia (dementia paranoides) autobiograficamente descrito. In: _____. **Observações Clínicas – Obras Completas de Sigmund Freud**, v. IX. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1959, p. 355-430.

FREUD, Sigmund. 9 de abril de 1935. In: JONES, Ernest. **Vida e obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979, p. 738-739.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-195. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 7).

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. **Para Inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982, p. 87-115.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étinico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Projetos e Pesquisas: Apresentação. **Pesquisa e Educação**, 2015. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/projetos-e-pesquisas/apresentacao>. Acesso em: 28 jan. 2017.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídio ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 111-131, ago. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200009>. Acesso em: 15 ago. 2016.

GILMAN, Sander. **Freud, raça e sexo**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol.11, n.1, Florianópolis, Jan./Jun 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104026X2003000100021>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GRAÑA, Roberto Barberena. **Homossexualidade**: formulações psicanalíticas atuais. Porto Alegre: Artes Médica, 1998a.

GRAÑA, Roberto Barberena. Além do desvio sexual: analisando a assim chamada perversão. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 32. N. 1, p. 83-101, 1998b.

GREEN, James Naylor. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: Uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 53-82, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/671>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GREEN, James Naylor. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p.271-295, 2000. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51350>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil – José Gatti entrevista James Green. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-18, jan. 2000. Ponto de Vista. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11932/11198>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan. Introdução. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, vol. 17, n. 2, p. 553–567, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 43-59, jan-abr. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100004>. Acesso em: 06 jun. 2016.

HELLER, Ágnes; FEHÉR, Ferenc. **Biopolítica**: la modernidade y la liberación del cuerpo. Barcelona: Ediciones Península, 1995.

HENRIQUES, Rogério Paes. **Freud e a narrativa paranoica**: Schreber revisitado. São Paulo: EdUSP, 2014.

JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULINO, Maria Angela Silveira. Representações sociais da homossexualidade entre professores do ensino público: continuidades e rupturas. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 266-285, jul./dez. 2008. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/4826>. Acesso em: 17 ago. 2016.

JONES, Ernest. **Vida e obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979.

KOHLBERG, Lawrence. A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and atitudes. In: MACCOBY, Eleonor. **The development of sex differences**. Stanford, California: Stanford University Press, 1966.

KNUDSEN, Patricia Porchat Pereira da Silva. **Gênero, psicanálise e Juditth Butler**: do transexualismo à política. 2007. 153 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psychopathia Sexualis**: as histórias de caso. São Paulo: Martisn Fontes, 2000.

KRONKA, Graziela Zanin. **A Encenação do corpo**: o discurso de uma imprensa (homo)erótico-pornográfica como prática intersemiótica. 2005. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2005.

KRONKA, Graziela Zanin. **A homossexualidade nas bancas de jornal**: a enunciação do "assumir-se" homossexual na imprensa especializada. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LANGER, Marie. **Maternidad y Sexo**: estúdio psicoanalítico y psicossomático.

Buenos Aires: Editorial Paidós, 1976. Disponpivel em:

<https://psicologiaen.files.wordpress.com/2016/08/langer-maternidad-y-sexo.pdf>.

Acesso em: 23 jun. 2018.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; EDDINE, Eder Ahmad Charaf. Homossexualidades: espaço em uma revista especializada?. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 789-801, set. 2015 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300021&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 06 ago. 2016.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicol. cienc. prof**., Brasília , v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2016.

LOPES, Charles Roberto Ross. **Seja Gay... mas não se esqueça de ser discreto**: produções de masculinidades homossexuais na Revista Rose (Brasil 1979-1983). 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOPES, Luiz Simões. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica: ano 1. Número 1, setembro de 1949. **Arq. bras. psicol**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 196-197, abr. 2009. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, vol.19, n.2, p.17-23, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>. Acesso em: 06 jun. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual da educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 85-94.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, vol.09, n.2, Florianópolis, Jul./Dez. 2001. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 06 jun. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOWENKRON, Laura. A emergência da pedoflia no fnal do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 231-255, jan-jun. 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/200>. Acesso em: 28 set. 2018.

LYNN, David B. A note on sex diferences in the development of masculine and feminine identification. **Psychological Review**, vol. 66, n. 2, p. 126-135, mar. 1959. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/h0042624>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MACCOBY, Eleanor Emmons; JACKLIN, Carol Nagy. **The psychology of sex differences**. Stanford, California: Starford University Press, 1974.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MADLENER, Francis; DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia**, Niteroi, v. 19 - n. 1, p. 49-60, Jan./Jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000100004>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. 2007. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2007.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 06 ago. 2016.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Esquadrinhando corpos abjetos: as homossexualidades nas redes de enunciações científicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1553-1567, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508142513>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MARCHON, Paulo (Org.). **A Psicanálise no Rio de Janeiro e sua difusão pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. Notas sobre um intinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros? **Em Pauta**, Rio De Janeiro, v. 9, n. 28, p. 183-194, dez. 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2941>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MATTHEWS-GRIECO, Sara F. Corpo e sexualidade na Europa do Antigo Regime. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: da Renascença às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 217-302.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. **Tests**: introducção ao estudo dos meios scientificos de julgar a inteligência e a aplicação dos alumnos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

MELO, Iran Ferreira de. **A concepção da homossexualidade em textos jornalísticos**: uma análise crítica da transitividade verbal. 2007. 91 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise crítica do discurso**: um estudo sobre a representação de LGBT em jornais de Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

MELO, Iran Ferreira de. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira**: análise da representação de atores sociais na Folha de São Paulo. 2013. 385 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MICHAELS, Stuart; LHOMOND, Brigitte. Conceptualization and measurement of homosexuality in sex surveys: a critical review. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1365-1374, jul, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700002>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2015.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013.

MOKREJS, Elisabete. **A psicanálise no Brasil**: as origens do pensamento psicanalítico. Petrópolis: Vozes, 1993.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7153>. Acesso em: 06 jul. 2016.

MONARCHA, Carlos. O triunfo da razão psicotécnica: medida humana e equidade social. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 129-141.

MONZANI, Luiz Roberto; BOCCA, Francisco Verardi. Novo aporte ético em face da concepção freudiana da sexualidade. **Ipseitas**, São Carlos, vol. 1, n. 1, p. 21-44, jan.-jun., 2015. Disponível em: < http://www.revistaipseitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/35>. Acesso em: 19 set. 2016.

MORAES, Pedro Deodato. Tests Pedagogicos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MOTT, Luiz. **Bahia**: inquisição e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010.

MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 169-190, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111359>. Acesso em: 06 jun. 2016.

MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 99-122, mar./ago. 1985. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3604>. Acesso em: 06 jun. 2016.

MÜLLER, Rita de Cássia Flores. Gênero e sexualidade nos Cadernos de Pesquisa (FCC) de 1971 a 2004. In: GROSSI, Miriam Pillar et al. (Org.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 239-266.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino et al. Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 547-563, set. 2015 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 06 ago. 2016.

NUCCI, Marina Fisher; RUSSO, Jane Araújo. O terceiro sexo revisitado: a homossexualidade no Archives of Sexual Behavior. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 127-147, 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2016.

PAOLIELLO, Gilda. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 29- 46.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. Para uma crítica da razão pscométrica. In: _____. **Mutações do cativeiro**: escritos de psicologia e política. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000, p. 65-84.

PAVANELI, Aline; BARRETO, Helena. Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica. **G1 Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 2018. Disponível me: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2018.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria queer e a Reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, n. 27, Campinas, Jul.-Dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000200020>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PERESTRELLO, Marialzira. Precursores epioneiros. In: MARCHON, Paulo (Org.). **A Psicanálise no Rio de Janeiro e sua difusão pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a, p. 246-267.

PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b, p. 268-282.

POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 54-76.

PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Disponível em: <books.scielo.org>. Acesso em: 18 ago. 2018.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADO FILHO, Kleber. Para uma arqueologia da Psicologia (ou: Para pensar uma psicologia em outras bases). In: GUARESCHI, Neuza M. et al. **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. E-Book.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

QUINET, Antonio. Homossexualidades em Freud. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 89-105.

RAWET, Samuel. **Homossexualismo**: sexualidade e valor. Rio de Janeiro: Olivé Editor, 1970.

RIBEIRO, Leonídio. Ciência homossexualismo e endrocrinologia. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 498-511, set. 2010 [1935]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2018.

ROCHA, Gilberto S. **Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RODRIGUES, Nelson. **O casamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROUDINESCO, Elisabeth. A psicanálise à prova da homossexualidade. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 107-117.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso. Citações a periódicos na produção científica de Psicologia. **Psicol. cienc. prof**., Brasília, v. 28, n. 3, p. 452-465, 2008, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SANTOS, Daniel Kerry dos. As produções discursivas sobre a Homossexualidade e a construção da Homofobia: problematizações necessárias à psicologia. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-25, jan-jun. 2013. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 11 jun. 2016.

SANTOS, Edith Lopes Modesto dos. ***Homossexualidade, preconceito e intolerância*****:** análise semiótica de depoimentos. 2010. 296 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Yurín Garcêz de Souza; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SANTOS, Yurín Garcêz de Souza; SCORSOLINI-COMINB, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade Masculina: Revisando a Produção Científica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000300017>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Júlio. Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?...1>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SILVA, Teresa Roseeley N. da; GUARIDO, Alza L.; GRACIANO, Marília. Estudos sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitues de seus filhos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 18, p. 15-19, 1976.

SILVA FILHO, Antonio Carlos Pacheco e. **Perversões sexuais**: um estudo psicanalítico. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. **Rompendo a mordaça**: representações de professores e professoras do ensino médio sobre a homossexualidade. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves; FERNANDES, Monica Pinheiro; FAUSTINO, Sandra Regina de Oliveira. Entre os ditos e os interditos: representações de professores e professoras do ensino fundamental sobre gênero e sexualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Luis, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v23n1p107-125>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SILVA, Alessandro Soares. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). **BAGOAS – estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, v.6, n. 8, p. 77-102, jul./dez. 2012.

Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3353>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SILVA, Jackson Ronie Sá da. **"Homossexuais são..."**: revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva *queer*. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

SILVA, Marlon Silveira da; MEDEIROS, Talita Gonçalves; CAETANO, Marcio. A invenção da homossexualidade feminina: discurso científico, regulação e educação. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 6.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2015, Canoas. **Anais Eletrônicos**... Canoas: ULBRA, UFRGS, 2015. p. 1-12. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/resources/anais/3/1430073028_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 75-98, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420075>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, p. 37-78, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200003>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof**., Brasília , v. 30, n. especial, p. 8-41, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2016.

SOUZA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual da educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 95-124.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura**: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198-220, 2015. Disponível em: < http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/3659>. Acesso em: 06 jul. 2016.

SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 119-134, set./dez. 2010. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/pp/v21n3/v21n3a08.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Estudo do conceito de puberdade na obra de Freud**. 1977. 46 f. Relatório de Qualificação (Mestrado)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sexo é uma coisa natural? A constituição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SOUZA, Rafael de. **"Saindo do gueto"**: o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SPARGO, Tamsin. **Foucault y la teoria queer**. Barcelona: Gedisa, 2004

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.

VALE, Eliana Araújo Nogueira. **Os rumos da psicanálise no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2003.

VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 39-49.

WUO, Andrea Soares. **A criança na Revista de Psicologia Normal e Patológica do Instituto de Psicologia da PUCSP (1955-1973):** um estudo sobre "ajustamento/desajustamento". 2009. 271 f. Tese (Doutorado em Educação – Psicologia da Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Fontes Pesquisadas

AARDWEG, G. J. M. van den. 75 homossexuais masculinos em tratamento. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 155-171, jan./jun. 1972.

ABRAMOWICZ, Mere; FINELLI, Iginia C. A preferência do papel sexual-social em crianças pequenas, relacionada com a classe social. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, Ano XIV, n. 44, p. 39-61, jul./dez. 1962.

ANDRADE, Victor Manoel. Maternidade, orgasmo e instinto de morte: uma contribuição à psicologia da mulher. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. XVI, n. 2, p. 223-239, 1982.

AUGRAS, Monique Rose Aimée (Presidente). O espaço do homossexualismo na psicologia contemporânea. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 03, p. 25-40, jul./set. 1982. Mesa Redonda.

AZAMBUJA, Sônia Curvo de. Laio ou a fertilidade impossível. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. XX, n. 2, p. 187-206, 1986.

BARRA, Elza. Desvios da sexualidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. II, n. 3, p. 373-386, 1968.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. Diferenças sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 21, p. 47-60, 1977.

BARROSO, Carmen L. M.; MELLO, Guiomar N. de; CAMPOS, Maria M. M.; GOUVEIA, Aparecida J. Percepção de controle e inovação de papéis sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 25, p. 53-94, 1978.

BARROSO, Carmen Lúcia de M.; BRUSCHINI, Maria Cristina A.; KUBOTA, Nair; LESSA, Zenaide Lázara. Sexualidade infantil e práticas repressivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 31, p. 86-94, 1979.

BRAUER, Jussara Falek. Análise de pesquisas que se propõem a encontrar sinais de homossexualismo no Teste de Apercepção Temática (TAT). **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. XXV, n. 67, p. 35-39, 1974.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; CHAUÍ, Marilena; KEHL, Maria Rita; WEREBE, Maria José. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 36, p. 99-110, 1981. Mesa-Redonda.

CINTRA, Pe. Benedito Eliseu Leite. Implicações morais e religiosas na homossexualidade. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 47-50, jan./jun. 1972.

EPPS, Dorina. Aspectos genéticos e endócrinos da intersexualidade e da homossexualidade. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 11-17, jan./jun. 1972.

FERRÃO, Laertes Moura. Homossexualidade e defesas maníacas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 85-93, 1967.

FERRÃO, Laerte Moura. Identidade sexo e seus distúrbios – aspectos teóricos e clínicos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. III, n. 1-2, p. 76-106, 1969.

FRANCO FILHO, Odilon de Mello. Caracterização e Gênese da homossexualidade. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 3-9, jan./jun. 1972.

GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 25, p. 29-44, 1978a.

GRACIANO, Marília. Homem-Mulher: por que polarizamos os sexos? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 26, p. 93-98, 1978b.

GRACIANO, Marilia; SILVA, Teresa R. N. da; GUARIDO, Elza L. Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 21, p. 16-39, 1977.

LÔBO, Fábio Leite; MORAES, Oswaldo Domingues de. Identidade sexo e seus distúrbios – aspectos teóricos e clínicos: Consideração especial sobre alguns aspectos precoces da formação da auto-identidade sexual. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. III, n. 1-2, p. 31-48, 1969.

LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette. A expressão da homossexualidade no desenho da figura humana. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. XIII, n. 41-42, p. 29-32, jan./dez. 1961.

LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette. O homossexualismo através dos testes psicológicos em geral. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 69-104, jan./jun. 1972a.

LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette. Avaliação da masculinidade-feminilidade em crianças. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 105-122, jan./jun. 1972b.

LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette; VAN KOLCK, Theo. O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. XXIII, n. 61, p. 27-51, jan./jun. 1971.

MACHADO NETO, Avelino Ferreira. Homossexualismo: uma aproximação clínico-teórica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. XIX, n. 1, p. 7-21, 1985.

MARCONDES, Durval. Identidade de sexo e estrutura do ego. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 468-475, 1968.

NAGELSCHMIDT, Ana Mathilde Pacheco e Chaves. O conceito da bissexualidade na obra de Freud. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 51-58, jan./jun. 1972.

NEDER, Mathilde. Homossexualismo e psicologia da criança. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 147-154, jan./jun. 1972.

NIGRI, Isaac José. A inveja do pênis. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 207-224, 1981.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, p. 11-19, 1985.

RUFINO, Américo; BICUDO, Virgínia Leone. Problemas de ego face a identificações míticas e identidade de sexo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. III, n. 3-4, p. 267-282, 1969.

SILVA FILHO, A. Carlos Pacheco e. Desvios sexuais – algumas considerações psicanalíticas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. XIII, n. 2, p. 189-203, 1979.

SILVA, Athayde Ribeiro da. Um caso de homossexualismo psíquico. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 1, p. 89-93, mar. 1967.

SIMON, Ryad. Prevenção da homossexualidade masculina. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 19-46, jan./jun. 1972.

SOUZA, Décio Soares de. “Acting-out”, depressão e homossexualidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 204-212, 1967.

VAN KOLCK, Theo. Alguns fatores psicológicos na etiologia do homossexualismo. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. XIII, n. 41-44, p. 29-32, jan./dez. 1961.

VAN KOLCK, Theo. Homossexualidade masculina no Rorschach. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 123-146, jan./jun. 1972.

WEREBE, Maria José Garcia. Implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 26, p. 21-27, 1978.

WITTER, Geraldina Porto. Terapia Comportamental e homossexualismo. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 59-68, jan./jun. 1972.

Apêndice

Apêndice A – Compilação das referências bibliográficas

Autor	Título	Lugar	Ano	Revista / Editora
LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette; VAN KOLCK, Theo. O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. XXIII, n. 61, p. 27-51, jan./jun. 1971.				
Aardweg, G. J. M van den	Male homosexuality and psychological tests.		1969	Intern. Ment. Health Res. Newsl.
Abraham, A.	Le dessin d'une persone (Le test de Machover)	Neuchâtel, Suiça		Delachaux e Niestlé
Armstrong, R. G. Hauck, P. A.	Sexual identification and the fist figure drawn		1961	J. Consult. Psych.
Armon, V.	Some personality variable in overt female homosexuality		1960	J. Proj. Techn.
Baker, A. J. Mathis, J. K. Powers, C. A.	Drawing characteristics of male homosexuals		1953	J. Clin. Psych.
Bieliauskas, V. J.	Sexual identification in children's drawings of human figure		1960	J. Clin. Psych.
Brown, D. G.	Sex-role preference in young children		1956	Psych. Monogr.
Brown, D. G.	Masculinity-Femininity development in children		1957	J. Consult. Psych.
Brown, D. G. Tolor, A.	Human figure drawings as indicators of sexual identification and inversion		1957	Perc. Mot. Skills
Buck, J. N.	The H. T. P. Technique: a qualitative and quantitative scoring manual		1948	J. Clin. Psych. Monogr. Suplem.
Butler, R. I. Marcuse, F. L.	Sex identification at different ages using the Draw-a-Person Test		1959	J. Proj. Techn.
Cirone, M. Venier, N.	Il grado de differenziazone sessuale nel disegno di figura umana. Ricerca su eschimesi della Groenlandia Orientale		1963 1965	Contributi Rie. Scientifi.
Cutter, F.	Sexual differentiation in figure drawings and overt deviation		1956	J. Clin. Psych.
Davids, A. DeVault	Use of the T. A. T. and Human Figure Drawings in research on personality, pergnancy, and perception		1960	J. Proj. Techn.
Dennis, W.	The human figure drawing of Bedouins		1960	J. Proj. Techn.
De Grada, E. Mazzotti, R. Ponzo, E.	Rapporti tra fenomeni proiettivi e stereotipie sociali nel disegno di figura umana		1965	Riv. Psicol.

De Martino, M. F.	Human figure drawings by mentally retarded males		1954	J. Clin. Psych.
Feather, D. B.	An exploratory study in the use of figure drawings in a group situation		1953	J. Soc. Psych.
Fisher, G. M.	Relationship between diagnosis of neuropsychiatric disorder, sexual deviation, and sex of the first drawn figure		1959	Perc. Mot. Skills
Fisher, G. M.	Sexual identification in mentally retarded male children and adults		1960	Amer. J. Mental Defic.
Fisher, G. M.	Sexual identification in mentally sub-normal females		1961	Amer. J. Mental Defic.
Fisher, G. M.	Nudity in human figure drawings		1961	J. Clin. Psych.
Fisher, G. M.	Human figure indices of sexual maladjustment in male felons		1968	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Fisher, S. Fisher, R.	Style of sexual adjustment in disturbed women and its expression in figure drawings		1952	J. Psychol.
Frank. G. H.	A test of the use of a figure drawing test as an indicator of sexual inversion		1955	Psychol. Rep.
Goodenough, F. L.	Measurement of intelligence by drawings	Nova York, U. S. A.	1926	Yonkers-on-Hudson
Grans, A. Rinder, L.	Signs of homossexuality in human-figure drawings		1958	J. Consult. Psych.
Granick, S. Smith, L. J.	Sex sequence in the Draw-a-Person Test and its relation to the MMPI Masculinity-Femininity Scale		1953	J. Consult. Psych.
Gravitz, M. A.	Normal adult differentiation patterns on the fogure drawing test		1966	J. Proj. Tech. Person. Assess.
Gravitz, M. A.	Marital status and figure drawing choice in normal young adults		1967	J. Proj. Tech. Person. Assess.
Gunsburg, H. C.	Le dessin du bonhomme dans le déficience mentale		1952	Rev. Psych. Appl.
Hammer, E. F.	Relationship between diagnosis of psychossexual pathology and the sex of the first drawn person		1952	J. Clin. Psych.
Hammer, M. Kaplan, A. M.	The reliability of sex of the first figure drawn by children		1964	J. Clin. Psych.
Haworth, M. R. Normington, C. J.	A sexual differentiation scale for the D. A. P Test (for use with children)		1961	J. Proj. Techn.
Holtzman, W. H.	The examiner as a variable in the Draw-a-Person Test		1952	J. Consult. Psych.
Holtzberg, J. D.			1950	J. Proj. Techn.

Wexler, M.	The validity of the human form drawings as a measure of personality deviation			
Kaartinen, A.	Drawings of girls and boys as indicators of the diferentiation of sex roles in school age		1960	Acta Acad. Paedag. Jyvaskylaensis
Kaartinen, A.	Relations between drawing variables dependent on sex and personality traits		1960	Acta Acad. Paedag. Jyvaskylaensis
Knopf, I. J. Richards, T. W.	The child's differentiation of sex as refleted in drawings of the human figure		1962	J. Genet. Psych.
Kurtzberg, R. L Cavior, N. Lipton, D. S.	Sex first and sex drawn larger by opiate addict and non addict inmates on the draw-a-Person		1968	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Laird, J. T.	A comparison of male normals, psychiatric patients and alcoholics for sex drawn first		1962	J. Clin. Psych.
Laird, J. T.	A comparison of female normals, psychiatric patients and alcoholics for sex drawn first		1962	J. Clin. Psych.
Levitt, E. E. Grosz, H. J.	A note on sex sequence in the Draw-a-Person Test		1959	Psychol. Newsltr.
Levy, S.	Figure drawing as a projective test. In Abt, L. E. e Bellack, L. (Eds.)	Nova York, U. S. A.	1959	Projective Psychology. Grove Press
Litt, S. Margoshes, A.	Sex-change in successive Draw-a-Person tests		1966	J. Clin. Psych.
Lourenção van Kolck, O.	A expressão da homossexualidade no desenho da figura humana		1961	Bol. Psicol.
Lourenção van Kolck, O.	Sôbre a técnica do desenho da figura humana na exploração da personalidade	São Paulo, Brasil	1966	Bol. n.º 293. Psicol. Educ.
Lourenção van Kolck, O. Kolck, T. van	Técnicas para avaliação da masculinidade e feminilidade		1967	Rev. Psicol. Norm. Patol.
Kolck, T. van Lourenção van Kolck, O.	Aplicação experimental de um teste projetivo para masculinidade-feminilidade		1968	Bol. Psicol.
Lynn, D. B.	A note on sex differences in the development of masculini and feminini identification		1959	Psych. Ver.
Machover, K.	Personality projection in the drawing of the human figure	Springfield, U. S. A.	1949	Ch. C. Thomas
Machover, K. Plumeneau, F. Puzzo, F. S. Machover, S.	An objective study of homossexuality in alcoholism. In Clinical and objective studies of personality variables in alcoholism		1959	III. Quart. J. Studies on Alcohol.

Machover, S. Puzzo, F. S.	Effect of acute alcoholization on the release of homossexual trends in chronic alcoholism	Rio de Janeiro, Brasil	1960	An. VI Congr. Interamer. Psicol.
Mainord, F. R.	A note on the use of Figure Drawings in the diagnosis of sexual inversion		1953	J. Clin. Psych.
Mattos Saldanha, A. Prolla, M. L.	A técnica de Machover em um caso de pseudo-hermafroditismo	Porto Alegre, Brasil	1961	Universidade
McHugh, A. F.	Sexual identification, size and associations in children's figure drawings		1963	J. Clin. Psych.
Melikian, L. H. Wahab, A. Z.	First-drawn picture: a cross-cultural investigation of the DAP		1969	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Morris, W. W.	Ontogenetic changes in adolescence reflexted by drawing-human-figure technique		1955	Amer. J. Orthopsychiat.
Moya, G.	Estudio de inteligencia, personalidad y comportamiento em um grupo de 165 soldados		1958	Rev. Psicol. Gen. Aplic.
Murphy M. M.	Sexual differentiation of male and female job aplicants on the Draw-a-Person		1957	J. Clin. Psych.
Phelan, H. M.	The incidance and possible significance of the drawing of female figures by sixth-grade boys in response to the Draw-a-Person Test		1964	Psychiat. Quart
Reznikoff, M. Dies, R. R.	The use of clothing in Human Figure Drawings		1969	J. Clin. Psych.
Rosen, A. Boe, E. E.	Frequency of the nude figure drawings		1968	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Sherman, L. T.	Sexual differentiation or artistic hability?		1958	J. Clin. Psych.
Sipprelle, C. N. Swensen, C. H.	Relationship of sexual adjustment to certain sexual characteristics on human figure drawings		1956	J. Consult. Psych.
Starr, S. Marcuse, F. L.	Reliability in the Draw-a-Person Test		1959	J. Proj. Techn.
Swensen, Jr., C. H.	Sexual differentiation on the Draw-a-Person Test		1955	J. Clin. Psych.
Swensen, Jr., C. H. Newton, K. R.	The development of sexual differentiation on the Draw-a-Person Test		1955	J. Clin. Psych.
Tolor, A. Tolor, B.	Judgment of children's popularity from their human figure drawings		1955	J. Proj. Techn.
Vilhoti, A. J.	An investigation of the use of the DAP in the diagnosis		1958	Amer. J. Mental Defic.

	of homossexuality in mentally deficient			
Weider, A. Noller, P. A.	Objetive studies of children's Drawings of Human Figures. II. Sex, age, intelligence.		1953	J. Clin. Psych.
Whitaker, Jr. L.	The use of an extended Draw-a-Person Test to identify homossexual and effeminate men		1961	J. Consult. Psych.
Wisotsky, M.	A note on the order of figure drawings among incarcerated alcoholics		1959	J. Clin. Psych.
Witkin, H. A. Lewis, H. B. Hertzman, M. Machover, K. Meissmer, P. B. Wapner, S.	Personality throgh Perception	Nova York, U. S. A.	1954	Harper
Zausmer, A.	Um estudo sôbre o Teste Goodenough num grupo de pré-escolares de São Paulo		1953	Arq. Bras. Psicol.
FRANCO FILHO, Odilon de Mello. Caracterização e Gênese da homossexualidade. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 3-9, jan./jun. 1972.				
BICUDO, V. L. RUFINO, A.	Problemas do Ego face a identificações Míticas e Identidade de Sexo		1969	Rev. Bras. Psican.
FERRÃO, L. M.	Homossexualidade e Defesas maníacas		1967	Rev. Bras. Psican.
FREUD, S.	Um Recuerdo Infantil de Leonardo da Vinci	Buenos Aires, Arg.		Edit. Nueva
	Observaciones Psicoanaliticas sobre um caso de Paranóia (Domentia Paranoides) Autobiograficamente. Descrito.		1948	
KLEIN, M.	Fontes do Inconsciente	Rio de Janeiro, Brasil	1964	Zahar Editores
ROSENFELD, H.	Remarks on the Relation of Male Homossexuality to Paranóia, Paranoid Anxiety, and Narcisism		1949	Intrn. J. Psychoanal.
EPPS, Dorina. Aspectos genéticos e endócrinos da intersexualidade e da homossexualidade. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 11-17, jan./jun. 1972.				
Feder H. H.	Specificithy of testosterone and estradiol in the differentiating neonetal rat		1967	Anat. Rec.
Federman, D. D.	Abnormal devolopment	Philadelphia, U. S . A	1967	W. B. Sanders
Goy, R. W.	Organizing effects of Androgen on the Behaviour of Rhesus Monkey	Londres, Ingl.	1968	In Richard, P. M. (Ed.), Endocrinology and Human Behaviour, Oxford Univ. Press.

Harrys, G. W. Levine, S.	Sexual differentiation of the brain and its experimental control		1965	J. Physol.
Loraine, J. A. Ismail, A. A. A. Adamopoulos, D. A. Dove, G. A.	Hormone excretion of male and female homosexuals		1970	Brit. Med.
Money, J. Ehrhardt, A. A.	Prenatal Hormonal Exposure: Possible Effects of Behaviour in Man	Londres, Ingl.	1968	In Richard, P. M. (Ed.), Endocrinology and Human Behaviour, Oxford Univ. Press.
Money, J. Hamson, J. L.	Hermaphroditism. Recommendations concerning assignment of sex, change of sex and psychological management		1955	Bull John Hopkins Hosp.
Phoenix, C. H. Goy, R. W. Gerall, A. A. Young, W. C.	Organizing action of prenatally adminitered testosterone on the tissues mediating mating behaviour in the female guinea pig		1959	Endocrinology
SIMON, Ryad. Prevenção da homossexualidade masculina. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 19-46, jan./jun. 1972.				
BIEBER, I.	Homossexuality	Nova York, U. S. A.	1962	Basic Books Inc.
CAPLAN, G.	Principles of Preventive Psychiatry			
FENICHEL, O.	Teoria Psicoanalítica de las Neurosis	Buenos Aires, Arg.	1959	Ed. Nova
FREUD, S.	Psycho-Analytuc Notes on na Autobiographical Account of a Case of Paranoia (Dementia Paranoides)	Londres, Ingl.	1911	Standard Edition, vol. XII
HOOKER, E.	Male Homosexuals and their Worlds		1965	Basic Books Inc.
KALMAN, F. J.	A comparative twin study of the genetic aspects of male homossexuality		1952	J. Nerv. Ment. Dis.
KINSEY, A. C. POMEROY, W. B. MARTIN, C. E.	Sexual Behavior in the Human Male	Nova York, U. S. A.	1948	Sauders
LANG, T	Studies in the genetic determination of homossexuality		1940	J. Nerv. Ment. Dis.
LEAVEL, H. R. CLARK, E. G.	Preventive Medicine for the Doctor and his Community	Nova York, U. S. A.	1965	Mc Graw-Hill
MARMOR, J.	The Role of Instinct in Human Behavior		1942	Psychiatr.
MARMOR, J.	Sexual Inversion		1965	Basic Books Inc.
MAYERSON & LIEF, H. I.	Psychoterapy of Homossexuals: A Fallow-up Study of Nineteen Cases	Nova York, U. S. A.	1965	Basic Books Inc.

MEAD, M.	Cultural Determinantes of Sexual Behavior	Baltimore, U. S. A	1961	Williams & Wilkins
OPLER, M. K	Antrophological and Cross-Cultural aspects of Homossexuality	Nova York, U. S. A.	1965	Basic Books Inc.
PARE, C. M. B.	Homossexuality and Chromossomal Sex		1956	J. Psychossom. Res.
CINTRA, Pe. Benedito Eliseu Leite. Implicações morais e religiosas na homossexualidade. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 47-50, jan./jun. 1972.				
Bonaparte, M. Kris, E. Freud, A.	La naissance de la psychanalyse	Paris, França	1956	Press. Univ. France
FREUD, S.	Um Recuerdo Infantil de Leonardo da Vinci	Madrid, Espanha	1948	Edit. Nueva
FREUD, S.	Trad. Lopes Ballesteros y Torres	Madrid, Espanha	1948	Edit. Nueva
Jones, E.	La vie et l'ouvre de Sigmund Freud	Paris, França	1958	Press. Univ. France
Jones, H. W. Scott, W. W.	The origen of the concept of hermaphroditism in graeco-roman culture	Nova York, U. S. A.	1958	Williams & Wilkins
Marcondes, D.	Identidade de sexo e estruturação do ego		1968	Rev. Bras. Psican.
Rocoeur, P.	De l'interpretation	Paris, França	1968	
NAGELSCHMIDT, Ana Mathilde Pacheco e Chaves. O conceito da bissexualidade na obra de Freud. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 51-58, jan./jun. 1972.				
Abel, G. G. Levis, D. J. Clancy, J.	Aversion Therapy Applied tho Taped Sequences of Deviant Behavior in Exibitionism and Other Sexual Diviations		1970	J. Behav. Exp. Psychiat.
Bachrach, A. J.	Experimental Foundations of Clinical Psychology	Nova York, U. S. A.	1965	Basic Books Inc.
Bandura, A.	Psychoterapy as Learning Process		1961	Psychol. Bull
Beech, H. R.	Classical Conditioning of Sexual Deviation: A preliminary Note		1971	Behav. Ther.
Cautela, J. R.	Covert Reinforcement		1970	Behav. Ther.
Eysenck, H. J.	Behavior Terapy and its Critics		1970	Behav. Ther.
Eysenck, H. J. Rachman, S.	The Causes and Cures of Neurosis	San Diego, Cal., U. S. A	1965	Robert R. Knapp
Feldman, M. P.	Aversive therapy of sexual diviations: A critical review		1966	Psychol. Bull
Skrinner, B. F.	Some Problems in the treatment of homossexuality		1960	Oxford, Pergamon Press
Gershman, L.	Case conference: A transvertite Fantasy Treated by Thoug		1970	J. Behav. Exp. Psychiat.
Gray, J. J.	Case Conference: Behavior Therapy in a Patient Whith Homossexual Fantasies and Heterossexual Anxiety		1970	J. Behav. Exp. Psychiat.

Kalish, H. I.	Behavior Therapy. In Wolman	Nova York, U. S. A.	1965	Mc Graw-Hill
Keller, F. S. Schoenfeld, W.	Principles of Psychology	Nova York, U. S. A.	1950	Appleton-Century Crofts
Kraft, T.	Tratament for sexual perversions		1969	Behav. Ther.
Mandel, K. H.	Preliminary report on a new aversion therapy for male homossexuals		1970	Behav. Ther.
Mayer, V.	Comments on A. J. Yates's Misconceptions About Behavior Therapy: A point of View		1970	Behav. Ther.
Mc Conaghy, N.	Penile Response Conditioning and its Relationship tho Aversion Therapy in Homosexuals		1970	Behav. Ther.
Mower, O. H.	Learning Theory and Behavior Therapy In Wolman		1965	Mc Graw-Hill
Quinn, J. T. Harbison, J. J. McAllister, H.	An attempt to shape human penile responses		1970	Behav. Ther.
Schutz, R. E. Baker, R. L.	The Experimental Analysis of Behavior in Educational Research		1968	Behav. Ther.
	Ciência e Comportamento Humano	Brasilia, Brasil	1967	Editora da Universidade de Brasilia
Smith, C. E.	Correction treatment of the sexual deviate		1968	Am. J. Psychiat.
Solomon, R. L.	Punishment		1964	Am. Psychol.
Smart, R. B.	Operant Interpersonal Treatment for Marital discord		1969	J. Consult. Psych.
Wolpe, J. Lazarus, A. A.	Behavior Therapy Techniques		1966	Oxford, Orgamon Press
Wolpe, J. Salter, A. Reyna, L. J.	The Conditioning Therapies	Nova York, U. S. A.	1966	Holt, Rinehart & Winston
Yates, A. J.	Misconceptions About Behavior Therapy: A Point of View		1970	Behav. Ther.
LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette. O homossexualismo através dos testes psicológicos em geral. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 69-104, jan./jun. 1972a.				
Aardweg, G. J. M van den	Mannelike homosexualiteit em psychologischtests		1964	Ned. Tijdsch. Psych.
Aardweg, G. J. M van den	Male homosexuality and psychological tests.		1969	Intern. Ment. Health Res. Newsl.
Aaranson, B. S.	A comparason of two MMPI measures of masculinity femininity		1961	J. Clin. Psych.
Aaranson, B. S.			1961	J. Clin. Psych.

Grumpelt, H. R.	Homosexuality and some MMPI measures of masculinity-femininity			
Adams, N. M. Caldwell, W. E.	The Children's Somatic Apperception Test, a techniqye for quantify body image		1963	J. Genet. Psych.
Allen, R. M. Haupt, T. D.	The Sex Inventory: test-retest reliabilities of scale scores and itens		1966	J. Clin. Psych.
Barclay, A. Cusumano, D. R.	Father absence, cross-sex identy and field-dependent behavior in male adolescents		1967	Child Developm.
Baker, A. J. Mathis, J. K. Powers, C. A.	Drawing characteristics of male homosexuals		1953	J. Clin. Psych.
Barrows, G. A Zuckerman, M.	Construct validity of three masculinity-femininity tests		1960	J. Clin. Psych.
Bentler, P. M. Sherman, R. W. Prince, Ch.	Personality characteristics of male transvestites		1970	J. Clin. Psych.
Berdie, R. F.	A femininity adjective check list		1959	J. Appl. Psych.
Bieliauskas, V. J. Miranda, S. B. Lansky, L. M.	Obviuosness of two masculinity-femininity tests		1968	J. Consult. Psych.
Braun, J. R.	Relathionship between the Femininity Adjective Check List and the Vocational Preference Inventory M-F Scale		1964	Psych. Rep.
Brown, D. G.	Masculinity-Femininity development in children		1957	J. Consult. Psych.
Brown, D. G.	The development of sex-role inversion and homosexuality		1957	J. Pediat.
Buck, J. N.	The H-T-P Tecnique: a qualitative and quantitative scoring manual		1948	J. Clin. Psych.
Buck, J. N.	Richmond Workshop Materials on the House-Tree Person (H-T-P). Administration and interpretation of the HTP Test	Beverly Hills, U. S. A.	1950	Western Psych. Serv.
Buck, J. N. Hammer, E. F.	Advances in the House-Tree-Person Technique: Variations and Applications	Los Angeles, U. S. A.	1969	Western Psych. Serv.
Burton, A.	The use of the masculinity-femininity scale of the Minnesota Multiphasic Personality Inventory as an aid in the diagnosis of sexual inversion		1947	J. Psych.

Calvi, G.	Uno studio pilota per Fadattameno e Fitem analysis delia scale M-F di Terman		1962	Contributi dell'Instituto di Psicologia
Calvi, G.	L'evoluzione psicosessual in uma comunitá religiosa maschile, valutata com um test di mascolinitá-femminilita		1962	Istit. Psicol.
Cattel, R. Morony, J. H.	The use of the 16 PF in distinguishing homosexuals, normals, and general criminals		1962	J. Consult. Psych.
Cattel, R. B. Saunders, D. R. Stice, G. F.	Handbook for the Sixteen Personality Factor Questionnaire (The 16 PF Test)	Champaing, U. S. A.	1950	Inst. Person. Abil. Testing
Chateau, J.	Note sur la psychopathologie différentielle des sexes		1957	Enf.
Chatterjee, B. B.	Masculinity-femininity as predictor of job satisfaction of teachers		1964	J. Psych. Orient.
Cillis, O. E. de Orbison, W. O.	A comparison of the Terman and Miles test and the MF scale of MMPI		1950	J. Appl. Psych.
CLARK, K. E.	Vocational interests of non professional men	Minneápolis, U. S. A.	1961	Univ. Minnesota Press.
Cowden, J. E. Morse, E. L.	The relationship of defensiveness to response of the sex inventory		1970	J. Clin. Psych.
Cowden, J. E. Pacht, A.	The sex Inventory as a classification instrument for sex offenders		1969	J. Clin. Psych.
Dean, R. B. Richardson, H.	Analysis of MMPI profiles of forty college-educated overt male homosexuals		1964	J. Consult. Psych.
Dean, R. B. Richardson, H.	An MMPI high-point codes of homossexual versus heterosexual males		1966	J. Consult. Psych.
Deri, S. K.	Introduction to the Szondi test	Nova York, U. S. A.	1953	Grune e Stratton
Edwards, A. L.	Edwards Personal Preference Schedule	Nova York, U. S. A.	1953	Psych. Corp.
Ekman, G. Kunnapas, T.	Scales of masculinity and femininity: a futher study of direct and indirect scaling methods		1963	Rep. Psychol. Labor. Univ. Stockholm
Evans, R. B	Sixteen Personality Facot Questionnaire scores of homosexual men		1966	J. Consult. Psych.
Fellows, R. Cerbus, G.	HTP and DCT Indicators of Sexual Identification in children		1969	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Ferracuti, F. Rizzo, G. B.	Segni di omosessualitá rilevabilialtraverso tecniche projettive su una popolazione penitenziaria femminile		1959	Arch. Psicol. Neurol. Psichiat.

Fitzgerald, D. Roberts, K.	Semantic profiles and psychosexual interests as indicators of identification		1966	Person. Guid. J.
Ford, C. F. Jr. Tyler, L. E.	A factor analysis of Terman and Miles MF Test		1952	J. Appl. Psych.
Fraas, L. A.	Sex of figure drawing in identidyng practicing male homosexuais		1970	Psych. Rep.
Franck, K.	Franck Drawing Completion Test	Victoria, Australia	1966	Austr. Council Educ. Res.
Franck, K. Rosen, E.	A projective test of masculinity-femininity		1949	J. Consult. Psych.
Friberg, R. R.	Measures of homosexuality: cross-validation of two MMPI scales and implications for usage		1967	J. Consult. Psych.
Gotterman, F. C. Caldwell, E. E.	The Body-image Identification Test: a quantitative projective technique to study na aspect of body image		1966	J. Genet. Psych.
Gough, H. G.	California Psychological Inventory	Berkeley, U. S. A.	1951	Univ. California, Printing Dep.
Gough, H. G.	Identify psychological femininity		1952	Educ. Psych. Measrmt.
Gough, H. G.	A cross-cultural analysis of the CPI Femininity scale		1966	J. Consult. Psych.
Granick, S. Smith, L. J.	Sex sequence in the Draw-a-Person Test and its relation to the MMPI Masculinity-Femininity Scale		1953	J. Consult. Psych.
Grygier, T. G.	Psychometric aspects of homosexuality		1967	J. Ment. Scienc.
Guilford, J. P. Zimmerman, W. S.	The Guilford-Zimmerman Temperament Survey: Manuel	California, U. S. A.	1949	Sheridan Supply
Hammer, E. F.	Guide for qualitative research with the H-T-P		1954	J. Gener. Psychol.
Hammer, E. F.	A comparison of H-T-P's of rapists and pedophiles		1954	J. Proj. Techn.
Hammer, E. F.	A comparison of H-T-P's of rapists and pedophiles: The "dead" tree as na index of psychopathology		1955	J. Clin. Psych.
Hammer, E. F.	The House-Tree-Person Projective Drawing Technique: content interpretation	Springfield, U. S. A.	1958	Ch. C. Thomas
Harford, T. C. Willis, C. H. Deabler, H. L.	Personality corelates of masculinity-femininity		1967	Psych. Rep.
Hathaway, S. R. McKinley, J. C.	The Minnesota Multiphasic Personality Inventory	Nova York, U. S. A.	1943	Psychol. Corp.
Haupth, T. D.			1966	J. Clin. Psych.

Allen, R. M.	A multivariate analysis of variance of scales score on the Sex Inventory, Male form			
Helper, M. M.	Learning theory and the self concept		1955	J. Abn. Clin. Psych.
Himelstein, P. Stroup, D. D.	Correlation of three MF Measures of Males		1967	J. Clin. Psych.
Holland, J. L.	Manual for the Holland Vocational Preference Inventory	Palo Alto, U. S. A	1959	Consult. Psych. Press
IPAT	Recent Clinical Criterion data on the 16 PF		1960	Information Bull.
Jenkin, N. Vroegh, K.	Contemporary concepts of masculinity and femininity		1969	Psychol. Rep.
Jolles, I.	A catalog for the qualitative interpretation of the House-Tree-Person (HTP). Revised 1964	Los Angeles, U. S. A.	1969	Western Psych. Serv.
Kaartinen, A.	Relations between drawing variables dependent on sex and personality traits		1960	Acta Acad. Paedag. Jyvaskylaensis
King, F. W. King, D. C.	Projective assessment of female's sexual identification, with special reference to the Blacky Pictures		1964	J. Proj. Tech. Person. Assess.
Kinget, G. M.	The Drawing Completion Test	Nova York, U. S. A.	1952	Grune e Stratton
Klopfer, W. G.	Correlation of women's MF scores on the MMPI and Strong VIB		1966	J. Clin. Psych.
Krippner, S.	The identification of male homosexuality with the MMPI		1964	J. Clin. Psych.
Kuethe, J. L. Weingartner, H.	Male-female schemata of homosexual and non-homosexual penitentiary inmates		1964	J. Person.
Lansky, L. M.	The family structure also affects the model: Sex role identification in parents of preschool children		1967	Merril-Palmer Quarterly
Lansky, L. M. McKay, Gerald	Independence, Dependence, Manifest and Latent Masculinity-Femininity: Some Complex Relationships among Four Complex Variables		1963	Am. Psychol.
Lazowick, L. M.	On the nature of identification		1955	J. Abn. Soc. Psycho.
Lourenção van Kolck, O.	Uma Diferencial Semântica para masculinidade feminilidade		1969	Rev. Psicol. Norm. Patol.
Lourenção van Kolck, O.	Os testes como técnicas de exame psycológico	São Paulo, Brasil	1969	F. F. L. C. H. , U. S. P.

Lourenção van Kolck, O. van Kolck, T.	Técnicas para avaliação da masculinidade e feminilidade		1967	Rev. Psicol. Norm. Patol.
Lourenção van Kolck, O. van Kolck, T.	Aplicação experimental de um teste projetivo para masculinidade-feminilidade		1968	Bol. Psicol.
Lourenção van Kolck, O. van Kolck, T.	O desenho da figura humana no diagnóstico do homossexualismo		1971	Bol. Psicol.
Lunneborg, P. W.	Stereotypic aspect in Masculinity-femininity measurement		1970	J. Consult. Clin. Psych.
Lunneborg, P. W. Lunneborg, C. E.	Factor strucuture of MF scales and items		1970	J. Clin. Psych.
Lynn, D. B.	A note on sex differences in the development of masculini and feminini identification		1959	Psych. Rev.
Machover, K.	Personality projection in the drawing of the human figure	Springfield, U. S. A.	1949	Ch. C. Thomas
Machover, S. Puzzo, F. S. Machover, K. Plumeneau, F.	An objective study of homossexuality in alcoholism. In Clinical and objective studies of personality variables in alcoholism		1959	III. Quart. J. Studies on Alcohol.
Machover, S. Puzzo, F. S.	Effect of acute alcoholization on the release of homossexual trends in chronic alcoholism	Rio de Janeiro, Brasil	1960	An. VI Congr. Interamer. Psicol.
Maine, R. F. Goodstein, L. D.	Cross-validation of the Aaranson MF Index with a college population		1966	Psych. Rep.
Marsh, J. T. Hilliard, J. Liechti, R.	A sensual deviation scale for the MMPI		1955	J. Consult. Psych.
McCall, J. N.	"Masculine striving" as a clue to skilled-trade interests		1965	J. Appl. Psych.
Miller, W. G. Hannum, T. E.	Characteristics of homosexually involved incarcerated females		1963	J. Consult.
Murray, J. B.	The MF scale of the MMPI for college students		1963	J. Clin. Psych.
Nichols, R. C.	Subtle, obvious and stereotype measures of masculinity-femininity		1962	Educ. Psych. Measmt.
Osgood, C. E. Suci, G. J. Tennenbaun, P. H.	The measurement of meaning	Urbana, U. S. A.	1957	Univ. Illinois Press
Panton, J. H.	A new MMPI scale for the identification of homosexuality		1960	J. Clin. Psych.

Peek, R. M. Storms, L. H.	Validity of the Marsh, Hilliard and Liechti sexual deviation scale in a state hospital population		1956	J. Consult. Psych.
Phares, E. S. Adams, C. K.	Construct validity of the Edwards PPS Heterosexuality scale		1961	J. Consult. Psych.
Reece, M. M.	Masculinity and femininity: a factor analytic study		1964	Psych. Rep.
Reed, M. R.	The masculinity-femininity dimension in normal and psychotic subjects		1957	J. Abn. Soc. Psycho.
Rowe, A. S. Caldwell, W. E.	The Somatic Apperception Test		1963	J. Gen. Psych.
Sanford, N.	Masculinity-Femininity in the structure of personality	Stockholm, Suécia	1951	Proceed. XIII Intern. Congr. Psych.
Sappenfield, B. R.	Test of a Szondi assumption by means of MF photographs		1965	J. Person.
Sappenfield, B. R.	The revised CMM as a test of perceived MF and of Self-Report MF		1968	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Sappenfield, B. R. Balogh, B.	Stereotypical MF as Related to two Szondi Test Assumptions		1966	J. Proj. Techn. Person. Assess.
Sappenfield, B. R. Balogh, B. Kaplan, B. B.	Perceptual corelates of stereotypical masculinity-femininity		1966	J. Person. Soc. Psych.
Shepler, B. F.	A comparison of masculinity-femininity measures		1951	J. Consult. Psych.
Singer, M. I.	Comparison of indicators of homosexuality on the MMPI		1970	J. Consult. Clin. Psych.
Strong, E. K. Jr.	Vocational Interests of man and women	California, U. S. A.	1943	Stanford Univ. Press.
Szondi, L.	Experimentalle Triebdiagnostik	Berna, Suiça	1947	Hans Huber
Taylor, A. J. W. McLachlan, D. G.	MMPI profiles of six transvestites		1963	J. Clin. Psych.
Terman, L. M. Miles, C. C.	Attitude Interest Analysis Test	Nova York, U. S. A.	1936	Mc Graw-Hill
Thorne, F. C.	The Sex Inventory		1966	J. Clin. Psych.
Thorne, F. C.	A factorial study of sexuality in adults males		1966	J. Clin. Psych.
Thorne, F. C. Haupt, T. D.	The objective measurement of sex attitudes and behavior in adult males		1966	J. Clin. Psych.
Urbina, S. Harrison, J. B. Schaefer, C. E. Anastasi, A.	Relationship between masculinity-femininity and creativity as mesure by Franck Drawing Completion Test		1970	Psych. Rep.

Walker, E. L.	The Terman-Miles "MF" and the prision classification program		1941	J. Gent. Psych.
Wategg, E.	Schichtdiagnostik. Der Zeitchentest (WZT)	Gottingen, Alemanha	1953	Dr. C. J. Hogrefe
Wattron, J. B.	Validity of the Marsh-Hilliard-Liechti MMPI Sexual Deviation Scale in a state prison population		1958	J. Consult. Psych.
Whitaker, Jr. L.	The use of an extended Draw-a-Person Test to identify homossexual and effeminate men		1961	J. Consult. Psych.
Wrigth, F. H. L'Abate, L.	On the meaning of the MMPI MF and SVIB MF scales		1970	Brit. J. Soc. Clin. Psych.
Yamahiro, R. S. Griffith, R. M.	Validity of two indices of sexual deviancy		1960	J. Clin. Psych.
Zamansky, H. S.	A technique for assessing homosexual tendencies		1956	J. Person.
Zucker, R. A. Manosevitz, M.	MMPI pattern of overt male homosexuals: reinterpretation and comment on Dean and Richardson study		1966	J. Consult. Psych.
LOURENÇÃO VAN KOLCK, Odette. Avaliação da masculinidade-feminilidade em crianças. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 105-122, jan./jun. 1972b.				
Abramowicz, M. Finelli, L.	A preferência do papel sexual-social em crianças pequenas, relacionada com a classe social		1962	Bol. Psicol.
Adrados, I.	Estudo de Casos: Importância da Identificação Sexual na Infância		1969	Arq. Bras. Psicol.
Angrilli, A. F.	The psychosexual identification of presechool boy		1960	J. Genet. Psych.
Bandura, A. Walters, R. H	Social learning and personality development	Nova York, U. S. A.	1963	Holt, Rinehart & Winston
Biaggio, A. M. B.	Identificação: principais hióteses		1968	Arq. Bras. Psicol.
Biller, H. B.	Maternal salience and feminine development in young girls		1969	Proceed. 77th An. Conv. Amor. Psych. Assoc.
Brown, D. G.	Sex-role preference in young children		1956	Monogr. Suplem.
Brown, D. G.	Masculinity-Femininity development in children		1957	J. Consult. Psych.
Clark, E. T.	Sex role preference in mentally retarded children		1963	Amer. J. Ment. Defic.
VAN KOLCK, Theo. Homossexualidade masculina no Rorschach. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 123-146, jan./jun. 1972.				
Aardweg, G. J. M van den	Manlike Homosexuality en Psychologische Tests		1964	Ned. Tijdsch. Psych.
Aardweg, G. J. M van den	Male homosexuality and psychological tests.		1969	Intern. Ment. Health Res. Newsl.

Armon, V.	Some Personality Variable in overt female homosexuality		1960	J. Proj. Techn.
ARONSON, M. L. A.	Study of the Freudian Theory of Paranoia by Means of the Rorschach Test		1952	J. Proj. Techn.
ARRUDA, E.	O Tema da Árvore em Psiquiatria		1956	Fac. Nac. de Med. U. B.
BAUER, E.	Signes Particuliars au Rorschach de Paraniaques		1963	Bull. Psychol.
BAUER, E.	Principaux résultats d'une étune portant sur 50 Tests de Rorschach de Malades Paranoiaques		1964	Bull. Soc. Franç. Rorsh. Mét. Proj.
BERGMANN, M. S.	Homosexuality on the Rorschach Test		1945	Bull. Menninger Clin.
BOCHNER, R. HALLPERN, F.	L'Application Clinique du Test de Rorschach P.	Paris, França	1948	U. F.
BOHM, E.	Un Cas de Travestisme masochique vo à travers le Tests de Rorchach et de Szondi, suivi d'une comparaison de base des épreuves		1963	Bull. Psychol.
BOHM, E.	Manual del Psicodiagnóstico de Rorschach	Madrid, Espanha	1970	Ed. Morata
BRUNO, A. M. L.	O Psicodiagnóstico de Rorschach em Sexologia Forense	São Paulo, Brasil	1943	Arq. Soc. Med. Legal. Crim.
BRUNO, A. M. L.	O Psicodiagnóstico de Rorschach em Sexologia Forense. Uma observação interessante	São Paulo, Brasil	1943	Arq. Soc. Med. Legal. Crim.
BRUNO, A. M. L.	A Importância do Conteúdo das Respostas no Psicodiagnóstico de Rorschach	São Paulo, Brasil	1949	Arq. Pol. Civil.
Davids, A. JOELSON, M. McARTUR, C.	Rorschach and T. A. T. Índices of Homosexuality in Overt Homosexuals, Neurotics and Normal Males		1956	J. Abn. Soc. Psycho.
DeLUCA, J. N.	The Structure of Homosexuality		1966	J. Proj. Techn. Person. Assess.
DOIDGE, W. T. Holtzman, W. H.	Implications of Homosexuality among Air Force Trainees		1960	J. Consult. Psychol.
DOURADO, L. A.	Homossexualismo e Deliqüência	Rio de Janeiro, Brasil	1960	Zahar Editores
DUE, F. O. WRIGHT, M. E.	The Use of Content Analysis in Rorschach Interpretation		1945	Rorschach Res. Exch.
FEIN, L.	Rorschach Signs of Homosexuality in Male College Students		1950	J. Clin. Psych.

Ferracuti, F. Rizzo, G. B.	Analisi del Valore Disciminativo di alcuni Segni di Omosessualitá rilevabiliti attraverso Techniche Projetive		1956	Bol. Psicol. Sociol. Applic.
Ferracuti, F. Rizzo, G. B.	Segni di omosessualitá rilevabilialtraverso tecniche projettive su una popolazione penitenziaria femminile		1959	Arch. Psicol. Neurol. Psichiat.
GOLDFRIED, M. R.	On the Diagnosis of Homosexuality from the Rorschach		1966	J. Consult. Psychol.
GRAUER, D.	Homosexuality in Paranoid Schizophrenia as revealed by the Rorchach Test		1945	J. Consult. Psychol.
HALLEY, E. M. DRAGNUS, J. G. PHILLIPS, L.	Studies of Rorschach Content: A Review of Research Literature		1967	J. Proj. Techn. Person. Assess.
HENRY, G. W.	Sex Variants Studies of the Homosexual Patterns	Nova York, U. S. A.	1941	Ed. Hoeber
HEREDIO CARRILLO, N. N.	El psicodiagnóstico de Rorschach como detector de la Homosexualidad	México	1966	Universidad Nacional Autónomo
HOOKER, E.	A Preliminary Analysis of Group Behavior of Homosexuals		1956	J. Psych.
HOOKER, E.	The Adjustment of Male Overt Homosexual		1957	J. Project. Techn.
HOOKER, E.	Male Homosexuality in the Rorschach		1958	J. Project. Techn.
HOOKER, E.	Male Homosexuais and their «Worlds»	Nova York, U. S. A.	1965	Basic Books Inc.
HOOKER, E.	La Adaptation del homosexual manifesto en la Homosexualidade en la sociedad moderna	Buenos Aires, Arg.	1965	Ed. Siglo Veinte
KATAGUCHI, Y.	Rorschach homosexual indices (RHI)		1964	Rorschachiana Japonica
KERNBERG, O.	Estudio de Orientación psicoanalítica del contenido del Test de Rorschach em la Homosexualidad Masculina		1957	Rev. Psiq.
Kolck, T. van	Alguns Fatôres Psicológicos na Etiologia do Homossexualismo		1961	Bol. Psicol.
LINDNER, R. L.	Some significant Rorschach Responses		1944	J. Crim. Psychophol.
LINDNER, R. L.	Content Analysis in Rorschach Work		1946	Rorschach Res. Exch.
Machover, S. Puzzo, F. S.	Clinical and Objetive Studies of Personality Variables in Alchoholism. I		1959	Quart. J. Stud. Alcohol.
MACHOVER, S. Puzzo, F. S.	Clinical and Objetive Studies of Personality Variables in Alchoholism. II		1959	Quart. J. Stud. Alcohol.

MACHOVER, S. Puzzo, F. S.	Clinical and Objetive Studies of Personality Variables in Alchoholism. III		1959	Quart. J. Stud. Alcohol.
MACHOVER, S. Puzzo, F. S.	Effect of Alcoholization on the Release of Homosexual Trends in Cronic Alcohilism	Rio de Janeiro, Brasil	1960	An. VI Congr. Interamer. Psicol.
MAIA, I.	Contribuição ao Estudo do Homossexualismo no Teste de Rorchach (resumo)	Franco da Rocha, S. P., Brasil	1959	Bol. Mensal. Centro Est.
MAIA, I.	Contribuição ao Estudo do Homossexualismo no Teste de Rorchach		1960	Arq. Dep. Psicop. Est. S. Paulo
MARMOR, J.	Sexual Inversion	Nova York, U. S. A.	1965	Basic Books Inc.
MARMOR, J.	Biologia y Sociologia de la Homosexualidad	Buenos Aires, Arg.	1967	Ed. Hormé
MEKETON, B. W. Griffith, R. M. TAYLOR, V. H. WIEDEMAN, J. S	Rorschach Homosexual Signs in Paranoid Schizofrenics		1962	J. Abn. Soc. Psycho.
NIETSCHE, C. J. ROBINSON, J. F. PARSONS, E. T	Homosesualidy and the Rorschach		1956	J. Consult. Psychol.
PACHECO E SILVA Fº., A. C.	As Origens Psicológicas da Homossexualidade Masculina	São Paulo, Brasil	1971	Dep. De Neuropsiquiatria da Fac. Med. Da U. S. P.
PIOTROWSKI, Z. A.	Perceptanalysis	Nova York, U. S. A.	1957	Macmillan
QUINTELA, G.	O Rorschach como Catarse Terápica		1949	Arq. Bras. Psicol.
RAPAPORT, D.	Diagnostic Psychological Testing (vol. II)	Chicago, U. S. A.	1950	The Year Book Publishers
RAYCHANDHURI, M. MUJERJI, K.	Rorschach Differentials of Homosexuality in Male Convicts: An Examination of Wheeler and Shafer Signs		1971	J. Proj. Techn. Person. Assess.
REITZELL, J. M. A.	A Comparative Study of Hysterics, Homosexuals and Alcoholics using Rorschach Responses		1949	Rorschach Res. Exch.
RORSCHACH, H.	Psychodiagnostik	Berna, Suiça	1946	Hans Huber
RUITENBEEK, H. M.	De Mytge van de Mannalijkiheid	Utrecht, Holanda	1969	Het Spectrum
SCHACHTER, M.	Obsessions graphomaniaques, puerilisme, chez, un psychopath homosexual		1948	Arq. Neuropsychiatria
SCHAFER, R.	The clinic application of psychological tests	Nova York, U. S. A.	1948	Internacional Universities Press.
SCHAFER, R.	Psychoanalitic Interpretation in Rorschach Testing	Nova York, U. S. A.	1947	Grune e Stratton
SALOMON, F.	Ich-Diagnostik im Zulliger-Test (Z-Test)	Berna, Suiça	1962	Hans Huber

WHEELER, W. M.	An Analysis of Rorschach Indices of Male Homosexuality		1949	Rorschach Res. Exch.
WHITAKER, E. de Aguiar	Valor Clínico das Respostas Sexuais e Similares no Teste Psicológico de Rorschach	São Paulo, Brasil	1947	Arq. Pol. Civil.
Yamahiro, R. S. Griffith, R. M.	Validity of two indices of sexual deviancy		1960	J. Clin. Psych.
NEDER, Mathilde. Homossexualismo e psicologia da criança. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 147-154, jan./jun. 1972.				
BLEULER, E.	Tratado de Psiquiatria	Madrid, Espanha	1967	Ed. Espassa-Galpa
EY H. E OUTROS	Tratado de Psiquiatria	Barcelona, Espanha	1965	Ed. Torray-Masson
HURLOCK, E. B.	Developmental Psychology	Nova York, U. S. A.	1953	Mc Graw-Hill
HURLOCK, E. B.	Child Development, 2ª ed.	Nova York, U. S. A.	1953	Mc Graw-Hill
JERSILD, A.	Child Psychology, 6ª ed.	Englewood Cliffs, N. J., U. S. A.	1968	Prentilce-Hall
KRANNER, L.	Psiquiatria Infantil	Buenos Aires, Arg.	1966	Paidós
KLEIN. M.	El psicoanalisis de niños	Buenos Aires, Arg.	1968	Ed. Hormé
AARDWEG, G. J. M. van den. 75 homossexuais masculinos em tratamento. Boletim de Psicologia, São Paulo, v XXIV, n. 63, p. 155-171, jan./jun. 1972.				
Aardweg, G. J. M van den	Homofilie, neurose en dwangzelfbeklag	Amsterdã, Holanda	1967	Polak & Van Gennep
Aardweg, G. J. M van den	A grief theory of homosexuality		1972	Amer. J. Psychoth.
ANSBACHER, H. L. ANSBACHER, R. R.	The individual psycholog of Alfred Adler	Nova York, U. S. A.	1958	Allen & Unwin
BIEBER, I.	Homosexuality	Nova York, U. S. A.	1962	Basic Books Inc.
EVANS, D. R.	Masturbatory fantasy and sexual deviation		1968	Behav. Ther.
Evans, R. B	Childhood parental relationship of homosexual men		1969	J. Consult. Clin. Psych.
Feldman, M. P. McCULLOCH, M. J.	Homosexual behavior, therapy and assessment		1971	Oxford, Pergamon Press
GUNDLACH, R. H. RIESS, B. F.	Birth order sex of siblins in a sample of lesbians and non-lesbians		1967	Psychol. Rep.
HATTERER, L. J.	Changing homosexuality in the male	Nova York, U. S. A.	1970	Mc Graw-Hill
MARKS, I. M.	Components and correlates of psychiatric questionaries		1967	Brit. J. Med. Psychol.
MISSILDINE, W. H.	Your inner child of the past	Nova York, U. S. A.	1963	Simon & Schuster
MOHR, J. W.	Pedophilia and exhibitionism: a handbook	Toronto, Canadá	1964	University of Toronto Press

RAMSEY, G. V.	The sexual development of boys		1943	Amer. J. Psychoth.
WEST, D. J.	Parental figures in the of male homosexuality		1959	Int. J. Soc. Psychiat.
ZAAGSMA, W.	Onderzoek naar de involoed van omstandigheden op des scores van enn vage en enn heldere klachtenlijst	Amsterdã, Holanda	1970	Municipal Universitk, Departament of Personality Research
BRAUER, Jussara Falek. Análise de pesquisas que se propõem a encontrar sinais de homossexualismo no Teste de Apercepção Temática (TAT). Boletim de Psicologia, São Paulo, v. XXV, n. 67, p. 35-39, 1974.				
BELLAC, L.	The TAT and CAT in clinical use	Nova York, U. S. A.	1954	Grune e Stratton
CAÑELLAS, R. R. MARTINEZ, H. M.	El TAT em los homossexuales		1962	Rev. Psicol. Gen. Aplic.
Ferracuti, F. Rizzo, G. B.	Analisi del Valore Disciminativo di alcuni Segni di Omosessualitá rilevabiliti attraverso Techniche Projetive		1956	Bol. Psicol. Sociol. Applic.
FORD, C. S. BEACH, F. A.	Patterns of Sexual Behavior	Nova York, U. S. A.	1951	Harper
HOOKER, E.	La Adaptation del homosexual manifesto en la Homosexualidade en la sociedad moderna	Buenos Aires, Arg.	1965	Ed. Siglo Veinte
JAMPOLSKY, P. A.	Propos de l'identification sexuelle dans les tests projectifs		1961	Revue de neuropsychiatrie infantile e d'hygiène mental de l'enfance - 9º année
JOELSON, M. McARTUR, C. Davids, A.	Rorschach and T. A. T. Índices of Homosexuality in Overt Homosexuals, Neurotics and Normal Males		1956	J. Abn. Psych.
LINDZEY, G. TEJESSY, CH. Zamansky, H. S.	Thematic Apperception Test: An Empirical Examination of Some Indices of Homossexuality		1958	J. Abn. Psych.
Aardweg, G. J. M van den	Male homosexuality and psychological tests.		1969	Intern. Ment. Health Res. Newsl.
SILVA FILHO, A. Carlos Pacheco e. Desvios sexuais – algumas considerações psicanalíticas. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. XIII, n. 2, p. 189-203, 1979.				
BALINT, M.	A Contribution to Fetishism		1935	IJP
BACH, S. SCHWARTZ, L.	A Dream of the Marquis de Sade: Psychoanalytic Reflections on Narcissistic Trauma, Decompensation, and the Reconstitution of a Delusional Self		1972	J. Amer. Psychoan. Assoc.
CHASSEGUET-SMIRGEL, J.	Reflexions on the Connection between Perversion and Sadism		1978	Int. J. Psychoanal.
Fenichel, O.	The Scoptophilic Instinct and Identification	Nova York, U. S. A.	1953	Norton

GILLESPIE, W. H.	Notes about Psychoanalyses of Sexual Perversions		1939	Int. J. Psychoanal.
JOSEPH, B.	Sexualidade e Caráter Narcisista...			
KOHUT, H.	The Analysis of Self	Nova York, U. S. A.	1971	Intern. Univ. Press.
MELTZER, D.	Sexual States of Mind	Scotland, U. K.	1973	Clunie and Press-Perthshire
PAYNE, S.	Fetishism		1939	Int. J. Psychoanal.
ROSENFELD, H.	On the Psychopathology of Narcissism		1964	Hogart Press.
SADE, M.	Os 120 Dias de Sodoma		1969	Hermus
STOLOROW, R. D.	The Narcissistic Function of Masochism (and Sadism)		1975	Int. J. Psychoanal.
WHITEHEAD, C. C.	Additional Aspects of the Freudian-Kleinian Controversy		1975	Int. J. Psychoanal.
NIGRI, Isaac José. A inveja do pênis. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 207-224, 1981.				
ABRAHAM, K.	Manifestations of the female castration conplex	Nova York, U. S. A.	1979	Brunner-Mazel
CHASSEGUET-SMIRGEL, J.	A culpa feminina	Petrópolis, R. J., Brasil	1975	Vozes
COMMELIN, P.	Nova mitologia grega e romana	Rio de Janeiro, Brasil	1955	F. Briguiet
DEUTSCH, H.	La psicologia de la mujer	Buenos Aires, Arg.	1952	Losada
Fenichel, O.	Teoria Psicoanalítica de las Neurosis	Buenos Aires, Arg.	1966	Paidós
FREUD, S.	Sobre as teorias sexuais das crianças	Rio de Janeiro, Brasil	1976	Imago
FREUD, S.	As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal	Rio de Janeiro, Brasil	1976	Imago
FREUD, S.	O tabu da virgindade	Rio de Janeiro, Brasil	1970	Imago
FREUD, S.	Algumas consequencias psiquicas da distinção anatômica entre os sexos	Rio de Janeiro, Brasil	1976	Imago
FREUD, S.	Sexualidade feminina	Rio de Janeiro, Brasil	1976	Imago
FREUD, S.	Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise	Rio de Janeiro, Brasil	1976	Imago
FREUD, S.	Análise terminável e interminável	Rio de Janeiro, Brasil	1975	Imago
GRIMAL, P.	A mitologia grega	São Paulo, Brasil	1958	Difusão Européia do Livro
HORNEY, K.	On the genesis of the castration complex in women		1924	Int. J. Psycho-Anal.

HORNEY, K.	The flight from womanhood		1926	Int. J. Psycho-Anal.
HORNEY, K.	The denial of the vagina		1933	Int. J. Psycho-Anal.
JONES, E.	The early development of female sexuality		1927	Int. J. Psycho-Anal.
JONES, E.	The phallic phase		1933	Int. J. Psycho-Anal.
JONES, E.	Early female sexuality		1935	Int. J. Psycho-Anal.
KARDINER, A.	El individuo y sy sociedad	Mexico	1945	Fondo de Cultura Economica
KLEIN. M.	Os efeitos das primeiras situações de angústia sobre o desenvolvimento sexual da menina	São Paulo, Brasil	1969	Mestre Jou
KLEIN. M.	Inveja e Gratidão	Rio de Janeiro, Brasil	1974	Imago
KOHUT, H.	A note on female sexuality	Nova York, U. S. A.	1978	Universities Press.
LA PLANCHE, J. PONTALIS, J. B.	Vocabulário de Psicanálise	Lisboa	1976	Moraes
LANGER, M.	Maternidad y sexo	Buenos Aires, Arg.	1976	Paidós
MACK BRUNSWICK, R.	The pre-oedipal phase of the libido development		1940	Psychoanal. Quart.
MANHÃES, M. P.	Psicologia da mulher e outros trabalhos	Rio de Janeiro, Brasil São Paulo, Brasil	1977	Ateneu
MANHÃES, M. P.	Feminilidade		1979	Rev. Bras. Psican.
MÜLLER, J.	A contribution to the problem of libidinal development of the genital phase in girls		1932	Int. J. Psycho-Anal.
MEAD, M.	Adolescencia y cultura em Samoa	Buenos Aires, Arg.	1944	Paidós
NIGRI, I. J.	Regressão na mulher		1981	Rev. Bras. Psican.
SANTOS, O.	O complexo de Édipo na mulher	Rio de Janeiro, Brasil	1980	Anais do 8º Congresso Brasileiro de Psicanálise
TOROK, M.	O significado da "inveja do pênis" na mulher	Petrópolis, R. J., Brasil	1975	Vozes
ANDRADE, Victor Manoel. Maternidade, orgasmo e instinto de morte: uma contribuição à psicologia da mulher. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. XVI, n. 2, p. 223-239, 1982.				
ADCOCK, C. J.	Manual de Psicologia	Rio de Janeiro, Brasil	1963	Zahar Editores
ANDRADE, V. M.	Identificação Projetiva e Instinto de Morte		1976	Rev. Bras. Psicanál.
ANDRADE, V. M.	O Quarto Golpe		1979	Rev. Bras. Psicanál.
ANDRADE, V. M.	Nascimento, Violência e Poder	Rio de Janeiro, Brasil	1980	Anais do 8º Congresso Brasileiro de Psicanálise

ASSIS, M.	O Alienista	Rio de Janeiro, Brasil São Paulo, Brasil	1896	Laemmert e C. Editores
DEUTSCH, H.	The Psychology of Women	Nova York, U. S. A.	1944	Grune e Stratton
ENGELS, F.	A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado	Rio de Janeiro, Brasil	1974	Editora Civilização Brasileira
FISHER. S.	O Orgasmo da Mulher	São Paulo, Brasil	1975	Livraria Manole Imp. E Com. Ltda.
FREUD, S.	Beyond de Pleasure Principle	Londres, Ingl.	1975	Hogart Press.
FREUD, S.	Civilization and its Discontents	Londres, Ingl.	1975	Hogart Press.
FREUD, S.	Feminity	Londres, Ingl.	1975	Hogart Press.
FREUD, S.	Some Psychical Consequences of the Anatomical Distinction between the Sexes	Londres, Ingl.	1975	Hogart Press.
FREUD, S.	Female Sexuality	Londres, Ingl.	1975	Hogart Press.
FREUD, S.	The Taboo of Virginity	Londres, Ingl.	1975	Hogart Press.
KINSEY, A. C.	Sexual Behavior in the Human Female			Apud Fisher
LANGER, M.	Maternidad y sexo	Buenos Aires, Arg.	1951	Paidós
MANHÃES, M. P.	Psicologia da Mulher	Rio de Janeiro, Brasil	1977	Ateneu
MARK, K.	Miséria de la Filosofia	Madrid, Espanha	1974	Ediciones Jucar
MASTERS, W. H. JOHNSON, V.	Human Sexual Response	Boston	1966	Apud Fisher
MEAD, M.	Sexo e Temperamento	São Paulo, Brasil	1969	Editora Perspectiva
MORGAN, L. H.	Ancient Society, or Researchs in the lives of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization			Apud Engels
MORRIS, D.	The Naked Ape	Nova York, U. S. A.	1967	Dell Publishing Co.
RUSSEL, B.	A Sociedade Humana na Ética e na Política	São Paulo, Brasil	1956	Cia. Editora Nacional
MACHADO NETO, Avelino Ferreira. Homossexualismo: uma aproximação clínico-teórica. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. XIX, n. 1, p. 7-21, 1985.				
FERRARI, A. B.	Psicanálise, Processo ou Sistema?		1982	Conferências
BION, W. R.	Evidência		1978	Conferências
BION, W. R.	Transformaciones	Buenos Aires, Arg.		Paidós
BION, W. R.	Atenção e Interpretação			Imago

BION, W. R.	Volviendo e Pensar	Buenos Aires, Arg.		Ed. Hormé
FREUD, S.	Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade			Ed. ST.
FREUD, S.	O Id e o Ego			Ed. ST.
FREUD, S.	Sobre o Narcisismo: Uma Introdução			Ed. ST.
AZAMBUJA, Sônia Curvo de. Laio ou a fertilidade impossível. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. XX, n. 2, p. 187-206, 1986.				
SÓFOCLES	Rei Édipo			Editora Mestre
MAC DOUGALL, JOYCE	Em defesa de uma certa anormalidade		1983	Editora Artes Médicas
LANGER, MARIE	Maternidad y sexo	Buenos Aires, Arg.	1964	Paidós
LESSING, DORIS	Um casamento sem Amor			Editora Record
	Entrevista de Fellini feita por "Le Monde" e reproduzida pela Folha de São Paulo em 18/8/83			
STRAUSS, LEVI	"O Problema do Incesto"		1982	Editora Brasiliense
FRAZER, JAMES G.	O ramo de Ouro		1982	Editora Zahar
BETTELHEIM, BUENO	Feridas Simbólicas		1974	Editora Barral
MANN, THOMAS	Morte em Veneza		1960	Editora Boa Leitura S. A.
GRACIANO, Marilia; SILVA, Teresa R. N. da; GUARIDO, Elza L. Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 21, p. 16-39, 1977.				
Bandura, A.	Principles of behavior modification	Nova York, U. S. A.	1969	Holt, Rinehart & Winston
BARROSO, C.	"Diferenças sexuais"		1977	Cadernos de Pesquisa
GRACIANO, M. SILVA, T. GUARIDO, E. MONTORO, G.	"Percepção social na criança, desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa"		1976	Cadernos de Pesquisa
HUTCHINSON, B.	Trabalho e mobilidade	Rio de Janeiro, Brasil	1960	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
KOHLBERG, L.	"A cognitive developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes"	Standford, C. A.	1966	Standford University Press.
LIVESLEY, W. BROMLEY, D.	Person perception in childhood and adolescence	Nova York, U. S. A.	1973	John Willey and Sons
MOWRER, O.	Learning theory and personality dynamics	Nova York, U. S. A.	1950	Ronald Press.
MOWRER, O.	Learning theory and the symbolic process	Nova York, U. S. A.	1960	John Willey and Sons
MUSSEN, P. DISTLER, L.	Masculinity, identification and father-son relationships		1959	Journal of Abnormal and Social Psychology
SILVA, T. GUARIDO, E.	Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos		1976	Cadernos de Pesquisa

GRACIANO, M.	pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos			
WHITING, J.	Socery, sin and the superego: a cross-cultural study of mechanisms of social control in JONES	Lincoln, Nebraska	1959	Nebraska University Press.
BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. Diferenças sexuais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 21, p. 47-60, 1977.				
AGUIRRE, M. J. B. F.	Afeição, cólera e medo entre adolescentes estudantes da cidade de S. P.	São Paulo, Brasil	1953	Boletim da Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras
ALENCAR, E. M. L. S.	Efeitos de um programa de criatividade em alunos de 4ª e 5ª séries	Rio de Janeiro, Brasil	1975	Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada
ALMEIDA, A. L. A.	Estudos sobre DAT	Rio de Janeiro, Brasil	1953	Arquivos Brasileiros de Psicotécnica
ALMEIDA, R. M. PFROMM NETTO, S. ROSAMILHA, N.	Estudo de uma escala de ansiedade para crianças	Minas Gerais	1965	Ciência e Cultura
ALPER, Thelma G.	Achievement motivation in college women: a-now-you-see-it-now-you-don't phenomenon	Lancaster	1974	American Psychologist
ANGELINI, A. L.	Um novo método para avaliar a motivação humana - estudo do motivo de realização	São Paulo, Brasil	1955	Boletim da Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras
ATKINSON, John W. FEATGER, Normal T.	A theory of achievement motivation	Nova York, U. S. A.	1966	J. Wiley
BARROSO, Carmen Lúcia de M.	An analysis of perception of control	Ann Arbor	1974	Xerox University Microfilms
BARROSO, Carmen Lúcia de M. MELLO, Guiomar N.	O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro	São Paulo, Brasil	1975	Cadernos de Pesquisa
BARROSO, Carmen Lúcia de M. CAMPOS, Maria M. OLIVEIRA, Marta K. GOUVEIA, Aparecida J.	Atribuição de causalidade de mudança potencial dos papéis seuais; resultados preliminares	São Paulo, Brasil	1976	Suplemento de Ciência e Cultura
BARROSO, Carmen Lúcia de M. OLIVEIRA, Lólio L.	O madureza em São Paulo	São Paulo, Brasil	1971	Fundação Carlos Chagas

BARROSO, Carmen Lúcia de M. RIBEIRO NETTO, A. COELHO, M. H. M.	Estudos de predição do comportamento acadêmico: I	São Paulo, Brasil	1973	Cadernos de Pesquisa
BESSA, Nicia	Testes de desenvolvimento educacional: manual	Rio de Janeiro, Brasil	1971	Fundação Getúlio Vargas
BIAGGIO, Angela	Achievement motivation training of Brasilian students	Washingtion	1976	Trabalho apresentado na reunião anual da American Psychological Association
BIBER, H. MILLER, L. B. DYER, J. L.	Femininization in preschool	Washingtion	1972	Developmental Psychology
BLOOM, B. S. KRATHWOHL, D. R. MASIA, B. B.	Taxionomia de objetivos educaccionais	Porto Alegre, Brasil	1972	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Globo
BROPHY, Jere E. GOOD, Thomas L.	Teacher's communication of differential expectations for children's classroom perfomance: some behavioral data	Baltimore, U. S. A	1970	Journal of Educational Psychology
BROVERMAN, Inge K. VOGEL, Susan R. BROVERMAN, Donald M. CLARKSON, Frank E. ROSENKRANTZ, Paul S.	Sex-role stereotypes: a current appraisal	Ann Arbor	1972	Journal of Social Issues
CAMPOS, M. M. M. ESPOSITO, Y. L.	Relação entre o sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais das mães		1975	Cadernos de Pesquisa
COATES, Susan	Sex differences in field independence among preschool children	Nova York, U. S. A.	1974	J. Wiley
CONDRY, John DYER, Sharon	Fear of sucess: attribution of cause to the victim	Ann Arbor	1976	Journal of Social Issues
DEAUX, Kay EMSWILLER, Tim	Explanations of successful performance on sex-linked tasks: what is skill for the male is luck for the female	Washingtion	1974	Journal of Personality and social Psychology
EPSTEIN, Cynthia F.	Woman's place - options and limits in professional careers		1970	Berkeley University of California Press
ESPOSITO, Y. L. CRUZ, L. A. C.	Estudo sobre auto-conceito de um grupo de	São Paulo, Brasil	1972	Cadernos de Pesquisa

	adolescentes de uma escola pública de S. P.			
ETAUGH, Claire BROWN, Barry	Perceiving the causes of sucess and failure of male and female performers	Washingtion	1975	Developmental Psychology
FELDMAN-SUMMERS, Shirley KIESLER, Sara B.	Those who are number two try harder: the effect of sex on attributions of causality	Washingtion	1974	Journal of Personality and social Psychology
FERRETTI, C. J.	A mulher e a escolha vocacional	São Paulo, Brasil	1976	Cadernos de Pesquisa
FESHBACK, Norma D.	Student teacher preferences for elementary school pupils varying in Psychology	Baltimore, U. S. A	1969	Journal of Educational Psychology
FRIEDMAN, Richard C. RICHART, Ralph M. WIELE, Raymond L. V.	Sex differences in behavior	Nova York, U. S. A.	1974	J. Wiley
FRIEZE, Irene H.	Women's expectations for and causal attributions of sucess and failure	Nova York, U. S. A.	1975	J. Wiley
GOLDBERG, P. A.	Are Women prejudiced against Women?		1968	Transaction
GOUVEIA, Aparecida J. HAVIGHURST, Robert J.	Ensino Médio e desenvolvimento	São Paulo, Brasil	1969	Melhoramentos Ed. Universidade de São Paulo
HEIDER, Fritz	The psychology of interpersonal relations	Nova York, U. S. A.	1958	J. Wiley
HORNER, Matina S.	Toward an understanding of achievement-related conflicts in women	Ann Arbor	1972	Journal of Social Issues
JOHNSON, Simon S.	Update on education: a digest of the National Assessment of Educational Progress	Denver	1975	The Education Commission of the States
KOHLBERG, L.	A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes	Standford, C. A.	1966	Standford University Press.
LUCHINS, A. S.	Mechanization in problem-solving - the effect of Einstellung	Evanston	1942	Psychological Monographs
MCCLELLAND, D. C. ATKINSON, J. R. CLARK, R. A. LOWELL, E. L.	The achievement motive	Nova York, U. S. A.	1953	Appleton-Century Crofts
MACCOBY, Eleonor E. JACKIN, Carol N.	The psychology of sex differences	Standford, C. A.	1974	Standford University Press.
MACEDO, Rosa M. S.	Prova de organização gráfica perceptiva: estudo piloto de uma prova de cópia de figuras	São Paulo, Brasil	1972	Revista de Psicologia Normal e Patológica

	geométricas para crianças de 4 a 6 anos			
MANZOLLI, M. C.	Efeitos da ansiedade e da instrução oral ou escrita no condicionamento verbal de crianças de um hospital e de uma escola	Rio de Janeiro, Brasil	1975	Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada
MEAD, Margaret	Sexo e temperamento	São Paulo, Brasil	1969	Perspectiva
MELLO, Guiomar N. CAMPOS, Maria M. BARROSO, Carmen Lúcia de M. OLIVEIRA, Marta K. GOUVEIA, Aparecida J.	Percepção de controle e propensão à ação inovadora de papéis femininos e masculinos; alguns resultados preliminares	São Paulo, Brasil	1976	Suplemento de Ciência e Cultura
MAYER, Willian, J. THOMPSON, George G.	Sex differences in distribution of teacher approval and disapproval among sixty-grade children	Baltimore, U. S. A	1956	The Journal of Educational Psychology
MISCHEL, W.	Sex-typing and socialization	Nova York, U. S. A.	1970	J. Wiley
MONAHAN, Lynn KUHN, Deanna SHAVER, Phillip	Intrapsychic versus cultural explanations of the "fear of sucess motive"	Washingtion	1974	Journal of Personality and social Psychology
PARSONS, J. E. RUBLE, D. N. HODGES, K. L. SMALL, A. W.	Cognitive developmental factors in emerging sex differences in achievement related expectancies	Ann Arbor	1976	Journal of Personality and social Psychology
PHETERSON, Gall I. KIESLER, Sara B. GOLDBERG, P. A.	Evaluation of the performance of women as function of their sex, achievement and personal history	Washingtion	1971	Journal of Personality and social Psychology
POPPOVIC, Ana Maria	Estudo da evolução de alguns conceitos espaciais em pré-escolares	São Paulo, Brasil	1974	Cadernos de Pesquisa
PRIETO, Maria Carmen HENRIQUES, T. C. LEIBOVICI, S.	Estudo sobre a escolha profissional dos adolescentes e problemas correlatos	Rio de Janeiro, Brasil	1962	Arquivos Brasileiros de Psicotécnica
REZENDE, E. M.	Condicionamento verbal em crianças e conhecimentos da contigência de reforço	São Paulo, Brasil	1970	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
RODRIGUES, A. S. S.	Medos e preocupações em crianças e adolescentes	Rio de Janeiro, Brasil	1962	Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica

ROSEMBERG, F.	A escola e as diferenças sexuais	São Paulo, Brasil	1975	Cadernos de Pesquisa
ROSEMBERG, F.	A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas	São Paulo, Brasil	1975	Cadernos de Pesquisa
ROSENTHAL, Robert	The effect of the experimenter on the results of psychological research	Nova York, U. S. A.	1964	
ROSENTHAL, Robert JACOBSON, L.	Pygmalion in the classroom	Nova York, U. S. A.	1968	Holt, Rinehart & Winston
ROTTER, J. B.	Generalized expectancies for internal vesus external control of reinforcement	Washingtion	1966	Psychological Monographs
SANTOS, Lucila M.	Remediação em criatividade verbal: estudo comparativo de critérios e procedimentos	São Paulo, Brasil	1975	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
SEARS, Pauline S. FELDMAN, David H.	Teacher interactions with boys and girls	Arlington	1966	The Nacional Elementary Principal
SHERMAN, Julia A.	On the psychology of women - a survey of empirical studies	Springfield, U. S. A.	1971	Charles C. Thomas
SILVA, T. R. N. GUARIDO, E. L. GRACIANO, M.	Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos	São Paulo, Brasil	1976	Cadernos de Pesquisa
STEIN, A. H. BAILEY, M. M.	The socialization of achievement motivation in females	Nova York, U. S. A.	1976	J. Wiley
THORNDIKE, Robert L.	Reading comprehension education in fifteen countries	Nova York, U. S. A.	1973	J. Wiley
TONHEY, John C.	Effects of additional women professionals on rationgs of occupational prestige and desirability	Washingtion	1974	Journal of Personality and social Psychology
TRESSEMER, David	Current trends in research on "fear of success"	Nova York, U. S. A.	1976	
VAN KOLCK, O.	Uma Diferencial Semântica para masculinidade feminilidade	São Paulo, Brasil	1969	Revista de Psicologia Normal e Patológica
VAN KOLCK, O.	Expressão da ansiedade nos desenhos da figura humana	São Paulo, Brasil	1976	Suplemento de Ciência e Cultura
WEIL, Pierre LOURENÇO FILHO Martins, O. NICK, E.	Pesquisa nacional sobre o nível mental da população brasileira	Rio de Janeiro, Brasil	1959	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
WEINER, B. FRIEZE, I. KUKLA, A.	Perceiving the causes of sucess and failure	Nova York, U. S. A.	1971	General Learning

REED, L. REST, S. ROSENBAUM, R. M.				
WEINSSTEIN, Naomi	Psychology constructs of female	Nova York, U. S. A.	1971	Signet
Witkin, H. A. DYK, R. B. FATERSON, H. F. GOODENOUGH, D. R. KARP, S. A.	Psychological differentiation	Nova York, U. S. A.	1962	J. Wiley
WITTER, Geraldina	Discriminação de forma e posição - conhecimento da contigência de reforco	São Paulo, Brasil	1969	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Zuckerman, M. WHEELER, L.	To dispel fantasies about fantasy-based measure of fear of success	Washingtion	1975	Psychological Bulletin
GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na infância. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 25, p. 29-44, 1978a.				
ARBELE, D. NARGELE, K.	Middle Class Father's Occupational Role and Attitudes Towards Children		1952	American Journal of Orthopsychiatry
BAER, D. M. SHERMAN, J. A.	Reinforcement Control of Generalized Imitation in Young Children		1964	Journal of Experimental Child Psychology
BAER, D. M. PETERSON, R. F. SHERMAN, J. A.	Building an Imitative Repertoire by Programming Similarity between Child and Model as Discriminative for Reinforcement	Minneapolis, U. S. A.	1965	Trabalho apresentado na reunião da Society for Research in Child Development
BAER, D. M. PETERSON, R. F. SHERMAN, J. A.	The Development of Imitation by Reinforcing Behavioral Similarity to a Model		1967	Journal of Experimental Analysis of Behavior
Bandura, A.	Social Learning through Imitation	Lincoln, Nebraska	1962	Nebraska University Press.
Bandura, A.	Influence of Model's Reinforcement Contigent on the Acquisition of Imitative Responses		1965	Journal of Personality and social Psychology
Bandura, A.	Principles of behavior modification	Nova York, U. S. A.	1969	Holt, Rinehart & Winston
BARROSO, C. L.	Diferenças Sexuais		1977	Cadernos de Pesquisa
BARRY, H. BACON, M. K. CHILD, J. L.	A Cross Cultural Survey of Some Sex-Differences in Socialization		1957	Journal of Abnormal and Social Psychology
BELL, R. Q. COSTELLO, N. S.	Three Tests for Sex - Differences in Tactile Sentitivity in the Newborn		1964	Biologia Neonatorium
BELL, R. A. DARLING, J. F.	The Prone Head Reaction in the Human Neomate:		1965	Child Developm.

	Relationship with Sex and Tactitle Sensitivity			
BELL, R. Q. WELLER, G. M. WALDROP, M. F.	Newborn and Preschooler: Organization of Behavior and Relation between Periods		1971	Monographs of the Society for Research in Child Development
BEM, S. L.	The Measurement of Psychological Androgeny		1974	Journal of Consulting and Clinical Psychology
BIRNS, B.	Individual Differences in Human Neonate's Responses to Stimulation		1965	Child Developm.
BIRNS, B.	The Emergence and Socialization of Sex Differences in the Earliest Years		1976	Merrill-Palmer Quarterly
Brown, D. G.	Sex-Role Development in Changing Culture		1958	Psychological Bulletin
BROWNFIELD, E. D.	An Investigation of the Activity and Sensory Responses of Healthy Newborn Infants		1956	Tese de doutoramento (citado em Birns, 1976, p. 233)
FREUD, S.	El Final del Complejo de Edipo		1968	Ed. Biblioteca Nueva
FREUD, S.	La Feminidad		1968	Ed. Biblioteca Nueva
GERWITZ, J. L. STINGLE, K. G.	Learning of Generalized Imitation as the Basis for Identification		1968	Psychological Review
GOODENOUGH, E.	Interest in Persons as na Aspect of Sex Differences in Early Years		1957	Genetic Psychological Monagraphs
GRACIANO, A. M.	O Conceito de Identificação na Teoria da Aprendizagem Social	São Paulo, Brasil	1971	CENATE
GRACIANO, A. M.	A Study on the Consequences of Positive and Negative Perceptual Identification	Ann Arbor	1974	University Microfilms
GRACIANO, A. M. SILVA, T. GUARIDO, E.	Percepção Social em Crianças: Estereótipos Sexuais na Percepção da Família		1977	Cadernos de Pesquisa
HILL, W. F.	Learning Theory and the Acquisition of Values		1960	Psychological Review
HORNER, W. F.	Toward an Understanding of Achievement		1960	Journal of Social Issues
KOHLBERG, L.	A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes	Standford, C. A.	1966	Standford University Press.
LAMBERT, W. E. YACKLEY, A. HEIN, R. N.	Child Training Values of English Canadian an French Canadian Parents		1971	Canadian Journal of Behavioral Science
Lynn, D. B.	A note on sex differences in the development of masculini and feminini identification		1959	Psychological Review

Lynn, D. B.	Sex Differences in Identification Development		1961	Sociometry
Lynn, D. B.	Parental and Sex-Role Identification: a Theoretical Formulation	Berkeley, U. S. A.	1961	McCutchan
MACCOBY, E. E.	Role Taking in Childhood and its Consequences for Social Learning		1959	Child Developm.
MACCOBY, E. E. JACKLIN, C. N.	The Psychology of Sex Differences	Standford, C. A.	1974	Standford University Press.
MEAD, M.	Sex and Temperament in Three Primitive Societies	Nova York, U. S. A.	1935	William Morrow and Co.
MILLER, N. E. DOLLARD, H.	Social Learning and Imitation	New Haven	1941	Yale University Press.
MONEY, J.	Determinants of Human Sexual Identity and Behavior	Nova York, U. S. A.	1972	Brunner-Mazel
MONEY, J.	Prenatal Hormones and Postnatal Socialization in Gender Identity Differentiation	Lincoln, Nebraska	1973	Nebraska University Press.
MOWRER, O. H.	Learning theory and personality dynamics	Nova York, U. S. A.	1950	The Ronald Press Co.
MOWRER, O. H.	Learning theory and the symbolic process	Nova York, U. S. A.	1950	John Willey and Sons
MUSSEN, P. H. DISTLER, L.	Masculine Identification and Father-Son Relationship		1959	Journal of Abnormal and Social Psychology
MUSSEN, P. H. RUTHEFORD, E.	Parent-Child Relationship and Parental Personality in Relation to Young Children's Sex-Role Preferences		1963	Child Developm.
OSOFSKY, J. D. DANZGER, B.	Relationship between Neonatal Characteristics and Mother		1974	Developmental Psychology
REBELSKY, F. HANKS, C.	Father's Verbal Interaction with Infants in the First Three Months of Life		1971	Child Developm.
RUBIN, J. Z. PROVENZANO, J. F. LURIA, Z.	The Eye of the Beholder: Parent's View on the Sex of Newborns		1974	American Journal of Orthopsychiatry
Sanford, N.	The Dynamics of Identification		1955	Psychological Review
SEARS, R. R. MACCOBY, E. E. LEVIN, H.	Patterns of Child Rearing	Evanston	1957	Row, Peterson
SEARS, R. R. RAW, L. ALPERT, R.	Identification and Child Rearing	Standford, C. A.		Standford University Press.
SILVA, T. GUARIDO, E. GRACIANO, M.	Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a		1976	Cadernos de Pesquisa

	comportamentos e atitudes de seus filhos			
SINGER, J. E. WESTPHAL, M. NISWANDER, K. R.	Sex Differences in the Incidence of Neonatal Abnormalities and Abnormal Performance in Early Childhood		1968	Child Developm.
SMITH, W. D.	Black Parent's Differential Attitudes Toward Childhood Bahaviors and Child Rearing Practices	Standford, C. A.	1971	Standford University Press.
TASH, R.	The Role of the Father in the Family		1952	Journal of Experimental Education
WHITING, J. W. M	Sorcery, Sin, and the Superego. A cross- Cultural Study of Some Mechanisms of Social Control	Lincoln, Nebraska	1959	Nebraska University Press.
BARROSO, Carmen L. M.; MELLO, Guiomar N. de; CAMPOS, Maria M. M.; GOUVEIA, Aparecida J. Percepção de controle e inovação de papéis sexuais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 25, p. 53-94, 1978.				
ARMISTEAD, NIGEL	Reconstructiong Social Psychology	Middlesex, England	1974	Penguin
ASTIN, HELEN	The woman doctorate in America	Nova York, U. S. A.	1969	Russel Sage Foundation
BARROSO, CARMEN L. M.	An analysis of perception of control	Ann Arbor	1974	University Microfilms
BARROSO, CARMEN L. M.	Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas?		1975	Ciência e Cultura
BARROSO, CARMEN L. M.	Atribuição de mudança potencial dos papéis sexuais		1976	Fundação Carlos Chagas
BARROSO, CARMEN L. M.	A situação da mulher trabalhadora no Brasil		1977	Diário do Congresso Nacional
BARROSO, CARMEN L. M.	Atribuições no nível pessoa e no nível social		1977	
BENSTON, MARGARET	The political economy of women's liberation		1969	Monthly Review
BEGER, PETER L. LUCKMANNN, THOMAS	The Social construction of reality	Nova York, U. S. A.	1973	Anchor Books
BLAY, EVA	Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista	São Paulo, Brasil	1978	Atica
CAMPOS, MARIA M. M.	Inovação de papéis sexuais na vida familiar		1976	Fundação Carlos Chagas
FOWARD, JOHN R. WILLIAMC, JAY R.	Internal-external control and black militancy		1970	Journal of Social Issues
FRIEZE, Irene H.	Women's expectations for and causal attributions of sucess and failure	Washingtion	1975	Hemisphere
GALBRAUTH, JOHN K.	Economics and the Public Purpose	Boston	1973	Houghton Mafflin
GLAZER-MALBIN, NONA	Housework Signs		1976	

GORE, P. ROTTER, J. B.	A personality correlate of social action		1963	Journal of Personality
GOUVEIA, Aparecida J.	Professores de amanhça	São Paulo, Brasil	1970	Pioneira
GURIN, PATRICIA GURIN, GERALD LAO, RASINA C. BEATTIE, MURIEL	Internal-external control in the motivational dynamics of Negro Youth		1969	Journal of Social Issues
LAO, RASINA C.	Internal-external control and competent and innovative behavior among negro college students		1970	Journal of Personality and social Psychology
LEVINSON, HANNA	Locus of control and other cognitive correlates of involvement in anti-pollution activities	Ann Arbor	1972	University Microfilms
MACUSE, HERBERT	Le vieillissement de la psychanayse		1966	Partisans
MEISSNER, MARTIN HYMPHREYS, ELIZABETH W. MEIS, SCOTT M. SCHEN, WILLIAM J.	No exit for wives: sexual diviation of labour and the cumulation of household demands		1975	Revue Canadienne de Sociologie et Anthropologie/Canad. Rev. Soc. Anth.
MERTON, ROBERT K.	Social theory and social structure		1957	Free Press
MILLER, JEAN B.	Psychoanalysis and women	Middlesex, England	1973	Penguin
MIRANDA, CLAURA	A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970		1975	Cadernos de Pesquisa
MITCHELL, JULIET	Women: The Longest Revolution		1966	Revista Civilização Brasileira
MITCHELL, JULIET	Psychoanalysis and feminism	Nova York, U. S. A.	1974	Vintage Books
MOSCOVICI, SERGE	Preface In Godelet, Denise	Paris	1970	Mouton
MOSCOVICI, SERGE	Society and theory in Social Psychology	Londres, Ingl.	1972	Academic Press
MUÑOZ, EDUARDO R.	Algunos mecanismos de legitimacion del sistemas de classes		1972	Revista Latinoamericanas de Ciencias Sociales
OLIVEIRA, Marta K.	Percepções relativas aos papéis sexuais na situação «trabalho» ao nível do fato e do ideal		1976	Fundação Carlos Chagas
PASTORE, JOSÉ PEROSA, GILDA	O estudante universitário em São Paulo	São Paulo, Brasil	1971	Instituto de Pesquisas Econômicas
ROSALDO, MICHELLEZ	Woman, culture and society: a theoretical overview	Standford, C. A.	1974	Stanford Univ. Press.

ROTTER, JULIAN B.	Generalized expectancies for internal vesus external control of reinforcement		1966	Psychological Monographs
SANGER, SUSAN ALKER, HENRY A.	Dimensions of internal-external locus of control and the women's liberation movement		1972	Journal of Social Issues
SWCOMBE, WALLY	The housewife and her labor under capitalism		1974	New Left Review
SZALAI, ALEXANDRE	The situation of women in the light of contemporary time-budget research	Mexico	1975	United Nations
WHITE, JAMES	Women in the law		1967	Michigan Law Review
GRACIANO, Marília. Homem-Mulher: por que polarizamos os sexos? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 26, p. 93-98, 1978b				
ARCHER, J.	Biological Explanations of Psychological Sex Differences	Londres, Ingl.	1976	Academic Press
BARROSO, C.	Diferenças Sexuais		1977	Cadernos de Pesquisa
BIRNS, B.	The Emergence and Socialization of Sex Differences in the Earliest Years		1976	Merrill-Palmer Quarterly
BUFFERY, A. W. H. GRAY, J. A.	Sex differences in the development of spatial and linguistic skills	Londres, Ingl.	1972	Churchill
CLASTRES, P.	L'Arc e le Panier		1966	apostila da Universidade Estadual de Capinas
GARAI, J. E. SCHENFELD, A.	Sex differences in Mental and Behavioral Traits		1968	Genetic Psychology Monagraphs
LEWIS, M.	State as na Infant-Environment Interaction: An Analysis of Mother-Infant Interaction as a Function of Sex		1972	Merrill-Palmer Quarterly
MACCOBY, E. E. JACKLIN, C. N.	The Psychology of Sex Differences	Standford, C. A.	1974	Standford University Press.
MARTINEZ-ALIER, V.	O Trabalho não é Pré-Condição para a Emancipação da Mulher			
MATHIEY, N. C.	Ignored by Some, Denied by Other - The Social Sex Category in Sociology	Londres, Ingl.	1977	Women's Research and Resource Centre Publications
Mc GUINNESS, D.	Sex Differences in the Organization of Perception and Cognition	Londres, Ingl.	1976	Academic Press
MEAD, M.	Sex and Temperament in Three Primitive Societies		1935	Dell Publishing Co.
MONEY, J.	Prenatal Hormones and Postnatal Socialization in Gender Identity Differentiation	Lincoln, Nebraska	1978	University of Nebraska Press.

MOSS, H. A.	Sex, Age and State as Determinants of Mother-Infant Interactions		1967	Merrill-Palmer Quarterly
OUNSTED, C. TAYLOR, D. C.	Gender Differences: Their Ontogeny and Significance	Livingstone, Edinburgh	1972	Churchill
ROGERS, L.	Male Hormones and Bahavior	Londres, Ingl.	1976	Academic Press
RUBENSTEIN, J.	Mother Attentiveness and Subsequent Exploratory Behaviour in the Infant		1967	Child Developm.
SINGER, J.	Androginy - Towards a New Theory of Sexuality	Londres, Ingl.	1977	Routledge and Kegan Paul
BARROSO, Carmen Lúcia de M.; BRUSCHINI, Maria Cristina A.; KUBOTA, Nair; LESSA, Zenaide Lázara. Sexualidade infantil e práticas repressivas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 31, p. 86-94, 1979.				
ARIÈS, Philippe	História Social da Criança e da Família	Rio de Janeiro, Brasil	1978	Zahar Editores
FORD, Clellan S. BEACH, Frank A.	Patterns of Sexual Behavior	Nova York, U. S. A.	1951	Harper & Brothers
FOUCAULT, Michel	História da Sexualidade I - A vontade de saber	Rio de Janeiro, Brasil	1977	Graal
FREUD, Sigmund	Obras Completas	Madrid, Espanha	1973	Ed. Biblioteca Nueva
KINSEY, A. C.	Sexual Behavior in The Human Male	Philadelphia, U. S . A	1948	W. B. Sanders
KINSEY, A. C.	Sexual Behavior in the Human Female	Philadelphia, U. S . A	1953	W. B. Sanders
KUBOTA, Nair LESSA, Zenaide L.	Educação Sexual - conceitos e comportamentos de mães pré-escolares	São Paulo, Brasil	1978	Fundação Carlos Chagas
MALINOWSKI, Bronislaw	Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem	Petrópolis, R. J., Brasil	1973	Vozes
MONEY, John TUCKER, Patrícia	Sexual Signatures	Boston	1975	Little Brown
POMPÉIA, Raul	O Ateneu	São Paulo, Brasil	1976	Editora Ática
POSTER, Mark	Teoria Crítica da Família	Rio de Janeiro, Brasil	1979	Zahar Editores
REGO, José Lins do	Menino de Engenho	Rio de Janeiro, Brasil	1978	Livraria José Olympio Editora
ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 53, p. 11-19, 1985.				
BARROSO, L. de M.	Comunicação pessoal		1985	
BARROSO, L. de M.	Recentes mudanças demográficas: implicações educacionais	São Paulo, Brasil	1981	Cadernos de Pesquisa
BARROSO, L. de M. BRUSCHINI, M. C. A.	Educação Sexual: debate aberto	Petrópolis, R. J., Brasil	1982	Vozes

BRUSCHINI, M. C. A.	Os problemas da educação sexual		1980	O Estado de São Paulo
CARRASCO, V.	Quando meu irmãozinho nasceu	São Paulo, Brasil	1982	Pioneira
	EDUCAÇÃO Sexual foi a base do depoimento da socióloga		1978	Jornal do Brasil
	EDUCACIÓN sexual em América Latina	Asunción	1978	Oficina Latinoamericana de Educación Sexual